

FIERGS
CIERGS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

BALANÇO 2010 & PERSPECTIVAS 2011

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO / 2010

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2011	6
DADOS E PROJEÇÕES PARA 2011	7
<i>Internacional</i>	7
<i>Brasil</i>	8
<i>Rio Grande do Sul</i>	9

PARTE I - ECONOMIA INTERNACIONAL

1. ECONOMIA INTERNACIONAL	11
<i>Guerra econômica</i>	11

PARTE II - BRASIL

2. PIB.....	25
<i>Cigarra ou formiga?</i>	25
3. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS.....	45
<i>Inflação em alta</i>	45
4. INDÚSTRIA	52
<i>Dois cenários em um ano</i>	52
5. MERCADO DE TRABALHO	68
<i>Os números de 2010 foram excelentes. Mas, serão sustentáveis?</i>	68
6. SETOR EXTERNO	80
<i>Ingresso de moeda estrangeira deve continuar forte em 2011.</i>	80
7. SETOR PÚBLICO	93
<i>2010: o ano em que se reinventou a contabilidade pública</i>	93

PARTE III - RIO GRANDE DO SUL

8. PIB.....	105
<i>Nunca na história do Rio Grande</i>	105
9. INDÚSTRIA	119
<i>Sem fôlego para continuar</i>	119
10. MERCADO DE TRABALHO	145
<i>2010: o ano das “vacas gordas”?</i>	145

11. SETOR EXTERNO	159
<i>A perspectiva para 2011 é de manutenção da fraca demanda externa e os riscos de uma estiagem</i>	<i>159</i>
12. SETOR PÚBLICO	169
<i>Um ano de 14 meses</i>	<i>169</i>

O encerramento de 2010 deixa clara a formatação do cenário econômico esperado para boa parte do próximo ano. Um mundo em constante disputa política, intensificada a partir dos problemas estruturais que emergiram no seio da crise, e que ainda devem demandar importantes reformas sociais em muitos países. Em destaque a adequação dos sistemas de saúde e de previdência a uma sociedade que apresenta rápidas taxas de envelhecimento, a melhoria do sistema tributário, em especial na Europa e, com certeza a menos popular e mais relevante, a reforma trabalhista, que deve ser orientada para gerar mais flexibilidade nas relações contratuais e menos incentivo ao ócio.

Devido às projeções nada otimistas para os balanços orçamentários, em especial nos desenvolvidos, e também aos elevados estoques de dívida, a retomada da atividade econômica ainda deve continuar aquém do desejado, contribuindo para manter as taxas de desemprego na Europa e nos EUA em patamares historicamente altos. Nesse cenário de busca pela solução dos problemas particulares, as ações de protecionismo devem se intensificar e são esperados poucos avanços na agenda de acordos comerciais.

O aspecto mais proeminente dessa crise foi a necessidade de se criar um arcabouço regulatório de abrangência internacional que envolva, em especial, a área financeira. Porém, ao que tudo indica, sua implementação não será uma tarefa fácil, e poderemos conviver, durante boa parte de 2011, com mais surpresas na disputa nos mercados de câmbio.

As perspectivas são de que a configuração do crescimento para o próximo ano mantenha características semelhantes as de 2010. Os países emergentes devem continuar a responder pela maior parte do consumo, em destaque a China e a Índia. O preço de *commodities*, sejam metálicas ou agrícolas, devem se manter em patamares elevados. As taxas de juros continuarão baixas na tentativa de estimular a demanda e o investimento. Mas, devido a fraca dinâmica nos países desenvolvidos, podemos esperar maior fluxo de investimento para as economias com taxas de retorno mais atrativas.

No caso do Brasil, essa configuração em pouco pode contribuir para reduzir nossas perspectivas em relação a 2011. Nos últimos anos, presenciamos uma redução da contribuição do setor externo para o crescimento da economia, e o mercado interno passou a ser o principal vetor. Desta forma, não se discute o avanço da atividade produtiva interna em 2011 e, sim, sua magnitude. A diferença em relação a 2010 é que, para o próximo ano não há apenas fatores positivos a nos impulsionar e, a resposta do crescimento dependerá do jogo de forças dos diferentes vetores.

De um lado, o fator mais determinante da perspectiva de crescimento é o efeito carregamento, uma vez que a base de comparação, relativamente ao início de 2010, ainda é muito baixa. A perspectiva de juros reais baixos para patamares históricos e os gastos públicos ainda em nível elevado continuam a ser dois elementos de destaque. Porém, há diversos outros fatores que pesam de forma contrária, e que podem inibir a taxa de expansão da economia, como por exemplo: (i) a necessidade de retomar o ajuste fiscal; (ii) o controle da inflação no curto prazo, que terá como elemento determinante uma redução da liquidez no sistema financeiro com conseqüências sobre a dinâmica do crédito e; (iii) a menor dinâmica do mercado de trabalho. Sendo assim, a dúvida maior recai sobre o efeito líquido dessas forças atuantes sobre a economia brasileira em 2011. Diante dessa perspectiva, nosso maior desafio será fazer uma transição suave de um modelo centrado no gasto para um que tenha como foco a produção, para evitar que ocorram desequilíbrios no longo prazo.

Como forma de contemplar as incertezas no horizonte econômico foram elaborados três cenários para 2011.

No cenário moderado, com maior probabilidade de ocorrência, podemos dizer que teremos “mais do mesmo”. Ou seja, uma economia internacional que ainda preserve heterogeneidade no crescimento. De um lado os países desenvolvidos, com baixas taxas de expansão, desemprego ainda em patamar elevado, juros e inflação baixos. De outro, a pujança dos emergentes, que devem continuar a ditar o ritmo do comércio mundial.

No caso do Brasil, é natural esperar uma desaceleração da atividade e do consumo diante dos bons resultados de 2010, seja do ponto de vista estatístico, seja pela própria adequação macroeconômica. De qualquer forma, a perspectiva é de um crescimento em linha com a média histórica. Também são esperadas pequenas pressões inflacionárias, juros nominais em elevação, mais pressões para valorização do câmbio e um ajuste fiscal que deve ter efeitos importantes para a dinâmica da economia. A perspectiva que se coloca é que a indústria de transformação seja o segmento a apresentar o maior arrefecimento, voltando a ter taxas de crescimento mensais menores. Porém, dentro das médias históricas.

No caso do Rio Grande do Sul, o efeito carregamento deve atuar de forma mais tímida e a perspectiva de voltar a crescer de acordo com a média histórica deve resultar em taxas menores que a média nacional. Dois são os destaques nesse cenário. Em primeiro lugar, a possível queda da produção de grãos, estimada em torno de 6% para a safra 2010/11 e, em segundo lugar, a desaceleração da atividade industrial, que deve ser mais intensa que a média do Brasil.

No **cenário pessimista**, o principal aspecto de mudança no quadro internacional está na materialização de uma nova crise. As recentes dificuldades encontradas por alguns países europeus em dirimir os efeitos negativos da desconfiança dos mercados financeiros, pode resultar na necessidade de mais ajuste fiscal e intervenção de organismos internacionais. Seus impactos sobre a economia mundial podem ter dimensão menor que a crise passada, mas com poder de reduzir a taxa de crescimento, em especial dos países desenvolvidos.

No caso do Brasil, esse cenário pode resultar em uma taxa de crescimento menor para o PIB, mas nada que se possa configurar como um choque negativo de proporções elevadas. Nesse caso, a taxa de câmbio pode ser a variável a absorver o maior impacto, o que seria positivo para o segmento exportador em um momento posterior. Os impactos que podem ocorrer no Rio Grande do Sul, nesse caso, em pouco diferem das projeções para o Brasil. A diferença principal reside na agricultura, onde é considerado um efeito negativo de uma possível seca sobre a safra de grãos.

O **cenário otimista** adiciona pouco sobre o moderado, e seu principal diferencial reside em uma perspectiva mais favorável para o crescimento mundial. De qualquer forma, devem persistir as dificuldades fiscais nos países desenvolvidos, pouco avanço nas reformas estruturais e no âmbito acordos comerciais. Apenas os riscos de curto prazo são dissipados. O mesmo se configura para a economia brasileira, onde mesmo na ausência de choques adversos o PIB deve crescer pouco acima da média histórica. Ou seja, mesmo no cenário otimista, espera-se uma desaceleração sobre 2010. No caso do Rio Grande do Sul, a maior diferença sobre os dois cenários anteriores está no desempenho positivo da agricultura, caracterizando a ausência de intempéries climáticas.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2011

	Pessimista	Moderado	Otimista
Internacional			
PIB	Nova crise	Emergentes sustentam nível de crescimento mundial	Desenvolvidos crescem de forma mais consistente
Inflação	Deflação	Inflação baixa	Pequenas pressões nos preços
Comércio	Mais protecionismo	Fricções no comércio mundial	Não há avanços nos acordos comerciais
Dólar	Forte perda de valor	Lenta perda de valor	Estável
Nacional			
PIB	Cresce abaixo da média	Cresce de acordo com a média recente	Cresce levemente acima da média
Arrecadação Federal	Queda, estimulada por medidas anticíclicas	Elevação semelhante à média recente	Elevação significativa
Inflação	Próximo ao centro da meta	Próximo à banda superior	Próximo à banda superior
Juros	Pequena elevação	Pequena elevação	Pequena elevação
Taxa de Câmbio Média	Forte pressão para valorização	Pressão para valorização	Pequena desvalorização
Mercado de Trabalho	Cresce abaixo da média recente	Cresce de acordo com a média recente	Cresce acima da média
Setor Externo	Forte crescimento das importações	Importações crescem acima das exportações	Exportações e importações crescem na mesma proporção
Regional			
PIB	Cresce abaixo da média	Cresce de acordo com a média recente	Cresce levemente acima da média
Setor Externo	Queda do valor	Estável	Crescimento Moderado
Arrecadação de ICMS	Estável	Aumento semelhante à média recente	Aumento significadtivo
Mercado de Trabalho	Cresce abaixo da média recente	Cresce de acordo com a média recente	Cresce acima da média

INTERNACIONAL

	2008	2009	2010*	2011*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)				
EUA	0,0	-2,6	2,6	2,3
Japão	-1,2	-5,2	2,8	1,5
Zona do Euro	0,5	-4,1	1,7	1,5
Europa Leste e Central	3,0	-3,6	3,7	3,1
Reino Unido	-0,1	-4,9	1,7	2,0
Ásia emergente	7,7	6,9	9,4	8,4
Argentina	6,8	0,9	7,5	4,0
Brasil	5,1	-0,2	7,5	4,1
Chile	3,7	-1,5	5,0	6,0
México	1,5	-6,5	5,0	3,9
Mundo	2,8	-0,6	4,8	4,2
Inflação (% a.a.)				
EUA	3,8	-0,3	1,4	1,0
Japão	1,4	-1,4	-1,0	-0,3
Zona do Euro	3,3	0,3	1,6	1,5
Europa Leste e Central	8,1	4,7	5,2	4,1
Reino Unido	3,6	2,1	3,1	2,5
Ásia emergente	7,5	3,1	6,1	4,2
Argentina	8,6	6,3	10,6	10,6
Brasil	5,7	4,9	5,0	4,6
Chile	8,7	1,7	1,7	3,0
México	5,1	5,3	4,2	3,2

Fonte: FMI. *Projeções World Economic Outlook - FMI

BRASIL

	2009	2010*	2011*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)					
Agropecuária	-5,0	7,8	1,0	3,1	3,6
Industrial	-5,5	11,4	2,1	3,1	4,1
Serviços	2,6	5,1	3,2	4,2	4,7
Total	-0,2	7,6	2,8	3,8	4,5
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	-1,7	10,5	4,6	5,5	5,9
INPC	4,1	5,9	4,8	5,6	6,1
IPCA	4,3	5,7	4,6	5,4	5,8
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	-8,8	13,8	4,0	5,2	6,3
Transformação	-7,3	10,6	2,0	2,8	3,6
Indústria Total²	-7,4	10,8	2,3	3,2	4,1
Empregos Gerados – Mercado Formal (em Mil)					
Indústria extrativa e SIUP	7,0	33,0	7,0	8,9	17,2
Indústria de Transformação	10,9	537,8	183,4	238,7	270,3
Construção Civil	177,2	331,6	210,2	230,4	241,5
Serviços	815,4	1.420,3	831,6	1.007,6	1.079,5
Agropecuária	-15,4	-15,4	9,8	15,4	29,6
Total	995,1	2.307,4	1.242,0	1.501,0	1.638,1
Estoque de Trabalhadores Formais (% a.a.)					
Indústria extrativa e SIUP	2,4	5,6	1,1	1,4	2,7
Indústria de Transformação	0,7	7,3	2,3	3,0	3,4
Construção Civil	11,4	15,6	8,5	9,4	9,8
Serviços	5,2	4,8	2,7	3,2	3,5
Agropecuária	0,5	-1,1	0,7	1,1	2,1
Total	4,5	5,6	2,9	3,4	3,8
Setor Externo (US\$ Bilhões)					
Exportações	152,9	192,0	211,2	226,6	240,0
Importações	127,6	182,7	201,0	219,2	237,5
Balança Comercial	25,3	9,3	10,2	7,3	2,5
Transações Correntes	-24,3	-47,0	-55,0	-62,0	-68,0
Investimento Estrangeiro Direto	25,9	35,0	23,0	35,0	41,0
Moeda e Juros (% a.a.)					
Juros Nominais – Selic - Média do ano	9,93	9,89	11,42	11,85	12,15
Juros Nominais – Selic - Final do ano	8,75	10,75	10,50	11,50	12,25
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ³	8,47	(11,56)	(6,25)	(3,41)	2,27
Taxa de Câmbio – Média do Ano	1,99	1,76	1,65	1,70	1,80
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	2,1	3,1	2,2	2,7	3,3
Resultado Nominal	(3,3)	(2,7)	(3,5)	(3,8)	(4,0)
Pagamento de Juros Nominais	(5,4)	(5,8)	(5,7)	(6,5)	(7,3)
Dívida Líq. do Setor Público – BR	42,8	39,8	40,0	38,4	39,0

¹ Preços Constantes; Usando deflator do PIB.

² Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE/FIERGS. Não considera a Construção Civil e o SIUP

³ Variação em relação à média do período anterior. *Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS

RIO GRANDE DO SUL

	2009	2010*	2011*		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produto Interno Bruto Real (%) a.a.					
Agropecuária	1,2	6,8	-6,3	-4,0	2,8
Industrial	-5,3	12,5	1,9	2,8	3,5
Serviços	0,9	7,6	2,2	3,0	3,7
Total	-0,8	8,9	1,2	2,2	3,6
Empregos Gerados – Mercado Formal					
Indústria extrativa e SIUP	-2	2.000	528	737	784
Indústria de Transformação	-1.776	62.673	16.706	21.058	23.960
Construção Civil	8.610	18.131	7.109	8.564	11.957
Serviços	58.012	89.193	45.096	55.683	66.213
Agropecuária	-618	643	385	628	912
Total	64.226	172.641	69.824	86.669	103.826
Estoque de Trabalhadores Formais (%) a.a.					
Indústria extrativa e SIUP	3,6	6,1	1,5	2,1	2,3
Indústria de Transformação	-0,6	9,5	2,3	2,9	3,3
Construção Civil	8,8	17,6	5,9	7,1	9,9
Serviços	4,4	5,2	2,5	3,1	3,7
Agropecuária	3,0	0,8	0,5	0,8	1,1
Total	3,2	6,6	2,5	3,1	3,7
Balança Comercial (US\$ Bilhões)					
Exportações	15,2	15,8	16,4	17,2	18,3
Importações	9,5	13,5	14,9	15,6	16,2
Saldo Comercial	5,8	2,3	1,5	1,7	2,1
Setor Público (R\$ Bilhões)					
ICMS	15,1	18,0	18,9	19,7	20,3
Índice de Desempenho Industrial (%) a.a.					
Faturamento real	-10,2	9,5	2,5	4,7	5,5
Compras	-23,8	19,1	3,9	5,3	7,2
Utilização da capacidade instalada	-7,8	5,5	0,8	1,7	2,8
Massa salarial	-7,7	8,7	2,0	3,2	4,7
Emprego	-6,9	4,4	1,0	2,1	3,1
Horas trabalhadas na produção	-12,7	6,3	2,1	3,0	4,2
Indústria Transformação - IDI/RS	-12,1	8,4	2,4	3,5	4,7
Produção Industrial (%) a.a.	-7,2	7,1	1,9	2,9	3,7

*Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS

FIERGS
CIEGRS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

PARTE I

ECONOMIA INTERNACIONAL

SESI

GUERRA ECONÔMICA

Como forma de complementar as ações fiscais, diversas ações protecionistas tomam forma nos países desenvolvidos, como as tradicionais barreiras não-tarifárias e a não usual, mas nem pro isso desconhecida, desvalorização da taxa de câmbio. É sob esse prisma que se constrói um cenário extremamente delicado para o ano de 2011, repleto de incertezas.

A divulgação de indicadores positivos durante o ano de 2009 criou a sensação de que o pior momento da crise havia passado. Mas, na verdade, a recuperação da produção industrial e das vendas do comércio em vários países em muito refletiram a baixa base de comparação. Aos poucos a exposição das diversas fragilidades nesse cenário, em especial as do campo fiscal nos países desenvolvidos foi modificando a percepção de analistas.

Durante boa parte do ano, a maior preocupação de investidores e governos era a questão da administração de dívida soberana, em um ambiente onde é possível identificar economias com dívidas que ultrapassavam a marca dos 100% do PIB em alguns casos. Além disso, outro fator de peso no processo de mudança da confiança de consumidores e empresários é a fraca demanda interna em um cenário de altas taxas de desemprego.

Um dos eventos mais marcantes do ano de 2010 foi, sem dúvida, a dificuldade fiscal de países europeus, em especial no grupo conhecido como Piigs (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) e que poderia resultar em default de dívida caso não fosse encontrada uma solução para o financiamento de curto prazo. Destaca-se que a preocupação de investidores internacionais com essa situação já se arrastava desde o final de 2009, encontrando seu ápice no início do segundo trimestre de 2010.

O primeiro movimento nesse sentido foi a revisão de classificação de risco da dívida da Grécia em janeiro de 2009 para negativo pela S&P, e que foi logo seguido por outras agências, em um processo de constantes revisões até 14 de junho de 2010. Tal cenário só foi amenizado após a aprovação de um pacote de socorro à Grécia e a declaração de que não seriam poupados esforços para garantir a estabilidade financeira na região¹.

Os dias de calmaria que se seguiram no mercado financeiro internacional aos poucos foram cedendo espaço para especulações sobre novos problemas econômicos. Dessa vez envolvendo a Irlanda, com possíveis repercussões sobre Portugal, Espanha e Itália. Parece claro que as soluções paliativas não conseguirão dirimir as dúvidas de investidores sobre a real situação crítica que passa, em especial, a região do Euro. Nesse caso, apenas a Alemanha dá mostras de maior consistência microeconômica, com bons fundamentos.

Uma consequência imediata desse cenário negativo tem sido a constante desvalorização do dólar frente a moedas de países emergentes. Nesse caso, o Euro também perdeu valor mas, em menor velocidade. Os impactos que o movimento acentuado do dólar produz sobre as finanças, o comércio e a situação das contas

¹ Em 02 de maio de 2010 o Governo da Grécia assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia no valor de US\$ 145 bilhões sob a condição de rigoroso ajuste fiscal.

externas dos países, em especial daqueles que possuem elevadas reservas, acabou por ensejar ações paralelas de maior intervenção no mercado de câmbio, como forma de evitar os efeitos negativos de forte apreciação, vide o exemplo do Brasil.

De qualquer maneira, o cenário que se desenha para 2011 em muito se diferencia de 2010, uma vez que a tentativa de criar um controle não revelado sobre os mercados de câmbio dá indícios de falhar diante das tímidas posições da última reunião do G-20. Além disso, os indicadores antecedentes, da mesma forma que não dão sustentação à incidência de uma nova crise internacional, também não fundamentam um quadro de recuperação consistente. Esse capítulo é desenvolvido a partir da avaliação dos principais pontos que devem afetar o cenário internacional no ano de 2011.

A situação fiscal projetada para 2011

Mesmo após dois anos do epicentro da crise internacional, os impactos sobre o lado real da economia ainda se fazem sentir, em especial nos países desenvolvidos. Nesse caso, as perspectivas de recuperação da economia mundial ficam limitadas em um cenário onde o nível de endividamento dos agentes econômicos – governo, empresas e famílias - é muito elevado. Esse cenário é especialmente problemático nos países desenvolvidos. No caso dos governos, além da dívida, as projeções orçamentárias para 2011 colocam em perspectiva uma necessidade de financiamento elevada.

Como pode ser visto na tabela 1.1, as projeções até o final de 2011 deixam antever um cenário de elevada necessidade de financiamento. Nesse quadro, destaque para os resultados do Japão. As dívidas que estão vencendo representam cerca de 49% do PIB que, somadas a um déficit orçamentário da ordem de 8,9%, geram uma necessidade de quase 58% do PIB. Nesse caso a mensagem é clara. Das alternativas propostas, parece que o governo irá escolher dar mais peso a uma grande soma de compra de títulos públicos, resultando em mais liquidez na economia e que pode ajudar a impulsionar os combalidos índices de preços. O resultado imediato dessa ação pode ser uma moeda mais desvalorizada, colocando ainda mais combustível no mercado de câmbio mundial.

Tabela 1.1. Necessidade de Financiamento – países desenvolvidos
(em % do PIB)

	Dívida vencendo		Déficit Orçamentário		Necessidade de Financiamento
Japão	48,9	+	8,9	=	57,8
EUA	18,1	+	9,7	=	27,8
Grécia	16,5	+	7,3	=	23,8
Itália	18,2	+	4,3	=	22,5
França	16	+	6	=	22
Portugal	15,5	+	5,2	=	20,7
Espanha	11	+	6,9	=	17,9

Fonte: IMF(2010c)

Outras economias de menor expressão mundial também estão às voltas com elevadas necessidades de financiamento, como é o caso da Grécia, que deverá buscar cerca de 24% do PIB para financiar as dívidas vencendo e fazer frente a um déficit da ordem de 7,3%. Nesse caso, o recente acordo firmado pelo governo com o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Européia, pode dar suporte a essa necessidade. Mas, é imperioso que, para além de 2012, o país consiga reduzir o déficit orçamentário para controlar a evolução de sua dívida.

Outro país com elevada necessidade de financiamento é Portugal que, juntamente com a Espanha, são citados como aqueles que devem enfrentar dificuldades financeiras no futuro próximo. Nesse caso, o desfecho desse cenário pode seguir o ocorrido com Grécia e, mais recentemente, com a Irlanda.

O insustentável peso do Estado

A herança do combate à crise em vários países é um estado maior, endividado no presente e no futuro.

Para muitos analistas, apenas o fato de termos menores riscos no ambiente financeiro já seria um motivo mais do que suficiente para acreditar que o pior já tenha passado. Porém, o cenário de médio e longo prazo ainda demanda cuidados e preocupações. E o epicentro do debate é o tamanho da dívida das economias no período pós-crise e suas implicações para a sociedade.

A elevação da dívida pública em períodos de dificuldade econômica ou diante uma adversidade, não é uma novidade. Entende-se que, dentre as funções do Estado, está a capacidade de garantir a estabilidade econômica e o socorro em última instância. Assim é que, nos anos pós 2ª Guerra Mundial, diante das necessidades impostas, a dívida dos EUA chegou a ultrapassar os 120% do PIB e, do Reino Unido, quase 300% do PIB. E, mesmo assim, as décadas que se seguiram foram de forte crescimento econômico e melhora do ambiente de negócios. Por que, então, o cenário de elevação da dívida de alguns países, no pós-crise do subprime, gera tanta preocupação dentre analistas econômicos, acadêmicos e investidores?

Há particularidades que devem ser consideradas nesse cenário. Em primeiro lugar, o sistema financeiro incorporou inovações e avançou fronteiras, o que resulta em aumento do efeito multiplicador de choques e de sua magnitude. Em segundo lugar, os agentes aprenderam sobre aumento de preços. O expediente utilizado no passado de gerar inflação para reduzir o estoque de dívida, dificilmente será aceito por investidores. Esses adquiriram a capacidade de antecipar os movimentos de preços e as ações de política monetária. Em terceiro lugar, saímos da crise com uma combinação perversa de elevada dívida e déficit fiscal, em um ambiente de queda da arrecadação e menor crescimento econômico. Esse cenário é mais nebuloso dentre as economias que já se encontram com uma carga de impostos elevada, possuindo pouca margem de manobra para o equilíbrio das contas públicas. Por fim, e não menos importante, é a estrutura etária da população dos países desenvolvidos.

Em um ambiente de dívida alta e ainda em crescimento, há três importantes resultados esperados: (i) os investidores demandarão maiores prêmios de risco; (ii) a redução do estoque de capital pode limitar a capacidade de crescimento das economias; (iii) a elevada dívida resultará em menor capacidade dos governos em enfrentar adversidades no futuro como, por exemplo, uma nova crise. O primeiro item se relaciona com a percepção dos investidores do aumento de risco em manter em carteira títulos públicos de alguns países que se encontram às voltas com dificuldades fiscais, como é o caso dos Piigs – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. O que também pode acontecer, em menor magnitude, com os títulos americanos. O segundo ponto está relacionado às distorções que a presença do estado gera na economia quando o mesmo arrecada imposto. A necessidade de equilíbrio orçamentário irá conduzir, inevitavelmente, a um movimento de alta de impostos. Além disso, a perspectiva de maiores juros representa, de um lado, uma competição com a poupança privada que poderia financiar

os investimentos do setor privado – conhecemos bem esse filme no Brasil e, de outro, maiores somas de gastos com o pagamento futuro de juros sobre o estoque de dívida.

O terceiro item inspira maior atenção por parte dos governos. O rápido envelhecimento da população está aumentando a razão de dependência – relação entre a parcela da população inativa sobre a população ativa, o que implicará em maiores gastos sociais, principalmente com esquemas de previdência. Da mesma forma, espera-se maior pressão sobre os gastos com saúde. Estimativas feitas por Cecchetti et al(2010), apontam que, em um cenário base, com aumento de gastos previdenciários e juros reais constantes, ou seja, com ausência de reformas estruturais, a dívida de alguns países como o Japão, pode exceder os 300% do PIB e 200% no Reino Unido em 2040. No cenário considerado mais otimista, com melhora fiscal de 1% do PIB a cada ano e controle dos gastos previdenciários, mesmo assim a dívida dos EUA pode atingir quase 200% do PIB até 2040. Espanha, Grécia, Irlanda e França também se defrontariam com aumento da dívida nesse cenário. Tal resultado deixa antever que, ao longo dos próximos anos, será necessário um esforço fiscal muito maior que 1% do PIB a cada ano para garantir a estabilidade da dívida, ou então, trazê-la ao patamar de 2007. Esse esforço, no caso dos EUA, pode ser da ordem de 2,4% do PIB ao ano durante 20 anos. Para o Reino Unido 3,5% ao ano e, para o Japão, 4,5%. Com uma política fiscal restritiva, o cenário de crescimento fica limitado.

O Brasil pode tirar importantes lições dessa crise. Primeiro, que ter uma dívida baixa não é garantia de estabilidade, em especial diante de um cenário de aumento das demandas sociais no futuro, como a previdência. É necessário que a mesma seja sustentável. Em segundo lugar, a importância do controle do gasto público. Em terceiro lugar, é importante que esses dois pontos ocorram em conjunto. Estamos atualmente em uma situação fiscal melhor que muitos países mas o jogo não está ganho. O gasto de hoje representa a dívida a ser paga pela próxima geração.

Publicado no Informe Econômico N° 10 de 08/03/2010

Um ponto de diferenciação entre esses países que possuem déficits orçamentários combinados com grandes somas de dívidas vencendo no médio prazo, está na composição dos detentores dessa dívida. Como pode ser visto no Gráfico 1.1, o grupo mais problemático, e que apresenta a maior parcela de sua dívida na mão de investidores externos, estejam esses localizados na Zona do Euro ou então em outros países de fora do Bloco, é exatamente aquele que deve ter maiores problemas com esse financiamento.

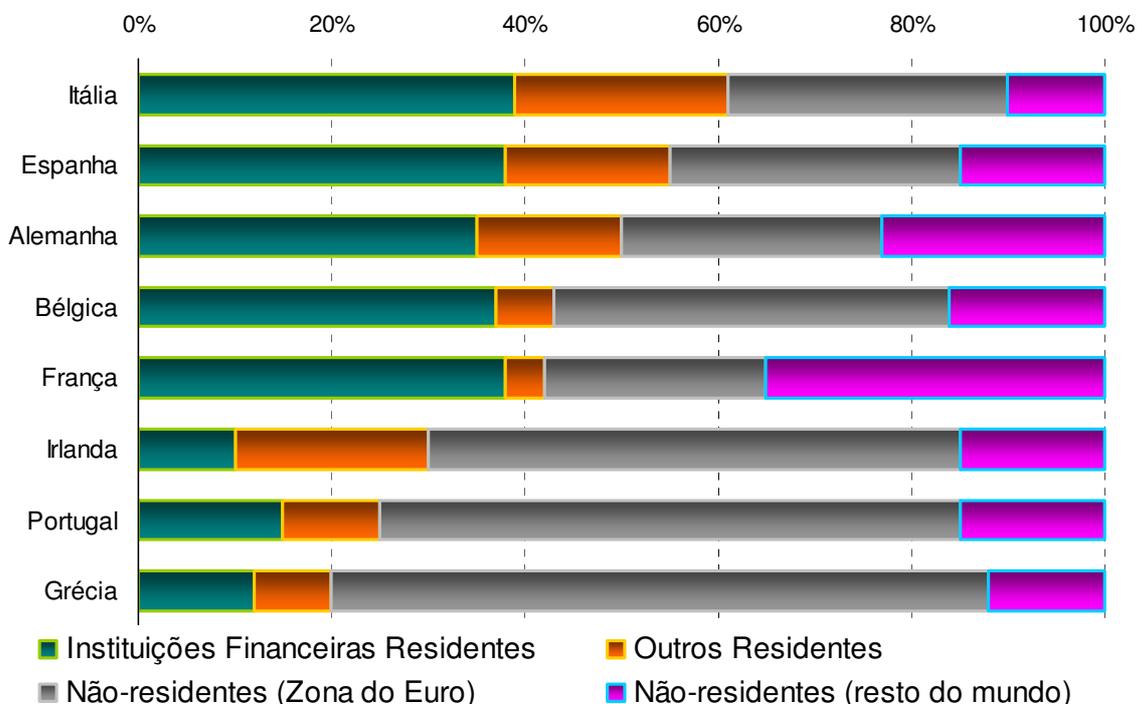
No caso da Grécia que, em parte, já apresentou uma solução que acalmou os mercados, cerca de 80% da dívida estava na posse de investidores localizados fora do país. Portugal, com cerca de 75% da dívida nessa situação, e a Irlanda, com outros 70% são fortes candidatos a enfrentarem problemas no curto prazo. Especificamente no caso da Irlanda, a situação já vem se deteriorando há alguns meses, culminando, recentemente em um acordo financeiro.

O pacote anunciado no dia 28 de novembro, da ordem de € 85 bilhões - € 22,5 bilhões do FMI e € 17,5 bilhões de recursos em reserva do Governo da Irlanda, também contou com a participação da União Européia e de outros credores europeus, que aportaram mais € 45 bilhões.

É sabido que empréstimos de instituições internacionais são seguidos de exigências macroeconômicas adicionais. Nada mais justo tentar garantir que o país volte a ter condições de honrar seus compromissos futuros. Nesse caso específico, o acordo prevê compromissos de controle orçamentário e ações fiscais que devem se estender pelos próximos quatro anos. As implicações desse processo de ajuste são bem

conhecidas, e devem, com certeza, limitar a capacidade de crescimento da Irlanda no curto prazo.

Gráfico 1.1. Detentores de Dívida do Governo
(em % do total)



Fonte: The Economist

Destaca-se que mesmo após a aprovação do pacote de ajuda para a Irlanda, o mercado financeiro internacional não deu trégua, e continuou a especular em duas direções: (i) a incapacidade da Irlanda em honrar os compromissos futuros com as limitações ao crescimento econômico que o ajuste fiscal irá impor ao país; (ii) a solvência da dívida de outros países europeus em situação semelhante. E o próximo da lista pode ser a Espanha, mesmo que não tenha os mesmos problemas do setor público que apresenta a Grécia e as dificuldades financeiras dos bancos na Irlanda.

Na verdade, a maior preocupação dos investidores com a Espanha é o baixo compromisso do governo em promover as reformas necessárias para devolver ao país a competitividade necessária para voltar a crescer. E a lista de mudanças não é pequena, vai desde maior austeridade fiscal até reforma do sistema de previdência – a idade limite atual é de 65 anos, passando pelo sistema tributário e trabalhista. Outra desconfiança recai sobre as necessidades de recursos que as “cajas”, assim chamados os bancos de poupança, terão nos próximos dois anos.

De qualquer maneira, enquanto a desconfiança na economia da Espanha não dissipar, o mesmo não acontecerá com o mercado financeiro e as especulações no mercado de títulos. O motivo principal é “muito grande para quebrar”. O PIB da Espanha equivale à soma do PIB da Grécia, Irlanda e Portugal, e isso amplia os impactos sobre o tamanho de um possível pacote de ajuda financeira.

De qualquer maneira, os governos europeus, mesmo que timidamente, continuam a tentar controlar o *stress* que ainda permeia os mercados financeiros. Uma das últimas ações foi a proposta de criação do ESM – *European Stability Mechanism*, que seria uma

espécie de sistema cujo objetivo é administrar crises de dívida de países Europeus no futuro.

A idéia é positiva, mas tem uma questão importante, sua vigência está programada para ter início depois de 2013. Além disso, não ficou definido o montante de recursos que esse sistema teria à disposição e de onde virão os recursos. E a resposta dos investidores não foi tal como esperada. Os títulos de dívida soberana da Irlanda atingiram patamares históricos e também produziram um efeito contágio sobre os títulos de Portugal, Espanha, Itália e Bélgica.

O cenário atual na Europa parece a continuação de um filme que entrou em cartaz a pouco tempo no mundo econômico. No início da crise, em 2008, diversas medidas paliativas foram tentadas. Somente após uma seqüência de falhas em conter a “sangria” nos mercados financeiros, aprovando pacotes de ajuda em magnitude o suficiente para dar credibilidade aos investidores e poupadores, ao mesmo tempo em que foi coordenada uma ação entre diversos países, é que a situação se normalizou.

O mercado de trabalho internacional em perspectiva

A fragilidade do mercado de trabalho nos EUA tem sido um dos elementos mais importantes na análise do processo de recuperação da crise. A atividade da Construção Civil foi uma das que mais sentiu esse cenário de retração econômica e, como é um setor que tem forte efeito multiplicador sobre os empregos, sua retração também teve fortes impactos no mercado de trabalho global.

Como desde então, esse setor não se recuperou, os empregos também não mostraram reação. Porém, os números mais recentes sobre o mercado de trabalho nos EUA, relativos a outubro, sinalizaram uma pequena melhora na criação de empregos. De qualquer forma, o resultado ainda é muito tímido a ponto de reduzir a taxa de desemprego da economia, que continua se mantendo a cima de 9% e se configura em um recorde pelo tempo e intensidade que perdura. São cerca de 6,2 milhões de pessoas que estão desempregadas por mais de seis meses. Ou seja, o desemprego veio e com ele seguiu-se a maior taxa de duração do desemprego desde o pós-guerra, impondo um pesado fardo para o sistema de seguro-desemprego do país e também dos estados.

Apesar das ações do Governo em estender os benefícios do seguro-desemprego para além de seis meses, alcançando as 99 semanas, o fato é que há cerca de 2 milhões de pessoas que estão flertando com o fim desses benefícios no encerramento do ano. Além disso, em abril de 2011 o programa irá se encerrar por completo e, devendo atingir mais 2 milhões de trabalhadores.

Mas, os problemas relacionados ao mercado de trabalho não estão restritos ao aspecto conjuntural e somente à economia americana. De acordo com estudo² da OECD(2010), há diversas questões estruturais que irão demandar uma série de reformas nos próximos anos. Um ponto interessante envolve a questão dos trabalhadores incapacitados. Os acontecimentos recentes lançaram luz sobre um comportamento que até então não estava na agenda dos governantes: porque as pessoas em idade ativa, principalmente entre 20 e 34 anos, estão deixando o mercado de trabalho mesmo em boas condições de saúde, para terem benefícios sociais de longo prazo, como aqueles destinados a trabalhadores considerados incapazes?

² OECD, *Sickness, Disability and Work: Breaking the Barriers A Synthesis of Findings across OECD Countries*, 2010. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/sickness-disability-and-work-breaking-the-barriers_9789264088856-en .

Essa é uma situação considerada atípica. Por exemplo, antes da crise, havia 30,2 milhões de pessoas que recebiam benefícios sociais por incapacidade, dentre os países da OCDE. Esse número era maior do que os 28 milhões que recebiam seguro-desemprego. Claramente, há uma distorção nesse mercado e que envolve diversos agentes, como o setor público, as empresas, os médicos e também os sindicatos. E os impactos desses benefícios sociais não são pequenos. De acordo com estimativas, atualmente os países da OCDE destinam o equivalente a 10% de todo o gasto público, ou cerca de 2% do PIB, para manter benefícios a trabalhadores incapacitados. Isso representa quase duas vezes os custos relacionados ao benefício desemprego.

Recuperar a dinâmica do mercado de trabalho em países que flertam com um rápido envelhecimento da população, é ponto crucial para manter a competitividade e a qualidade de vida. Além disso, é necessário eliminar fricções que impedem o ajuste cíclico do emprego a situações de crise, como a presenciada recentemente. Certamente, o tema mercado de trabalho estará na agenda de reformas para os próximos anos, e se constitui em um importante desafio para os governantes.

Índia: a China do futuro?

O aumento esperado da força de trabalho indiana levanta uma importante discussão a respeito das potencialidades do País. Entretanto, para que estas possam se concretizar, é necessário sanar uma série de fragilidades existentes.

Na última década o mundo assistiu a China ganhar espaço no cenário econômico internacional. Com custos de mão-de-obra consideravelmente baixos, o País gerou ganhos de competitividade, o que, por sua vez, contribuiu para que alcançasse altas taxas de crescimento do produto. Recentemente, o Goldman Sachs realizou um estudo sobre outro importante País, a Índia, com foco no aumento esperado da força de trabalho indiana nas próximas décadas. Estima-se que, entre os anos de 2010 e 2020, deverão entrar para a população potencialmente ativa (PPA) deste País cerca de 110 milhões de pessoas. Entre os anos de 1991 e 2010, a China teve um aumento de 141 milhões de pessoas nesta parcela da população. Esta similaridade, dentre outras, sugere que a Índia pode ter desempenho econômico similar à China nos próximos anos.

Para que se tenha ideia da real magnitude do número projetado para a Índia, basta que seja feita uma comparação com o aumento esperado para outros países. No mesmo período, as estimativas populacionais indicam que cerca de 16 milhões de pessoas entrarão para esta parcela da população no Brasil e na China (em cada um destes países). Nos Estados Unidos, espera-se que o aumento da PPA seja menor, de aproximadamente 10 milhões. No mesmo grupo populacional, estima-se que, no Japão, haverá uma queda da ordem de 3 milhões de pessoas.

A evolução tardia da pirâmide etária indiana, em comparação com os demais países do leste asiático, se deve a um declínio mais gradual das taxas de natalidade e mortalidade nas décadas de 1960 e 1970, o que resultou em um processo de transição demográfica mais lento. As estimativas indicam que a população potencialmente ativa do País crescerá até 2040, porém, em ritmo menos acelerado do aquele que será observado na próxima década.

A Índia pode se beneficiar deste cenário de diversas formas. Atualmente, o acesso ao crédito e ao capital global é consideravelmente mais fácil do que nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, os avanços na tecnologia de informação e nas comunicações têm contribuído significativamente para o aumento da produtividade. Por fim, destaca-se que a

força de trabalho indiana aumentará no mesmo período em que esta parcela da população estará diminuindo em diversos países ao redor do mundo. Este fator, combinado com o baixo custo do trabalho observado no País, tende a torná-lo um grande atrativo. Na Índia, a remuneração de um trabalhador por hora na indústria é de cerca de um dólar. No Brasil e no México, este custo sobe para US\$ 5,01 e US\$ 3,07, respectivamente.

Há três principais fatores que estão conduzindo a este expressivo crescimento da força de trabalho indiana: o aumento da urbanização, da participação de mulheres no mercado de trabalho e das pessoas que estão na faixa etária entre 30 e 49 anos. As estimativas mostram que cerca de 290 milhões de indianos devem se mudar para as cidades até 2030, sendo que este número pode chegar a 640 milhões em 2050. Atualmente, a participação de mulheres na força de trabalho na Índia é baixa, de 33%. Entretanto, importantes mudanças, como aumento do acesso à educação, melhorias na saúde e retardamento dos casamentos e do nascimento de filhos, tendem a alterar este cenário.

As estimativas do Goldman Sachs indicam que estes fatores podem levar a um aumento de 4 p.p. na taxa de crescimento do PIB anual do País na próxima década. Uma das conseqüências desta nova configuração demográfica é o aumento esperado nos gastos de consumo, que em 2020 devem ser 3,5 vezes superiores ao observado para 2010. Ainda, a composição destes gastos sofrerá modificações, sendo que o aumento das despesas com serviços deve ser consideravelmente mais elevado em relação ao que será observado para a demanda de bens. Gastos com saúde e educação serão os principais destinos, devendo, em 2020, ser mais de 5 vezes superior ao observado em 2010. Outra importante conseqüência da nova configuração da pirâmide etária indiana é o aumento da taxa de poupança doméstica. As projeções do Goldman Sachs sugerem que esta deva subir para 40% do PIB até 2016, se mantendo neste nível até o final da década.

Entretanto, para que estas potencialidades possam se concretizar, a Índia deve superar uma série de fragilidades existentes, necessitando, por exemplo, investir fortemente em educação e na qualificação dos trabalhadores. Outra necessidade latente é a reforma das leis trabalhistas. Na Índia, para que uma empresa com mais de 100 funcionários possa realizar demissões, é preciso pedir a permissão do Governo. Ainda, o Índice de Proteção do Emprego, calculado pela OCDE, coloca o País como o que possui o oitavo mercado de trabalho mais rígido, dentre os 40 países pesquisados. É sabido que fortes restrições em se admitir e demitir trabalhadores aumentam os custos e diminuem a competitividade. Sem que importantes reformas sejam realizadas, é possível que as potencialidades não saiam do campo potencial.

Publicado no Informe Econômico N° 40 de 04/10/2010

A compra de títulos por parte do Banco Central do EUA

Para tentar evitar que a economia norte-americana ingresse em um novo processo recessivo, o Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos) anunciou no início de novembro de 2010, um novo plano de compra de títulos privados para evitar o enxugamento do crédito na economia e o crescimento das taxas de juros de longo prazo. Anteriormente foi usada estratégia parecida, e que ficou conhecida como *Quantitative Easing* (QE). Esse novo plano está sendo denominado de QE-II.

O Presidente do Federal Reserve (FED), Ben Bernanke, em diversas oportunidades disse que não repetiria os mesmos erros cometidos pelos dirigentes do

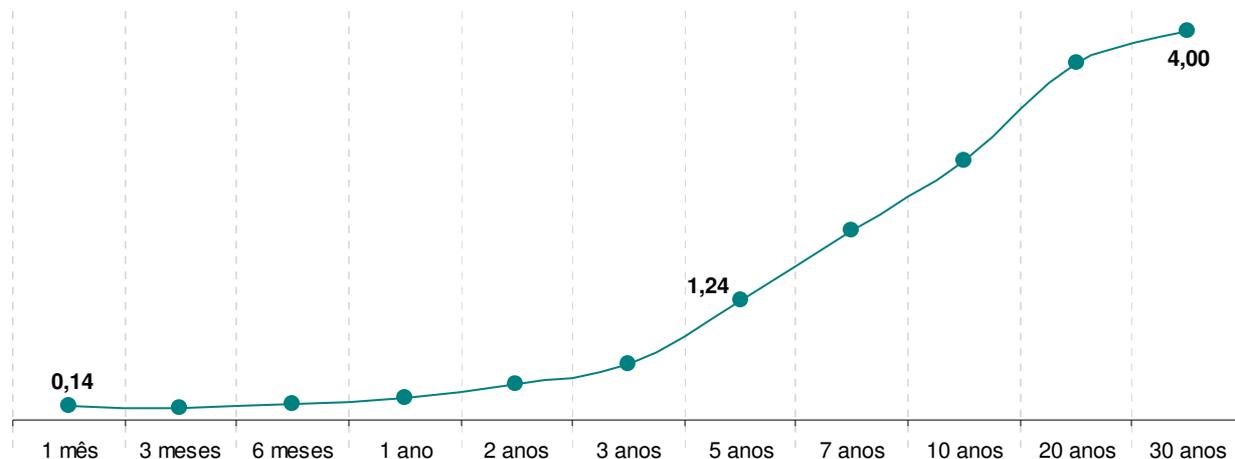
FED na época da grande depressão de 1929, em especial no período de 1930 a 1933. Destaca-se que os erros aos quais ele se referia eram a da forte contração da base monetária que o FED produziu naquela época, e que, até hoje, seus impactos sobre a dimensão e durabilidade da crise é motivo de debate dentre os economistas.

Na verdade, muitos especialistas atribuem, em especial um conhecido economista Milton Friedman, que o colapso da economia ocorreu porque o FED não agiu corretamente ao defrontar-se com a crise bancária e de confiança, promovendo uma forte contração na quantidade de dinheiro em circulação, o que levou os EUA a anos de recessão econômica.

Desse modo, o remédio prescrito por Bernanke é o mesmo do *Quantitative Easing I* (QEI). Para que se entenda esse processo, uma política de *Quantitative Easing* (QE) consiste, basicamente, num aumento da base monetária da economia. Isso pode ocorrer de várias formas mas, normalmente, se dá através da compra de títulos públicos. Essa estratégia acaba por afetar o preço desses ativos, contribuindo para modificar a taxa de juros de longo prazo da economia. Como o movimento é de compra de títulos, o impacto esperado é de redução dos juros.

Destaca-se que essas políticas são usualmente evocadas quando os métodos normais de condução da política monetária – via taxa básica de juros ou taxa de redesconto do crédito interbancário – já foram esgotadas ou, as taxas de juros de curto prazo já estão próximas a zero. E essa é a situação corrente nos EUA, como pode ser visto no Gráfico 1.2, que mostra a curva de juros dos EUA.

Gráfico 1.2. Curva de juros nos EUA
(em % ao ano)



Fonte: FRED/FED St. Louis. Dados de 29/10/2010.

É importante lembrar que o *QE I* ocorreu em várias rodadas entre meados de 2009 até início de 2010. Nesse período o FED adquiriu cerca de US\$ 1,7 trilhão de títulos lastreados em hipotecas. É difícil avaliar o quanto da recuperação da economia deveu-se ao *QE I*. Mas, o fato é que, nos últimos quatro meses, a atividade voltou a se mostrar estagnada, e o crescimento ficou abaixo do esperado. Assim, de acordo com o anúncio da autoridade monetária, o *QE II* pretende, até o final de junho de 2011, usar mais US\$ 900 bilhões para a compra de títulos públicos. Desse total, cerca de US\$ 300 bilhões são valores ligados ao principal de hipotecas que estão vencendo, e que o Banco Central pretende usar novamente. Vale destacar quem, ao fazer uso dessa estratégia, ou seja,

compra de títulos do tesouro de longo prazo, de três a cinco anos, o FED facilita os empréstimos para os setores ligados a investimento e consumo.

Desse modo, conforme dados do FED, o plano será implementado em um ritmo de US\$ 100 bilhões/mês. Porém, a perspectiva é que esse ritmo seja acelerado na medida em que a economia não mostre sinais de recuperação, sendo que o estímulo pode atingir até US\$ 1,5 trilhão.

A questão da real efetividade do plano para impulsionar a economia parece ficar em segundo plano, visto que se trata de uma política “mais do mesmo”. Porém, fatores como a alta taxa de desemprego, o alto grau de ociosidade na indústria e o risco de deflação parece criar o ambiente perfeito para uma expansão quantitativa, sem maiores riscos no curto prazo.

De fato, a taxa de desemprego tem sido o calcanhar de Aquiles do Governo Americano, sendo esta, possivelmente, a estatística que mais tem determinado a sua crescente impopularidade. Desde maio de 2009 a taxa de desemprego rompeu a barreira de 9,0% e assim permaneceu, sendo que o ápice foi atingido em outubro de 2009 (10,1%) e nos últimos três meses – agosto, setembro e outubro de 2010 – permaneceu em 9,6%. Quando se compara esse resultado com o observado para a média da década imediatamente anterior à crise, o resultado é ainda mais surpreendente. Nos dez anos terminados em 2007, a taxa de desemprego média ficou em 5%.

Gráfico 1.3. Nível de utilização da capacidade instalada - indústria geral
(% da capacidade total)

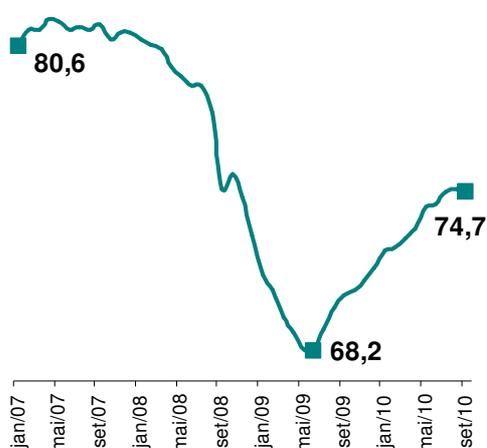
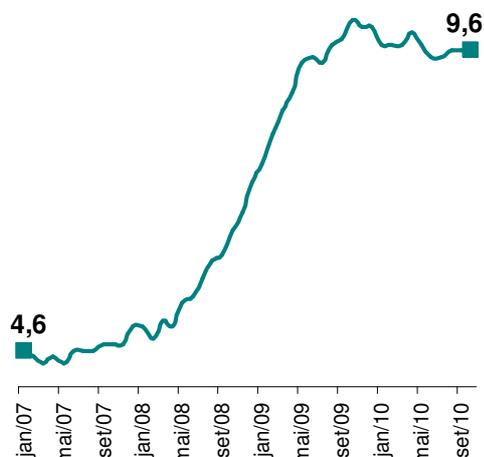


Gráfico 1.4. Taxa de desemprego
(% das pessoas com 16 ou mais anos de idade)



Fonte: FRED/FED St. Louis.

A capacidade do QE II em estimular a economia dos EUA ainda é incerta. Porém, espera-se um impacto sobre outros mercados, em especial a taxa de câmbio. Assim, é bem provável que o dólar ficará ainda mais enfraquecido e o poder de compra do consumidor americano diminuirá, principalmente dos produtos importados. Nesse caso, as exportações norte-americanas ficarão mais baratas e a tendência é que o consumo de bens produzidos internamente aumente. Além disso, o crédito ao consumidor e também a investidores ficará ainda mais barato, podendo impulsionar a decisão de investimento.

Porém, há riscos de que essa medida não seja efetiva e, esses estão exatamente centrados na incapacidade de que o aumento da liquidez se traduza em consumo e investimentos. Ou seja, os recursos que serão colocados na economia podem não ser

investidos na produção e continuar no mercado financeiro, migrando, inclusive, para países emergentes, onde as taxas de retorno são muito mais atrativas.

É nesse ponto que entra em perspectiva uma discussão que ultrapassa as fronteiras americanas, e atinge o mercado de câmbio de outros países. Se realmente boa parte do dólar utilizado para comprar títulos de longo prazo migrar para os mercados emergentes, os impactos esperados podem ser parecidos com o que já se tem observado no período pós-crise, ou seja, os investidores lançaram-se na busca de maiores retornos, inflando o preço de diversos outros ativos, como commodities, e forçando uma valorização das moedas.

Portanto, não será surpresa se outros países anunciarem novas medidas de intervenção no mercado de câmbio, a exemplo do Brasil ou então intensificar as medidas que já adotou anteriormente. Nesse caso, destacam-se o aumento de reservas e a maior taxação e controle temporário de capitais. Contudo, é preciso que os governantes proponham ou implementem algo novo, mas conhecido, como aumentar o superávit primário. Destaca-se que somente com uma maior taxa de poupança interna será possível diminuir a dependência de capitais externos, e cabe ao agente mais endividado promover esse equilíbrio.

O que representa a entrada do Chile para a OCDE

A entrada do Chile para o grupo da OCDE representa muito mais do que benefícios para a economia e a sociedade. O efeito demonstração para a região vem em um momento oportuno, e destaca o país do cenário de populismo que assombra a América Latina.

No início do ano, o Chile assinou sua concordância de acesso para a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), instituição criada a quase cinquenta anos e composta de 30 países desenvolvidos e que, agora, tem seu 31º membro. Apesar do convite formal ter ocorrido em maio de 2007, o mesmo ainda precisa ser ratificado pelo Parlamento. Nesses dois anos, ocorreram várias reuniões técnicas, muitas das recomendações de reformas estruturais indicadas pela instituição foram implementadas pelo Chile.

Dentre elas destaca-se a adoção de critérios de governança corporativa na empresa estatal de cobre (Codelco), melhora no fornecimento de informações no mercado de capitais, adoção de padrões de regulação internacionais no sistema financeiro além de leis de competição no setor privado e de proteção ao consumidor. Outro ponto de destaque é a inserção do Chile em um programa voltado ao meio-ambiente, como uma política de segurança química e a criação de instituições de proteção ao meio-ambiente.

Há outros itens a serem implementados nos próximos anos como parte do programa de equalização das regras entre os países membros. Por exemplo, a adoção de regras no segmento de comunicação eletrônica e a liberalização do movimento de capitais.

Para alguns pode parecer uma simples formalização técnica mas, a aceitação do Chile como o primeiro país da América do Sul a entrar na instituição, é o reconhecimento de duas décadas de boas práticas de gestão pública e reformas pró-mercado. Além disso, tem um efeito demonstração positivo para a região, frequentemente combatida com os ímpetos de socialização do capital e medidas populistas.

Há muitas vantagens para um país fazer parte da OCDE. Em primeiro lugar, a instituição fornece um conjunto de informações estatísticas e estudos à comunidade

internacional, que são perfeitamente comparáveis. Ou seja, as metodologias de cálculo de diversas variáveis econômicas ou relacionadas a indicadores sociais, são padronizadas. Isso facilita o entendimento por parte dos estrangeiros do funcionamento da economia e pode contribuir para a atração de novos investimentos. A transparência nas informações é fundamental no processo de inserção internacional.

Outro ponto de destaque é a existência de fóruns permanentes de discussão sobre novas regras internacionais em diversas áreas, como por exemplo, combate à corrupção, lavagem de dinheiro, regulação financeira e a adoção de práticas de governança no setor público e privado. O uso de leis comuns entre os países facilita o trânsito de pessoas, a troca de cultura e tecnologia, o investimento e também o comércio de bens e serviços. Ou seja, facilita “a vida” de investidores e empresas, uma vez que se encontra um sistema de regras para as empresas que são comuns entre os países no qual se mantém relações comerciais. Isso gera enormes ganhos de escala e reduz custos de aprendizado e adaptação de documentos e de toda a burocracia envolvida.

No campo financeiro, há muitas outras vantagens. No capítulo que fala da liberalização do movimento de capitais, o país assume o compromisso de estender a todos os demais membros da OCDE qualquer tratamento preferencial existente. Isso significa que, o que vale para um país, vale para todos. Da mesma forma, o Chile passa a fazer parte das regras de investimento criadas pelos outros países. Isso reduz de maneira significativa os esforços de roadshow que um país, ou até mesmo as empresas que entram em um sistema de IPO (abertura de capital) tem que fazer entre os investidores para atrair recursos. A mesma “universalização” de regras também se aplica a outras áreas onde o país tem acordos de preferência, como por exemplo, na área de comunicação e transporte marítimo. Também há recomendações para o uso de práticas e leis no campo da biomedicina, pesquisa genética e acesso a dados de pesquisa que são financiados com recursos públicos.

O que se nota com essa ação é um enorme potencial de novos negócios e a redução de custos naqueles já atuantes. Tudo isso deve representar um salto de produtividade no setor produtivo e na melhoria das regras e na relação público-privado. Ou seja, muito mais do que o “selo” de grau de investimento, a entrada do Chile para a OCDE coloca o país no “radar” da comunidade internacional, com mais de 80% do PIB mundial.

Outros cinco países também foram convidados e estão sendo avaliados, dentre eles a Rússia, a única no BRIC que se encontra nesse estágio. O Brasil está como “cooperador”, não tendo recebido ainda o convite formal. Por mais que isso seja importante, há um abismo entre essa cooperação e a efetiva participação do grupo. Para tal, teremos que aceitar determinadas regras mais críveis e abandonar práticas não aceitas pelos países mais desenvolvidos. Isso pode demandar esforço político. As oportunidades são grandes mas, como “país do futuro”, ainda estamos bem atrás do Chile.

Publicado no Informe Económico N° 03 de 18/01/2010

Perspectivas para 2011

Do ponto de vista da economia internacional, o ano de 2010 pode ser dividido em duas partes. Entre janeiro e meados do ano, os países desenvolvidos apresentaram taxas

de crescimento da indústria e do comércio que ainda suscitavam uma expectativa de retomada mais consistente, a ponto de se imaginar que a crise poderia ser superada ainda em 2011.

Porém, na medida em que os problemas fiscais, em especial dos países europeus, foram ganhando espaço, juntamente com as fragilidades do mercado de trabalho, essas percepções se modificaram. Soma-se a esses, os diversos embates políticos na esteira de importantes reformas dos sistemas de previdência e demais estruturas do setor público e, o que se desenhou para o segundo semestre foi menor expansão econômica conjugada com greves e muita disputa política, com posições que vão de encontro ao que entende como a posição mais coerente para gerar competitividade.

Os problemas internos dos países são tão graves que acabaram por afetar as discussões de âmbito internacional, avançando sobre instituições como a Organização Mundial do Comércio e as reuniões de líderes, como o G-20. No centro desse debate estão as discussões sobre as estratégias de afrouxamento monetário dos países, a questão cambial e, porque não dizer, as diversas ações de protecionismo comercial.

Essa é a herança que fica para 2011. Um mundo mais fragmentado do ponto de vista comercial e político e às voltas com a necessidade de reformas tão importantes quanto as que aconteceram no pós-guerra, seja do ponto de vista dos países, seja relacionada a instituições que possam ter representatividade internacional. Nesse caso, ganho corpo a constituição de uma instituição que possa ser uma espécie de guardião do sistema financeiro.

Assim, o cenário internacional prospectivo para 2011 carrega muita dose de incerteza. Apesar de cogitar três possíveis cenários, aqui usamos apenas as previsões feitas pelo FMI em seu World Economic Outlook, e que traz uma visão global sobre a perspectiva de desempenho do PIB. O que pode vir a modificar a materialização desse cenário é a consolidação de uma nova crise, também centrada nos países emergentes. É claro que a mesma teria proporções menores do que a de 2007-2009 mas, seria o suficiente para retardar, ainda mais, a retomada da economia mundial. Nesse caso, certamente os países emergentes seriam envolvidos.

Tabela 1.2. Perspectivas para 2011

(Var. % do PIB)

	2010	2011
Economias Avançadas	2,7	2,2
EUA	2,6	2,3
Região do Euro	1,7	1,5
Alemanha	3,3	2,0
França	1,6	1,6
Itália	1,0	1,0
Espanha	-3,0	0,7
Japão	2,8	1,5
Reino Unido	1,7	2,0
Canadá	3,1	2,7
Emergentes e em Desenv.	7,1	6,4
África	5,0	5,5
Europa Leste e Central	3,7	3,1
Rússia	4,0	4,3
China	10,5	9,6
Índia	9,7	8,4
Oriente Médio	4,1	5,1
Brasil*	7,5	4,1
México	5,0	3,9
Mundo	4,8	4,2

Fonte: WEO/IMF.

FIERGS
CERSI
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

PARTE II
BRASIL

SESI

CIGARRA OU FORMIGA?

Nos últimos anos o crescimento da economia brasileira esteve centrado no modelo de consumo, com forte elevação dos gastos públicos e o incentivo ao consumo das famílias.

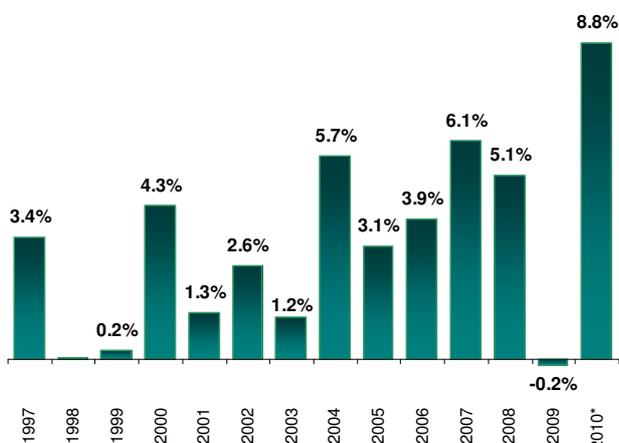
Porém, os sinais de desequilíbrio entre oferta e demanda são nítidos, seja do ponto de vista interno, quanto das contas externas, o que deve ensejar, para o próximo governo, a mudança do modelo para produção. O país deve deixar de ser cigarra para se tornar uma formiga.

PIB da cigarra

O ano de 2010 deve se encerrar com o melhor resultado do PIB em décadas. Acumulado no primeiro semestre a expansão é de 8,8% sobre o mesmo período do ano passado³. Alguns fatores ajudam a explicar esse cenário. Em primeiro lugar a baixa base de comparação, que foi o ano de 2009, após a queda de 0,2% no PIB, a primeira do Plano Real. Em segundo lugar, a implementação de um amplo programa de incentivo à economia, que teve início ao final de 2008 com as ações de provimento de liquidez, por parte do Banco Central, tanto com redução de juros quanto com liberação de recursos para bancos em necessidade de financiamento de curto prazo.

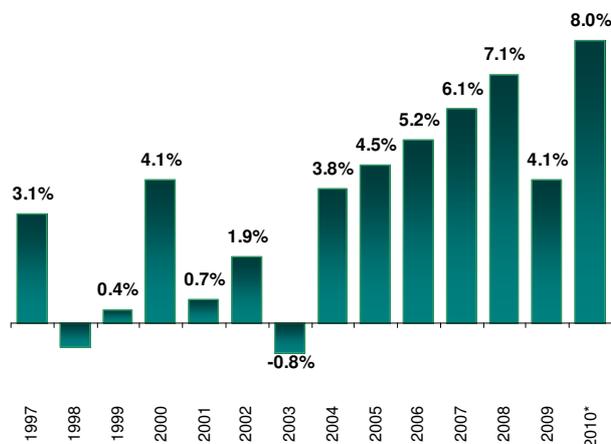
Essas medidas contribuíram para evitar uma queda no crédito, um dos principais vetores desse cenário de crescimento. Por outro lado, o governo adotou medidas fiscais importantes, como a redução do IPI dos automóveis que, na seqüência, se expandiu para a redução de tributos de outros produtos. Concomitantemente, uma das ações mais contundentes foi o aumento do gasto público corrente, como forma de manter a demanda aquecida, apesar de que essa linha de ação não se modificou nos últimos anos.

Gráfico 2.1. Evolução do PIB total
(Var.% anual)



Fonte: IBGE. * acumulado no primeiro semestre.

Gráfico 2.2. Evolução do consumo das famílias
(Var.% anual)



Fonte: IBGE. *acumulado no primeiro semestre.

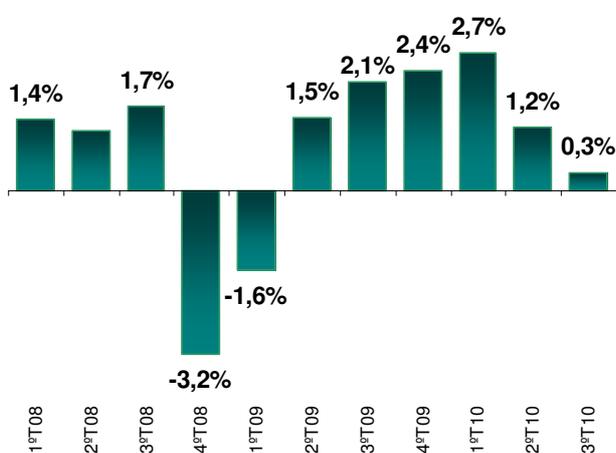
³ Até o momento da elaboração desse artigo o PIB do 3º trimestre não tinha ainda sido divulgado pelo IBGE.

O resultado não poderia ser diferente do esperado, uma economia que rapidamente aqueceu-se, a ponto de colocar em perspectiva futuras pressões inflacionárias – ver capítulo sobre o tema de política monetária. Destaca-se que o carro-chefe nesse cenário tem sido o consumo das famílias, que também deve ter seu melhor resultado em décadas, inclusive superando o desempenho dos primeiros anos do Plano Real. Como mostra o gráfico 2.1. e 2.2, fica claro que o modelo de crescimento do Brasil passou a ser o consumo, em especial o das famílias, que em quase todos os anos, superou a expansão do PIB. O resultado mais nítido desse modelo foi o ano de 2009. Mesmo com o PIB total caindo 0,2%, o consumo das famílias se expandiu 4,1%.

Mas, são nítidos os sinais de que esse modelo já se encontra em processo de esgotamento. Como pode ser visto no gráfico 2.3, após as duas quedas trimestrais seguidas, o PIB entrou em uma trajetória crescente, iniciando em 1,5% no 2º trimestre de 2009 e encerrando, no primeiro trimestre de 2010, sua maior taxa de expansão em décadas. O resultado de 2,7% de expansão entre janeiro e março desse ano representou nada menos do que 11,3% ao ano.

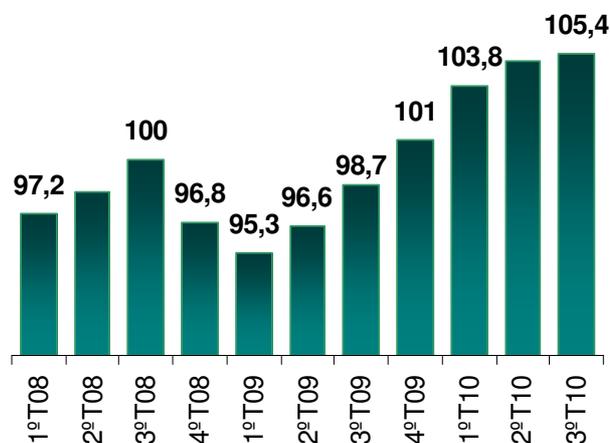
Claramente esse parece ser um resultado insustentável pelo modelo de crescimento atual, centrado no gasto, e com pouca participação dos investimentos. Assim, é que, o resultado do segundo trimestre já veio mais em linha com uma perspectiva de médio prazo mais coerente com a média histórica de crescimento da economia brasileira. A expansão de 1,2% equivale a um PIB com aumento de 5% ao ano. Porém, de acordo com o IBC-BR, um indicador de atividade construído pelo Banco Central do Brasil para medir o PIB em escala mensal, no terceiro trimestre de 2010 o PIB pode ter se expandido apenas 0,3%, o que equivale a uma taxa anualizada de 1,4%.

Gráfico 2.3. Evolução do PIB
(var.% sobre trimestre anterior)



Fonte: IBGE e BCB. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.4. Evolução do PIB
(Nº índice 2008-III=100)



Fonte: IBGE e BCB. Dados dessazonalizados

O mais interessante a avaliar em todo esse cenário é a agregação de riqueza ocorrida nesses oito trimestres do pós-crise. Como pode ser visto no gráfico 2.4, colocando o 3º trimestre do ano de 2008 na base 100, ou seja, o melhor resultado do pré-crise, vemos que essa representou, para a economia brasileira, uma retração de 4,7% em apenas dois trimestres, com o índice caindo para 95,3. Nesse caso, a recuperação das perdas desse período só se concretizou ao final de 2009, quando o número índice voltou ao patamar de 101. A partir de então, podemos dizer que “pagamos a crise”, e todo o crescimento do ano de 2010 realmente ocorreu sobre o adicional de 2008. Sendo assim,

se o resultado do 3º trimestre vier em linha com o projetado pelo Banco Central então, o PIB deve estar em cerca de 5,4% acima do patamar pré-crise. Um número muito pequeno para dois anos, o que dá uma taxa média de 2,6% de crescimento.

Sendo assim, o efeito da base de comparação sobre o resultado estatístico do PIB no ano de 2010 é tão nítido que, mesmo que 4º trimestre desse ano a expansão seja nula, relativamente ao 3º trimestre, no acumulado do ano o PIB, ainda assim, o PIB irá crescer 7,2%. Esse é o que chamamos de efeito carregamento, e essa taxa pode se configurar no menor resultado esperado para o ano, uma vez que será natural um crescimento da economia no último trimestre.

A ajuda da natureza

O setor primário deu uma contribuição positiva para o desempenho do PIB nos últimos meses, seja com a produção agrícola ou então na pecuária. E os bons resultados ocorreram tanto em termos de quantidade quanto de renda. Destaca-se que mesmo diante de um câmbio valorizado, o aumento do preço das commodities no cenário internacional contribuiu para manter a rentabilidade do setor exportador – ver capítulo sobre setor externo. Outro ponto de destaque foi a ausência de intempéries que pudessem representar quebra de safra. Porém, como mostra a tabela 2.1, o primeiro prognóstico do IBGE para a safra de 2010/11 sinaliza uma queda de 2,8%, que deve estar concentrada nas perdas de quantidade por parte do milho e trigo. A soja, por outro lado, deve se manter estável. Esse resultados devem ser vistos à luz de muita incerteza para o período, uma vez que é apenas o primeiro levantamento da produção e há a expectativa de mudança climática para o 1º trimestre de 2011, e que pode atingir culturas importantes.

Tabela 2.1. Previsão da Safra - Brasil
(em mil toneladas)

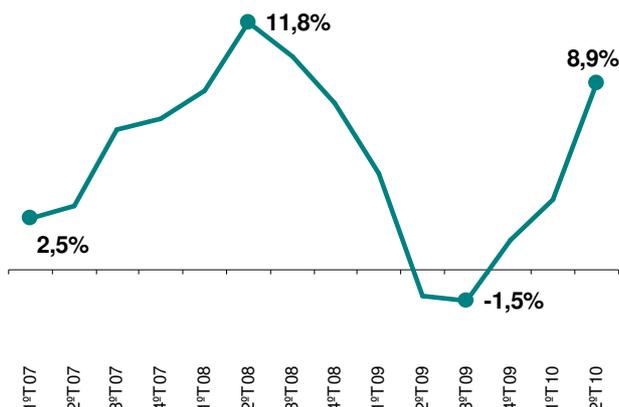
	Safra 2010	Safra 2011	Var.%
Algodão herbáceo	1,788,552	2,280,989	27.5%
Amendoim (1ª Safra)	203,698	180,314	-11.5%
Amendoim (2ª Safra)	28,328	24,427	-13.8%
Arroz	11,316,525	12,209,458	7.9%
Aveia	327,223	275,574	-15.8%
Centeio	3,170	2,868	-9.5%
Cevada	265,540	239,515	-9.8%
Feijão (1ª Safra)	1,572,746	1,977,785	25.8%
Feijão (2ª Safra)	1,223,802	1,176,120	-3.9%
Feijão (3ª Safra)	470,190	430,758	-8.4%
Girassol	80,890	89,882	11.1%
Mamona	82,776	136,968	65.5%
Milho (1ª Safra)	33,803,717	31,252,857	-7.5%
Milho (2ª Safra)	21,805,759	19,547,665	-10.4%
Soja	68,500,880	68,105,153	-0.6%
Sorgo	1,495,440	1,598,251	6.9%
Trigo	5,669,231	4,869,641	-14.1%
Triticale	114,379	142,489	24.6%
Total	148,752,846	144,540,714	-2.8%

Fonte: IBGE/LSPA de outubro de 2010

Já a pecuária apresenta um cenário um pouco mais distinto da agricultura. Como podemos ver no gráfico 2.5, a produção de leite industrializado está em franca recuperação, após uma forte retração entre o final de 2008 e o último trimestre de 2009. O crescimento de 8,9% no acumulado em 12 meses sinaliza a continuidade de resultados

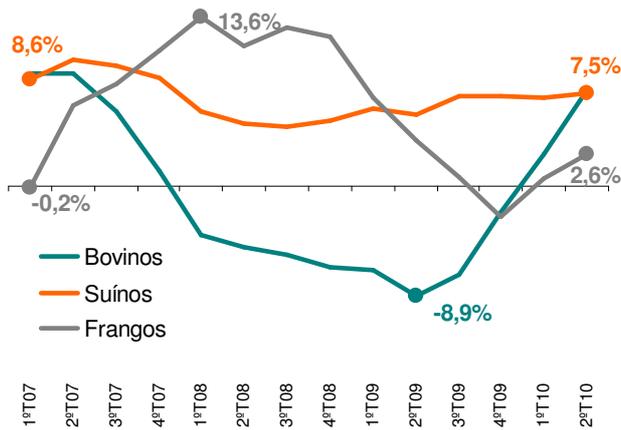
melhores no ano de 2010 e gera um efeito carregamento positivo para o ano de 2011. No caso do segmento de abate de animais os melhores resultados do ano são verificados entre os bovinos e suínos, com a diferença de que os primeiros apresentam uma trajetória de recuperação, ao passo que, no caso dos suínos, nota-se uma estabilidade na taxa de crescimento em torno de 7,5%. O abate de frangos também se recupera no ano de 2010 mas, em um ritmo mais lento. No geral, o segmento de abate de animais pode se beneficiar de um cenário positivo no front externo, em especial para países emergentes.

Gráfico 2.5. Leite Industrializado
(Var.% acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.6. Abate de Animais
(Var.% acumulada em 12 meses)



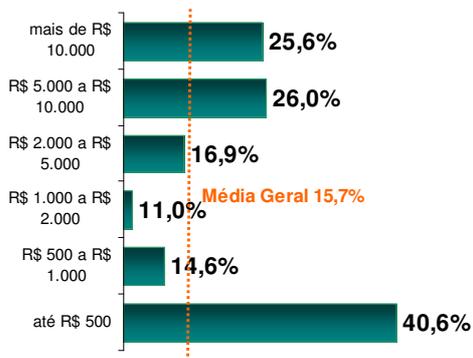
Fonte: IBGE

Um empurrãozinho do crédito

Sem dúvida alguma, o crédito foi um dos principais vetores nesse cenário de crescimento da economia brasileira durante o período de recuperação da crise. E esses resultados foram positivos tanto pelo lado da demanda quanto pela oferta. No primeiro caso, como mostra o gráfico 2.7, o destaque fica para a expansão na faixa de renda dos consumidores que ganham até R\$ 500/mês, com mais de 40% de crescimento no acumulado do ano. Avanços significativos na demanda por crédito também ocorreram dentre aqueles consumidores localizados nas faixas de renda mais alta porém, a um ritmo menor. No geral, a demanda por crédito por parte do consumidor avançou 15% no ano.

Gráfico 2.7. Demanda do Consumidor por Crédito

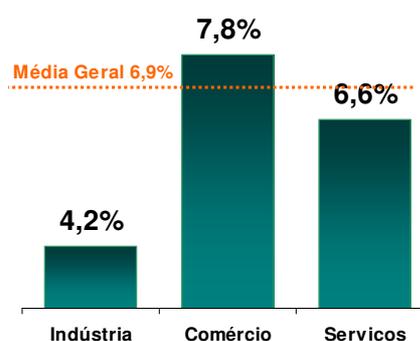
(Var% acumulada no ano até outubro)



Fonte: Serasa Experian

Gráfico 2.8. Demanda das Empresas por Crédito

(Var% acumulada no ano até outubro)



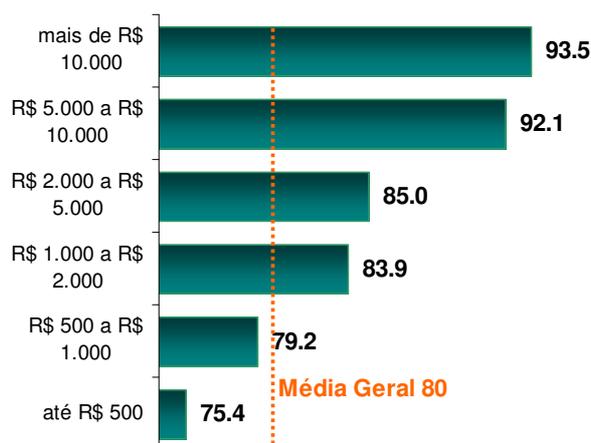
Fonte: Serasa Experian

Comparando esses resultados com aqueles observados para as empresas, como mostra o gráfico 2.8, nota-se que há muito mais vigor na demanda de consumidores do que de empresas, cuja expansão no ano foi de apenas 6,9%. Dentre as atividades econômicas podemos destacar a maior demanda por parte do comércio, com quase o dobro de crescimento do verificado na indústria. Esse resultado pode estar refletindo, em especial, as maiores vendas nesse segmento, com mais consumidores indo às compras, e gerando a necessidade do comércio em financiar parte dessas.

Um ponto importante a avaliar nesse cenário é como tem se comportado esse avanço do crédito e o nível de inadimplência do mesmo. Como mostra o gráfico 2.9, quando esse é medido pelo lado do consumidor, os créditos com maior qualidade são aqueles relacionados a classes de renda mais elevada⁴. Esse já era um resultado esperado, dadas diversas características como, por exemplo, a capacidade de pagamento. Quando medido em relação ao 3º trimestre de 2009 o indicador permanece praticamente estável.

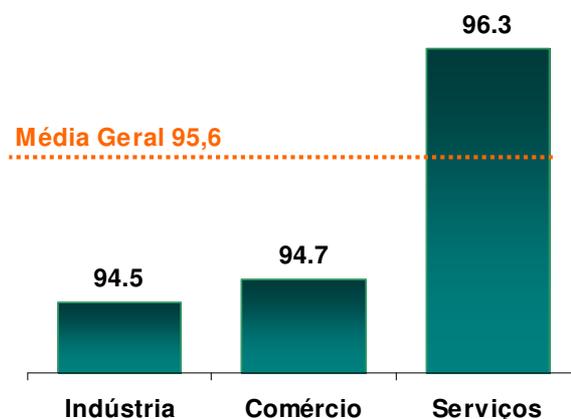
Cenário idêntico pode ser verificado para o indicador de qualidade do crédito para as empresas. Os resultados mostrados no gráfico 2.10 sinalizam um elevado patamar desse, com destaque para o setor de serviços. Comparativamente ao 3º trimestre de 2009, o indicador também permanece praticamente estável.

Gráfico 2.9. Qualidade do Crédito ao Consumidor
(Nº índice – 3º trimestre de 2010)



Fonte: Serasa Experian

Gráfico 2.10. Qualidade do Crédito para as Empresas
(Nº índice – 3º trimestre de 2010)



Fonte: Serasa Experian

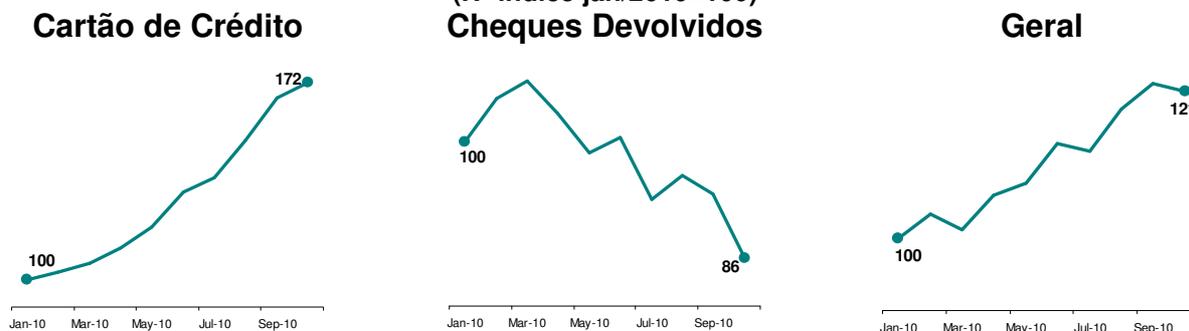
Porém, quando avaliamos o comportamento da inadimplência, os resultados são ligeiramente diferentes, sendo possível identificar um forte aumento da mesma em determinadas modalidades. Quando é medida de uma forma geral, a inadimplência está 21% maior do que o resultado de janeiro de 2010, como pode ser visto no conjunto⁵ de gráficos 2.11. Nesse caso, o número índice de base 100 em janeiro de 2010 passou para 121 em outubro do mesmo ano. De seus componentes, com certeza, aquele que tem dado a maior contribuição para esse aumento é a inadimplência com cartão de crédito, atraso junto a financeiras e não financeiras, com elevação de 72% em seu indicador. Por

⁴ De acordo com a metodologia da instituição que calcula o indicador esse varia de 0 a 100 e, quanto maior for seu valor, maior a qualidade do crédito, o que representa que menor será a probabilidade de inadimplência.

⁵ Os dados foram dessazonalizados pelo método X-12 usando o software eviews.

outro lado, o número de cheques devolvidos por falta de fundos teve queda de 14%. Não foi aqui reportado mas, há uma outra modalidade de inadimplência que também é pesquisada, os atrasos de dívidas junto a bancos, e que ficou praticamente constante em relação a janeiro de 2010.

Gráfico 2.11. Inadimplência do Consumidor
(Nº índice jan/2010=100)



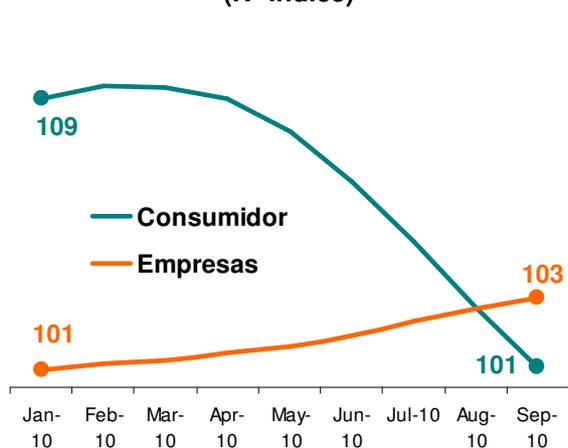
Fonte: Serasa Experian

Fonte: Serasa Experian

Fonte: Serasa Experian

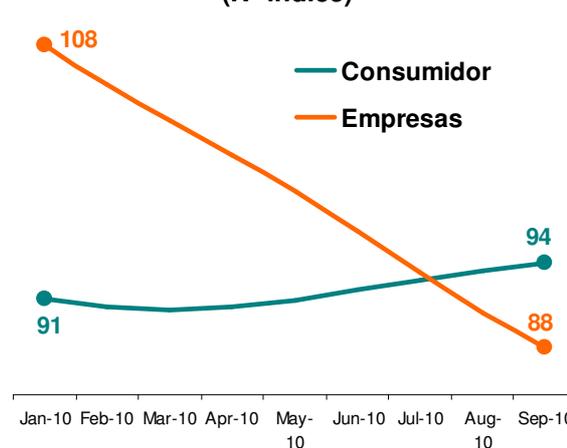
Os resultados do aumento da inadimplência, concentrado em determinadas modalidades de crédito, deixa antever alguns problemas futuros em instituições de pequeno porte do sistema financeiro, especificamente as financeiras e as empresas que concedem crédito direto. Ou seja, pode ser que existam problemas de fluxo de caixa futuro na carteira de crédito de determinadas instituições, ensejando por parte das mesmas, ações de controle, como por exemplo, maior seletividade em novas concessões ou limite para novas quedas das taxas de juros para empréstimos no futuro, uma vez que a inadimplência é um dos componentes formadores dessa taxa. Com isso, é bem provável que os números de avanço no crédito que foram observados até então, com taxas expressivas de dois dígitos, tenham menor chance de se repetirem nos próximos meses.

Gráfico 2.12. Perspectiva do Crédito
(Nº índice)



Fonte: Serasa Experian

Gráfico 2.13. Perspectiva da Inadimplência
(Nº índice)



Fonte: Serasa Experian

Como forma de averiguar os impactos desse cenário conjuntural sobre o comportamento futuro da economia, recorre-se aos indicadores de perspectiva, calculados pela Serasa Experian. Esses mostram um quadro um pouco distinto do atual,

corroborando com a perspectiva de mudança no mercado de crédito no horizonte. De acordo com a pesquisa, há uma previsão de queda para a demanda por crédito por parte dos consumidores, de um lado e, de outro, uma perspectiva de elevação desse por parte das empresas, como mostra o gráfico 2.12. Destaca-se que a perspectiva de queda da demanda por crédito por parte dos consumidores é bem acentuada, com o indicador saindo de 109 em janeiro de 2010 e atingindo 101, o mesmo patamar de maio de 2009, quando a economia brasileira ainda sentia os efeitos da crise financeira internacional. Por outro lado há um ligeiro aumento na perspectiva de crédito por parte das empresas, com o indicador voltando ao patamar de abril de 2008, quando a atividade econômica mostrava-se bastante aquecida.

De maneira inversa, os resultados do indicador para o nível de inadimplência deixam antever aumento dessa por parte dos consumidores e uma queda por parte das empresas, como mostra o gráfico 2.13. Destaca-se que, mesmo com esse aumento esperado, o indicador de perspectiva de inadimplência dos consumidores deve atingir o patamar de outubro de 2009, e ainda permanece muito abaixo do verificado no último trimestre de 2008 e primeiro de 2009, quando o indicador situava-se em torno de 111. Por outro lado, a perspectiva de queda da inadimplência nas empresas atinge seu menor patamar desde agosto de 2008.

De forma geral, os últimos resultados dos indicadores coletados pela serasa experian para o mercado de crédito, ajudam a construir um quadro um pouco distinto do verificado até o momento. Ou seja, podemos estar diante de uma importante mudança nos ciclos de demanda e inadimplência entre consumidores e empresas. Ou seja, a demanda de crédito dos consumidores vinha em um ritmo de crescimento muito acentuado nos últimos meses *vis-à-vis* apenas um ligeiro aumento por parte das empresas. Porém, os últimos resultados sinalizam uma reversão, com um possível arrefecimento da expansão por parte dos consumidores nos próximos meses e uma retomada mais forte do lado das empresas. O mesmo ocorre com a inadimplência, tendo essa aumentando de forma muito forte dentre os consumidores, e com perspectiva de continuar se elevando.

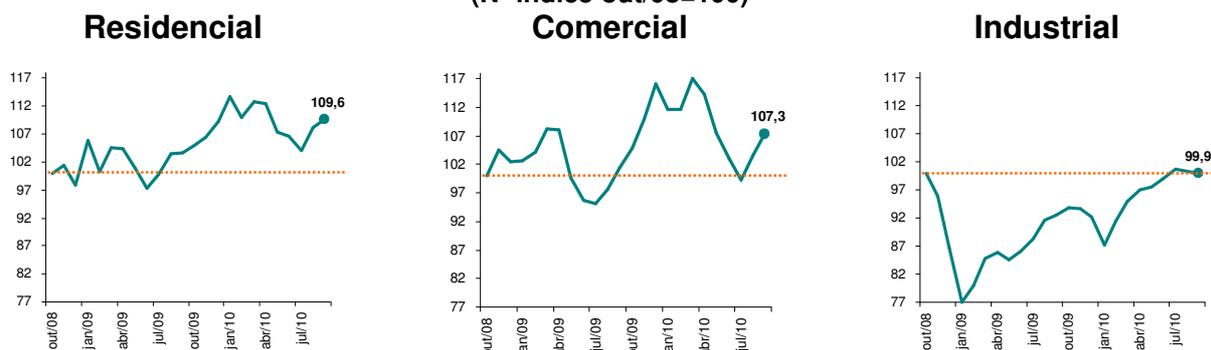
Em um cenário no qual é esperada uma desaceleração da atividade econômica, com menor ritmo de criação de empregos e menor evolução da massa de salários, é natural imaginar que o comportamento do crédito também se modifique. Porém, vale destacar, a fotografia da economia nesse momento, não permite concluir que essa mudança represente uma ruptura macroeconômica.

Os sinais da festa das cigarras

A recuperação da atividade econômica nos meses seguintes à crise de 2008 foi muito intensa, como mostram diversos indicadores, em especial as vendas do comércio. Os fatores de maior força nesse quadro foram: (i) a expansão do consumo das famílias na esteira de mais crédito; (ii) juros mais baixos; (iii) aumento do poder de compra dos trabalhadores e; (iv) mais gasto público. E isso produziu impactos imediatos sobre a demanda por energia elétrica no país. De fato, como mostram os resultados segmentados, o destaque fica por conta da expansão no segmento residencial, cujo consumo já se encontra em um patamar 9,6% acima do pré-crise. Ou seja, um aumento de 0,54% ao mês nos últimos 24 meses. Apesar desse resultado, destaca-se que o segmento residencial representa apenas 25% do total de energia elétrica consumido no país, e esse aumento, que ocorreu a uma taxa superior a do PIB, sinaliza que estamos em um nível maior de intensidade no uso de energia.

Por outro lado, o comércio tem uma participação pequena no consumo total de energia elétrica, apenas 16% mas, mesmo assim, seu consumo já se encontra 7,3% acima do período pré-crise, tendo sido verificada uma expansão de 0,4% ao mês nos últimos dois anos. Por fim a indústria, responsável por quase 45% de todo o consumo de energia elétrica no país, está no mesmo nível de outubro de 2008. Talvez por esse fato, tenham ocorrido menores pressões pelo lado da demanda nesse período. Porém, dado o baixo nível de investimento no setor, o patamar atual de consumo de energia elétrica da indústria coloca uma perspectiva de possível pressão sobre a oferta caso o crescimento da produção industrial seja elevado e não tenha, como contrapartida, maiores investimentos.

Gráfico 2.14. Consumo de Energia Elétrica
(Nº índice out/08=100)



Fonte: BCB

Fonte: BCB

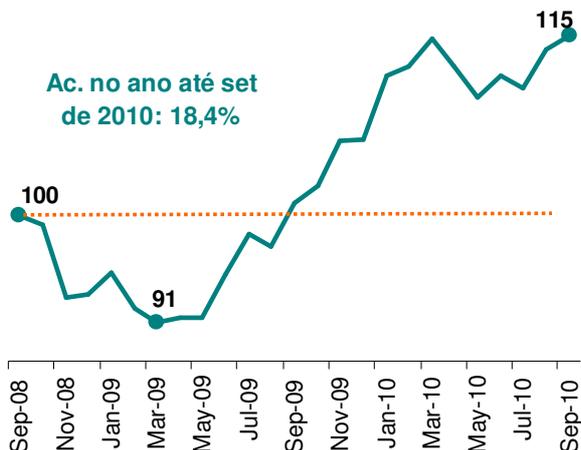
Fonte: BCB

No caso do aumento da demanda de energia por parte das residências, vale destacar que esse segue o ritmo de expansão do consumo das famílias e reflete, essencialmente, o modelo de crescimento dos últimos anos da economia brasileira, centrado no gasto. E um bom sinalizador desse desempenho são os números do comércio. Esses se apresentam realmente surpreendentes, seja quando avaliados de forma desagregada ou então por regiões. Por exemplo, as vendas de móveis e eletrodomésticos estão 15% acima do nível de setembro de 2008. Somente no ano de 2010 a expansão chega a 18%, o equivalente a 1,9% ao mês. A baixa base de comparação tem sido preponderante nesse caso, e gera um efeito carregamento muito positivo. Dito de outra forma, se nos meses de outubro a dezembro praticamente as vendas de móveis e eletrodomésticos não crescerem, ou seja, manter o ritmo de vendas verificado no mês de setembro, o ano de 2010 se encerra com expansão de 16%. E se, mesmo durante todos os meses de 2011 as vendas não crescerem, ou seja, ficarem iguais à verificada no mês de setembro de 2010 então, a despeito dessa estabilidade, o resultado estatístico será uma expansão de 1,7% em 2011 sobre 2010. Como pode ser visto, muito do crescimento da economia brasileira nesse ano está relacionado à baixa base de comparação.

Mas são as vendas de equipamentos e materiais de escritório, informática e de comunicação que realmente deram um salto no ano de 2010, com crescimento de 25% sobre o acumulado entre janeiro e setembro de 2009. Nesse caso, o efeito carregamento também é elevado, ou seja, se nos últimos três meses do ano as vendas se mantiverem no mesmo patamar de setembro então, o ano se encerra com expansão de 23%. Vale destacar que, com o desempenho de 2010, as vendas nesse segmento já se encontram quase 30% acima do nível verificado em setembro de 2008, como pode ser visto no gráfico 2.16. Para 2011 as perspectivas de se manter o efeito estatístico também são

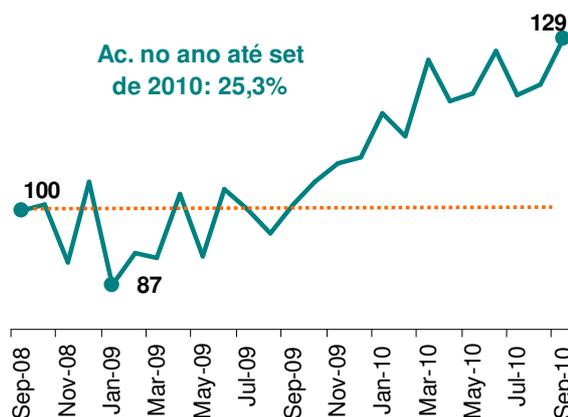
elevadas. Se durante todos os meses do próximo ano as vendas não crescerem, mantendo o mesmo patamar de setembro de 2010, então o ano termina com expansão total de 4,8%. Ou seja, tudo o mais permanecendo constante, iremos verificar para 2011 vendas de equipamentos e materiais com resultado estatístico maior que 2010.

Gráfico 2.15. Vendas de móveis e eletrodomésticos
(Nº índice set/08=100)



Fonte: IBGE

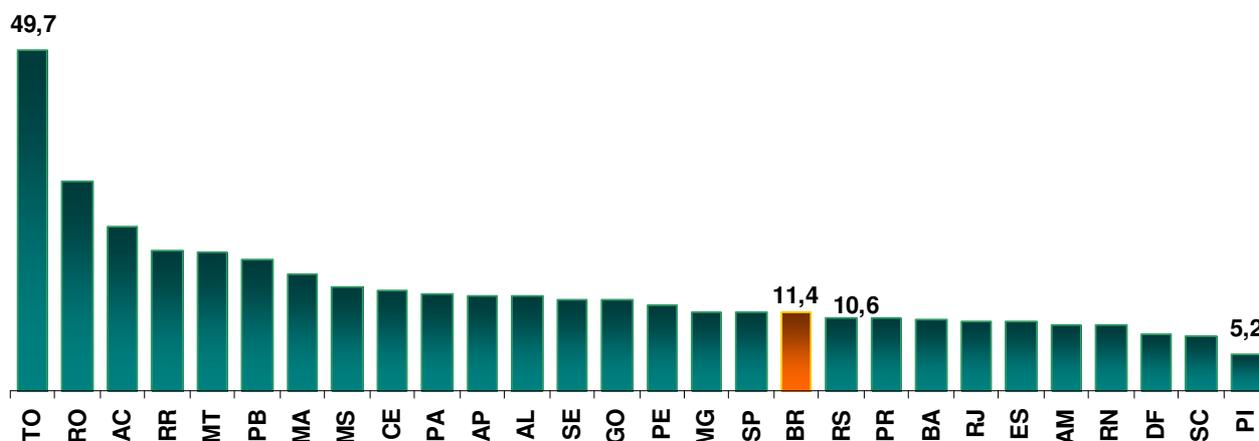
Gráfico 2.16. Vendas de equip. e materiais de escritório, inform. e comunicação
(Nº índice set/08=100)



Fonte: IBGE

Olhando de forma desagregada pelas regiões do Brasil os resultados são mais surpreendentes, com destaque para os Estados do Norte e Nordeste. Como pode ser visto no gráfico 2.17, no Tocantins as vendas do comércio varejista no acumulado do ano de 2010 até setembro já cresceram quase 50%. Outros três estados da Região Norte encabeçam essa lista: Rondônia, com 30% de aumento nas vendas; Acre com 24% e Roraima com 20%. Do ponto de vista regional, mesmo nos estados onde as vendas não apresentam números tão elevados, o acumulado do ano é positivo, como é o caso do Piauí, com 5,2% de expansão.

Gráfico 2.17. Vendas do Comércio Varejista por Estado
(Var. % acumulada no ano até set/10)

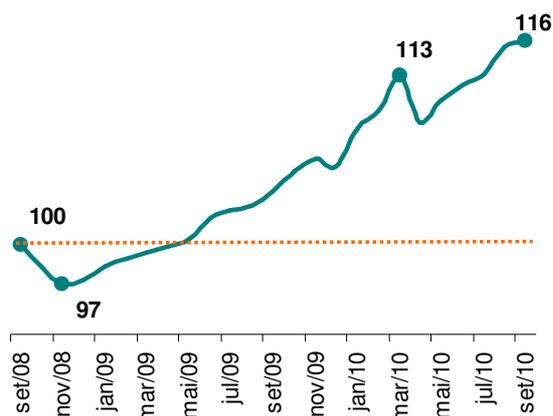


Fonte: IBGE

No geral, as vendas do comércio varejista no Brasil, no acumulado do ano, estão crescendo 11%, o que também já é um resultado recorde do ponto de vista histórico, e se configura como o maior dessa década. Aqui, o efeito carregamento para o final do ano deixa antever uma perspectiva de, no mínimo, termos expansão em 10,8%. Ou seja, mesmo que se verifique variação nula nas vendas do comércio no Brasil nos últimos três meses do ano, mesmo assim esse será o melhor resultado da década. O ponto a destacar é que o efeito estatístico também irá incidir sobre o ano de 2011. Da mesma forma se, durante todos os meses do próximo ano não ocorrer aumento das vendas no comércio, mesmo assim o ano se encerra com crescimento de 2,4% sobre 2010. Seria como se parte dos resultados do governo atual beneficiassem o primeiro ano do próximo governo.

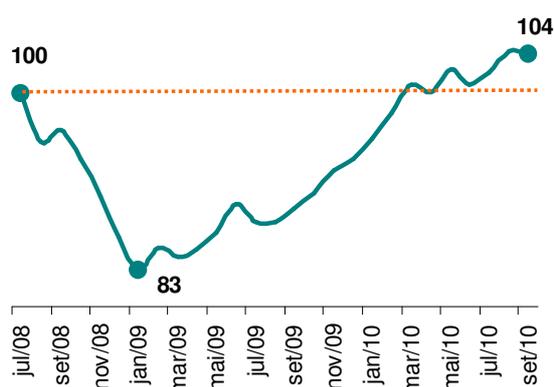
Comparativamente ao período pré-crise, em setembro de 2008, as vendas do comércio varejista já estão 16% acima, como pode ser visto no gráfico 2.18. O número revela um ritmo surpreendente, que se descola tanto do resultado agregado do PIB quanto do desempenho da produção industrial. Outro segmento de atividade onde os resultados também são positivos mas, em menor intensidade, são as vendas de materiais de construção. Nos primeiros meses após a crise de 2008, o ritmo de expansão chegou a 2% ao mês em média. E, mesmo com a desaceleração verificada no segundo e terceiro trimestre de 2010, o nível atual está 4% acima do melhor momento no pré-crise, que foi julho de 2008. A questão é que a retraída dessas vendas foi muito mais intensa do que o total do comércio. Como pode ser visto no gráfico 2.19, entre julho de 2008 e janeiro de 2009, as vendas de materiais de construção caíram 17%. Desde então, já cresceram 24%. Somente no ano de 2010 a expansão é de 16,3% e, fazendo a mesma análise do efeito carregamento, podemos esperar que, no mínimo, o ano termine em 15,2%, e também deve se configurar no melhor resultado da década. Para 2011, também podemos dizer que o novo governo irá ter um “bônus estatístico” da baixa base de comparação. A se manter tudo o mais constante, ou seja, se de janeiro a dezembro de 2011 as vendas não crescerem, mesmo assim, o ano terminará com variação de 2,1% sobre 2010.

Gráfico 2.18. Vendas do Comércio Varejista
(Nº índice set/08=100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.19. Vendas de Mat. De Const.
(Nº índice jul/08=100)



Fonte: IBGE

Como pode ser visto, a baixa base de comparação tem sido uma das melhores aliadas do cenário econômico atual, gerando a falsa sensação de que o crescimento é acentuado. Além disso, o efeito carregamento positivo para 2011 deverá atuar sobre vários segmentos de atividade econômica, em especial do comércio, beneficiando as estatísticas do próximo governo.

Um perfil das famílias no Brasil

Pesquisa do IBGE revela diversas transformações sociais no Brasil. Porém, problemas estruturais ainda perduram, como o elevado gasto com impostos e a baixa capacidade de poupança das famílias.

O IBGE divulgou uma importante pesquisa que reflete o comportamento econômico da sociedade brasileira. A POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares é uma fotografia do perfil de consumo e renda e, além das informações úteis para a composição da inflação, como por exemplo, o peso que os alimentos terão no IPCA, também pode ser utilizada pelos empresários para avaliar tendências de consumo por região do País e tipo de produto. Os resultados apresentados sinalizam mudanças relativamente a outras pesquisas e que devem desenhar o Brasil dos próximos anos.

A primeira constatação é a que mostra o baixo potencial de poupança interna. A renda disponível após o pagamento de impostos e os gastos correntes, é maior, em termos percentuais, nas famílias mais ricas. Ou seja, para as famílias de baixa renda, até R\$ 2,5 mil por mês, pouco sobra no final do mês para poupar. O total de 16,9 milhões de famílias que se encontram nessa situação, 68% do total, representa 52 milhões de pessoas. Porém, a partir de uma renda maior que R\$ 2,5 mil/mês, há uma chamada “sobra” de caixa que pode ser destinada à formação de poupança.

Há diversas implicações desse orçamento apertado. A primeira delas foi divulgada há duas semanas. Apesar do crescimento forte do PIB no 1º trimestre, não faltaram alertas sobre a pouca sustentabilidade desse quadro. Em especial devido a baixa taxa de poupança interna. O brasileiro ganha pouco, ainda precisa ter acesso a diversos bens que podem melhor qualificar seu padrão de vida e, além disso, paga muitos impostos, o que contribui para reduzir ainda mais sua propensão a poupar. Prova disso foi a queda na parcela de recursos destinados para a formação de previdência privada, se contrapondo ao aumento do percentual de recursos destinados para a compra de imóvel e aquisição de veículos. Em tempos de crédito farto e fácil, aumento do emprego e renda, além de mudanças na legislação do setor, o brasileiro adquiriu bens. Isso implicou no aumento do gasto com itens que acompanham essa mudança estrutural, como por exemplo, os itens relacionados à habitação. Nesse ponto, engana-se quem acha que são as despesas alimentares a principal causa dos gastos das famílias de renda mais baixa. Isso já foi verdade há 35 anos, quando os gastos com alimentação representavam 34% do total. Na pesquisa de 2008, esse está em 20%. São os gastos com habitação, como por exemplo, aluguel, serviços e taxas, mobiliários e eletrodomésticos, que mais pesam no bolso das famílias, e chegam a 36% do total de gastos.

Há outros pontos importantes nessa última pesquisa: (i) as famílias estão gastando mais fora do domicílio; (ii) o brasileiro está gastando mais com “carnes”; (iii) três grupos de produtos alimentares dominam os gastos das famílias “carnes, leite e panificados”; (iv) a renda na área urbana representa o dobro da verificada na área rural; (v) as famílias estão gastando mais com celulares; (vi) aumentam os gastos com serviços. Esses resultados trazem diversas implicações. Por exemplo, o aumento do gasto com alimentação fora do domicílio pode estar refletindo não apenas uma mudança de hábito das famílias, com a maior presença da mulher no mercado de trabalho, mas também, o fato de que, na medida em que se verifica uma sociedade mais madura, com mais renda e educação, é natural esperar uma demanda maior por serviços. E, nesse caso, aumentam os gastos com gastronomia, o que abre oportunidades para esse comércio e a

prestação de serviços especializados. Pela primeira vez a pesquisa revelou gastos com pacotes de serviços como telefonia, cabo e internet. Não dá para comparar com resultados anteriores mas, pode-se dizer que o 1,08% da gasto que é destinado para esse item representa mais do que se gasta com curso superior (0,9%) ao mês. Porém, esse resultado se inverte para famílias com renda acima de R\$ 2,5 mil/mês. Além disso, a entrada do telefone celular parece que veio para modificar os hábitos de consumo do brasileiro. Em 2002, os gastos com esse item representavam 0,7% do total. Na última pesquisa, 1,2%. Certamente retirando consumo de outros produtos que encontram no celular um bem substituto.

Outro ponto interessante é o fato de que os gastos do brasileiro com alimentação no domicílio continuam a ser dominados por apenas três grupos: carnes, leite e derivados e panificados. Na pesquisa de 2002 esses representavam 41% do total e, nessa última pesquisa, 44%. Para averiguar se esse aumento de participação tem a ver com preço ou quantidade, recorre-se à evolução dos preços desses itens entre 2002 e 2009. Nesse caso, as carnes tiveram evolução de preço muito mais acentuada que uma cesta de bens, aqui representado por todos os gastos com alimentação no domicílio. Dado que o IBGE ainda não divulgou o consumo per capita em quilos, esse resultado é um indício de que talvez o brasileiro não esteja comprando “mais” carnes e sim, gastando mais com esse produto.

Há muito mais o que explorar nos números da pesquisa. E a sua correta leitura pode ajudar a entender as modificações em curso na sociedade brasileira e nos padrões de consumo, podendo orientar investimentos e estratégias de marketing.

Publicado no Informe Econômico N° 26 de 28/06/2010

O que a cigarra espera fazer em 2011?

Vimos até agora que, nos últimos anos, o comportamento da economia brasileira mais se assemelhou ao da cigarra, ou seja, consumindo sem se preocupar com o amanhã. Porém, tal como mudam as estações, o mesmo podemos esperar que ocorra com o comportamento dos consumidores, em especial quando realmente o cenário se torna mais nebuloso.

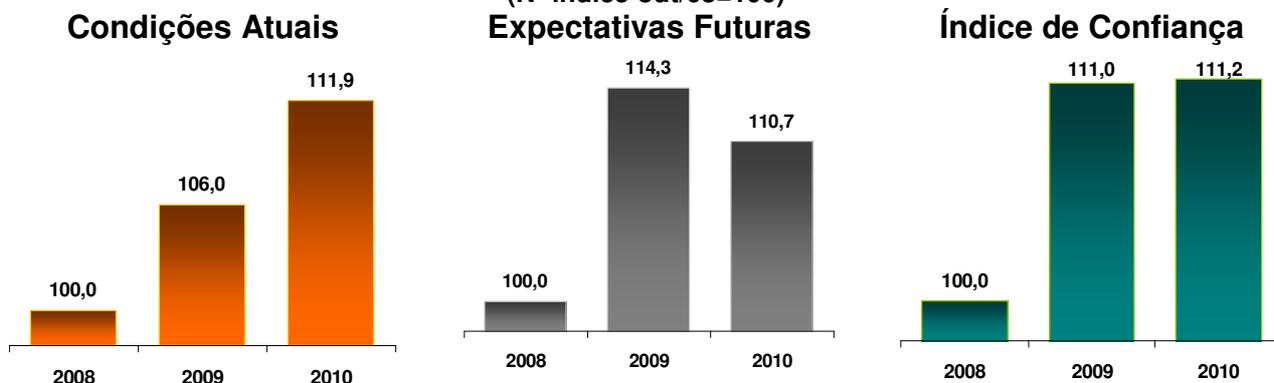
E isso é o que os números parecem estar revelando, em especial os que estão relacionados ao cenário prospectivo. Após um período de forte expansão da economia, há diversos indicadores que sinalizam para taxas mais amenas de crescimento, seja nas vendas do comércio, na produção industrial, nos ritmos de contratações, nas exportações e até no gasto público, que já encontrou o limite da arrecadação. E os consumidores captam essas mudanças, que também estão refletidas nos indicadores de confiança.

Como pode ser visto no conjunto de gráficos 2.20, quando confrontados com a confiança no cenário atual, os números de outubro revelam que os consumidores estão realmente com uma forte confiança, muito maior que o resultado para o mesmo mês em anos anteriores. Por outro lado, no quesito de expectativas futuras, que revelam a percepção para os próximos seis meses, os resultados indicam dois movimentos: (i) uma menor confiança que no cenário atual; (ii) queda em relação à pesquisa de outubro de 2009.

Por fim, ao ponderar os dois indicadores, temos o índice de confiança, que se mantém praticamente estável relativamente ao resultado de outubro de 2009. De qualquer forma, é importante ter em mente que essa confiança está muito mais embasada nas condições atuais do que nas expectativas para os próximos seis meses, um resultado que

pode ter reflexos sobre as decisões de consumo por parte das famílias. Ou seja, a cigarra percebeu que há modificações no futuro e isso pode mudar seu comportamento.

Gráfico 2.20. Índices de Confiança do Consumidor
(Nº índice out/08=100)



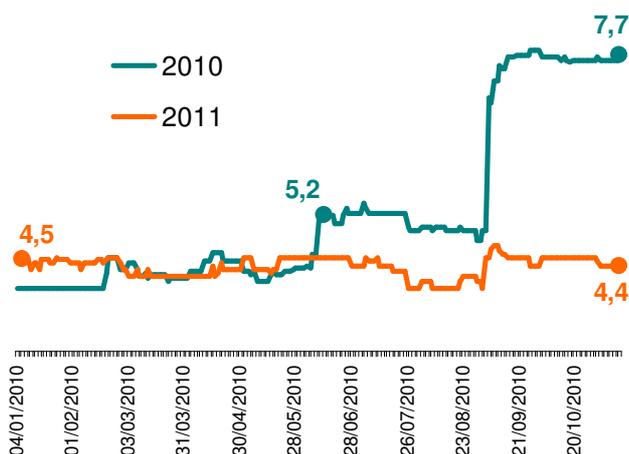
Fonte: Fecomércio

Fonte: Fecomércio

Fonte: Fecomércio

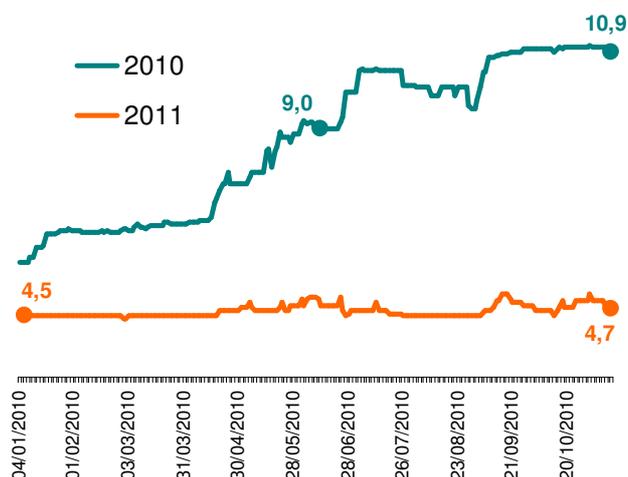
Essa percepção de arrefecimento na atividade econômica também se faz presente nas expectativas de mercado coletadas pelo Banco Central semanalmente. O gráfico 2.21 mostra essa expectativas para 2010 e também para 2011 em relação ao comportamento da agropecuária. A série de expectativas inicia-se em 2010. Note que há duas importantes mudanças de expectativa para o PIB da agropecuária em 2010, e que podem estar refletindo, em parte, os prognósticos da safra para o ano. Mas, desde a última revisão de expectativas, a mesma permaneceu constante por vários meses em 7,7% para o ano de 2010. Porém, para 2011, essa expectativa permanece ancorada em 4,4%.

Gráfico 2.21. Expectativa do PIB da Agropecuária



Fonte: BCB

Gráfico 2.22. Expectativa do PIB da Indústria



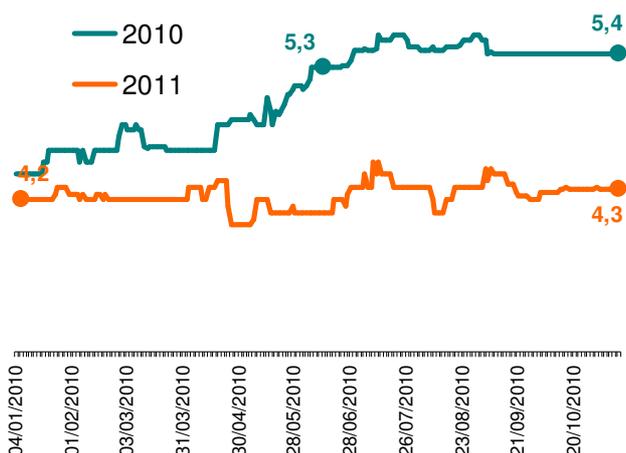
Fonte: BCB

Cenário bem parecido ocorreu na percepção do mercado para o PIB da indústria, como pode ser visto no gráfico 2.22. Praticamente a cada semana, a avaliação para o ano de 2010 foi se adaptando aos resultados do setor, ocorrendo pequenas variações relativamente aos resultados anteriores, até atingir a expectativa de 10,9% na última pesquisa. Mas, é bem provável que esse resultado seja superado ainda até o final do ano,

uma vez que, apenas pelo efeito carregamento, ou seja, considerando que tanto no 3º quanto o 4º trimestre o crescimento seja nulo, a expansão do PIB do setor no ano de 2010 já será de 10,7%. Nesse caso, seria mais razoável esperar um resultado que se aproxima de 11,8%. Porém, para 2011 as expectativas estão ancoradas em torno de 4,7% há vários meses. O que é factível, uma vez que a base de comparação realmente deverá ser muito elevada para o setor.

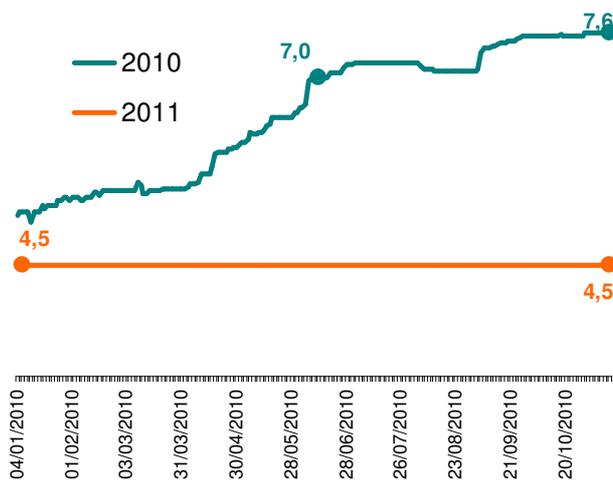
As expectativas de mercado para o setor de serviços no ano de 2010, mostradas no gráfico 2.23, refletem a forte expansão que tem ocorrido tanto no comércio, na movimentação financeira, nos transportes e no setor público. No agregado, de acordo com as expectativas de mercado, o PIB do setor de serviços deve encerrar o ano com crescimento da ordem de 5,4%. Destaca-se que esse número já é superior ao encontrado pelo efeito carregamento. Ou seja, se tanto no 3º quanto no 4º trimestres o PIB do setor não crescer, o ano se encerra com 4,5%. Como se espera um movimento mais forte, em especial no último trimestre, é natural que o PIB dos serviços encerre 2010 na casa dos 5,5%. Da mesma forma que a expectativa para os dois outros setores, os resultados para 2011 sinalizam uma estabilidade em torno de 4,3%.

Gráfico 2.23. Expectativa do PIB dos Serviços



Fonte: BCB

Gráfico 2.24. Expectativa do PIB do Brasil



Fonte: BCB

Por fim, as expectativas do PIB total, mostradas no gráfico 2.24, mostram o quanto era incerto o cenário para 2010. No início do ano, essas estavam em 4,7%, e foram sendo corrigidas ao longo do ano e, de acordo com a última pesquisa, estão em 7,6%. Um resultado factível, seja diante das projeções colocadas para os respectivos setores ou então, pelo efeito carregamento. Porém, o que chama a atenção nesses resultados é a expectativa que o mercado coloca relativamente ao ano de 2011, sem nenhuma modificação desde então, em 4,5%. Ou seja, independente do fato de se esperar mudanças no quadro econômico do próximo ano, o fato é que, de acordo com as expectativas de mercado, mesmo assim, o PIB seria de 4,5%. E esse sentimento é o mesmo desde o início do ano. Tal fato suscita certa dúvida sobre o fato de realmente o mercado estar prevendo o resultado.

De forma geral, os resultados para o sentimento do consumidor e as expectativas de mercado sinalizam para um cenário nítido de desaceleração da economia brasileira. Ou seja, a cigarra deve consumir um pouco menos e, talvez, faça um pouco mais de poupança. Visto sob esse prisma, a certeza da desaceleração, mesmo diante do efeito

estatístico, não é questionável, restando, apenas, definir sua magnitude. E esse é um ponto que irá depender de como o próximo governo irá enfrentar os principais desafios que se colocam para a economia brasileira em 2011 e também para os anos seguintes, uma vez que muitas das necessidades imediatas de reformas, representam custos de curto prazo.

O que diz o gap do produto?

Uma ferramenta útil para avaliar o comportamento de uma economia é o filtro HP. Esse tem como objetivo produzir um resultado que pode ser interpretado como os desvios da tendência de longo prazo. Resultados positivos indicam atividade acima do potencial e, valores negativos que a economia está atuando com ociosidade.

As estimativas para dois importantes componentes do PIB total, pela ótica da despesa, mostram resultados um pouco diversos. No caso do consumo das famílias, o gap do produto já foi mais intenso, em especial no início de 2010. Atualmente, o mesmo encontra-se muito próximo de seu equilíbrio de longo prazo, como mostra o Gráfico 2.25. Destaca-se que os dados são mensais e vão até agosto de 2010. Nesse caso, as estimativas são interessantes pois contrastam um pouco com a percepção de que há uma forte pressão advinda do consumo. No atual ritmo, o gap para o consumo das famílias não comprovaria essa tese. Em especial esse parece ter sido um resultado mais forte no terceiro trimestre do ano.



Fonte: Serasa Experian. Elaboração FIERGS/UEE. Utilizando o filtro HP

Comportamento semelhante pode ser visualizado para o gap dos investimentos. Nesse caso, as oscilações são muito mais intensas, tendo sido verificada uma forte pressão no início do ano e que já se recompôs de acordo com a trajetória de longo prazo. O resultado mais recente, para agosto de 2010, sinaliza uma mudança de comportamento dos investimentos que, a se manter no médio prazo, pode fomentar o PIB. De qualquer forma, o nível atual é baixo relativamente ao histórico.

Por fim, o mesmo foi feito para o gap do produto. Tal como presenciado para os dois outros componentes do gasto, os resultados mostrados no Gráfico 2.25 sinalizam um forte arrefecimento da atividade econômica entre o segundo e terceiro trimestre desse ano. Assim, de forma geral, os resultados aqui apresentados dão sustentação a uma atividade econômica em linha com a trajetória de longo prazo, o que pode resultar em menores pressões inflacionárias no médio prazo, influenciando a decisão de política monetária do Banco Central.

Pincipais ameaças no cenário de curto prazo

A análise feita para a economia brasileira procurou criar similaridades com o fato de que, nos últimos anos, o país cresceu ancorado no comportamento de cigarra, ou seja, mais consumindo do que produzindo. Há diversos aspectos que geram preocupação nesse tipo de escolha, em especial quando o mesmo se coloca como modelo de crescimento de longo prazo. Esse tópico tem como objetivo sinalizar essas implicações para a economia.

1. Desequilíbrio orçamentário.

A crise internacional de 2008 criou um cenário interessante do ponto de vista de finanças públicas. Com vários países desenvolvidos tendo que gastar enormes somas de recursos para reduzir a intensidade e a duração dessa crise, o resultado imediato foi maior endividamento e, projeção de déficits fiscais futuros. Essa combinação fomentou as especulações sobre a dificuldade em recuperar o equilíbrio orçamentário no médio prazo, o que pode comprometer o crescimento econômico e, com isso, resultar em estoques de dívidas crescentes.

Mesmo que o Brasil não apresentasse o mesmo grau de dificuldade financeira que os países desenvolvidos enfrentaram, o governo escolheu a linha do aumento de gastos para também dirimir os efeitos da crise. Seria como se esse pensasse: “se os países desenvolvidos podem gastar a ponto de gerar déficit orçamentário estrutural e, ainda mais, com o aval de instituições internacionais de peso, como o FMI, a OCDE e diversos Bancos Centrais, porque os países emergentes também não podem?”.

E essa foi a nossa escolha. Há que se reconhecer que, a necessidade de curto prazo ensejou esse tipo de política fiscal, seja pelo lado do aumento dos gastos ou, então, pela redução de tributos. E o sucesso com essa ação poderia ter sido interrompido já em 2009, uma vez que seus efeitos multiplicadores ainda afetariam a economia durante os meses seguintes de 2010. Porém, o ciclo político pode ter influenciado as ações de política fiscal e, com isso, criou-se um cenário de difícil administração para 2011.

Soma-se a esse fato os constantes arranjos orçamentários processados desde 2005, como as deduções do superávit primário, além dos seguidos reajustes de salário acima da inflação, contratações e muita liberação de verba para gastos correntes, então, o resultado mais nítido é uma menor folga orçamentária.

Sendo assim, o mais importante desafio de curto prazo é conter o aumento do gasto público. Uma proposta é não conceder reajustes nominais por, pelo menos três anos. Essa ação, combinada com o crescimento da economia, pode gerar as condições para entrarmos novamente em uma trajetória de mais superávit primário. Pode parecer fácil do ponto de vista técnico, mas não o é do ponto de vista político. Porém, a não solução dessa questão pode colocar em cheque um dos importantes pilares de sustentação da estabilidade macroeconômica que permeia a economia brasileira desde 1999, que é o tripé: metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário.

2. Inflação

A palavra mais certa para descrever o processo de aceleração inflacionária recente é: “não tem lanche de graça”. Há muito tempo que a teoria econômica e as evidências empíricas indicam uma relação direta entre expansão monetária e inflação. Em alguns casos ela é intensa, em outros, mais amena. E também há diferenças relativas ao tempo de defasagem entre esse aumento monetário e o maior nível de preços entre os países. Mas essa certeza, é inquestionável.

Nos últimos meses, o processo de alimentação da liquidez da economia brasileira foi muito intenso, e atuou em diversas frentes: (i) mais emissão monetária; (ii) maior multiplicação da moeda por parte dos bancos via crédito, em especial os bancos públicos para fazer frente à retração dos créditos privados; (iii) menores taxas de juros reais que incentivaram o gasto; (iv) mais gasto público, reduzindo o superávit primário; (v) mais investimento por parte das empresas; (vi) mais entrada de dólares na economia para diversas funções, e em uma velocidade que foi maior que a capacidade do Banco Central de limpar essa com a emissão de dívida. Soma-se a esse cenário o aumento do preço das *commodities* internacionais, e temos, sem sombra de dúvida, elementos o suficiente para fomentar o aumento dos preços.

O controle da inflação, ou pelo menos o sucesso do Banco Central em ancorar as expectativas de inflação, será elemento fundamental nos três primeiros meses de 2011, em especial porque esse é um período onde ocorre muita pressão por reajuste de preços. E a herança de 2010 não será pequena – ver seção sobre política monetária.

3. Câmbio Valorizado

Esse é um dos aspectos mais importantes no cenário macroeconômico interno de 2011. Não há como negar os efeitos nefastos de uma combinação de câmbio valorizado com elevada ineficiência de infra-estrutura, alta carga tributária, e excesso de burocracia no setor externo. A chamada “guerra cambial” entre os países existe, mesmo que de maneira velada. E as armas utilizadas tem sido as mais diversas. Porém, é preciso ter em mente que a economia brasileira não pode pagar a conta dos desequilíbrios macroeconômicos de outros países, sob pena de se promover um elevado custo de ajuste futuro.

A variável taxa de câmbio se soma a uma equação de difícil solução em 2011: “controlar os índices de preços internos em um ambiente de economia aquecida e aumento dos preços internacionais de diversos insumos importantes para a formação de custos no Brasil”. E não será fácil promover uma desvalorização cambial, mesmo que pequena, sem incorrer em custos de impactos inflacionários. De qualquer forma, esse é um importante desafio para os primeiros meses do próximo governo e, a palavra-chave nesse caso é um forte aperto fiscal, complementado com um pequeno aperto monetário.

4. Desequilíbrio nas contas externas

O comportamento de cigarra da economia brasileira nos últimos anos pôde ser facilmente financiado pelos estoques de recursos acumulados com os elevados superávits comerciais obtidos e pela atratividade de Investimento Estrangeiro Direto. Essa combinação mascarou a pequena e constante deterioração dos fundamentos das contas externas, em especial a partir de 2008, tendo se intensificado em 2010. É claro que a taxa de câmbio valorizada foi elemento fundamental nesse processo mas, também, não podemos deixar de citar os efeitos negativos da crise sobre a demanda por exportações do país. Destaca-se que, desde 2001, que o Brasil não convive com necessidade de financiamento externo, ou seja, com IED menor que o déficit em conta corrente. E essa necessidade não é pequena, é da ordem de US\$ 12 bilhões, devendo encerrar o ano em cerca de US\$ 15 bilhões.

A literatura em economia aborda a questão de déficits em transações correntes em países pobres como um processo natural em uma trajetória de convergência com os países ricos, detentores da poupança. Porém, ressalta que o mesmo não é de todo mal desde que não seja significativo e que possa ser financiado por capitais de longo prazo, como é o caso do IED. E não foi esse o cenário que se configurou no Brasil nos últimos anos.

Não se advoga a tese de superávit em transações correntes mas, uma estabilização do déficit em níveis que sejam compatíveis com as entradas de Investimento Estrangeiro Direto. Destaca-se que essa não é uma necessidade urgente, ainda mais em um ambiente de elevada liquidez de capitais. Porém, é desejável que o mesmo se torne financiável, sob pena de o custo de ajuste ser demasiadamente elevado no futuro. A redução do ritmo de crescimento da economia, combinada com taxas de câmbio mais depreciadas pode ajudar nesse objetivo.

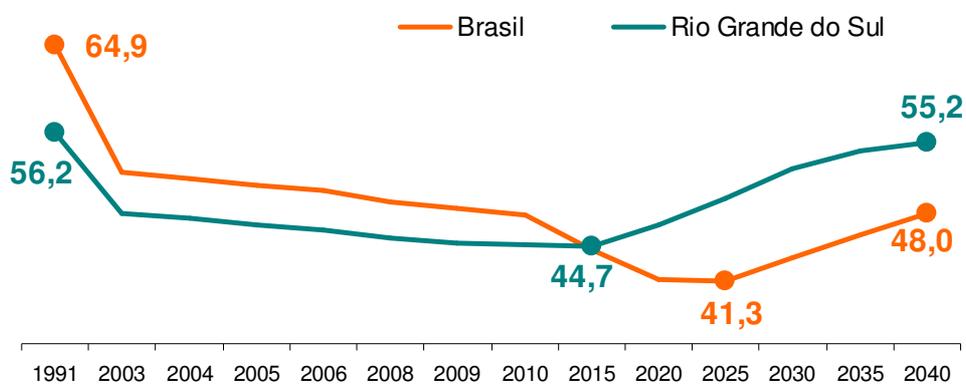
5. Envelhecimento da população

Neste ponto de discussão, vale a pena chamar a atenção para um fator que terá importantes impactos de médio e longo-prazos, tanto para o Brasil quanto para o Rio Grande do Sul. No ano de 2010, um assunto que ganhou destaque nos jornais se referia à reforma do sistema previdenciário da França. É importante destacar que, embora muito barulho tenha sido feito em torno desta decisão, diversos países europeus realizaram reformas em seus sistemas de previdência na última década, como são exemplos: Espanha, Itália, Alemanha, Grécia, entre outros. Países de outras localidades também adotaram a mesma medida, como os Estados Unidos e o Japão.

Há um importante motivo guiando essas tomadas de decisão: a nova realidade demográfica com a qual o mundo se depara. Fatores como melhorias na saúde e aumento do grau de instrução, conduziram a uma maior expectativa de vida dos cidadãos e a uma queda na taxa de natalidade. O resultado deste processo é um crescimento da população idosa e uma perspectiva cada vez menor em relação ao número de pessoas que entrarão na força de trabalho nas próximas décadas. Assim, a tendência é que aumente o número de pessoas que recebem o benefício ao mesmo tempo em que ocorrerá uma queda no número de pessoas que pagam por ele. O resultado desta equação parece bastante óbvio: um déficit estrutural.

Muito se engana quem acredita que as realidades do Brasil e do Rio Grande do Sul são diferentes. Embora, em ambos os casos, se tenha uma “janela” maior do que a de diversas outras localidades, em poucas décadas nos depararemos com um cenário muito semelhante. Cabe destacar que, neste sentido, a situação do RS é ainda mais preocupante. Um bom indicativo deste cenário é a Razão de Dependência (RD), que mede a proporção de pessoas em idade inativa (aquelas com menos de 15 anos ou mais de 64) sobre a população potencialmente ativa (aqueles que têm entre 15 e 64 anos).

Gráfico 2.26. Razão de Dependência
(número de pessoas em idade inativa para cada 100 em idade ativa para o trabalho)



Fonte: IBGE e FEE. Elaboração: FIERGS/UEE

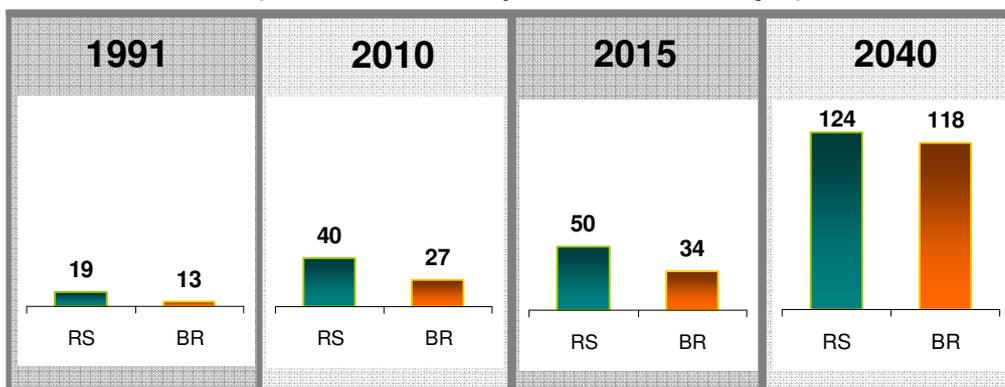
As projeções demográficas para o Brasil, disponibilizadas pelo IBGE, mostram que, em 1991, no Brasil, para cada 65 pessoas inativas, havia 100 pessoas na força de trabalho. Desde então, esta razão vem decrescendo, e o País terá uma “janela de oportunidade” até o ano de 2025 – quando a RD alcançará seu valor mínimo, de 41,3%. A partir deste ano, a proporção de pessoas inativas passará a ter um peso maior em relação ao total de pessoas em idade ativa.

No caso do Rio Grande do Sul, de acordo com as projeções populacionais disponibilizadas pela FEE, a RD mínima será atingida 10 anos antes. Em 2015, a perspectiva é que esta seja de 44,7%, o mínimo histórico. Desta forma, a “janela de oportunidade” do Estado se encerra em 5 anos a partir de 2010. Claramente, a diferença entre o RS e o Brasil se deve principalmente ao fato de se observar, no Estado, uma maior expectativa de vida e menores taxas de natalidade e fecundidade.

Estes resultados também influenciam, obviamente, o índice de envelhecimento observado para o RS e o Brasil. Este indicador é calculado como a proporção de idosos para cada 100 crianças. Quanto maior este valor, mais preocupante é o cenário, uma vez que aponta tanto uma quantidade elevada de pessoas que estão fora do mercado e recebendo tendo benefícios previdenciários quanto para uma quantidade reduzida de pessoas que entrarão na força de trabalho nos anos subseqüentes, diminuindo a força de trabalho disponível no futuro e limitando a expansão do crescimento.

Em 1991, esta razão era de apenas 13 no Brasil e de 19 no Rio Grande do Sul, tendo se elevado, atualmente, para 27 e 40, respectivamente. Para 2040, espera-se que, para cada 100 crianças existentes no Brasil, haja 118 idosos. No Estado do RS, esta proporção será de 124.

Gráfico 2.27. Índice de Envelhecimento
(número de idosos para cada 100 crianças)



Fonte: IBGE e FEE. Elaboração: FIERGS/UEE

Os números apresentados nesta breve análise chamam a atenção para a urgência em se realizar a reforma do sistema previdenciário no Brasil e também no Rio Grande do Sul. Conforme a sabedoria popular, “é mais fácil consertar o telhado em dias de sol do que em dias de chuva”. Em outras palavras, a importante mensagem a ser passada é que quanto maior for o número de pessoas idosas, ou de pessoas que estejam próximas da aposentadoria, mais resistência se encontrará para a implementação de tal medida. E, como esta decisão, embora se coloque como uma necessidade de cunho econômico é tomada no âmbito político, pressões contrárias diminuem a chance de realização.

Perspectivas para 2011

As perspectivas para a economia brasileira no ano de 2011 devem considerar, como pano de fundo, um cenário internacional que ainda convive com dificuldades fiscais e uma atividade econômica “morna”. As projeções são feitas considerando três possíveis alternativas. Na mais pessimista, considera-se uma maior probabilidade de ocorrência de nova crise no ambiente externo, centrada nos países desenvolvidos, e que pode ter repercussões em todos os demais países. Apesar de não ser tão intensa quanto a que presenciamos em 2008, essa nova onda de choque econômico pode retardar a recuperação das economias desenvolvidas e, com isso, contribuir para reduzir a projeção de PIB para o Brasil. Nesse caso, o mesmo deve crescer abaixo da média histórica, em um ambiente de inflação dentro da meta e uma dinâmica mais baixa para o mercado de trabalho.

Por outro lado, no cenário otimista, a economia internacional se vê diante de menores riscos, em especial nos países desenvolvidos, que devem apresentar uma taxa de crescimento mais expressiva porém, abaixo da média histórica. Esse cenário pode gerar pressões nos preços das commodities e, fomentar maiores índices de preços. No campo comercial, em qualquer dos dois cenários cogita-se que não haverá avanços em acordos, nem do ponto de vista de bloco nem bilaterais.

O cenário moderado é o que carrega as maiores probabilidades de ocorrência. Mesmo assim, as perspectivas são de números mais tímidos relativamente a 2010. Vimos anteriormente que os sinais são claros de que está em curso uma mudança de ciclo no mercado de crédito no país, com um arrefecimento da demanda desse por parte dos consumidores e uma perspectiva de aumento do lado das empresas. Tal cenário deixa antever que o vetor do crédito, que foi muito importante nos últimos meses para impulsionar a economia, deve ter menos intensidade durante o ano de 2011.

Outro ponto importante a destacar é que as expectativas dos consumidores com o cenário futuro já sinalizam uma perspectiva menos favorável, relativamente ao ocorrido em 2010. Da mesma forma, as expectativas de mercado para o PIB, coletadas pelo Banco Central, indicam uma mudança no cenário, sendo nítida uma desaceleração da economia esperada para 2011.

Isso posto, mesmo diante de poucos choques adversos no *front* internacional, a perspectiva para o cenário moderado é que a economia brasileira cresça menos do que a média histórica, com pequenas pressões nos índices de preços.

Tabela 2.2. Perspectivas para 2011
(Var. % do PIB)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	(5,00)	7,81	1,0	3,1	3,6
Indústria Total	(5,52)	11,42	2,1	3,1	4,1
Serviços	2,62	5,10	3,2	4,2	4,7
PIB total	(0,18)	7,55	2,78	3,83	4,47

Fonte: IBGE. *Estimativa FIERGS/UEE, Previsão FIERGS/UEE.

INFLAÇÃO EM ALTA

Em 2010, a política monetária foi mais assunto no ambiente internacional do que no cenário doméstico. Entre outros elementos, a estratégia de incentivos monetários quantitativos norte-americana ajudou a manter o câmbio em trajetória de valorização, contribuindo para manter a taxa de juros no processo de contenção da inflação.

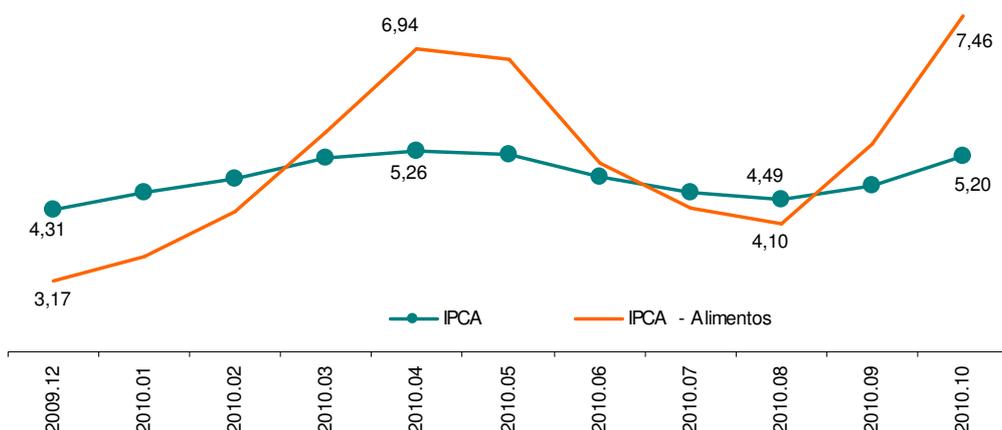
O ano de 2010 termina com a inflação acelerando. No cenário externo, há pressões vindas das *commodities* agrícolas que, ao elevar a cotação dos alimentos, contaminam os índices de preço. No mercado interno, as pressões de demanda, motivadas pelo aumento da massa de salários, pelo crédito farto e pelos gastos crescentes do governo apenas não são mais efetivas pois a trajetória de valorização do câmbio e as importações neutralizaram, em parte, os efeitos dos excessos de demanda. No entanto, a dinâmica dos preços dos serviços já revelam um estrangulamento da oferta em âmbito doméstico.

Para 2011, o cenário é de incerteza. Enquanto o mercado aposta em altas permanentes dos índices de inflação, o que se traduz na deterioração persistente das expectativas inflacionárias, os técnicos do Banco Central acreditam em uma aceleração temporária. Essa crença pode manter a *Selic* estagnada no curto prazo, mas se tais perspectivas não se concretizarem, deveremos observar novas altas de juros em 2011.

Preços

A inflação começou o ano em ritmo forte acompanhando o processo de retomada da atividade. No entanto, a partir do meio do ano, os preços começaram a refletir a acomodação do crescimento, a política de alta de juros e a dinâmica de valorização do câmbio, que gerou impactos positivos no controle da inflação. Apesar de ser inegável a importância dessas variáveis em sua dinâmica, é fundamental ressaltar que o comportamento da inflação na economia brasileira está fortemente ligado à variação dos preços dos alimentos. Quando se observou o arrefecimento da inflação a partir de maio, perguntava-se se essa dinâmica assumiria um caráter permanente, e sendo assim, seria interrompido o ciclo de alta de juros, ou se seria apenas temporário, refletindo basicamente a dinâmica dos preços dos alimentos. O passar do tempo revelou que a segunda hipótese era a verdadeira. O arrefecimento da inflação estava baseado na movimentação dos preços dos alimentos que, por sua natureza, são altamente voláteis, dado que são muito sujeitos a choques climáticos que afetam profundamente a produtividade das lavouras.

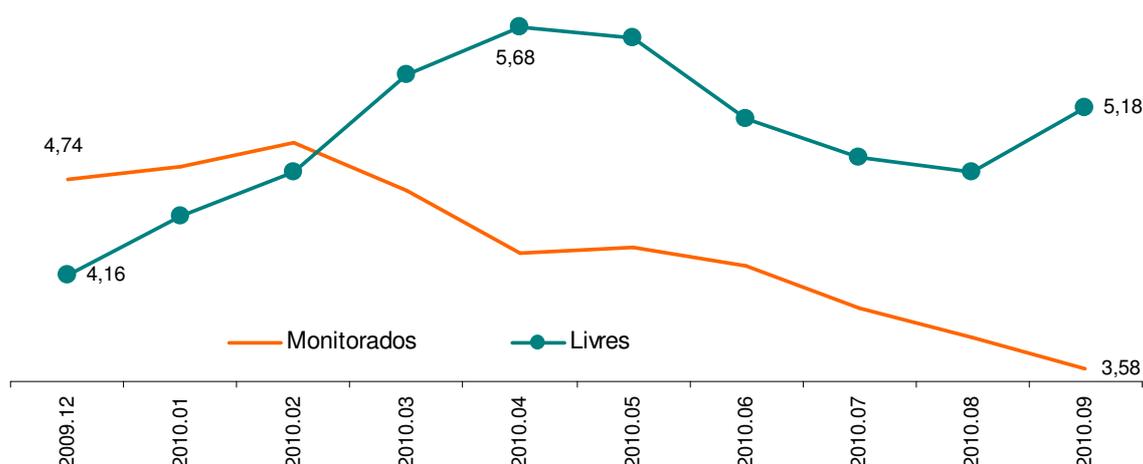
Gráfico 3.1. Evolução da inflação
(Var. % acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE

Considerando-se a inflação medida nos preços livres e monitorados, verifica-se que, enquanto os primeiros têm trajetória ascendente, os segundos percebem uma clara desaceleração. Isso revela que não há componentes marcadamente inerciais na inflação corrente, uma vez que os preços livres assumem uma trajetória muito semelhante à verificada ao índice cheio. Assim, são os preços livres que estão influenciando a dinâmica dos preços da cesta de consumo do índice. Entretanto para o ano de 2011, é muito provável que a contribuição dos preços monitorados para a inflação aumente. Isso ocorre porque o IGP-M (que é utilizado por um grande número de contratos para reajustes de preços) tem apresentado uma alta bastante significativa em 2010 (8,98% até out/10 e 8,81% no acumulado em 12 meses), o que tende a aumentar a participação do componente inercial da inflação em 2011.

Gráfico 3.2. Evolução da inflação – IPCA – Livres e Monitorados
(Var. % acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE

O que tem ditado o comportamento do IGP-M tem sido o IPA-M, especialmente o agrícola. No ramo industrial, está-se verificando também um forte aumento nos preços, ainda não repassado ao consumidor. Ainda que alguns setores como Produtos de Metal e

Máquinas e Equipamentos tenham apresentado aumento respectivamente de 2,68% e 2,94% no acumulado de janeiro a outubro/2010, outros apresentam elevações muito maiores como é o caso de Metalurgia Básica (8,37%), Celulose e Papel (10,6%) e Minério de Ferro (104,41%).

Avaliando-se o cenário prospectivo, acredita-se que o mundo possa experimentar, ainda no curto prazo, uma nova onda de aumento do preço das *commodities* agrícolas. A motivação para essa conjuntura seriam as condições climáticas adversas em várias partes do planeta (que devem reduzir a produtividade das lavouras em virtude de quebras de safra em algumas culturas), um dólar fraco e um grande fluxo de capitais para contratos de *commodities* - e nesse grupo estão todas as *commodities* e não apenas as agrícolas. Além disso, o processo de retomada da atividade econômica em alguns desenvolvidos e o ritmo forte dos emergentes aumenta a demanda por alimentos. Esse cenário internacional empresta à conjuntura doméstica uma grande probabilidade de deterioração dos índices de inflação para os próximos meses, nos quais o principal vetor de contaminação são os alimentos. Todavia, essa pressão, principalmente nos grãos, pode vir a se dissipar ao longo de 2011 em virtude da entrada de safras de importantes *players* mundiais, se caso as perspectivas de quebra de safra não se concretizarem e o ritmo de recuperação das economias não seguir a trajetória esperada. Ademais, ameniza também esse quadro o fato da razão estoque/consumo não estar baixa na maior parte dos grãos.

Ainda, observando os demais dados da economia nos últimos meses, é possível concluir que o País passou recentemente por uma conjuntura em que a atividade, apesar de apresentar uma taxa de crescimento mais arrefecida, notoriamente dava sinais de pressões de demanda (e de custo também) sobre os preços. A expansão da massa de salários, explicada pelo maior número de trabalhadores e o aumento do rendimento real habitualmente recebido, aliado ao crédito farto, com taxas de juros inferiores à media história recente, e a política fiscal expansionista impulsionaram a produção na indústria e as vendas no comércio.

Tabela 3.1. Evolução da inflação – IPCA – Grupamentos
(Var. % acumulada no ano)

	jan-out/10
Índice geral	4,39
Alimentação e bebidas	6,59
Habituação	3,89
Artigos de residência	3,55
Vestuário	4,78
Transportes	1,98
Saúde e cuidados pessoais	4,28
Despesas pessoais	5,98
Educação	6,1
Comunicação	0,4

Fonte: IBGE

Todavia, o alto nível de utilização da capacidade instalada associado à falta de mão-de-obra especializada em alguns segmentos pressionou salários, com naturais conseqüências sobre os preços. Além disso, a situação econômica de forte demanda também contribuiu para que as empresas repusessem margens de lucro, o que mais uma vez impulsionou os preços. No âmbito dos serviços, foi possível verificar que o preço dos *non-tradeables* só elevou-se menos que os alimentos. A pressão sobre os serviços é mais difícil de ser dissipada, pois diferentemente do que acontece com os comercializáveis não

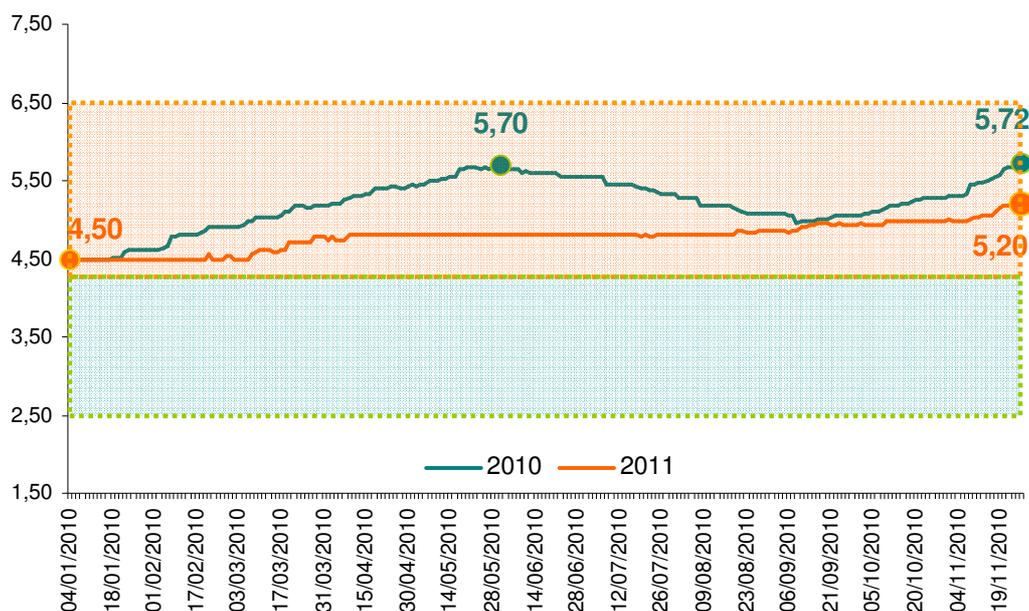
se pode importá-los para aumentar a oferta. Dessa forma, a elevação de preços, no curto e médio prazos, é a única forma de promover o equilíbrio entre oferta e demanda.

Atualmente, estudando-se o comportamento da atividade econômica, apesar de diferente do esperado, os dados mostram o fechamento do hiato do produto (veja a seção sobre 6. Brasil), o que implica que o País voltou a crescer a sua taxa média de longo prazo. Dessa forma, no curtíssimo prazo, não há sinais de pressões inflacionárias, o que de certa forma tenderia a acomodar a taxa de juros, se só esse elemento estivesse sendo considerado. No entanto, num sistema de Metas de Inflação, sabe-se a importância relativa que as expectativas assumem e, dessa forma, mais uma vez o cenário se torna incerto.

Juros

O ano iniciou com taxas de juros nominais em patamares baixos considerando a média histórica do País – 8,75% a.a., e entre as mais baixas taxas de juros reais de sua história recente. No entanto, já na reunião de abril, houve a primeira elevação da meta da Selic, que só veio interromper seu ciclo de alta na reunião de setembro. O aumento da Selic se deu motivado por dois fatores: o aumento da inflação corrente, e, principalmente, pela deterioração das expectativas inflacionárias.

Gráfico 3.3. Evolução das expectativas inflacionárias
(% a.a.)



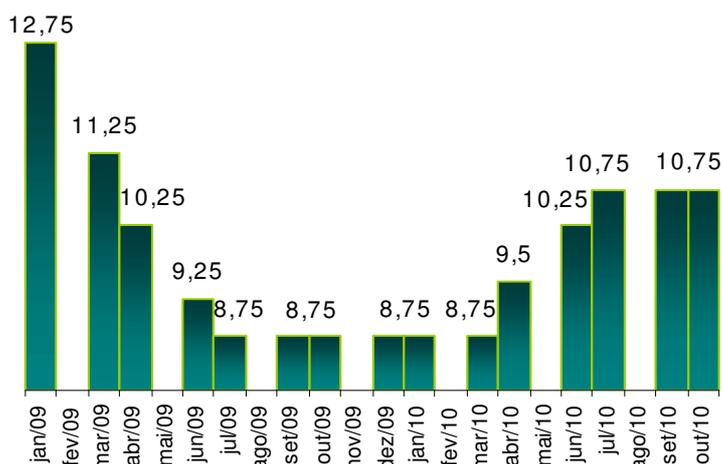
Fonte: BCB / Relatório Focus

No entanto para o ano que vem, a dinâmica dos juros assume um elevado grau de incerteza, bem como a dos preços. Diferentemente do que o mercado observa e se reflete na trajetória das expectativas inflacionárias, os técnicos do Banco Central que dão suporte às decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) acreditam que a aceleração dos preços que se observará nos próximos meses tem caráter temporário, e que já no segundo trimestre do próximo ano as eventuais pressões inflacionárias se dissiparão. Com isso, não haveria razões para elevações da taxa de juros no curto prazo. Todavia, se tais previsões não se confirmarem, e a trajetória dos preços for a esperada

pelo mercado, o País conviverá com taxas de juros ainda mais elevadas, de modo a conter a inflação. Contudo, é importante ressaltar que a relevância da taxa de juros no controle inflacionário se relaciona diretamente com o caráter expansionista da política fiscal. Dessa forma, quanto menos expansionista for a relação gastos/receitas, menos serão necessários aumentos da taxas de juros na economia brasileira.

Dado o cenário atual, de hiato do produto fechado e deterioração das expectativas, espera-se que deva prevalecer a primeira motivação (que determinaria a manutenção dos juros) sobre a segunda (que apontaria para a elevação). Dessa forma, na próxima reunião do COPOM, espera-se que a autoridade monetária decida por manter os juros no atual patamar. O maior problema se dará ao longo do ano de 2011. Se as expectativas de inflação continuarem se deteriorando, o Banco Central, caso queira seguir à risca o sistema de Metas de Inflação, não poderá dar as costas às expectativas, uma vez que se fizer isso terá um imenso custo de perda de credibilidade. Espera-se, todavia, que no segundo trimestre de 2011 a conjuntura econômica estará mais clara para ambos os *players* (mercado e BACEN) de forma que fique ainda mais nítida a real forma do Banco Central lidar com a questão inflacionária.

Gráfico 3.4. Evolução da meta da taxa Selic
(% a.a.)



Fonte: BCB

Um aliado para a taxa de juros no controle da inflação

Atualmente se verifica uma desvalorização do dólar acompanhada de uma valorização das demais moedas, em especial a de países emergentes. O cenário vigente está desenhado da seguinte forma: de um lado, os EUA desejam gerar estímulos à sua economia, a fim de reduzir o desemprego; de outro, os países emergentes, em decorrência do diferencial de juros e de crescimento, atraem recursos em volumes cada vez mais significativos. O resultado dessa combinação é a desvalorização do dólar se consolidando como fenômeno mundial

Nos EUA, a economia continua patinando. O fim dos estímulos fiscais para o setor imobiliário revelou que esse mercado, sem incentivos, ainda não se recuperou da crise. E o mesmo se repete nos demais setores de atividade. Isso, combinado a um ambiente de inflação baixa, revela-se um cenário bastante adequado para a implementação de “medidas adicionais de afrouxamento quantitativo para estimular a atividade” por parte FED, ou traduzindo, para inundar o País de dólares a fim de

estimular o consumo, e conseqüentemente, desvalorizar a moeda, a fim de prover maior competitividade às suas exportações.

Essa conjuntura de excesso de liquidez, associada a taxas de juros muito baixas nos EUA, acaba por estimular a saída de dólares do País num movimento de busca de maior rentabilidade. Dessa forma, o primeiro ponto que é preciso ter claro é que a desvalorização da moeda é uma estratégia americana de estímulo do comércio exterior como válvula de recuperação daquela economia – uma estratégia lícita, mas que tem impactos profundos sobre as demais economias do mundo por se tratar da moeda *versus* a qual todas as demais medem o câmbio para questões relativas ao comércio internacional e de contratos financeiros.

Como dito anteriormente, esse excesso de liquidez tem sido drenado para as economias emergentes. O pós-crise revelou que os desenvolvidos estão tendo um menor fôlego para recolocar a produção no patamar que antecedeu a crise financeira internacional. Em contraposição, os emergentes, graças aos seus mercados internos pujantes, conseguiram se recuperar de uma maneira mais rápida dos efeitos recessivos que a crise disseminou pelo mundo. E nesse cenário, dadas as suas instituições fortes, caso comparado com muitos outros emergentes, o Brasil se destaca como um atraente destino de recursos externos.

Além disso, existe o diferencial de taxa de juros construído a partir da necessidade de taxas mais altas na economia interna a fim de conter pressões inflacionárias, e as baixas taxas de juros nos países desenvolvidos, em especial dos EUA. Países como Brasil enfrentam um dilema no que se refere à política de juros, uma vez que a taxa de juros compatível com uma diminuição do diferencial a ponto de evitar o movimento de capitais é muito baixa, o que é totalmente incompatível com a taxa necessária para aliviar pressões inflacionárias (já que esse papel é exercido quase individualmente pelos juros, dado a preferência dos governos em não cortar gastos). Nesse sentido, a atuação dos *policymakers* está justamente na tentativa de diminuir a rentabilidade dos agentes internacionais, sem mexer nos juros. A saída mais óbvia, nesse caso, é a taxação da aplicação estrangeira em renda fixa de forma a eliminar ou apenas reduzir esse diferencial.

O que tem contribuído para evitar uma valorização do Real ainda maior são os crescentes déficits em transações correntes justificados a partir de uma conjugação de três efeitos:

- i) o crescimento expressivo das importações, em ritmo muito superior ao verificado pelas exportações;
- ii) o aumento de gastos com viagens ao exterior; e, por fim,
- iii) o aumento da lucratividade das filiais brasileiras que no contexto atual remetem volumes cada vez maiores de recursos para suas matrizes no exterior, ainda não recuperadas da crise.

Nesse sentido, ainda que plenamente financiáveis, dada uma conjuntura que acena para a persistência do excesso de liquidez e da baixa aversão ao risco no cenário internacional, são justamente esses déficits em transações correntes que deverão estabelecer certos limites ao processo de apreciação da moeda brasileira e, portanto, do uso desse elemento como ferramenta de controle da inflação.

Perspectivas para 2011

Quando se avalia o cenário prospectivo, como dito anteriormente, verifica-se que existe elementos suficientes para se acreditar que existam pressões que alimentam uma trajetória de expansão dos índices de inflação, pelo menos no curto prazo. Ainda, é

importante salientar, que ano que vem, diferentemente do que está acontecendo em 2010, espera-se que haja uma participação mais relevante do componente inercial na inflação, o que tende a emprestar uma certa rigidez para baixo dos índices de preço ao consumidor (IPCA e INPC).

Atentos a essa introdução, no cenário pessimista, espera-se que a inflação e taxa de juros sejam mais baixas em virtude da diminuição da pressão externa e interna, ainda que se conserve movimentos de alta de preços estimulados por fortes quebras agrícolas. Nessa conjuntura, a taxa de juros é mais baixa que a verificada ao final de 2010, ainda que se constatem aumentos nas primeiras reuniões do ano, e o IPCA é marginalmente superior ao centro da meta.

No cenário moderado, que se julga o de maior probabilidade de ocorrência, os índices de inflação IPCA e INPC sofrem maior aceleração do que no cenário pessimista em virtude das pressões de demanda e de custos geradas pelo aumento da atividade. A taxa de juros aumenta para conter tal dinâmica.

Por fim no cenário otimista, as fortes pressões de preços provindas do cenário interno, além dos estímulos decorrentes da recuperação econômica o cenário internacional elevam os preços no mercado doméstico. Com isso, há necessidade de aumento da taxa de juros nominal, principalmente num cenário que conjuga, ainda que leve, uma desvalorização cambial.

Vale contudo ressaltar um ponto de suma importância. A troca da presidência do Banco Central (depois de oito anos de um mandato de um agente respeitado pelo mercado e que gozou de autonomia em suas ações, ainda que o Banco Central não fosse independente) por um funcionário de carreira coloca em dúvida se o sistema de Metas de Inflação continuará operando da mesma forma como foi até hoje. A primeira recepção do mercado para o nome anunciado foi negativa, com queda do índice da Bovespa. Assim, é importante deixar claro que, sem a pretensão de fazer qualquer análise de cunho político, a análise aqui apresentada supõe que não haverá quebra na política monetária vigente e que o Banco Central continuará gozando de autonomia para o controle inflacionário.

Tabela 3.2. Perspectivas para os índices de inflação e taxa Selic (% a.a.)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
IPCA	4,31	5,70	4,60	5,40	5,80
INPC	4,11	5,90	4,80	5,60	6,10
IGP-M	-1,72	10,50	4,60	5,50	5,90
Selic-Over (Média do Período)	9,93	9,89	11,42	11,85	12,15
Selic-Meta (Fim de Período)	8,75	10,75	10,50	11,50	12,25

Fonte: IBGE, FGV e BCB. * Estimativas. Previsões: UEE / FIERGS

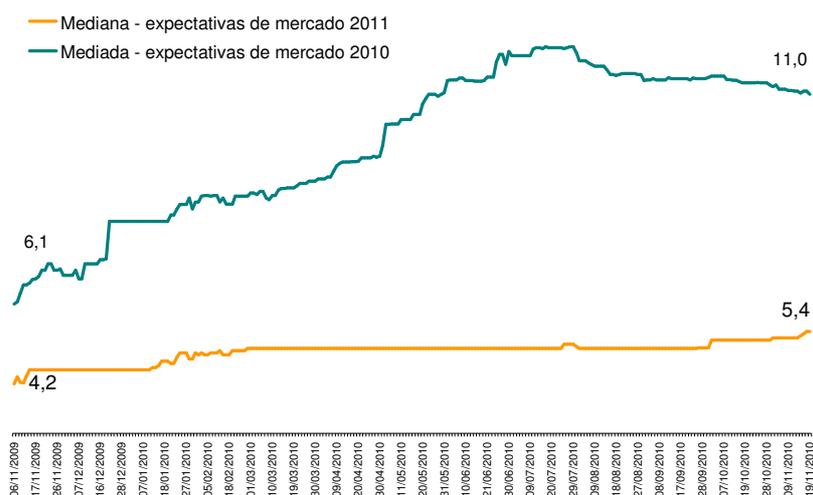
DOIS CENÁRIOS EM UM ANO

Os resultados dos indicadores da indústria nacional demonstram que o setor crescerá fortemente, bem acima das expectativas do final do ano passado, e dará uma grande contribuição ao desempenho da economia nacional em 2010. Encerrando o ano passado e iniciando o atual em franca expansão, estimulado pelo consumo doméstico e limitado pelo cenário externo e pela taxa de câmbio, o setor se beneficiou de um importante efeito carregamento de 2009. A expectativa é que essa tendência de crescimento continue, porém, diminua o ritmo consideravelmente em 2011.

A indústria foi o setor econômico brasileiro que mais sofreu os impactos da crise internacional, da mesma forma que será o que mais crescerá em 2010. O forte efeito carregamento recebido de 2009, a confiança empresarial, a retomada dos investimentos, aliado ao consumo doméstico, ancorado na expansão do crédito, nos gastos e no programa de transferência de renda do governo e na melhora dos salários e do emprego, constituem os componentes benignos do cenário atual econômico.

Todavia, paralelamente, o real valorizado frente ao dólar retira a competitividade da indústria nacional no âmbito interno e externo, fato que, juntamente com o contexto internacional desfavorável e um efeito carregamento pouco significativo, torna as perspectivas futuras menos animadoras. A desaceleração da atividade do setor⁶ nos últimos meses já evidencia desse processo. Portanto, a indústria brasileira encerrará o ano de 2010 com um crescimento recorde, bastante superior às expectativas no final de 2009 - a expectativa de mercado (coletada por pesquisa do Banco Central era de um crescimento de 6,1% para 2010 e da FIERGS de 6,9%) .

Gráfico 4.1. Produção Industrial – Expectativas de Mercado para 2010/2011



Fonte: BCB/FOCUS

⁶ A evolução da indústria brasileira em 2010 e no ano que vem será analisada com base nas principais pesquisas conjunturais divulgadas pela CNI (Indicadores e Sondagem Industriais) e pelo IBGE (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física).

Para 2011, sem alterações significativas na conjuntura econômica, é esperado novo crescimento para a indústria brasileira, em qualquer dos cenários propostos, tendo novamente a demanda interna como pilar. Esse bom desempenho, porém, deverá ser bem abaixo do observado nesse ano.

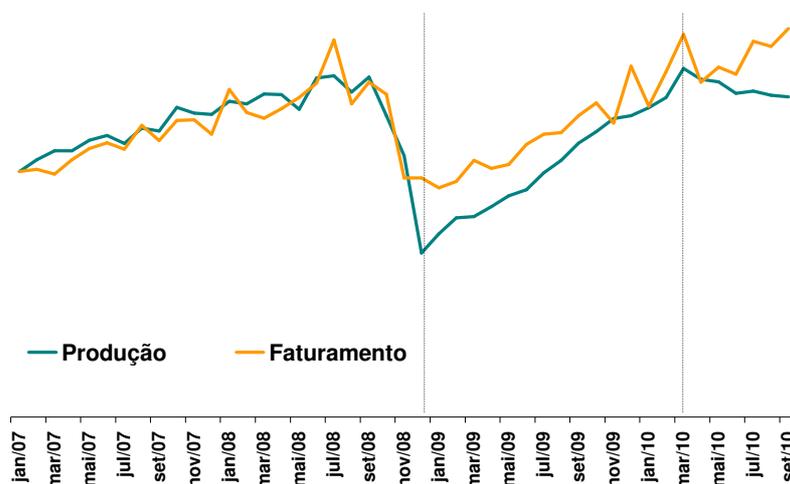
Pagamos a crise, e agora?

A indústria brasileira nesse ano, reencontrou-se com o crescimento. O processo de recuperação da atividade industrial, iniciado no ano passado, manteve-se em 2010 levando o setor a superar a crise mundial. A análise dos resultados da produção e do faturamento industrial confirma esse comportamento.

Os primeiros choques da crise mundial atingiram a indústria nacional em outubro de 2008, levando o faturamento e a produção, em poucos meses, a uma queda de 12% e de 19%, respectivamente. Após esse período de forte ajuste, ambos indicadores entraram num ciclo de recuperação acelerada que percorreu todo o ano passado e prosseguiu no início de 2010. Porém, a partir do segundo trimestre desse ano, a indústria entrou num processo de desaceleração intenso. O faturamento, mesmo oscilante, seguiu com uma leve rota ascendente, enquanto a produção começou a se acomodar.

Nesse período de recuperação, o faturamento expandiu-se 20% em termos reais, uma taxa média mensal de 0,9%, fato que determinou o retorno ao nível pré-crise pela primeira vez no mês de dezembro de 2009. Na sequência, entre recuos e avanços, o mesmo se consolidou. Entretanto, durante essa fase, ocorreram dois momentos distintos no que se refere ao ritmo. O primeiro compreendeu o período de fevereiro de 2009 a março de 2010, quando o faturamento do setor expandiu-se 19,1% (taxa média mensal de 1,3%) e o segundo quando esse ritmo desacelerou-se fortemente para 0,1% ao mês, acumulando um crescimento de apenas 0,6% entre abril e setembro.

Gráfico 4.2. Produção e faturamento – indústria de transformação
(Nº índice jan/2007=100)



Fonte: IBGE e CNI/Dessazonalizado

A produção industrial, da mesma forma, entrou em rota da recuperação da crise já no primeiro mês de 2009. Foram 15 meses ininterruptos de crescimento na margem, a uma taxa média de 1,5% ao mês que se encerrou em março de 2010, acumulando ao longo do processo 25% de crescimento. Esse ritmo alucinante fez com que a produção

ultrapasse o nível anterior à crise no final do primeiro trimestre de 2010. Todavia, a partir de abril, a produção caiu em cinco dos seis meses seguintes, chegando a setembro com uma queda acumulada de 3,1%, voltando a ficar abaixo do nível pré-crise. Ou seja, desde abril a produção manufatureira brasileira está caindo. Em setembro, portanto, o crescimento verificado no ano refere a um desempenho que já ocorreu, é o que chamamos efeito carregamento.

A indústria, que havia sido o setor econômico que mais sofreu os impactos da crise mundial, também será o que mais crescerá em 2010. O efeito carregamento recebido de 2009, a demanda interna aquecida, estimulada pelos incentivos tributários, e o otimismo empresarial foram os fatores determinantes para a recuperação positiva observada até o primeiro trimestre desse ano. Por outro lado, a retirada dos estímulos, o aprofundamento da valorização cambial, que vem diminuindo a competitividade do setor, e o cenário externo ainda pouco favorável já são percebidos na forte desaceleração ocorrida nos últimos meses.

Se a análise na margem demonstra um comportamento semelhante entre o faturamento e a produção, o mesmo não foi diferente nas comparações com o ano passado, tanto no acumulado quanto no mês ante o mesmo mês, visto que ambos apresentaram variações notadamente positivas. Vale lembrar que o efeito de carregamento de 2009 – empurrão estatístico de 2009 para a expansão de 2010 -, foi intenso. No caso do faturamento esse efeito foi de 8,7% e, para a produção industrial, de 7,3%. Isso significa que se o faturamento e a produção industrial tivessem parado de crescer ao longo de todo ano de 2010, mesmo assim, teriam registrado uma expansão naquela magnitude.

No acumulado de janeiro a setembro relativamente ao mesmo período do ano passado, o faturamento cresceu 12,9%, o maior percentual já registrado. A produção industrial, 14,6%, desempenho inferior apenas ao ano de 2002.

Na mesma base de comparação, o desempenho da indústria nacional provocou o aquecimento do mercado de trabalho. O emprego e a massa salarial registraram incrementos, respectivos, de 5,3% e 6,1%, que são recordes, elevando o rendimento médio em 0,7%. Os dados relativos ao mercado de trabalho serão avaliados em mais detalhes em seção específica sobre o tema.

Estamos inovando mais?

Pesquisa divulgada pelo IBGE mostrou que embora se tenha um maior percentual de empresas realizando inovações, os gastos com esta não cresceram na mesma proporção das receitas.

Recentemente, o IBGE divulgou a quarta edição da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC). Esta, abrange todo o território nacional, visando avaliar o processo de geração, difusão e incorporação do progresso tecnológico, constituindo um importante levantamento de dados. O papel de destaque que o progresso tecnológico desempenha no crescimento e desenvolvimento de qualquer economia, coloca este tema na agenda do dia.

Os resultados mostraram que o percentual de empresas industriais brasileiras que realizam inovação aumentou em 10 anos. Em 1998-2000, esta proporção era de 31,5%, passando a 38,1% em 2006-2008 – um aumento de 6,2 p.p.. O Rio Grande do Sul, além de sempre ter apresentado maior proporção de empresas inovadoras, teve crescimento mais expressivo. Nesta base de comparação, passou de 33,5% para 44,1%, uma diferença de 10,7 p.p. Isso pode estar sinalizando a influência positiva que as empresas exportadoras exercem sobre a economia. Estas, por sofrerem mais diretamente os

impactos da falta de competitividade, têm maior necessidade de incorporar e desenvolver novas tecnologias.

No período de 2006-2008, as empresas industriais brasileiras investiram cerca de R\$ 44 bilhões em inovação. Ainda que este valor seja expressivo, chama a atenção o fato de que o percentual da receita destinado à inovação caiu. Em 1998-2000, as empresas industriais direcionavam 3,8% de sua receita líquida a atividades inovativas. Os dados da última pesquisa mostraram que, em 2006-2008, este percentual caiu para 2,5%.

De acordo com a metodologia aplicada, as inovações podem ser de dois tipos: produtos e/ou processos. São consideradas inovações de produtos aquelas que lançam uma nova mercadoria no mercado, aquelas que representam avanços nas etapas de elaboração de determinado produtos, ou, ainda, que modificam a forma como o produto é gerado. Por outro lado, são consideradas inovações de processo aquelas que incorporam um novo insumo e/ou técnica com vistas a melhorar a eficiência produtiva, aquelas que incorporam novas máquinas e equipamentos e/ou procedimentos para a produção e/ou distribuição de determinado produto, e aquelas que aperfeiçoam o processo de produção, etc. Destaca-se que, no Brasil, das inovações realizadas nos anos de 2006-2008, 42% foram de produtos e 58% foram de processos.

Um aspecto trazido pela pesquisa e bastante importante de ser analisado, é o grau de novidade das inovações realizadas. Este, é dividido em três categorias: (i) traz novidades para a empresa/setor, mas não para o mercado/setor nacional; (ii) traz novidades para o mercado/setor nacional, mas não para o mercado/setor mundial; (iii) traz novidades para o mercado/setor mundial. No caso das inovações de processo, nota-se que 94,2% destas se enquadram na primeira categoria, tendo beneficiado, portanto, empresas e setores. Por outro lado, apenas 0,2% trouxeram novidades em termos mundiais. Nas inovações de produtos, este percentual sobe para 1,2%. Ainda assim, neste caso também a maioria das inovações trouxeram novidades apenas no âmbito das empresas, o que pode ser um sinalizador de que estamos buscando equilíbrio com o mercado.

Quanto à relevância das inovações realizadas, mais de 40% dos empresários industriais afirmaram que estas foram importantes no sentido de: melhorar a qualidade de seus produtos; contribuir para a manutenção da empresa no mercado; e aumentar a capacidade produtiva das mesmas. Por outro lado, menos de 20% consideraram que as inovações foram importantes para: a redução de consumo de água, energia e/ou matéria-prima.

Ainda, cabe destacar que são as próprias empresas que estão arcando com as inovações realizadas. Dos investimentos em P&D, 88% tiveram fonte de financiamento própria. Os 12% de fontes terceiras de financiamento dividem-se em: setor privado (0,8%) e setor público (11,2%). Esta realidade é consideravelmente diferente quando são analisados os outros tipos de inovação (como, por exemplo, aquisição de software, compra de máquinas equipamentos, treinamento, etc.), onde o percentual de fonte de financiamento própria cai para 75,4%. De qualquer forma, nota-se pouco apoio público ao processo de inovação.

A PINTEC 2006-2008 mostrou que, embora tenha aumentado o percentual de empresas que realizam inovações, a participação destas na receita caiu, mostrando que o este processo não tem acompanhado os ganhos existentes no setor industrial. Ainda, as inovações ocorridas no País têm sido no sentido de incorporar processos e produtos já existentes. Embora isto seja importante no sentido de modernizar as empresas, melhorando, conseqüentemente, sua competitividade, pouco agrega para a ampliação

dos processos e produtos já existentes no País e no mundo. Os resultados também sugerem que as inovações realizadas tiveram mais importância em aumentar a competitividade da empresa através da melhora do produto do que da redução dos custos operacionais. Estes são aspectos importantes para se pensar ao discutir o tema inovação nos próximos 10 anos.

Publicado no Informe Econômico N° 50 de 13/12/2010

A realidade dos segmentos industriais

Como já referido anteriormente, o processo de recuperação em curso da indústria nacional após a crise internacional pode ser dividido em dois momentos distintos no que se refere a sua intensidade. Tomando como exemplo a produção física, a primeira fase (janeiro de 2009 a março de 2010) foi de grande crescimento e na segunda (abril a setembro desse ano), de acomodação.

Em termos setoriais, a primeira fase de forte recuperação da indústria se disseminou por 23 das 26 atividades pesquisadas, onde apenas três recuaram: refino de petróleo, fumo e outros equipamentos de transporte. Os segmentos que mais se destacaram foram os que se caracterizam como produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital, especialmente, veículos automotores e material eletrônico e de comunicação, móveis e máquinas para escritório e informática e máquinas e equipamentos. Destaca-se que esses setores foram impulsionados pela recuperação dos investimentos, do emprego e renda e do crédito, juntamente com os incentivos tributários fornecidos para estimular o consumo. Os efeitos positivos espalharam-se pela cadeia produtiva, em especial, no segmento de bens intermediários como borracha e plásticos, químicos e metalurgia básica .

Na segunda fase, período de abril a setembro, a perda de fôlego também foi generalizada, estendendo-se por todas as categorias de uso. Nesse sentido, contou com a retração de dezoito segmentos industriais e com a desaceleração da maioria daqueles que ainda registravam crescimento. Esse período sucedeu à retirada dos incentivos tributários e à intensificação da valorização cambial. Destaque para as quedas de produtos de metal, máquinas para escritório e informática, químicos e mobiliário; e a desaceleração em veículos automotores.

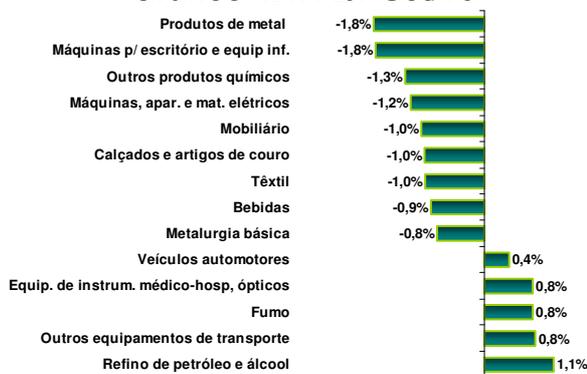
Produção industrial-setorial (Var. % média mensal)

Gráfico 4.3. Jan/09-Mar/10



Fonte: IBGE/Dessazonalizado

Gráfico 4.4. Abr-Set/10



Fonte: IBGE/Dessazonalizado

Numa perspectiva anual, em termos setoriais, da mesma forma que no agregado, o efeito carregamento é um elemento importante para explicar as altas taxas e o elevado grau de disseminação. De fato, apenas os setores de fumo, outros equipamentos de transporte e refino de petróleo e álcool (faturamento) apresentaram quedas no acumulado do ano encerrado em setembro.

A atividade industrial em 2010, é sustentada, principalmente, pelos setores de veículos automotores, máquinas e equipamentos, metalurgia básica, químicos e produtos de metal, que responderam em conjunto por quase dois terços do crescimento da indústria brasileira.

Tabela 4.1. Produção e faturamento – indústria de transformação
(Var. % jan-set10/09)

	Produção	Faturamento
Alimentos e bebidas	-	4,5%
Alimentos	6,5%	-
Bebidas	13,6%	-
Fumo	-9,8%	-
Têxtil	8,0%	3,8%
Vestuário e acessórios	8,9%	13,9%
Calçados e artigos de couro	13,1%	18,2%
Madeira	18,2%	7,1%
Celulose, papel e produtos de papel	5,2%	7,6%
Edição, imp. e reprodu. de gravações	3,9%	25,6%
Refino de petróleo e álcool	0,7%	-6,7%
Produtos químicos	-	13,5%
Farmacêutica	4,5%	-
Perfumaria e prod de limpeza	2,0%	-
Outros produtos químicos	12,1%	-
Borracha e plástico	16,9%	16,6%
Minerais não metálicos	10,7%	8,9%
Metalurgia básica	24,1%	16,5%
Produtos de metal	28,6%	20,0%
Máquinas e equipamentos	32,2%	22,0%
Máq. para escritório e equip. de informática	14,7%	-
Máq. aparelhos e materiais elétricos	13,5%	16,6%
Material eletrônico, apar. e equip. de com.	12,0%	12,9%
Equip. de instrum. médico-hospitalar, óptic	18,9%	-
Veículos automotores	29,4%	20,7%
Outros equipamentos de transporte	-3,4%	-1,4%
Mobiliário	13,2%	13,9%
Diversos	15,5%	-
Indústria de transformação	13,1%	11,3%

Fonte: IBGE e CNI

A indústria nacional nos últimos doze anos

A indústria gasta mais com indenizações trabalhistas do que com previdência privada, e os benefícios aos trabalhadores representam um adicional de 45% sobre os salários. É necessário rever o custo Brasil que incide sobre quem emprega 7,8 milhões de trabalhadores.

O IBGE divulgou, recentemente, a PIA - Pesquisa Industrial Anual de 2008. Esse é um importante instrumento para compreender como é distribuída a riqueza produzida pelo setor industrial no Brasil, a incidência de custos de produção, a receita obtida e os investimentos realizados. Em uma avaliação preliminar sobre os resultados globais, o ano de 2008 revela aspectos interessantes relacionados aos custos quando comparados com os números históricos.

Primeiramente, (i) os benefícios concedidos aos empregados cresceram de forma sistemática nos últimos 12 anos. Em 1996, esses representavam 8,2% do total de gastos com pessoal. Ou seja, eram transferidos aos trabalhadores o equivalente a R\$ 12 bilhões/ano (valores de 2008 corrigidos pelo IPCA). Considerando que na época tinha-se um universo de 5,1 milhões de trabalhadores na indústria então, o gasto era de R\$

2.482/ano por trabalhador. Destaca-se que, nesse grupo, estão os gastos com auxílio-refeição, transporte, despesas médicas e hospitalares, creches, auxílio-educação dentre outras. Na última pesquisa, em 2008, o percentual de benefícios havia atingido os 10% do total de gastos com pessoal, ou seja, um valor de R\$ 22 bilhões no ano. O setor aumentou o número de pessoal empregado para 7,8 milhões, o que resulta em uma transferência, sob a forma de benefícios, de R\$ 2.819/ano por trabalhador. Um crescimento de 13,5% em termos reais.

Mesmo diante da afirmação que esses benefícios são importantes para dar mais segurança e conforto ao trabalhador, o mesmo não irá representar maior custo para as empresas e, portanto, perda de competitividade, se houver a contrapartida de aumento de produtividade. Outro ponto importante refere-se ao comportamento dos custos desses benefícios. Como pode ser visto, esses estão relacionados a determinados tipos de serviços que acabam por ter um comportamento inflacionário diferente dos produtos comercializáveis. Ou seja, como a competição nos serviços é menor que nos produtos industriais, é de se esperar que os custos dos benefícios aumentem mais ao longo do tempo, em especial diante de crescimento da renda, e devem pressionar os gastos futuros das empresas com essa rubrica.

Porém, há outros recursos que a indústria direciona aos trabalhadores e que também deveriam entrar nessa conta, como por exemplo, FGTS, INSS e previdência privada. De alguma forma, o trabalhador irá ter acesso a esses recursos no futuro, seja em situações adversas no mercado de trabalho como, por exemplo, desemprego, ou então na aquisição de casa própria e aposentadoria. Em 2008, a indústria gastou com esses itens o equivalente a R\$ 45,5 bilhões, ou então, R\$ 5.789/ano por trabalhador. Somando esses aos benefícios anteriores, teremos um total de R\$ 8.608/ano por trabalhador em 2008. Note que os benefícios diretos, percebidos automaticamente no salário e, portanto, mais sujeitos a demanda nas negociações coletivas, representam apenas uma fração daqueles benefícios que não são sentidos na conta corrente e que constituem uma reserva futura. E esse adicional não é desprezível. Para um salário médio de R\$ 19.091/ano, os benefícios transferidos resultam em um adicional de 45% sobre os salários dos trabalhadores. Ou seja, o trabalhador ganha R\$ 27.699/ano mas, no curto prazo, recebe apenas R\$ 19.091.

O segundo ponto de destaque são (ii) os excessivos gastos com indenizações trabalhistas. Há doze anos, as indenizações representavam 2,8% do total gasto com pessoal, cerca de R\$ 4,3 bilhões no ano (considerando valores deflacionados pelo IPCA). Apesar da pequena participação sobre o gasto com pessoal, o valor não é desprezível. Durante esse período, essa relação se reduziu, atingindo os 2% do gasto com pessoal em 2008. Porém, ainda é um valor exageradamente elevado, da ordem de R\$ 4,5 bilhões/ano. Para se ter uma ideia da importância dessa soma de recursos, basta ver que o gasto anual com indenizações chega a representar o dobro do que é destinado à previdência privada todo ano pelas indústrias. Um absurdo em uma economia que precisa constituir poupança doméstica para financiar seu crescimento.

O terceiro elemento de destaque é: (iii) o expressivo aumento dos gastos com energia. A energia utilizada para acionar as máquinas é um insumo muito importante para a atividade industrial. Nesse caso, a pesquisa relaciona duas importantes fontes, a energia elétrica e os combustíveis. Em 1996, o gasto total com esse insumo era da ordem de R\$ 17,5 bilhões. Desde então, cresceu cerca de 9% ao ano em termos reais e, em 2008, atingiu o total de R\$ 49 bilhões. Uma taxa de expansão superior a verificada na receita líquida de vendas, que foi de 7,1% o que, por si só, já é um indicativo de perda de competitividade setorial. Como se sabe, há segmentos que são mais intensivos no

consumo de energia o que significa que esse aumento pode representar uma perda de competitividade maior em determinados segmentos relativamente a outros. Por outro lado, esse aumento pode estar refletindo o processo de mecanização do setor, em um cenário de elevações contínuas dos custos do fator trabalho. O modelo brasileiro de produção industrial não se sustenta no médio prazo.

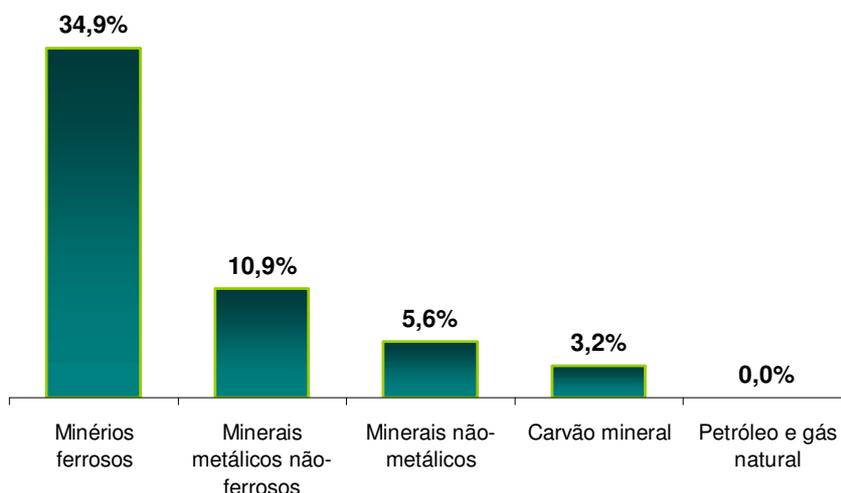
Publicado no Informe Econômico N° 29 de 19/07/2010

Produzimos mais de tudo

No que se refere à produção industrial, é possível uma desagregação setorial ainda maior. Dos 76 subsetores pesquisados, 68 apresentaram crescimento de janeiro a setembro de 2010 frente ao período análogo do ano passado. Entre eles, fundamentalmente estão, aqueles que mais caíram no ano passado, e portanto, apresentavam base de comparação bastante deprimida. Destaca-se que a conjuntura econômica beneficiou, preponderantemente, aqueles setores mais dependentes da renda interna e do crédito ou que receberam algum tipo de incentivo tributário.

A extrativa mineral, por exemplo, cresceu 14,6% no período de janeiro a setembro desse ano comparativamente ao mesmo período do ano passado. Todos subsetores pesquisados apresentaram expansão com destaque para as indústrias de extração de minerais ferrosos e minerais metálicos não ferrosos. O desempenho positivo do subsetor refletiu a retomada das exportações e o impacto do aquecimento da demanda interna sobre a cadeia produtiva industrial, em especial com o aumento da produção das indústria de bens de consumo duráveis e de capital.

Gráfico 4.5. Produção industrial – subsectores - extrativa
(Var. % jan-set10/09)

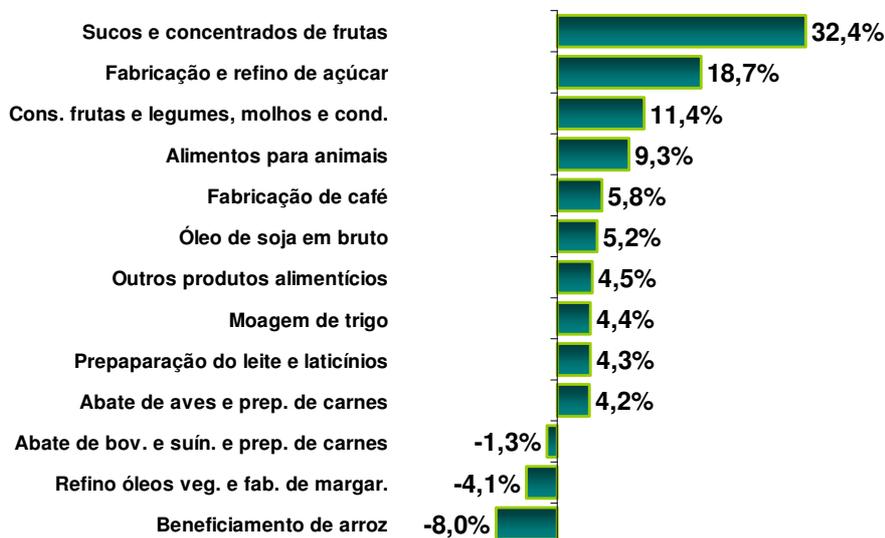


Fonte: IBGE

Outro setor que é importante avaliar com mais detalhes é o de alimentos, devido ao seu peso a composição do PIB setorial (17% do PIB industrial e 1,5 milhão de trabalhadores), invariavelmente, fornece uma contribuição expressiva para o desempenho do agregado. De fato, a produção de alimentos cresceu 6,5% no ano, uma contribuição de 0,75 p.p. para o resultado global. Esse é consistente com a evolução da renda interna e emprego crescente e teve forte impacto da expansão na produção de sucos de frutas

concentrados e no açúcar cristal, os principais produtos responsáveis pelo resultado global. Além disso, o crescimento do setor de bebidas, 13,6%, está fortemente associado ao mercado interno, repercutiu o aumento da produção de chope, cervejas e refrigerantes.

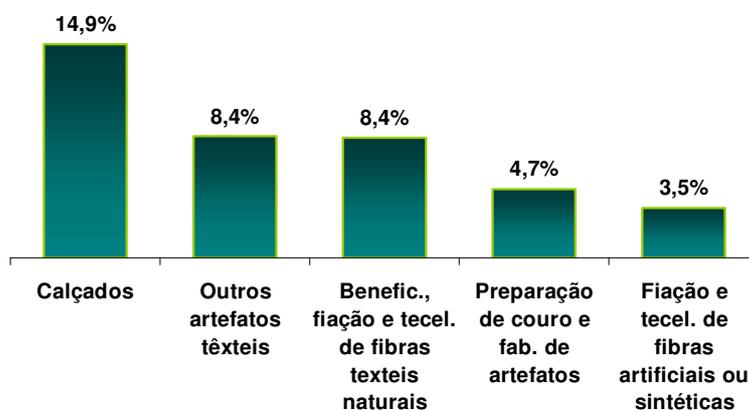
Gráfico 4.6. Produção industrial – subsetores – alimentos
(Var. % jan-set10/09)



Fonte: IBGE

O aquecimento do mercado de trabalho e os programas sociais de transferência de renda elevaram a renda interna e o emprego impulsionando diretamente o grupo de subsetores como têxteis, vestuário e calçados, diretamente vinculados à demanda doméstica. O desempenho desses setores poderia ser ainda melhor se a conjuntura econômica favorável não convivesse com a valorização cambial, que torna a concorrência extremamente acirrada com os produtos importados, além da concorrência ilegal e a pirataria.

Gráfico 4.7. Produção industrial – subsetores - têxteis, vestuário e calçados
(Var. % jan-set10/09)



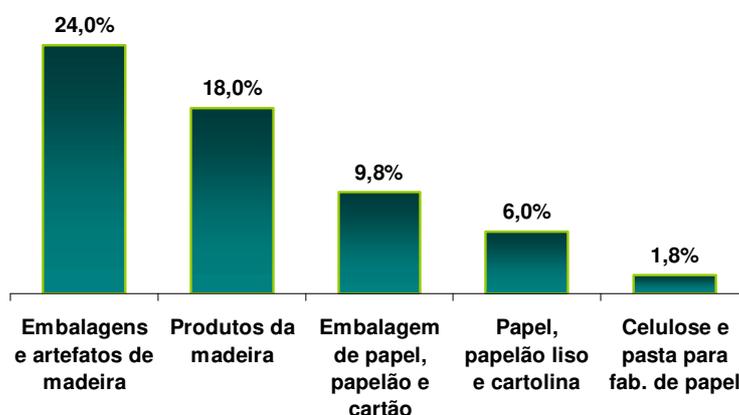
Fonte: IBGE

Os produtos que forneceram as maiores contribuições para o resultado dos subsetores foram os calçados de couro feminino e calçados de plástico, tecidos de

algodão, meias e meias-calças, calças compridas femininas e calcinhas e sutiãs. Ou seja, nota-se, nesse cenário, forte influência da produção de itens voltados ao público feminino.

Com uma maior produção industrial interna, os impactos sobre a cadeia produtiva tornam-se mais intensos. Além disso, retomada da demanda externa repercutiu no grupo de setores tipicamente de bens intermediários, fornecedor de matéria-prima para outros segmentos industriais. Entre eles, madeira, celulose e papel e papelão, incluindo o segmento de embalagens. Seus subsetores registraram crescimentos generalizados, com destaque para embalagens e produtos de madeira e embalagens de papel que repercutem a expansão da produção de madeira serrada aplainada ou polida e painéis de fibra de madeira; caixas de papelão ondulado ou corrugado e papel-cartão ou corrugado.

Gráfico 4.8. Produção industrial – setores - madeira e papel
(Var. % jan-set10/09)



Fonte: IBGE

Outro grupo importante de subsetores pertencentes à categoria de bens intermediários é aquele composto, na sua maior parte, pelas empresas de refino de petróleo, álcool, químicas e petroquímicas. Destaca-se que esse conjunto representa, 24% do PIB setorial. Com exceção de refino de petróleo, a expansão generalizada refletiu a atividade industrial crescente e a retomada parcial da demanda externa. Químicos inorgânicos, tintas e vernizes, esse em resposta à expansão da construção civil, álcool e defensivos agrícolas foram os que mais cresceram no ano acumulado até setembro.

Gráfico 4.9. Produção industrial – subsetores – refino e químicos
(Var. % acumulada no ano)

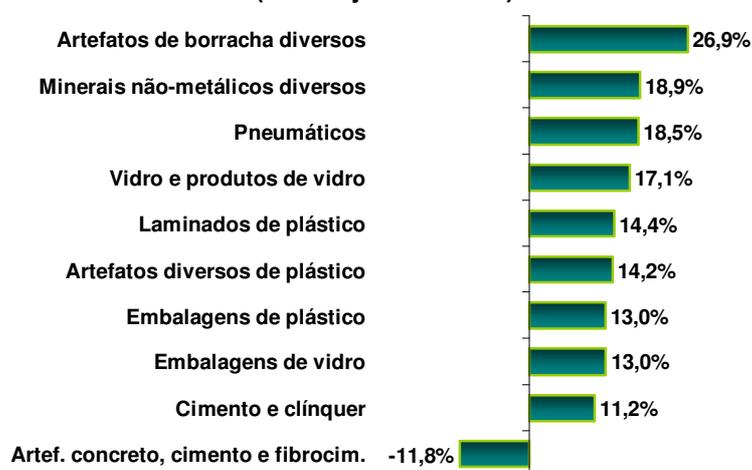


Fonte: IBGE

Os segmentos de borracha, plásticos e minerais não-metálicos, como produtores de bens intermediários, inclusive embalagens, estão diretamente associados à evolução de suas respectivas cadeias produtivas. Como destaque em 2010, o crescimento expressivo dos subsetores de artefatos de borracha e pneumáticos, estão diretamente relacionados ao desempenho da indústria de automóveis, ônibus e caminhões. As indústrias de embalagens de plásticos e vidros seguem na mesma linha, repercutindo a trajetória ascendente da produção industrial brasileira.

No mesmo sentido, repercutindo a forte expansão da construção civil em 2010, cimento e clínquer, e minerais-não metálicos diversos, como ladrilho e placa cerâmica estão crescendo e refletindo o desempenho positivo do setor, que também foi incentivado com reduções de impostos.

Gráfico 4.10. Produção industrial – subsetores – borracha, plásticos e minerais não metálicos
(Var. % jan-set10/09)

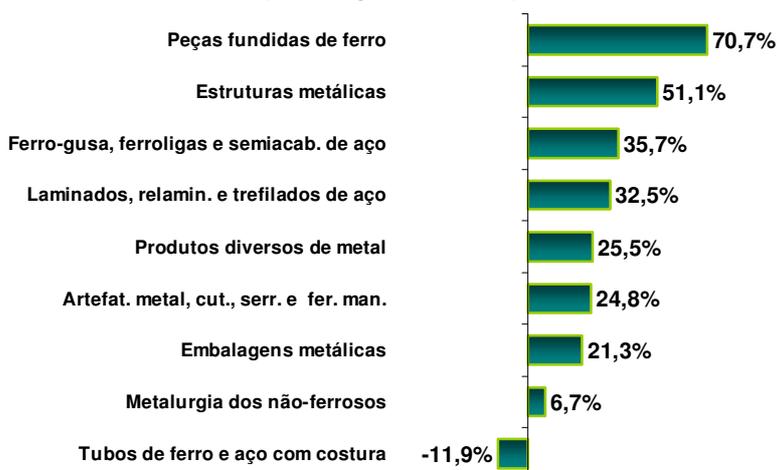


Fonte: IBGE

Por fim, entre os setores que mais sofreram com a crise, estão a metalurgia básica e a fabricação de produtos de metal, que juntos representam 12% do PIB setorial. Da mesma forma que tiveram forte retração na produção esses também estão entre os que mais contribuíram para a expansão da indústria em 2010: 2,1 pontos percentuais. A esses grupos pertencem os últimos subsetores industriais fornecedores de insumos e matérias-primas, que, em 2010, caracterizaram-se pela intensidade de seu crescimento, com destaque para peças fundidas de aço; estruturas metálicas; ferro-gusa, ferro ligas e semi-acabados de aço; e laminados, relaminados e trefilados de aço.

É importante destacar que a recuperação desses subsetores decorre do desempenho de sua cadeia produtiva do qual são fornecedores, especialmente, máquinas e equipamentos e veículos automotores. Os produtos responsáveis foram lingotes, blocos, tarugos ou placas de aço ao carbono e aços especiais, parte e peças de caldeiras geradoras de vapor; parafusos, ganchos, pino ou perno, porca e outros artefatos roscados de ferro e aço.

Gráfico 4.11. Produção industrial – subsetores - metalurgia
(Var. % jan-set10/09)



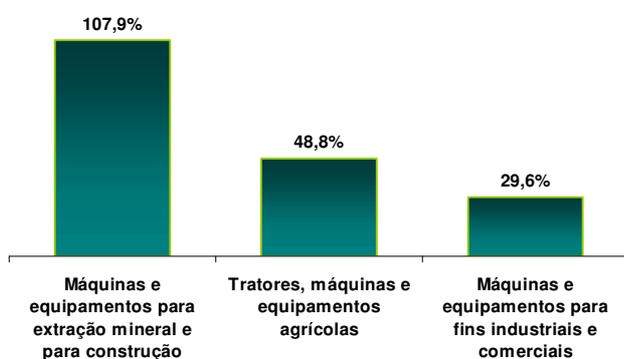
Fonte: IBGE

A retomada das exportações e do investimento no país determinou, em 2010, as condições para que as empresas de máquinas e equipamentos, que pertencem a categoria de bens de capital, fornecessem ao crescimento da indústria de transformação nacional a segunda maior contribuição setorial. Todos os subsetores pesquisados cresceram de forma expressiva, com destaque para produção de máquinas e equipamentos para extração mineral e construção e tratores e equipamentos agrícolas alavancados pelos aumentos na produção de carregadoras-transportadoras e compressores usados em aparelhos de refrigeração.

Consistente com o mercado de trabalho aquecido e a expansão do crédito, todos subsetores pertencentes à atividade de material elétrico-eletrônico e de comunicação, na sua grande parte inserida na categoria de bens de consumo durável, cresceram a taxas expressivas, com destaque para os eletrodomésticos e condutores. Televisores e aparelhos de som foram os produtos que se destacaram nesse grupo.

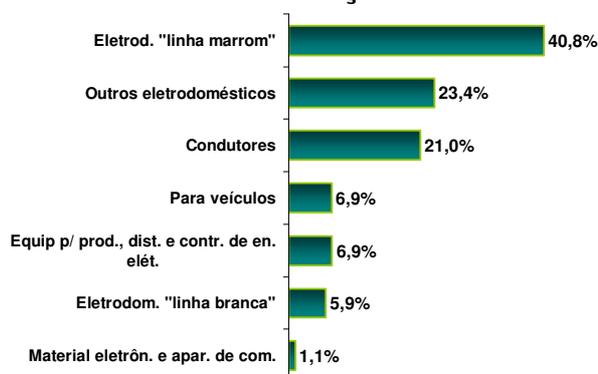
Produção industrial
(Var. % jan-set10/09)

Gráfico 4.12. Máquinas e equipamentos



Fonte: IBGE

Gráfico 4.13. Elétrico-eletrônico e comunicação



Fonte: IBGE

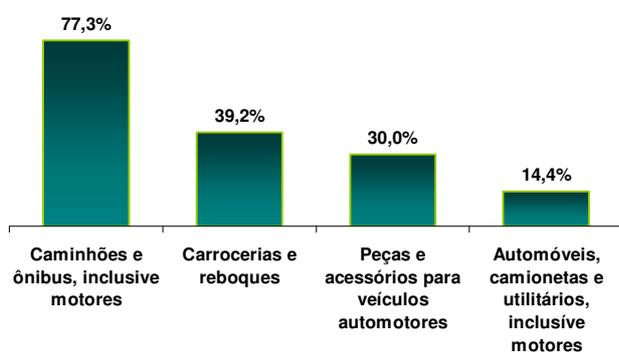
Por fim, a indústria de veículos automotores forneceu a maior contribuição positiva para o crescimento da produção industrial em 2010. Impulsionado, especialmente, pelo crédito crescente, investimentos, incentivos fiscais e pela retomada parcial da demanda

externa, o setor recuperou-se do revés sofrido no ano passado, quando no sentido inverso, contribuía decisivamente para a redução da produção nacional. Nesse cenário favorável, todos os subsetores, principalmente, automóveis, caminhões e ônibus e carrocerias e reboques, apresentaram forte crescimento.

A única atividade industrial em 2010 a registrar que foi a de outros equipamentos de transporte, repercutindo a retração de dois de seus subsetores: construção e montagem de vagões ferroviários e aeronaves, que, por sua vez, sofreram a influência da menor produção de aviões ou outros veículos aéreos e de vagões de carga ou de passageiros.

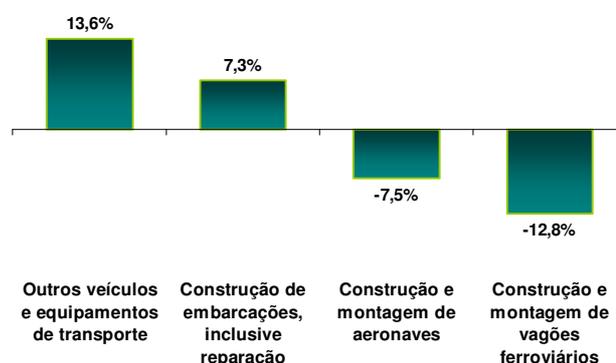
Produção industrial (Var. % jan-set10/09)

Gráfico 4.14. Montagem de veículos



Fonte: IBGE

Gráfico 4.15. Outros equip. transporte



Fonte: IBGE

A função social da indústria: existir

Durante muitos anos a indústria nacional tem cumprido sua importante função social de gerar empregos.

As grandes decisões de investimento em atividades produtivas têm o poder de modificar a estrutura econômica de municípios, regiões e até de Estados. No ambiente industrial, há diversos exemplos espalhados pelo Brasil. Foi assim com os investimentos siderúrgicos em Ipatinga, Minas Gerais, no início da década de 1960; com o Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul, no início da década de 1980; com os investimentos na indústria de celulose no município de Aracruz, no Espírito Santo, ao final da década de 1980; e também com a indústria de veículos automotores em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Isso sem falar em diversos outros empreendimentos industriais que continuam a modificar o “perfil econômico” de regiões no Brasil.

Um dos exemplos mais recentes foi a construção de uma fábrica de automóveis no Estado da Bahia. Entre 1996 e 2001, a conformação industrial daquele Estado esteve concentrada em apenas três atividades que, juntas, representavam 70% do PIB da indústria local: (i) química, com a parte de fabricação de derivados de petróleo – polietileno, combustíveis e demais produtos; (ii) alimentos e bebidas, como refrigerantes, óleo de soja refinado; (iii) fabricação de celulose e papel, sendo o maior produtor brasileiro de pastas químicas de madeira. Porém, com o início das atividades de fabricação de automóveis em Camaçari, um novo pólo industrial surgiu a partir de 2002 e, tal como a experiência de outros municípios e regiões na história da indústria brasileira, as repercussões sobre a riqueza local foram significativas.

Em 2001, eram 29 pequenas empresas envolvidas na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias localizadas naquele Estado. Juntas, empregavam apenas 525 pessoas. De acordo com a última pesquisa do IBGE, em 2008, o número de empresas passou para 80. Movimento idêntico pode ser verificado nos empregos, que saltou, em sete anos, para 8,9 mil pessoas. Mais empregos, mais massa de salários. E sua evolução média anual foi de 71% nesses sete anos. Descontados os efeitos inflacionários, de uma massa de salários de R\$ 7 milhões/ano, esse segmento pagou em 2008 o equivalente a R\$ 303 milhões. No total, desde 2002, foi transferido para os trabalhadores o equivalente a R\$ 1,3 bilhão, somente com o pagamento de salários. Dá para imaginar os efeitos multiplicadores gerados sobre a economia do Estado, e que se espalham na compra de produtos no comércio, de diversos tipos de serviços como, recreação, educação, transporte, lazer e, claro, também no pagamento de impostos.

A título de ilustração, supondo uma propensão marginal a consumir da ordem de 0,6, que já seria considerada pequena, ou seja, de cada R\$ 1 de salário R\$ 0,6 são destinados para o consumo final. Além disso, mantendo tudo o mais constante – valores reais, impostos – e considerando o efeito vazamento no gasto dos salários, para uma alíquota efetiva de 7% de ICMS, essa movimentação de renda pode ter gerado uma arrecadação da ordem de R\$ 230 milhões nesse período. Aqui não se considera, por exemplo, o ICMS direto, e que incide sobre a fabricação e venda do produto. E sim, aquele proveniente do efeito multiplicador da renda gerada com o pagamento de salários. Também é possível identificar impactos na cadeia produtiva. Atualmente, o Estado é um grande produtor de pneumáticos e uma nascente indústria de peças e acessórios, ambos usados em veículos. Entre 2001 e 2008, surgiram 130 novas indústrias no segmento de borracha e plástico, e o número de empregos nesse segmento saltou de 4.300 para 12.500. Impactos similares ocorreram na indústria de máquinas e equipamentos, cujos empregos, para o mesmo período, saltaram de 2.736 para 8.600.

É difícil encontrar indicadores de competitividade setorial aberto para os estados. Nesse caso, podemos recorrer à relação custo de matéria-prima e componentes sobre a receita líquida de vendas. Informações estas que estão na PIA/IBGE. Por mais imperfeito que possa ser o indicador, o fato é que há fatores que indicam a existência ou não de elevados custos de produção em uma região e, portanto, menor competitividade. Nesse caso, uma relação mais elevada pode estar sinalizando: (i) que os insumos utilizados pela indústria, localizada em uma região, são mais caros que aqueles encontrados em outra localidade; (ii) que a mesma está pagando mais impostos estaduais que as outras; (iii) que a receita que obtém com a venda do produto é menor que os demais produtores; (iv) pode refletir elevados custos de logística. Ou então, uma combinação desses fatores. É claro que a existência de uma cadeia produtiva desenvolvida e próxima, reduz os custos dos insumos e que, incentivos tributários, seja no produto final, ou então na cadeia, podem ter reflexos positivos nessa competitividade. Por exemplo, uma indústria de automóveis que tem fornecedores de pneumáticos, peças e acessórios ou de aço, que estejam mais próximos. Essa relação para o segmento de fabricação de veículos automotores na Bahia está em 63%, acima da média do Brasil, que é de 60%. Mas, esse valor é bem menor que os 75% de 2004 e 2005. Ou seja, o segmento vem se beneficiando ou de menores impostos, proximidade de fornecedores, maior escala, ou melhorias logísticas. As transformações sociais e econômicas que a indústria tem o poder de materializar sobre localidades, reforça o importante papel que tem a desempenhar no desenvolvimento desse País.

Publicado no Informe Econômico N° 37 de 13/09/2010

O empresário está confiante?

Consistente com a trajetória apresentada pela indústria nacional em 2010. O Índice de Confiança do Empresário Industrial Brasileiro (ICEI), um dos indicadores destinados a aferir a percepção atual e a expectativa dos industriais, desacelerou ao longo do ano, após alcançar valores recordes no início de 2010.

O ano que iniciou apresentando uma trajetória crescente da confiança, alcançou seu valor recorde em fevereiro de 2010 (67,8 pontos). Na seqüência, entrou em tendência de desaceleração, alcançando em outubro 62,9 pontos, patamar ainda superior à média histórica, o que significa que o empresário permanece confiante.

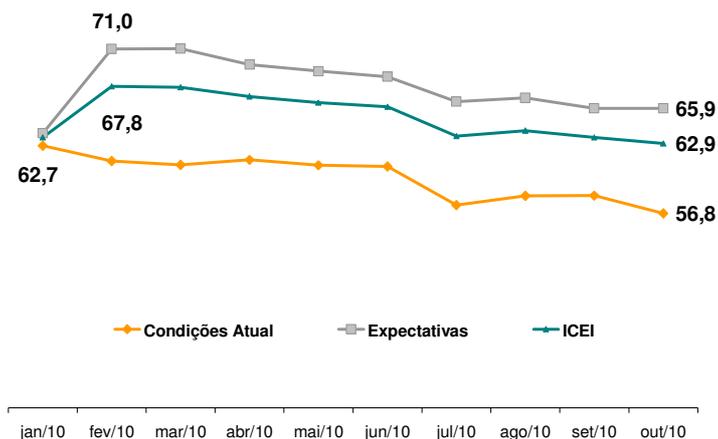
Vale lembrar que, atualmente, o otimismo, embora menor, é percebido sobre um cenário imediatamente anterior mais favorável, onde grande parte das perdas já foi recomposta e, portanto, limita o espaço para seguir crescendo.

Portanto, como um indicador antecedente, o nível apresentado pelo ICEI sugere que as empresas brasileiras continuarão contratando, investindo em suas unidades e adquirindo insumos e matéria-prima, com reflexos positivos sobre a atividade industrial, mesmo que com efeitos menores do que o verificado no passado.

Essa confiança pode ser dividida em duas partes. Na primeira tem-se o Índice de Condições Atuais, que atingiu o nível histórico pós-crise em abril de 2010 (61,3 pontos), a partir de então entrou numa trajetória de redução e alcançou o mês de outubro com 56,8 pontos, valor ainda acima da média histórica. Portanto, na avaliação da maioria dos empresários, a conjuntura econômica segue favorável para os negócios.

Segundo indicador refere-se às expectativas futuras. Esse apresentou a mesma trajetória, cujo valor alcançado em outubro de 2010, 62,9 pontos, repercutiu o otimismo dos empresários e sinalizando a tendência de recuperação do setor industrial no futuro. De fato, na última edição do ICEI, em outubro, 52% dos empresários disseram-se confiantes com a economia brasileira, enquanto apenas 7,2% manifestaram opinião contrária. Em resumo, a evolução dos índices demonstra que a indústria brasileira deverá retomar a trajetória crescente nos próximos meses.

Gráfico 4.16. Índice de confiança do empresário industrial (ICEI)
(em pontos)



Fonte: CNI

Perspectivas para 2011

Contando com um importante impulso do efeito carregamento de 2009, a atividade industrial deverá registrar taxas recordes em 2010 e recuperar, se não totalmente, grande

parte das perdas de 2009. Além do efeito carregamento, o bom desempenho baseia-se no seguinte cenário econômico de duplo sentido: demanda interna impulsionando e, o setor externo e a valorização do real, restringindo. No primeiro caso, o emprego, os salários e o crédito em alta, bem como, o reajuste do salário mínimo devem contribuir para a manutenção da trajetória crescente da renda das famílias. No segundo, a perda de competitividade no âmbito interno, diante do avanço de produtos importados, e no externo diante do fato que as exportações seguem sendo um componente limitador importante para o desempenho do setor.

Assim, em 2010, ao contrário do ano passado, quando registrou a queda mais intensa da história, a produção industrial deverá crescer 10,8%, a maior expansão da série, e o faturamento avançar 10,3%.

Para 2011, contando com pouco ou nenhum auxílio do efeito carregamento, possivelmente, o setor deverá continuar no mesmo processo. Nesse caso, espera-se um crescimento da atividade em qualquer dos cenários propostos, mas que deverá apresentar taxas positivas bem menores ao longo do ano.

No cenário moderado descrito deverá ocorrer a continuidade do processo de crescimento, terminando o ano com uma expansão de 3,2% na produção e 4,2% no faturamento.

No cenário mais otimista, tanto a produção na indústria quanto o faturamento, apresentam crescimento num ritmo mais intenso do que o proposto no cenário anterior, fazendo com que, no primeiro caso, tenha-se 4,1% de expansão e, no segundo, 5,4%.

No cenário mais pessimista, a produção e o faturamento crescerão, respectivamente, 2,3 e 3,1%.

Tabela 4.3. Previsões para a produção industrial e faturamento

	2009	2010	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produção					
Indústria Extrativa Mineral	-8,8%	13,8%	4,0%	5,2%	6,3%
Indústria de Transformação	-7,4%	10,6%	2,0%	2,8%	3,6%
Indústria Total	-7,4%	10,8%	2,3%	3,2%	4,1%
Faturamento real					
Indústria de Transformação	-4,3%	10,3%	3,1%	4,2%	5,4%

Fonte: IBGE/CNI. * Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE

OS NÚMEROS DE 2010 FORAM EXCELENTES. MAS, SERÃO SUSTENTÁVEIS?

O forte aquecimento da economia em 2010 impulsionou o mercado de trabalho brasileiro, que encerra o ano tendo gerado mais de 2 milhões de empregos formais e com a mais baixa taxa de desemprego da história do País. Entretanto, diversos fatores sugerem que problemas estruturais, como, por exemplo, a falta de mão-de-obra qualificada, podem se colocar como importantes entraves para a continuidade do crescimento.

O comportamento do mercado de trabalho no Brasil será analisado sob enfoque de seus principais componentes: taxa de desemprego, nível de emprego e rendimentos dos trabalhadores. A análise abrangeu a economia brasileira (no caso da taxa de desemprego, as principais regiões metropolitanas), dando maior ênfase à indústria de transformação. Para tal, foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), através dos Indicadores Industriais do Brasil; e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Em geral, pode-se dizer que o mercado de trabalho brasileiro teve um comportamento excepcional no ano de 2010, tendo registrado a mais baixa taxa de desemprego e a maior geração líquida de emprego da história do País. Estes resultados são analisados detalhadamente nesta seção, que também aponta fragilidades, conseqüências e direcionamentos para 2011.

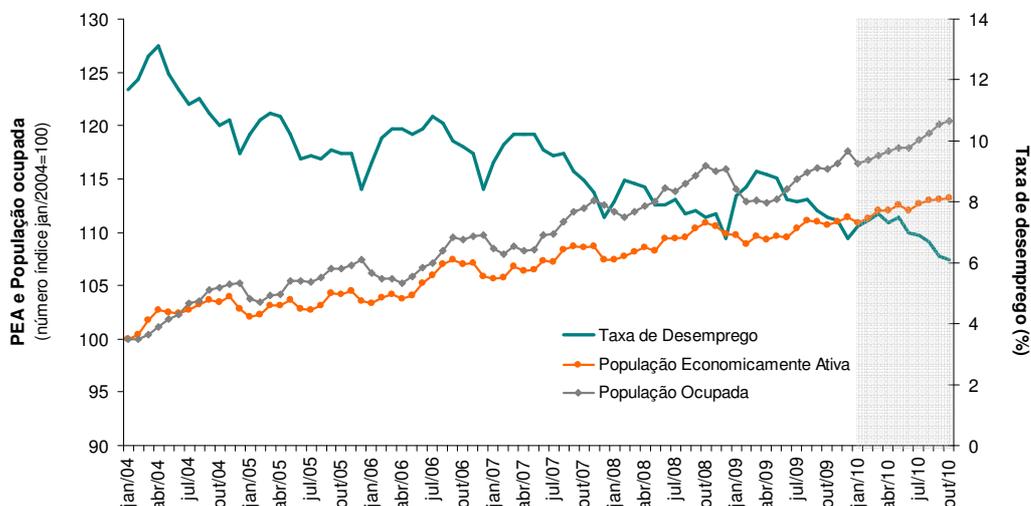
T*axa de desemprego*

A taxa de desemprego média entre os meses de janeiro e outubro de 2010 para as seis principais regiões metropolitanas do País foi registrada em 7%, estando 1,3 p.p. abaixo daquela observada para o mesmo período do ano anterior. Claramente, esta significativa queda se deveu ao aumento mais acentuado da população ocupada em relação à população economicamente ativa. Na comparação entre 2009 e 2010 (média de janeiro a outubro) nota-se que a primeira variável sofreu uma variação de 3,5%, frente a um aumento de 2,1% na segunda. Em outras palavras, a demanda por mão-de-obra cresceu mais rapidamente do que a oferta desta, causando, conseqüentemente, uma queda na taxa de desemprego.

A comparação dos resultados dos principais indicadores do mercado de trabalho, para o total das regiões metropolitanas, entre os anos de 2009/2008 e 2010/2009 com a média anual para o período de 2003-2010, evidencia alguns fatores interessantes. Nas três bases de comparação, a população em idade ativa (PIA) cresceu a taxas semelhantes, o que é esperado, uma vez que o comportamento desta variável depende de fatores demográficos. Entretanto, quando são analisadas a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO), nota-se que estas cresceram, entre 2008 e 2009, a taxas consideravelmente inferiores àquela observada para a média anual entre 2003 e 2010. Estes fatores se refletiram em uma taxa de desemprego acima de 8% nos oito primeiros meses de 2009. Em setembro, essa caiu para 7,7%, o que foi

consequência, em grande parte, de um arrefecimento no crescimento da PEA – quanto menos pessoas estiverem procurando emprego, menor a taxa de desemprego.

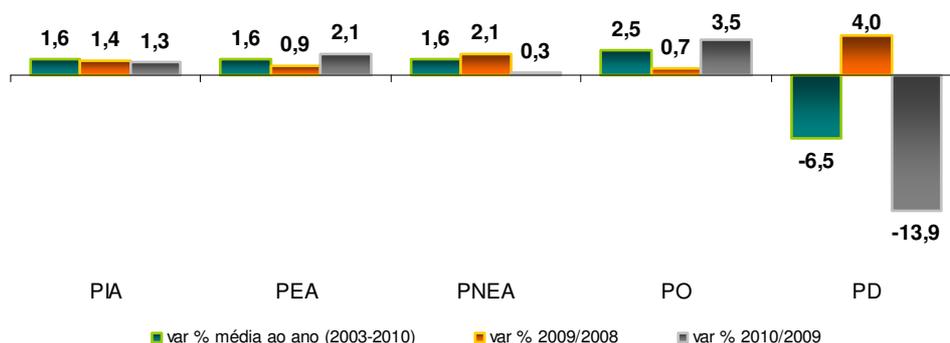
Gráfico 5.1. Evolução da taxa de desemprego e seus componentes nas regiões metropolitanas



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Em 2010, a baixa taxa de desemprego observada se deve, como dito anteriormente, a um crescimento mais acentuado na população ocupada em comparação com a população economicamente ativa. Além disso, é possível observar que o crescimento da população ocupada na comparação 2010/2009 está 1 p.p. acima do crescimento médio anual observado entre 2003 e 2010, enquanto que, quando é analisada a PEA, esta diferença é de 0,5 p.p.. Assim, a baixa taxa de desemprego que se desenha pode, na verdade, ser reflexo de aspectos conjunturais e não estruturais.

Gráfico 5.2. Indicadores do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas (média de jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Nem todas as regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa apresentaram taxa de desemprego baixa em 2010. Aquelas situadas no nordeste do País apresentaram resultados mais elevados em relação às demais. Na RM de Salvador, a taxa de desemprego foi registrada em 11,4% – não tendo sofrido alterações em relação a 2009 – e na RM de Recife a mesma foi de 8,9%. Ainda, destaca-se que a taxa de desemprego mais baixa em 2010 foi observada na RM de Porto Alegre (4,8%) e que a RM de São

Paulo sofreu maior queda deste indicador na comparação com o ano de 2009, de -2,1 p.p..

Tabela 5.1. Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas (média de jan-out)

	2009	2010	Varição (em p.p.)
Recife	10,1	8,9	-1,2
Salvador	11,4	11,4	0,0
Belo Horizonte	6,6	5,6	-1,0
Rio de Janeiro	6,3	5,8	-0,5
São Paulo	9,5	7,3	-2,1
Porto Alegre	5,8	4,8	-1,0
Total das Regiões	8,3	7,0	-1,3

Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

A análise setorial mostra que a queda na taxa de desemprego ocorreu com maior intensidade na indústria (-1,8 p.p.) e na construção civil (-1,3 p.p.), setores que foram bastante prejudicados com a crise ocorrida ao final de 2008 e que a partir de meados de 2009 retomaram seu crescimento, tendo impulsionado o aquecimento da atividade econômica observado em 2010. Destaca-se também que o setor que apresentou menor taxa de desemprego foi a administração pública (1,5%), sendo esta também a que apresentou menor queda em comparação com 2009 (-0,3 p.p.).

Tabela 5.2. Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas por tipo de atividade (média de jan-out)

	2009	2010	Varição (em p.p.)
Indústria	5,0	3,3	-1,8
Construção Civil	4,3	3,0	-1,3
Comércio	4,7	3,8	-0,9
Serviços	4,5	3,5	-1,0
Adm Pública	1,8	1,5	-0,3
Total	8,3	7,0	-1,3

Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Embora uma baixa taxa de desemprego possa ser um bom indicador, ela pode tanto ter conseqüências não desejáveis quanto evidenciar algumas deficiências. Em um estudo publicado em 2008, o Banco Central do Brasil estimou que a taxa de desemprego natural do País seria de aproximadamente 7,5%. Assim, taxas de desemprego abaixo desta poderiam ter como resultado pressões inflacionárias. Além disso, quando a taxa de desemprego se encontra em patamares muito baixos, podem ocorrer problemas de falta de mão-de-obra, o que se configura como um importante fator impeditivo para a continuidade do crescimento.

Pesquisas realizadas pela CNI em parceria com as Federações de Indústrias mostraram que a falta de mão-de-obra qualificada tem se colocado como um dos principais problemas enfrentados em 2010. No terceiro trimestre do ano, 26,5% dos empresários da indústria de transformação e 64% dos empresários da construção civil afirmaram ser este um dos principais entraves de seus setores.

Percentual de empresários que apontam falta de mão-de-obra qualificada como um dos principais problemas do setor

Gráfico 5.3. Indústria de transformação

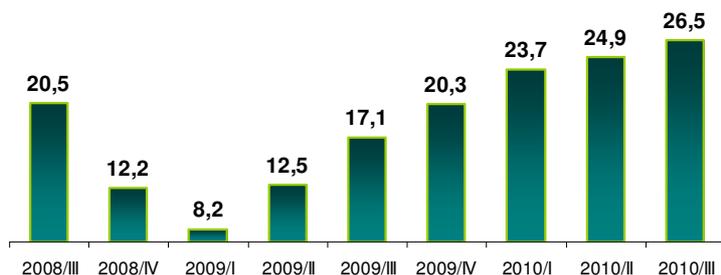
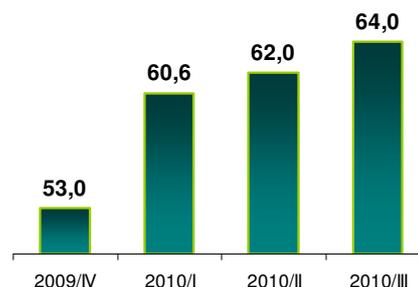


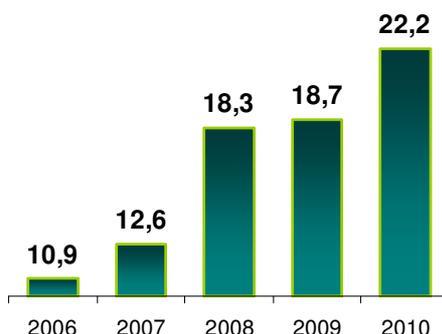
Gráfico 5.4. Construção Civil



Fonte: CNI. Elaboração: FIERGS/UEE

A escassez de mão-de-obra qualificada e o forte aquecimento da economia também causaram outro impacto sobre o mercado de trabalho: o aumento do número de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros. No primeiro semestre de 2010 foram concedidas 22,2 mil autorizações, um aumento de 18,9% frente ao mesmo período de 2009. Os principais estados de destinos destes trabalhadores foram Rio de Janeiro (54,4%) e São Paulo (31,1%).

Gráfico 5.5. Autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros (em mil – jan-jun)



Fonte: MTE. Elaboração: FIERGS/UEE

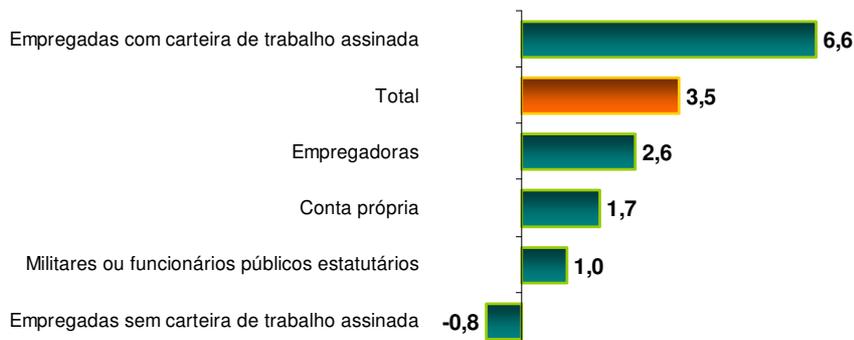
Outras duas características importantes de serem mencionadas em relação aos trabalhadores estrangeiros é que quase a totalidade destes possuía, no mínimo, nível técnico profissional e mais de 93% dos contratos assinados em 2010 tinham caráter temporário. Estas características sugerem que estes trabalhadores têm sido contratados com o intuito de formar mão-de-obra qualificada no Brasil, numa tentativa de atenuar uma das mais urgentes deficiências apresentadas pelo País.

Nível de emprego

Os dados de emprego disponibilizados pelo IBGE, que englobam o mercado de trabalho formal e informal das seis principais regiões metropolitanas do Brasil, mostram que a população ocupada apresentou uma expansão de 3,5% na comparação de 2010 com 2009 (média até outubro). Quando os números são desagregados por posição na ocupação, nota-se que o aumento mais expressivo se deu entre os trabalhadores com

carteira de trabalho assinada, evidenciando que o forte aquecimento da economia tem contribuído para o processo de formalização da mão-de-obra do País. Corroborando com essa afirmativa, na mesma base de comparação, houve diminuição do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada – a única categoria de posição da ocupação que registrou queda.

Gráfico 5.6. Ocupação por posição – total das RM's
(Var. % jan-out10/09)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

O Ministério do Trabalho e do Emprego traz dados referentes ao mercado de trabalho formal para todo o Brasil. Dos resultados divulgados para 2010 até outubro, o saldo mensal de geração líquida de empregos foi recorde em 6 dos 10 meses, sendo recorde também no acumulado do ano. A geração anual de empregos soma 2,4 milhões, o dobro daquela observada em 2009 e superior à de 2008 em 258,2 mil trabalhadores. Quando os dados são abertos setorialmente, nota-se que, em termos absolutos, os setores que apresentaram maior geração líquida de empregos no acumulado do ano foram os serviços (866,5 mil), a indústria de transformação (617,6 mil) e o comércio (395,3 mil).

Gráfico 5.7. Geração de empregos formais
(em mil – jan-out)

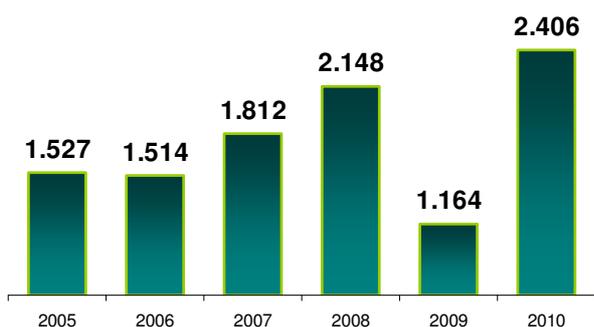
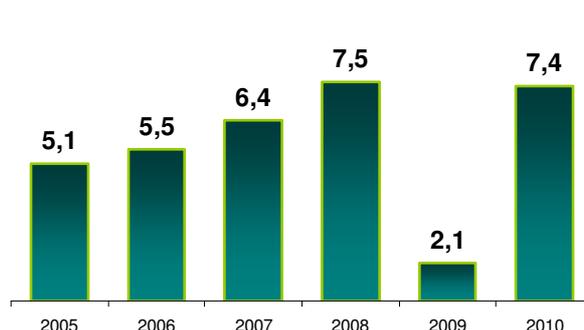


Gráfico 5.8. Estoque de empregados
(outubro – var. % em relação ao ano anterior)



Fonte: MTE/RAIS e CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

Analisando-se o estoque de trabalhadores, nota-se que o número de empregados formais em outubro/2010 cresceu 7,4% em comparação com outubro/2009. Embora seja um aumento expressivo, destaca-se que esta variação ainda foi inferior àquela observada para a atividade econômica no acumulado do ano (8,86% – IBC-Br), um sinal de que a dinâmica de crescimento, com impactos positivos sobre a geração de empregos, está menos intensa. Na análise setorial, cabe destacar o forte aquecimento da construção civil, setor que apresentou crescimento mais expressivo. Em outubro de 2009, este empregava

formalmente cerca de 2,2 milhões trabalhadores, passando a 2,6 milhões em outubro de 2010 – um aumento de 17,1%. A indústria de transformação também destacou-se positivamente, tendo aumentado seu estoque de trabalhadores em 7,3% na mesma base de comparação.

Na comparação dos estoques de trabalhadores entre outubro 2010/2008, observa-se que apenas a agricultura não recuperou o nível de emprego formal registrado no período pré-crise – tendo sido este também o setor que apresentou maior queda durante a crise. Na mesma base de comparação, os dados da construção civil evidenciam ainda mais o aquecimento deste setor, que teve seu estoque de trabalhadores formais aumentado em 30%. Destaca-se também que o nível de emprego formal da indústria de transformação, embora tenha apresentado queda de 2,5% entre outubro de 2009/2008, já ultrapassou o nível pré-crise em 4,6%.

Tabela 5.3. Nível de emprego formal – setores
(em mil - outubro)

	2008	2009	2010	Var (%) 2009/2008	Var (%) 2010/2009	Var (%) 2010/2008
Agropecuária	1.636	1.580	1.583	-3,5	0,2	-3,2
Indústria Extrativa	200	208	226	3,8	8,7	12,7
Indústria de Transformação	7.217	7.034	7.550	-2,5	7,3	4,6
SIUP	402	408	432	1,5	5,8	7,4
Construção Civil	1.993	2.211	2.590	11,0	17,1	30,0
Comércio	7.188	7.522	8.116	4,6	7,9	12,9
Serviços e Adm Pública	21.119	21.642	23.117	2,5	6,8	9,5
Total	39.755	40.605	43.614	2,1	7,4	9,7

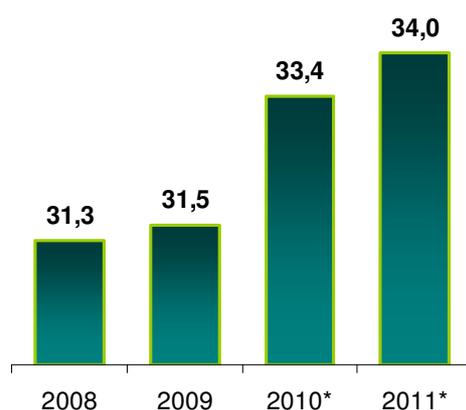
Fonte: MTE/RAIS e CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

Neste ponto da discussão, faz-se necessário chamar a atenção para um fato importante: entre outubro de 2008 e outubro de 2010 o estoque total de trabalhadores formais na economia cresceu 9,7%, o que representa um aumento de 3,8 milhões de pessoas. Como mencionado anteriormente, esse crescimento do número de trabalhadores tem gerado significativas pressões de falta de mão-de-obra qualificada por alguns segmentos de atividade econômica.

Entretanto, dados demográficos do IBGE mostram que, atualmente, há no Brasil cerca de 130 milhões de pessoas que são potencialmente ativas para o trabalho (entre 15 e 64 anos). Ou seja, a demanda adicional de 3,8 milhões em 2 anos representa apenas 3% da disponibilidade de mão-de-obra no Brasil. Em 2008, a razão entre o total de trabalhadores formais e a população potencialmente ativa era de 31,3% passando para 33,4% em 2010. Esta diferença é muito pequena para representar pressões de custos nos salários e resultar em dificuldade de encontrar trabalhadores. A seguir por este ritmo, podemos esperar agravamento, na margem, deste cenário em 2011, uma vez que a razão entre a projeção de mão-de-obra formal, por parte da Unidade de Estudos Econômicos (no cenário moderado), e a projeção de população, divulgada pelo IBGE, para o próximo ano é de 34%.

Fica claro que os problemas enfrentados pelo País são estruturais. A atividade econômica pode ser estimulada de diversas formas, crescendo consideravelmente de um ano para o outro. Por outro lado, a oferta de trabalhadores qualificados para suprir a demanda gerada por este crescimento, demora mais para se formar. Este problema não é novo, e cabe lembrar que medidas tomadas no curto-prazo para solucioná-lo, terão impactos apenas no médio e longo-prazos, sendo, por todos os motivos explicitados nesta análise, urgentes.

Gráfico 5.9. Razão entre trabalhadores formais e população potencialmente ativa



Fonte: IBGE. MTE. Elaboração: FIERGS/UEE. *projeções

Quanto ao crescimento da mão-de-obra formal na indústria de transformação, este não ocorreu homoganeamente entre os diversos segmentos. Na comparação entre os meses de outubro 2010/2009, é possível observar que os setores que mais contribuíram positivamente para o resultado foram aqueles do complexo metal-mecânico. Nota-se expressivo crescimento no número de trabalhadores nos segmentos de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos (17,5%), veículos automotores (14%), outros equipamentos de transporte (13,5%) e produtos de metal (11,8%). A comparação dos estoques de outubro 2009/2008 mostra que estes também foram os mais atingidos durante a crise.

Tabela 5.4. Nível de emprego formal – indústria de transformação (em mil - outubro)

	2008	2009	2010	Var (%) 2009/2008	Var (%) 2010/2009	Var (%) 2010/2008
Manutenção e Reparação de Máq e Equipos	106,8	107,2	125,9	0,4	17,5	17,9
Produtos Diversos	123,4	123,7	137,7	0,2	11,3	11,6
Minerais não Metálicos	363,4	365,5	403,3	0,6	10,3	11,0
Bebidas	114,9	114,3	126,1	-0,5	10,3	9,7
Vestuário e Acessórios	656,7	665,1	712,3	1,3	7,1	8,5
Produtos de Metal	492,5	475,2	531,2	-3,5	11,8	7,9
Móveis	234,8	233,1	253,3	-0,7	8,7	7,9
Farmacêuticos	90,0	94,2	96,4	4,7	2,3	7,1
Impressão e Reprodução	113,1	113,8	120,8	0,6	6,2	6,9
Químicos	252,6	254,9	269,7	0,9	5,8	6,8
Borracha e Plástico	425,2	418,3	450,1	-1,6	7,6	5,8
Couro e Calçados	422,1	412,5	446,1	-2,3	8,2	5,7
Refino de Petróleo	149,3	161,2	157,3	7,9	-2,4	5,3
Veículos Automotores	472,2	435,7	496,6	-7,7	14,0	5,2
Outros Equipos de Transporte	87,4	80,7	91,6	-7,7	13,5	4,8
Celulose e Papel	163,7	162,2	171,4	-0,9	5,6	4,7
Material Elétrico	206,0	192,0	211,4	-6,8	10,1	2,6
Alimentos	1.393,8	1.383,7	1.420,5	-0,7	2,7	1,9
Máquinas e Equipamentos	363,1	334,8	366,4	-7,8	9,4	0,9
Equipos de Informática e Eletrônicos	166,4	150,5	167,3	-9,6	11,1	0,5
Têxteis	316,3	305,6	317,2	-3,4	3,8	0,3
Fumo	16,8	16,4	16,3	-2,4	-0,2	-2,6
Metalurgia	268,4	231,2	254,7	-13,9	10,2	-5,1
Produtos de Madeira	218,0	202,3	206,2	-7,2	1,9	-5,4
Total da Indústria de Transformação	7.216,9	7.034,1	7.549,7	-2,5	7,3	4,6

Fonte: MTE/RAIS e CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

Apenas os segmentos de fumo e refino de petróleo apresentaram queda da mão-de-obra formal entre outubro de 2009 e 2010. Por fim, destaca-se que, embora o número de trabalhadores dos setores de metalurgia e de produtos de madeira tenha crescido entre 2009 e 2010, estes ainda não recuperaram o nível de emprego observado em outubro de 2008, estando 5,1% e 5,4% abaixo deste, respectivamente.

Outra variável relevante para a análise do mercado de trabalho industrial são as horas trabalhadas na produção. Os dados da CNI, disponíveis até setembro, mostram que a variação acumulada no ano para o total da indústria de transformação foi de 8% e a variação acumulada em 12 meses foi de 5%. A primeira base de comparação oferece uma expansão maior devido ao fato de a base de comparação ser mais deprimida, visto que foi entre os meses de janeiro e abril de 2009 que esta variável sentiu mais acentuadamente os efeitos da crise.

Tabela 5.5. Horas trabalhadas na produção – indústria de transformação
(média de jan-set)

	Varição acumulada no ano (%)	Varição acumulada em 12 meses (%)
Alimentos e Bebidas	3,5	1,6
Têxteis	6,4	3,4
Vestuário	1,0	0,9
Couros e calçados	14,0	10,9
Madeira	-7,5	-13,6
Papel e celulose	4,1	2,4
Edição e impressão	-0,3	-1,6
Refino e álcool	6,7	4,4
Produtos químicos	4,5	3,5
Borracha e plástico	13,6	10,9
Minerais não metálicos	8,0	5,1
Metalurgia básica	10,5	5,8
Produtos de metal	15,1	10,6
Máquinas e equipamentos	11,6	4,5
Máq., apar. e mat. elétricos	19,7	17,1
Mat. eletrônico e comunic.	-6,2	-7,8
Veículos automotores	16,5	12,0
Outros equipamentos de transporte	11,2	5,8
Móveis e diversas	7,2	5,2
Total da Indústria de Transformação	8,0	5,0

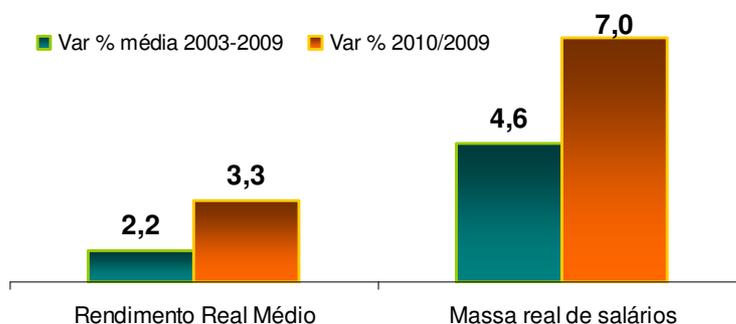
Fonte:CNI. Elaboração: FIERGS/UEE

Cabe destacar ainda que, embora a expansão observada para esta variável seja expressiva e mostre a forte retomada da indústria de transformação, a mesma ainda não se encontra no nível registrado para setembro/08, estando 3,8% abaixo deste. Na análise setorial, para a variação acumulada no ano, destacam-se, com elevado aumento na quantidade de horas trabalhadas, diversos segmentos do complexo metal-mecânico, como, por exemplo, máquinas aparelhos e materiais elétricos (19,7%), veículos automotores (16,5%) e produtos de metal (15,1%), entre outros. No mesmo sentido, destacam-se também os segmentos de couro e calçados (14%) e borracha e plástico (13,6%).

Rendimento dos trabalhadores

A pesquisa realizada pelo IBGE para as seis principais regiões metropolitanas do País mostrou que os rendimentos reais médios habitualmente recebidos tiveram aumento de 3,3% na comparação dos meses de janeiro a outubro 2010/2009. Ainda na comparação da média de janeiro a outubro, observa-se que a expansão anual desta variável entre 2003 e 2009 foi, em média, de 2,2%, o que indica que uma das possíveis conseqüências do aquecimento econômico ocorrido neste ano foi a geração de pressão salarial. Destaca-se também que tanto o crescimento da população ocupada quanto dos rendimentos reais resultou em um significativo aumento da massa real de salários. A expansão foi de 7% na comparação das médias de janeiro a outubro 2010/2009, 2,4 p.p. acima da média histórica anual de crescimento entre os anos de 2003 a 2009.

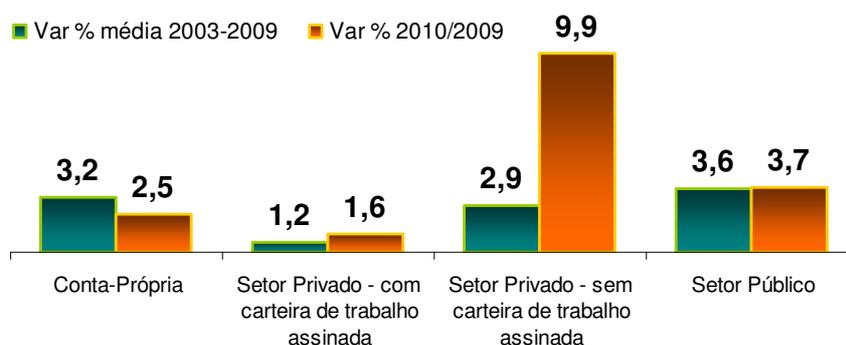
Gráfico 5.10. Rendimento real médio e massa real de salários nas RM's (média jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Na comparação entre os meses de janeiro a outubro 2010/2009, analisando-se os dados de rendimentos reais médios desagregados por posição na ocupação, nota-se que o maior aumento se deu entre os trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho assinada (9,9%). Este comportamento pode ser reflexo das condições econômicas favoráveis que, como visto anteriormente, têm contribuído para a formalização da mão-de-obra do País, fazendo com que haja a necessidade de elevar as gratificações em termos salariais oferecidas para que um trabalhador aceite exercer seu ofício no mercado de trabalho informal.

Gráfico 5.11. Rendimentos reais médios por posição na ocupação – total das RM's (média jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Outra análise interessante neste sentido é que, quando se compara o aumento dos rendimentos reais ocorrido entre os anos de 2009 e 2010 com a média anual entre 2003 e 2009, observa-se que a maior diferença se deu entre os trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho assinada. Estes, recebiam, em média, um aumento real anual nos rendimentos de 2,9%. Como mencionado, entre 2009 e 2010 esta expansão foi de quase 9,9%, uma diferença de 7 p.p..

Embora em menor magnitude, os rendimentos reais recebidos pelos trabalhadores do setor privado com carteira de trabalho assinada também sofreram pressões de elevação. Entre os anos de 2003 e 2009 estes registravam elevação anual média de 1,2%. Na comparação entre 2009 e 2010, o aumento foi de 1,6%. Destaca-se também que o crescimento dos rendimentos médios recebidos pelos trabalhadores do setor público manteve-se estável, enquanto que os recebidos pelos trabalhadores por conta-própria sofreu queda.

Por fim, cabe ressaltar que essas diferenças na magnitude da aceleração dos rendimentos mudaram a estrutura de distinção de salários entre trabalhadores do setor privado com e sem carteira assinada. Em média, entre os anos de 2003 e 2009 os rendimentos recebidos pelos trabalhadores informais correspondiam a aproximadamente 66% daqueles recebidos pelos trabalhadores do mercado de trabalho formal. Em 2010, essa proporção subiu para cerca de 75%.

Tabela 5.6. Salários reais médios e massa real de salários – indústria de transformação

(var. % acumulada no ano – até setembro)

	Rendimento Médio	Massa Salarial
Alimentos e Bebidas	2,0	6,2
Têxteis	1,8	4,4
Vestuário	7,8	8,9
Couros e calçados	3,5	13,0
Madeira	2,9	-2,9
Papel e celulose	4,9	7,2
Edição e impressão	1,7	3,5
Refino e álcool	6,5	7,4
Produtos químicos	2,2	4,6
Borracha e plástico	1,0	9,7
Minerais não metálicos	4,0	8,7
Metalurgia básica	-2,8	0,8
Produtos de metal	-1,5	12,2
Máquinas e equipamentos	0,8	9,0
Máq., apar. e mat. elétricos	0,6	10,0
Mat. eletrônico e comunic.	-3,8	6,3
Veículos automotores	-3,0	3,3
Outros equipamentos de transporte	-4,4	-4,2
Móveis e diversas	1,5	6,6
Total da Indústria de Transformação	0,7	6,1

Fonte: CNI. Elaboração: FIERGS/UEE

A CNI, através dos Indicadores Industriais, calcula a massa real de salários da indústria de transformação e os rendimentos reais médios recebidos pelos trabalhadores deste setor. No que tange aos rendimentos reais médios, a variação acumulada no ano, até setembro, foi de 0,7% para o total da indústria de transformação, com significativas diferenças setoriais. Os setores que tiveram maior aumento desta variável foram: vestuário (7,8%), refino de petróleo e álcool (6,5%) e papel e celulose (4,9%). Por outro

lado, nota-se um decréscimo nos rendimentos reais médios dos segmentos do complexo metal-mecânico, o que se deve, em parte, à forte queda do nível de emprego sofrida no período da crise.

Em 2010, o nível de emprego destes segmentos vem se recuperando. Entretanto, como os rendimentos de trabalhadores entrantes podem ser mais baixos, a média é afetada negativamente. Corroborando com esta hipótese, destaca-se que a massa de salários para os mesmos apresentou elevação – com exceção do segmento de outros equipamentos de transporte. Quanto à massa real de salários, observa-se que a variação acumulada no ano, até setembro, foi de 6,1% para a total da indústria de transformação. Neste sentido, os segmentos que mais se destacaram foram: couro e calçados (13%), produtos de metal (12,2%) e máquinas aparelhos e materiais elétricos (10%).

Perspectivas para 2011

As estimativas da Unidade de Estudos Econômicos apontam que, em 2010, serão gerados 2,3 milhões de empregos formais no País. Este resultado se deve, em grande parte, ao aquecimento do PIB neste ano e ao grande número de trabalhadores que foram desligados em 2009. Em termos absolutos, os setores que mais terão contribuído para o saldo de 2010 serão os serviços (1,4 milhões), a indústria de transformação (537,8 mil) e a construção civil (331,6 mil). Quando se analisa o estoque de trabalhadores formais, nota-se que este terá acréscimo de 5,6% frente a 2009. Neste sentido, os maiores aumentos foram observados na construção civil (15,6%) e na indústria de transformação (7,3%). Destaca-se que, embora a geração de empregos na construção civil tenha sido expressiva, isso representa pouco em termos absolutos, dada a diminuta participação deste setor no total da economia.

Para 2011, as expectativas são de arrefecimento desta tendência de crescimento, em todos os cenários. Como se sabe, o PIB cresceu em 2010 devido, em grande parte, à baixa base de comparação de 2009. Similarmente, muitos empregos foram gerados em 2010 porque muitos outros foram destruídos durante o ano anterior. Assim, no cenário moderado, espera-se que sejam gerados, em 2011, cerca de 1,5 milhões de empregos. As maiores contribuições devem vir, novamente, dos serviços (1 milhão), da indústria de transformação (238,7 mil) e da construção civil (230,4 mil). Neste cenário, o emprego formal deve crescer, para toda a economia, 3,4% frente a 2010.

No cenário pessimista, o esperado é que sejam gerados 1,24 milhões de empregos formais, o que representará um aumento de 2,9% no estoque de trabalhadores na comparação com 2010. Por outro lado, no cenário otimista espera-se a geração de 1,64 milhões de empregos, fazendo com que o estoque aumente 3,8% na mesma base de comparação.

Tabela 5.7. Geração de postos de trabalho formal
(em mil)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa e SIUP	7,0	33,0	7,0	8,9	17,2
Indústria de Transformação	10,9	537,8	183,4	238,7	270,3
Construção Civil	177,2	331,6	210,2	230,4	241,5
Serviços	815,4	1.420,3	831,6	1.007,6	1.079,5
Agropecuária	-15,4	-15,4	9,8	15,4	29,6
Total	995,1	2.307,4	1.242,0	1.501,0	1.638,1

Fonte: CAGED/MTE. Projeções: UEE/FIERGS. *estimativa

Tabela 5.8. Estoque de trabalhadores formais
(var. % em relação ao ano anterior)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa e SIUP	2,4	5,6	1,1	1,4	2,7
Indústria de Transformação	0,7	7,3	2,3	3,0	3,4
Construção Civil	11,4	15,6	8,5	9,4	9,8
Serviços	5,2	4,8	2,7	3,2	3,5
Agropecuária	0,5	-1,1	0,7	1,1	2,1
Total	4,5	5,6	2,9	3,4	3,8

Fonte: CAGED/MTE. Projeções: UEE/FIERGS. *estimativa

INGRESSO DE MOEDA ESTRANGEIRA DEVE CONTINUAR FORTE EM 2011.

O déficit em Transações Correntes em 2010 foi o maior desde 2001. O Brasileiro consumiu mais bens e serviços do exterior, na contrapartida de um dólar desvalorizado e um elevado ingresso de capitais na economia brasileira.

O novo ciclo de crescimento da economia brasileira, iniciado a partir de 2009, tem como um de seus pilares a absorção de poupança externa. Os ingressos de investimentos externos e o crescimento do déficit em transações correntes é consequência desse cenário. Soma-se a isso, a elevada liquidez nos mercados financeiros internacionais, estimulados pelas medidas de afrouxamento quantitativo pelo lado da política monetária e pelos pacotes de estímulos fiscais fornecidos pelos países desenvolvidos, em especial EUA, países da Zona do Euro e Japão.

Para se ter uma idéia da mudança de patamar da economia brasileira no cenário internacional e de capacidade de atração de capitais. Cabe mencionar que, entre 1996 a 2006 houve um ingresso líquido de US\$ 194 bilhões, entre investimentos em carteira, direto e derivativos e, apenas nos anos de 2007 a 2010 ingressaram US\$ 272 bilhões. Ou seja, o Brasil conseguiu atrair mais capital nos últimos quatro anos do que em toda a década passada. Para entender o atual nível da taxa de câmbio, o forte crescimento nas importações de bens e serviços e o déficit em transações correntes é preciso ter em tela o modelo de crescimento da economia brasileira, amplamente baseado no consumo das famílias e no aumento da oferta de crédito. Tudo isso combinado com um ambiente externo amplamente favorável, com abundância de capitais financeiros e elevada demanda por *commodities*.

Para 2011, é bastante provável que esse cenário se mantenha. Pelo lado dos fluxos financeiros, os países desenvolvidos manterão as medidas de estímulos econômicos, principalmente os EUA, o que ainda garantirá um fluxo consistente de recursos para economias emergentes.

Os riscos desse cenário são de uma deterioração ainda maior dos países desenvolvidos. Há um ano imaginava-se que ao final de 2010 os desenvolvidos já poderiam estar em uma fase mais avançada do processo de recuperação de suas economias. Contudo, o que se viu, foi uma retomada mais robusta no primeiro semestre de 2010, mas logo depois um arrefecimento nesse ritmo de crescimento. Nesse contexto, a crise soberana da Grécia, Espanha, Hungria, Irlanda, Portugal e Itália derrubaram as expectativas de um crescimento mais robusto em 2010, bem como, as previsões para 2011. Num momento diferente, as economias do sudeste asiático manterão o ritmo de forte crescimento, puxado pelo consumo interno, investimento em infra-estrutura e exportações de manufaturas, ainda que este último não seja mais o vetor principal do crescimento.

***T*ransações correntes: deficitária e sustentável. Mas, até quando?**

O Balanço de pagamentos brasileiro apresentou superávit de US\$ 43 bilhões nos primeiros dez meses do ano. Esse resultado é bastante semelhante ao registrado em 2009, US\$ 46 bilhões. Porém, nesse ano houve uma maior deterioração do déficit em Transações Correntes, que passou de US\$ 24,3 bilhões no ano de 2009, para US\$ 38,7 bilhões nos dez primeiros meses de 2010. Esse resultado foi compensado pelo ingresso de US\$ 82,9 bilhões na Conta Capital e Financeira.

Do ponto de vista da contabilidade nacional, as transações correntes representam o somatório das balanças comercial, de serviços e rendas, das transferências unilaterais, ou seja, a diferença entre as exportações e importações de bens e de serviços, e das receitas e pagamentos decorrentes das aplicações de capitais financeiros no país e no exterior e das receitas e pagamentos com transferências correntes.

Olhando os números, o déficit em Transações Correntes (TC) atingiu US\$ 38 bilhões nos primeiros dez meses do ano. Como proporção do PIB, o déficit em TC do Brasil atingiu 2,41%, o maior valor desde 2001. Apesar do saldo comercial positivo (US\$ 14 bilhões) – mas menor do que o ano passado – as despesas com Serviços e Rendas (US\$ 55,7 bilhões) foram determinantes para o resultado negativo.

Tabela 6.1. Balanço de Pagamentos
(US\$ bilhões)

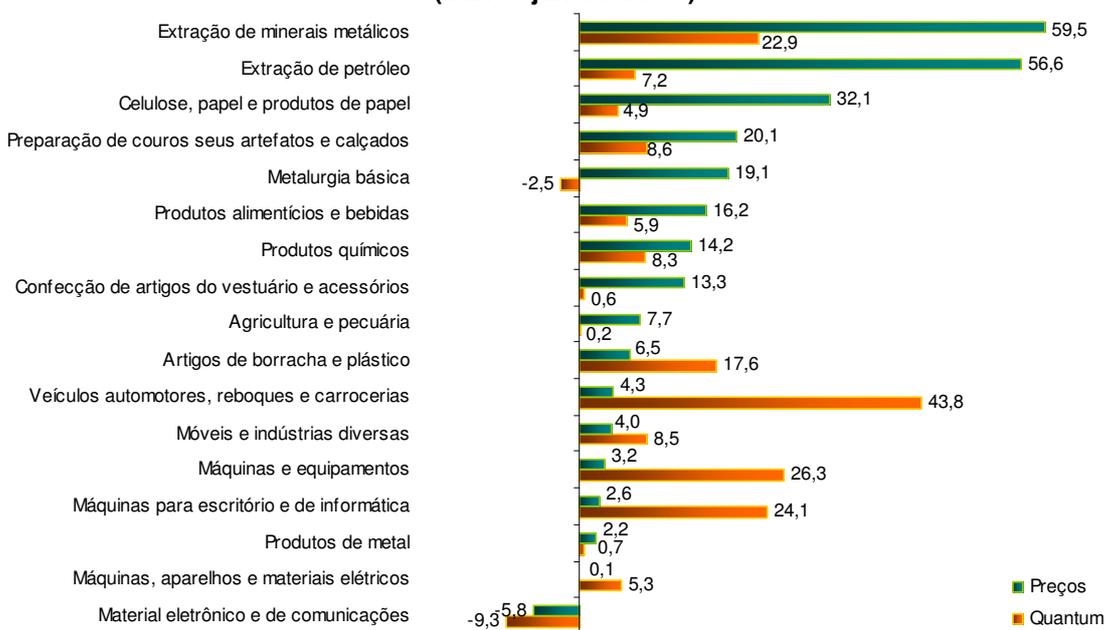
	jan- out/09	jan- out/10	Var. (%)	US\$ milhões
TRANSAÇÕES CORRENTES	-15,1	-38,8	-157%	-23,7
Balança comercial (FOB)	22,5	14,6	-35%	-7,9
Exportação de bens	125,9	163,3	30%	37,4
Importação de bens	-103,4	-148,7	-44%	-45,3
Serviços e Rendas	-40,4	-55,7	-38%	-15,4
Serviços	-15,5	-25,4	-64%	-9,9
Rendas	-24,9	-30,3	-22%	-5,4
Transferências unilaterais correntes	2,8	2,4	-16%	-0,5
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	51,8	82,9	60%	31,2
Conta Capital	0,9	0,9	1%	0,0
Conta Financeira	50,9	82,0	61%	31,1
Investimento Direto	24,3	21,8	-10%	-2,5
Investimento brasileiro direto	5,1	-7,6	-251%	-12,7
Investimento estrangeiro direto	19,2	29,4	53%	10,2
Investimento em Carteira	38,9	61,3	57%	22,4
Investimento brasileiro em carteira	-0,9	1,3	242%	2,2
Ações de companhias estrangeiras	-0,2	3,2	-1503%	3,4
Títulos de renda fixa LP e CP	-0,7	-1,9	-187%	-1,2
Investimento estrangeiro em carteira	39,8	60,0	51%	20,2
Ações de companhias brasileiras	31,7	33,7	6%	2,0
Títulos de renda fixa LP e CP	8,1	26,3	225%	18,2
ERROS E OMISSÕES	1,6	-0,9	-153%	-2,5
RESULTADO DO BALANÇO	38,3	43,3	13%	5,0

Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS.

Pelo lado da Balança Comercial, observa-se que o crescimento das exportações brasileiras nos últimos anos foi baseado na expansão das vendas para os países emergentes, sobretudo para a China. Esse cenário foi acentuado pela crise de 2008, que resultou na retração da produção, consumo e investimentos em grande parte dos países desenvolvidos. Em 2010, a recuperação da economia mundial foi bastante heterogênea. A maioria dos desenvolvidos permaneceram sem conseguir resolver o problema de alto endividamento, baixo consumo e produção. Por outro lado, os emergentes passaram a apresentar um crescimento mais robusto.

Nesse sentido, as exportações brasileiras avançaram 30% nos primeiros 10 meses do ano em relação ao mesmo período de 2009, atingindo US\$ 163 bilhões. Apesar do bom desempenho deste ano, os embarques ainda estão cerca de 4% abaixo do verificado em 2008. O crescimento observado neste ano esteve baseado numa forte recuperação dos preços nos mercados internacionais. Esse movimento se observa mais intensamente nos segmentos de extrativa mineral, Extração de petróleo, Celulose e papel, Couro e calçados e Metalurgia Básica. Por outro lado, houve segmentos que cresceram puxados pelo aumento nas quantidades exportadas, mesmo com preços ainda pouco favoráveis nos mercados internacionais, como são os casos de Veículos automotores, reboques e carrocerias; Máquinas e equipamentos; e, Máquinas para escritório e informática. Ainda, há setores que continuam numa conjuntura de preços e quantidades desfavoráveis, em que se destacam Materiais elétricos e Produtos de metal, que sofrem muito a concorrência dos países asiáticos e a elevada concorrência internacional.

Gráfico 6.1. Índice de preços e *quantum* das exportações por segmentos selecionados
(Var. % jan-out/09)



Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS.

Ainda nas exportações, o crescimento de 87% no volume de vendas do segmento de Extrativa mineral foi determinante para esse resultado (tabela 6.2), em que se destacaram os embarques de minério de ferro e óleos brutos de petróleo. As exportações de veículos automotores também mostraram um crescimento robusto, de 51% no ano. Entretanto, esse aumento não foi suficiente para que o segmento retomasse o nível de exportações pré-crise, de modo que o volume de exportações ainda está cerca de 20% abaixo do verificado no mesmo período de 2008. Esse caso é bastante semelhante ao verificado no segmento de couro e calçados, que cresce 31% na comparação de 2010 com 2009, mas permanece 17% abaixo do desempenho atingido em 2008. Por fim destaca-se, esse mesmo padrão se verifica para o total da indústria, o crescimento de janeiro a outubro de 2010 é de 33%, porém na comparação com 2008, a indústria nacional ainda está 4,4% abaixo do nível.

**Tabela 6.2. Exportações brasileiras por setores
(jan-out10/09)**

	jan-out/09	Part. (%)	jan-out/10	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Extrativa mineral	19.739	15,7%	36.935	22,6%	87,1%	17.196
Alimentos	25.576	20,3%	31.416	19,2%	22,8%	5.840
Metalurgia	11.040	8,8%	12.822	7,9%	16,1%	1.782
Veículos automotores, reboques e carrocerias	7.900	6,3%	11.950	7,3%	51,3%	4.050
Químicos	6.319	5,0%	8.018	4,9%	26,9%	1.699
Máquinas e equipamentos	4.558	3,6%	5.979	3,7%	31,2%	1.421
Celulose e Papel	4.025	3,2%	5.572	3,4%	38,4%	1.547
Material de transporte	4.104	3,3%	4.186	2,6%	2,0%	82
Coque e derivados do petróleo e de biocombustíveis	3.655	2,9%	3.526	2,2%	-3,5%	-129
Couro e calçados	2.210	1,8%	2.889	1,8%	30,7%	679
Fumo	2.694	2,1%	2.489	1,5%	-7,6%	-205
Materiais elétricos	2.424	1,9%	2.424	1,5%	0,0%	0
Borracha e plástico	1.799	1,4%	2.259	1,4%	25,6%	460
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2.291	1,8%	2.177	1,3%	-5,0%	-114
Minerais não-metálicos	1.453	1,2%	1.756	1,1%	20,9%	303
Produtos de metal	1.651	1,3%	1.718	1,1%	4,1%	67
Madeira	1.363	1,1%	1.580	1,0%	15,9%	217
Têxteis	1.292	1,0%	1.506	0,9%	16,6%	214
Farmoquímicos e farmacêuticos	997	0,8%	1.112	0,7%	11,5%	115
Produtos diversos	750	0,6%	862	0,5%	14,9%	112
Móveis	558	0,4%	616	0,4%	10,4%	58
Bebidas	194	0,2%	217	0,1%	11,9%	23
Vestuário e acessórios	154	0,1%	174	0,1%	13,0%	20
Indústrias diversas	310	0,2%	111	0,1%	-64,2%	-199
Impressão e reprodução de gravações	35	0,0%	34	0,0%	-2,9%	-1
Total da Indústria	107.091	85,1%	142.328	87,15%	32,9%	35.237
Básicos	16.490	13,1%	17.882	10,9%	8,4%	1.392
Serviços	40	0,0%	31	0,0%	-22,5%	-9
Transações Especiais	2.258	1,8%	3.069	1,9%	35,9%	811
Total Geral	125.879	100,0%	163.310	100,0%	29,7%	37.431

Fonte: FUNCEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Neste ano, porém, o lado de maior destaque na balança comercial foi o avanço robusto das importações. Quando se observa as importações por categorias de uso, percebe-se que o grupo que mais cresceu no período foi o de Bens de consumo duráveis, apesar da pequena participação nas importações totais. A taxa de câmbio valorizada e o crescimento na renda das famílias impulsionou as compras de itens como veículos automotores e equipamentos eletrônicos. As importações de Bens Intermediários e Bens de Capital, que juntos representam quase 80% das importações brasileiras, também mostraram crescimento acentuado. Com a cotação do dólar mais favorável, é possível que, tanto a substituição de insumos nacionais por importados, quanto a aquisição de bens de capital para novos investimentos, tenham aumentado.

**Tabela 6.3. Importações brasileiras por categoria de uso
(jan-out10/09)**

	jan-out/09	Part. (%)	jan-out/10	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens intermediários	59.147	57,2%	87.475	58,8%	47,9%	28.327
Bens de capital	17.886	17,3%	24.242	16,3%	35,5%	6.356
Combustíveis e lubrificantes	11.348	11,0%	14.955	10,1%	31,8%	3.607
Bens de consumo não-duráveis	7.256	7,0%	10.264	6,9%	41,5%	3.008
Bens de consumo duráveis	5.626	5,4%	8.807	5,9%	56,5%	3.181
Bens de consumo semiduráveis	2.121	2,1%	2.946	2,0%	38,9%	825
Total Geral	103.384	100,0%	148.689	100,0%	43,8%	45.304

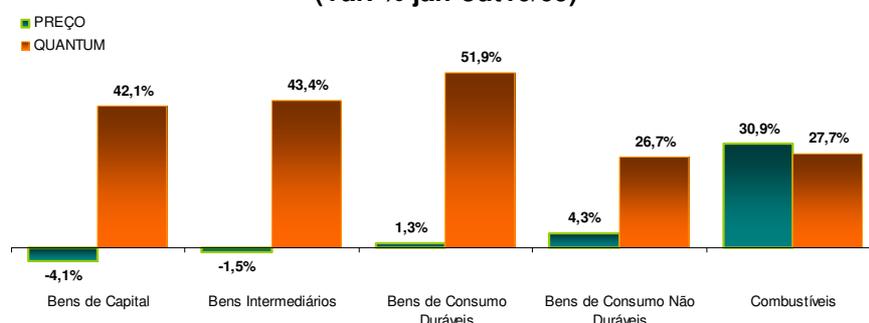
Fonte: FUNCEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Uma dúvida que surge é se esse crescimento das importações alivia possíveis pressões inflacionárias na economia brasileira, ou não. Para isso, analisamos os índices de preços e quantidades dos produtos importados no acumulado desse ano até outubro, frente ao mesmo período de 2009 para as categorias de uso dos bens importados. Com exceção dos combustíveis, em que os preços e as quantidades cresceram na quase na mesma proporção, para as demais categorias o que observamos foi uma pressão deflacionária. Ou seja, os produtos importados permaneceram mais baratos que em 2009,

o que impacta nos preços internos da economia. Uma vez que o produtor interno concorre com o estrangeiro dentro do mercado brasileiro, o produtor nacional perde margem de lucro, uma vez que os custos com a mão-de-obra, com impostos, e o preço dos serviços aumentaram e não podem ser repassados para os preços.

No curto prazo, esse movimento é favorável ao consumidor, que passa a adquirir um produto mais barato. Porém, se o processo se intensificar, o resultado pode ser um menor volume de investimentos no futuro, menor produção e menos empregos gerados dentro da economia doméstica. Os impactos do atual cenário são distintos no curto e no longo prazo. Como visto, no primeiro caso tem impactos positivos, para o controle da inflação brasileira e para o aumento do consumo das famílias. No longo prazo, os impactos podem ser negativos, uma vez que as empresas não conseguem se adaptar tão rapidamente à essa mudança de cenário e padrão de concorrência, de modo que pode levar alguns setores a forte perda de participação na indústria.

Gráfico 6.2. Índices de preços e *quantum* das importações (Var. % jan-out10/09)



Fonte: FUNCEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Pelo lado da Balança de Rendas e Serviços, o saldo passou de deficitários US\$ 40 bilhões, de janeiro a outubro de 2009, para US\$ 55 bilhões no mesmo período desse ano. Mantendo esse ritmo, ao final de 2010, esse poderá ser o pior resultado da conta na história. Nas despesas líquidas com serviços, destaca-se o crescimento de 40% nas despesas com aluguéis de equipamentos, a retomada da atividade econômica no Brasil pós-crise certamente impactou em maiores despesas com esse tipo de aluguel. Essa conjuntura também explica o crescimento 28% nas despesas com computação e informação. Além disso, o crescimento das importações também impactou as despesas com transportes, que cresceram 71% em relação ao ano passado.

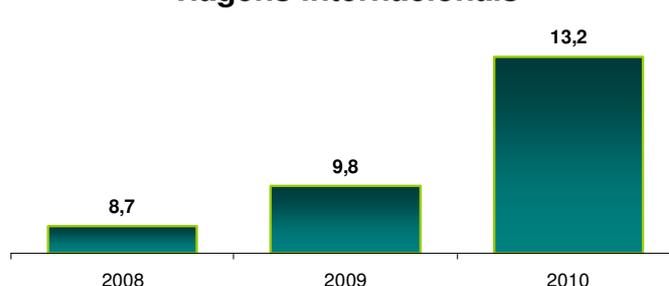
Perfil dos serviços no Balanço de Pagamentos (US\$ bilhões)

Tabela 6.4. Despesas líquidas com serviços – principais contas

Aluguel de equipamentos	-11,1
Viagens internacionais	-8,4
Transportes	-5,4
Computação e informação	-2,7
Royalties e licenças	-2,0
Governamentais	-1,7
Pessoais, culturais e recreação	-1,0
Seguros	-0,9
Relativos ao comércio	0,3
Empresariais, profissionais e técnicos	6,9
Outros	0,4
Total dos Serviços	-25,4

Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS.

Gráfico 6.3. Despesas de brasileiros com viagens internacionais



Outro item das despesas com forte crescimento nesse ano foram as Viagens internacionais, que passaram de US\$ 4,3 bilhões em 2009 para US\$ 8,4 bi neste ano, um acréscimo de 92%. Sendo que as despesas de brasileiros no exterior atingiram US\$ 13,2 bilhões, um acréscimo de 35% na comparação dos períodos.

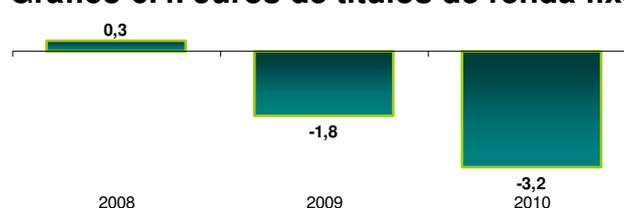
O crescimento do déficit na conta de Rendas foi determinado, em sua maior parte, pelos envios de rendas de investimentos, sendo que 64% foram rendas de investimentos diretos. Entre os envios de rendas de investimentos em carteira, o item que mais cresceu, cerca de 80%, foram as remessas de juros de títulos de renda fixa. O elevado estoque de capital em títulos de renda fixa no país, implica em pagamentos periódicos de juros para o exterior. Dessa maneira, pelo que se observa via crescimento dos ingressos de investimentos em renda fixa no Brasil, a tendência é que esse movimento permaneça elevado. Entretanto, as medidas de tributação à entrada de capitais adotadas pelo governo podem diminuir essa pressão no médio-prazo. Porém o fiel da balança continuará sendo o diferencial entre as taxas de juros internas e externas.

Perfil das rendas no Balanço de Pagamentos (US\$ bilhões)

Tabela 6.5. Rendas enviadas ao exterior

	jan-out 2009	jan-out 2010
Salário e ordenado	0,5	0,4
Renda de investimentos	-25,4	-30,7
investimento direto	-13,9	-19,1
investimento em carteira	-7,0	-8,5
outros investimentos (juros)	-4,5	-3,2
Rendas	-24,9	-30,3

Gráfico 6.4. Juros de títulos de renda fixa



Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS.

Por fim, é importante ter claro que, do ponto de vista macroeconômico, o saldo das transações correntes pode ser interpretado como uma variação do ativo externo líquido do País, e corresponde às variações de seus ativos em relação ao resto do mundo. É fácil perceber que superávits nas TC implicam acumulação de ativos externos ou redução de passivos ou obrigações, enquanto os déficits constituem uma desacumulação de ativos externos ou aumento dos passivos e obrigações. Desse modo, uma variação negativa do ativo líquido no exterior significa que o país está praticando um tipo de comércio intertemporal, no sentido de que está importando consumo presente (quando recorre a recursos externos) e estará exportando consumo futuro (quando terá de pagar de volta esses recursos), ou seja, o país está recebendo recursos do resto do mundo, no presente, e terá que pagar essa conta no futuro. Logo, um déficit em transações correntes pode decorrer do excesso de gasto do consumo das famílias (em relação ao que o país produz), do excesso de investimentos das empresas (em relação ao que o país poupa) e/ou do excesso dos gastos do governo (em relação ao que o governo arrecada).

Desse modo, os números das contas externas do Brasil revelam na verdade possíveis desequilíbrios nas economias doméstica e internacional. Se por um lado o País gera déficit em transações correntes porque a economia cresce acima do potencial, por outro lado o forte ingresso de capitais é consequência de uma conjuntura internacional de elevada liquidez nos mercados financeiros e poucas alternativas de investimentos com tão baixa relação risco-retorno quanto comparada àquela observada nos países emergentes.

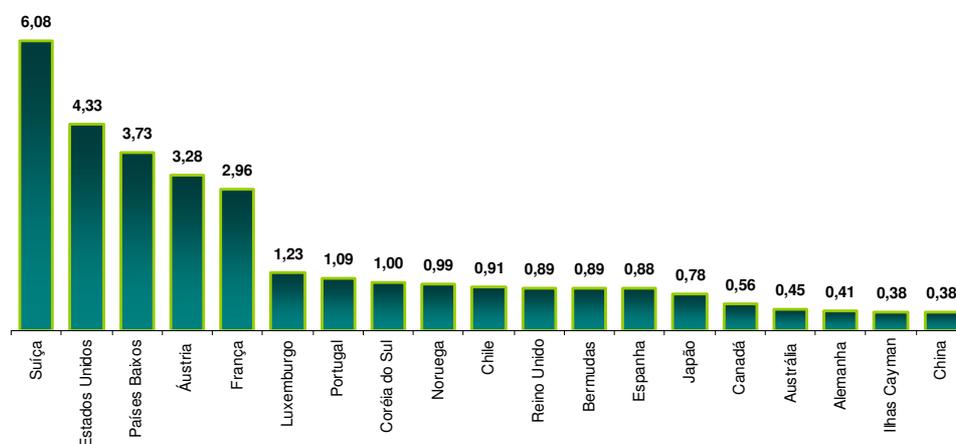
Conta capital e financeira

Em diversas outras situações, o déficit em Transações Correntes poderia se configurar em um grave problema para o País. Contudo, esse déficit é sustentável, na medida em que há quem se disponha a financiar o hiato de recursos resultante do excesso de gastos correntes em moeda estrangeiras em relação às receitas correntes. E essa disposição depende da confiança que os investidores depositam no país, ou seja, da confiança de que eles têm de que serão ressarcidos no futuro desejado. Por sua vez, a confiança depende de fatores como o potencial de crescimento da economia nacional e das suas exportações, da estabilidade das instituições políticas e econômicas e da qualidade da administração pública. Se essa confiança é quebrada, haverá uma fuga de capitais estrangeiros do país, o que poderá acarretar em problemas de liquidez internacional e forte desvalorização cambial.

De fato, nos últimos anos o Brasil optou por um modelo de crescimento caracterizado pelo crescimento no consumo das famílias, expansão do crédito ao consumidor, baixa poupança interna, elevado gasto do governo e atração de investimentos externos. A grosso modo, a poupança interna não é suficiente para financiar todos os investimentos que o país precisa para crescer. Esse hiato tem sido compensado pela entrada de poupança externa. Assim, investidores estrangeiros, aproveitando as oportunidades no mercado interno, proporcionado pela credibilidade alcançada pelo País nos últimos anos, passaram a aplicar aqui um maior volume de recursos. A consequência desse fluxo de investimentos é o aumento da demanda por reais, o que acaba por valorizar a taxa de câmbio.

Nessa conjuntura, os investimentos estrangeiros diretos líquidos atingiram US\$ 29 bilhões nos primeiros dez meses do ano, um acréscimo de 53% na comparação com o mesmo período de 2009. A origem desses investimentos foram a Suíça (18%), Estados Unidos (13%) e Holanda (11%). Destaca-se que, a participação Chinesa nos investimentos externos diretos no Brasil ainda é relativamente pequena, 1,1%. Assim, o País asiático ainda não tem a mesma importância nos fluxos de investimentos que tem na balança comercial. Porém, ano após ano, os investimentos da China no Brasil vem aumentando, em 2010 o crescimento foi de 385%, em relação a 2009.

**Gráfico 6.5. Ingresso de investimento estrangeiro direto
(Distribuição por países - US\$ bilhões- jan-out/10)**



Fonte: FUNCEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

A configuração setorial dos segmentos que mais investimentos externos receberam também mostrou alteração (Tabela 6.6). A reboque da elevada demanda e aumento de preços das *commodities* nos mercados internacionais, o setor de Agricultura, pecuária e extrativa mineral foi o destaque em termos de investimentos externos. O ingresso de capitais voltados ao setores de produtos básicos, como Extração de minerais metálicos e atividades de apoio à extração foram os que mais cresceram. Do mesmo modo, o investimento em Produção florestal também tem atraído os investidores externos.

No caso dos investimentos estrangeiros no setor industrial, os segmentos de produtos químicos, derivados de petróleo, produtos minerais não-metálicos e alimentos foram os que mais receberam recursos. O bom momento para esses setores também é consequência da consolidação do Brasil como país fornecedor de matérias primas e produtos intermediários.

**Tabela 6.6. Ingresso de investimento externo direto por setor
(Ingresso em participação no capital - US\$ bilhões - jan-out/10)**

	jan-out 2009	jan-out 2010	Part. (%)	Var. (%)
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2.877	8.124	23,7%	182,4%
Extração de minerais metálicos	664	5.215	15,2%	685,1%
Extração de petróleo e gás natural	1.707	1.864	5,4%	9,2%
Atividades de apoio à extração de minerais	164	571	1,7%	247,4%
Produção florestal	101	304	0,9%	199,9%
Indústria	10.604	15.438	45,1%	45,6%
Produtos químicos	1.099	6.594	19,3%	500,2%
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	990	2.271	6,6%	129,5%
Metalurgia	3.450	1.876	5,5%	-45,6%
Produtos minerais não-metálicos	163	1.146	3,3%	602,9%
Produtos alimentícios	393	948	2,8%	141,0%
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e	139	541	1,6%	288,1%
Bebidas	115	468	1,4%	306,9%
Máquinas e equipamentos	253	248	0,7%	-1,9%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	2.083	210	0,6%	-89,9%
Serviços	8.968	10.671	31,2%	19,0%
Comércio, exceto veículos	1.696	1.819	5,3%	7,3%
Serviços financeiros e atividades auxiliares	1.771	1.277	3,7%	-27,9%
Atividades imobiliárias	455	913	2,7%	100,5%
Transporte	435	716	2,1%	64,5%
Telecomunicações	154	671	2,0%	334,9%
Construção de edifícios	608	635	1,9%	4,5%
Serviços de tecnologia da informação	190	551	1,6%	189,4%
Educação	53	477	1,4%	792,8%
Serviços financeiros - <i>holdings</i> não-financeiras	332	464	1,4%	39,8%
Serviços de escritório e outros serviços prestados a e	247	463	1,4%	87,8%
Armazenamento e atividades auxiliares de transporte:	283	390	1,1%	37,8%
Eletricidade, gás e outras utilidades	287	240	0,7%	-16,6%
Total	22.449	34.233	100,0%	52,5%

Fonte: FUNCEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em carteira tiveram seu maior volume histórico em 2010. Com o bom desempenho das economias emergentes neste ano e a redução dos juros na maior parte dos países desenvolvidos, os investidores alocaram uma maior parte de seus portfólios em títulos daqueles. Nesse sentido, ser um País com grau de investimento fortalece a atração de capitais, visto que para os investidores a relação entre risco e retorno torna-se ainda mais favorável.

Neste ano, o ingresso de investimentos em renda fixa foi o grande destaque, isso ocorre pelo diferencial dos juros pagos pelos títulos – tanto de empresas quanto do governo – entre o Brasil e o exterior. Tanto o governo quanto grandes empresas aproveitaram o bom momento da economia brasileira frente ao mercado internacional para emitir *bonds* no exterior. Desse modo, para cada US\$ 5 que ingressaram no país em investimentos diretos, outros US\$ 10 vieram para investimentos em carteira.

Gráfico 6.6. Evolução dos investimentos em carteira (US\$ bilhões – jan-out)

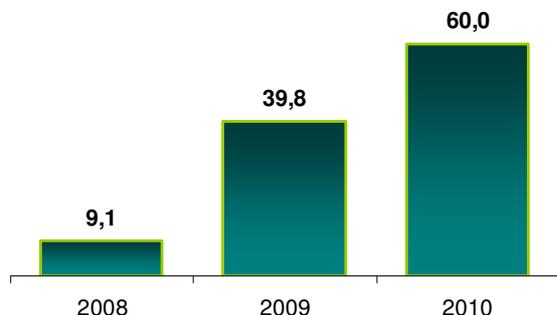
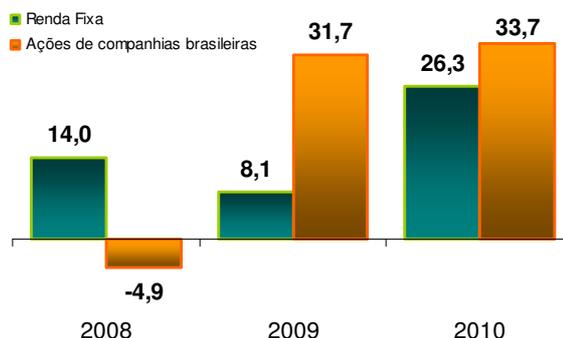


Gráfico 6.7. Perfil dos investimentos em carteira (US\$ bilhões – jan-out)



Fonte: BCB. Elaboração: UEE/FIERGS.

Por fim, essa conjuntura tende a se manter durante o ano de 2011. O cenário para 2011 ainda contará com uma maior quantidade de moeda no mundo. Isso se deve as medidas de afrouxamento quantitativo empregadas pelo Banco Central norte-americano e as medidas de salvamento para países europeus com risco de *default* soberano. Dessa forma, que ainda haverá oportunidades para investidores externos no Brasil e o ingresso de capitais na economia brasileira tende a continuar elevado.

Transformações nos padrões setoriais das exportações

A última década foi de transformações da matriz produtiva brasileira de alteração na pauta de exportações do País.

A literatura especializada que busca analisar o comportamento do comércio internacional cita a crise econômica de 2008 como o marco de uma nova organização internacional da produção e, por consequência, do fluxo internacional de mercadorias. Porém, esse movimento faz parte de um processo que se intensificou durante toda a década. Segmentos que a 10 anos atrás eram competitivos, dentro de uma configuração institucional e nível de desenvolvimento da matriz produtiva, parecem ter perdido competitividade. O caso mais destacado pelos estudos é o do setor automobilístico nos EUA, que desde os anos 80 vinha cambaleante com a concorrência dos automóveis japoneses, e teve seu golpe de misericórdia com a crise. Por outro lado, apareceram oportunidades para novos segmentos, que mesmo num ambiente de negócios desfavorável conseguiram prosperar.

No Brasil, essa mudança pode ter ocorrido por meio de um claro avanço nas exportações de commodities, nos investimentos externos em setores ligados a extração mineral e em alguns segmentos intensivos em escala, como o automobilístico e de máquinas e equipamentos. Contudo, observou-se uma retração naqueles segmentos intensivos em mão-de-obra. Na comparação entre os anos de 2001 e 2009, um espaço relativamente curto de tempo, a pauta de exportações brasileira mudou bastante sua configuração. Os produtos primários agrícolas, minerais e energéticos ganharam bastante espaço. Em 2001 esse grupo representava 23% das exportações e em 2009 atingiram 38%. Por outro lado, aquelas indústrias intensivas em trabalho: onde estão concentrados os mais tradicionais bens industriais de consumo não-duráveis, tais como têxteis, confecções, couro e calçados, cerâmica, editorial e gráfico, produtos básicos de metais,

entre outros, tiveram sua participação reduzida, passando de 11% em 2001 para 6,2% em 2009.

No RS, esse movimento foi ainda mais grave. Historicamente as indústrias intensivas em mão-de-obra respondem por uma parcela elevada do emprego e do produto, além de ser determinante para a renda de diversas regiões. Esse grupo passou de 36% da pauta em 2001 para 18% em 2009. Neste mesmo período, os produtos primários agrícolas ganharam 11 p.p. de participação, atingindo 41% da pauta. No caso da indústria intensiva em escala de produção, cujos principais itens são os manufaturados de ferro e aço, automóveis, peças e acessórios para tratores e automóveis, aumentou sua parcela nas exportações a cada ano até 2008, quando atingiu 16,2% da pauta. Contudo, em 2009, essa participação foi de apenas 8,5% das vendas externas do Estado e, desde então se mostram estagnadas.

Alguns fatores podem ser destacados como desencadeadores dessa mudança: (i) o desenvolvimento do mercado de trabalho e os maiores custos da mão-de-obra nos países desenvolvidos e em alguns países emergentes. (ii) O desenvolvimento e a integração do setor produtivo no sudeste asiático; (iii) a entrada da China na OMC no final de 2001, que resultou no crescimento da oferta mundial de bens industrializados e no crescimento da demanda por bens primários. Esse fator tem seus dois principais efeitos no Brasil após 2003, quando a crise de confiança é superada melhorando o ambiente de negócios. Logo em seguida intensificou-se uma tendência mundial de inflação nos produtos primários, principalmente alimentos e energia, enquanto a oferta mundial dos produtos industriais aumentou, diminuindo o ritmo de avanço dos preços dos produtos manufaturados, sendo que em muitos casos, houve até deflação. Ou seja, o efeito Ásia foi de exportar inflação no mercado dos bens primários e pressionar para baixo o preço dos manufaturados.

Outro fator determinante foi a mudança de patamar na taxa de câmbio, que a partir de 2003 iniciou um processo de valorização, tornando os produtos brasileiros mais caros em relação aos do exterior, o que impulsionou as importações, e elevou a corrente de comércio. Argumenta-se que essa valorização foi essencialmente resultado do aumento das exportações de commodities, o que prejudicou as exportações de manufaturas, gerando uma espécie de dicotomia entre exportações de commodities versus manufaturados, como se ambos os setores não pudessem coexistir. Porém, o movimento de apreciação cambial ocorreu muito mais via fluxos financeiros, resultado das melhores oportunidades de investimentos e diferencial de taxa de juros, do que pelo fluxo de mercadorias. Uma das evidências para isso é que, mesmo com o encolhimento do saldo comercial, a taxa de câmbio mantém-se valorizada.

O foco das pesquisas daqui para frente será estabelecer o grau de impacto dentro dos segmentos da indústria dessa nova estrutura produtiva. As perguntas a serem respondidas são: esses setores que mais perderam participação nas exportações também perderam participação relativa no PIB industrial? Qual o impacto no longo prazo? O mercado interno tem escala suficiente para sustentar o crescimento desses novos segmentos, mesmo com pouca inserção no mercado externo? Para obter respostas satisfatórias será necessário avaliar não somente aspectos como emprego e renda, como também o próprio modelo de crescimento e política industrial, mesmo que de forma implícita, adotado pelo País nos últimos anos.

Publicado no Informe Econômico N° 35 de 30/08/2010

Perspectivas para 2011

Neste ano, a taxa de câmbio nominal entre o Real e o Dólar atingiu um dos seus menores patamares da década. Porém, a taxa de câmbio real é a melhor medida para competitividade. Perceba que, uma taxa de câmbio de R\$ 1,69 em 2010 não tem o mesmo significado de uma taxa de câmbio de R\$ 1,69 em 2000, pois a inflação do período deveria se refletir numa desvalorização do Real na mesma proporção da variação dos preços para que a taxa de câmbio estivesse, de fato, no mesmo nível. Dessa forma, para comparar as taxas de câmbio em diferentes períodos a melhor medida é a taxa de câmbio real.

Gráfico 6.8. Taxa de câmbio Real - R\$/US\$
(Nº índice jan/1980 = 100 – deflator IPA)



Fonte: FUNCEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

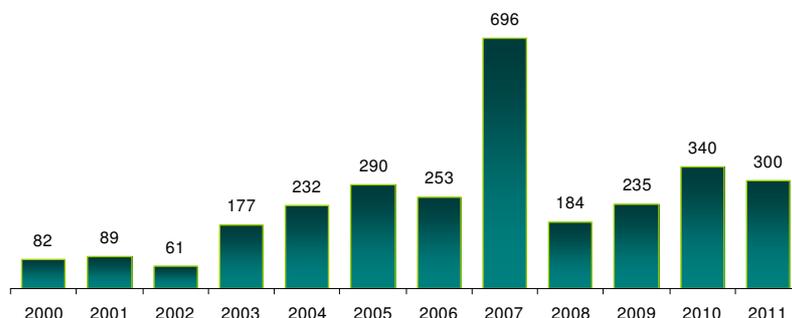
Uma das variáveis macroeconômicas de mais difícil previsão é a taxa de câmbio. Uma vez que os investidores em moeda estrangeira podem mudar rapidamente de uma posição comprada para vendida. Desse modo, os ajustes ocorrem de maneira mais brusca do que em outras variáveis ou do que os preços em outros mercados. Assim, diz-se que a taxa de câmbio é uma das variáveis mais voláteis da economia. Diante dessa dificuldade, uma das alternativas, é entender os movimentos da taxa de câmbio como resultado da oferta e demanda por dólares na economia doméstica e mundial. Esse exercício indica os fatores que pesam para uma valorização ou desvalorização ao longo do próximo ano.

Na atual conjuntura, o Brasil continuará sendo um destino rentável para os investidores estrangeiros. A combinação de baixo risco institucional, em comparação com outros emergentes, e a elevada taxa de juros interna, torna o país atrativo para capitais de curto prazo. Além disso, no ano de 2011 ainda haverá um quantidade muito expressiva de capitais sendo direcionados para países emergentes. Somente em recursos privados, estima-se que aproximada US\$ 300 bilhões em investimentos externos diretos sejam alocados nos emergentes, valor bastante acima da média da década.

Além disso, haverá um volume financeiro mensal sendo despejado na economia norte-americana como consequência do *Quantitative Easing II*. Esses recursos, que podem chegar a quase US\$ 1,5 trilhão de dólares, podem não ser investido integralmente na produção e continuar no mercado financeiro, migrando, inclusive, para países emergentes, onde as taxas de retorno são muito mais atrativas. Desse modo, os impactos nos emergentes podem ser parecidos com o que já se tem observado no período pós-crise, os investidores, em busca de maiores retornos, reforçarão suas apostas nos em

mercados mais dinâmicos, mais estáveis e que pagam juros altos. Portanto, não será surpresa se o Brasil intensificar as medidas que já adotou anteriormente: aumento de reservas, aumento na taxação e controle temporário de capitais.

Gráfico 6.9. Fluxo de capitais privados para emergentes (US\$ bilhões)



Fonte: FMI. Elaboração: UEE/FIERGS.

Outro fator importante na determinação da taxa de câmbio refere-se às expectativas, tanto em relação ao desempenho futuro da economia, quanto do próprio comportamento do dólar. No primeiro caso, a economia brasileira dá sinais de desaceleração para o próximo ano, porém continuará crescendo. Além disso, o cenário interno não mostra sinais de que haverá ruptura como o modelo de crescimento adotado pelo país. Dessa forma, não há muitos sinais que indiquem que o retorno dos investimentos no Brasil será afetado. Os maiores riscos surgirão caso o Banco Central, mude sua orientação, tornando-se menos técnico e atendendo mais a anseios políticos do governo, e se as variáveis fiscais mantiverem o processo de deterioração e de perda de transparência.

Numa perspectiva global, é preciso entender que não é apenas o Real que está se valorizando perante o dólar. Existe um movimento de perda de valor da moeda norte-americana que é global e que permanecerá até que a economia dos EUA volte a crescer com mais vigor.

Pelo acima exposto, ainda se espera um forte movimento de entrada de capitais na economia brasileira, o que irá fazer com a taxa de câmbio permaneça num patamar próximo ao atual. Para esse cenário há ainda um viés de valorização do Real, caso o dólar continue a perder valor. O saldo na balança comercial permanecerá pequeno, pois com o Real mais forte, espera-se que as importações continuem a ter um peso grande na corrente de comércio brasileira. No caso das exportações, as vendas de *commodities* continuarão tendo um desempenho descolado do resto dos setores industriais, determinando, inclusive a expansão das exportações no ano. Desse modo, o menor saldo da balança comercial e o déficit na balança de Rendas e Serviços impulsionará um maior déficit nas Transações Correntes.

Tabela 6.8. Perspectivas para as variáveis do Balanço de Pagamentos

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	152,9	192,0	211,2	226,6	240,0
Importações	127,6	182,7	201,0	219,2	237,5
Saldo	25,3	9,3	10,2	7,3	2,5
Saldo em Transações Correntes	-24,3	-47,0	-55,0	-62,0	-68,0
Investimento Estrangeiro Direto	25,9	35,0	23,0	35,0	41,0

Elaboração: UEE/FIERGS. *Estimativa: UEE/FIERGS.

Tabela 6.9. Perspectivas para a taxa de câmbio

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%)**	8,47	-11,56	-6,25	-3,41	2,27
Taxa de Câmbio – Média do Ano	1,99	1,76	1,65	1,70	1,80

Elaboração: UEE/FIERGS. *Estimativa: UEE/FIERGS. **Variação em relação à média do período anterior.

2010: O ANO EM QUE SE REINVENTOU A CONTABILIDADE PÚBLICA

Sem dúvida, a grande marca federal do ano de 2010 foram as inovações contábeis nos resultados do governo. A arrecadação cresceu muito, os gastos também. O problema é que agora os números não revelam claramente isso.

O ano de 2010 foi caracterizado, novamente, pela recuperação da arrecadação. O aumento da atividade econômica, capitaneada pelo mercado interno, e o fim dos incentivos fiscais estimularam de maneira significativa as receitas do governo. Em termos reais, as receitas de tributos e da previdência se expandiram em 13,1%. Por outro lado, os gastos também cresceram muito, fazendo com que o setor público buscasse alternativas (nada ortodoxas) para preservar o resultado do superávit primário que desde o ano passado parece dar evidências cada vez mais claras do esgotamento do modelo vigente.

Para 2011, a expectativa é que os gastos continuem crescendo como aponta a Proposta de Lei Orçamentária Anual. A novidade é que aos poucos ressuscita-se a ideia de um novo tributo com as mesmas características da extinta CPMF de forma a garantir um reforço de caixa para o financiamento da saúde.

Arrecadação

Sabe-se que o aumento dos gastos na tentativa de estimular a economia e a memória do eleitor em anos de conquistas de cargos eletivos de grande importância é um fenômeno econômico quase natural nesse período. Isso é tanto verdade que em diversos países, como foi o caso do Brasil, instituiu-se uma legislação que limitou os gastos em anos de eleição para evitar que a próxima legislatura assumisse as contas feitas pela anterior. No entanto, se por um lado a lei inibe o gasto desenfreado, por outro a mesma é incapaz de estimular a racionalização das despesas. No Brasil, o problema é ainda maior pois se tem a ideia de que para fazer mais é preciso gastar mais, e com isso a noção privada de “fazer mais com menos” se inverte no setor público.

A crise iniciada em 2008 passou, e seus efeitos sobre as finanças públicas são óbvios. No acumulado de jan-set/10 em relação ao mesmo período do ano anterior, as receitas totais cresceram 31,1%, enquanto a receita líquida aumentou 35,7%, o equivalente a cerca de R\$ 152 bilhões. É importante destacar porém, que cerca da metade desse aumento provém da cessão onerosa de petróleo (R\$ 74,8 bilhões) em favor da exploração do óleo pela Petrobrás⁷.

Se por um lado a base de comparação deprimida colabora para a obtenção de números bastante positivos, é inegável o papel da recuperação da atividade econômica na recomposição financeira do setor público. O aumento do faturamento das empresas, o maior número de contratações, a ampliação das importações e todas as demais ações que decorrem da aceleração econômica estimulam a geração de receitas para o setor público. Além disso, há outro fenômeno importante que ajuda a explicar o comportamento das receitas do governo: o Brasil está crescendo para dentro, isto é, baseado no consumo

⁷ Essa operação é tratada com maior detalhamento na seção de Resultados do Governo.

interno. Diferentemente do que ocorre com as exportações que são desoneradas, a compra interna é fortemente onerada por tributos. O resultado disso é simples: quando o brasileiro consome mais, o governo arrecada mais.

No período, as receitas do Tesouro aumentaram 35,7%, enquanto a receita previdenciária, que reflete a melhora no mercado de trabalho em termos de criação de vagas e aumento da remuneração média, expandiu-se 17,0%. Também houve o fim das reduções tributárias utilizadas como incentivos fiscais à atividade econômica durante a crise. No caso do IPI, por exemplo, o governo foi duas vezes beneficiado: primeiramente pela reconstituição das alíquotas ao patamar original; e, em segundo lugar, pela expansão da base de cálculo, derivada do aumento de automóveis vendidos em decorrência da recuperação do crédito e expansão da renda da população.

Arrecadação das receitas federais

Tabela 7.1. Nominal
(R\$ bilhões)

	2009		2010		variação	
	jan-set	jan-set	jan-set	jan-set	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	136,6	148,9	136,6	148,9	8,94%	12,2
IPI	21,4	28,2	21,4	28,2	32,26%	6,9
IOF	13,3	18,8	13,3	18,8	41,65%	5,5
Imp. de Importação	11,7	15,2	11,7	15,2	30,11%	3,5
Cofins	82,4	100,6	82,4	100,6	22,05%	18,2
PIS/PASEP	22,4	26,5	22,4	26,5	18,00%	4,0
CSLL	32,7	33,8	32,7	33,8	3,30%	1,1
CIDE	2,9	5,7	2,9	5,7	93,85%	2,8
SUB TOTAL	323,4	377,6	323,4	377,6	16,76%	54,2
TOTAL	483,6	573,6	483,6	573,6	18,62%	90,0

Fonte: SRF

Tabela 7.2. Real
(R\$ bilhões)

	2009		2010		variação	
	jan-set	jan-set	jan-set	jan-set	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	144,9	150,5	144,9	150,5	3,9%	5,6
IPI	22,6	28,5	22,6	28,5	26,1%	5,9
IOF	14,1	19,0	14,1	19,0	35,1%	4,9
Imp. de Importação	12,4	15,3	12,4	15,3	23,9%	3,0
Cofins	87,2	101,6	87,2	101,6	16,4%	14,3
PIS/PASEP	23,7	26,7	23,7	26,7	12,6%	3,0
CSLL	34,7	34,2	34,7	34,2	-1,5%	(0,5)
CIDE	3,1	5,8	3,1	5,8	86,0%	2,7
SUB TOTAL	342,7	381,6	342,7	381,6	11,3%	38,9
TOTAL	512,3	579,5	512,3	579,5	13,1%	67,2

Fonte: SRF. Deflator: IPCA (set/09)

Analisando-se o desempenho da arrecadação tributária pela Receita Federal, foi possível observar um incremento de R\$ 90 bilhões entre jan-set/10 e o mesmo período do ano passado. Os maiores acréscimos em termos absolutos foram no imposto e renda e na Cofins, o que reflete o impacto do aumento da atividade econômica na arrecadação. Em termos percentuais, destaque para a CIDE que, ainda que envolva um volume bastante restrito de recursos apresentou crescimento de 93,85% refletindo maiores alíquotas específicas para gasolina e diesel, e para o IOF que cresceu 41,65%, repercutindo o aumento da alíquota para operações com câmbio e o maior volume de operações de crédito.

As despesas, por sua vez, continuaram ascendendo a um ritmo bastante forte. Diferentemente do que aconteceu com as receitas que se retraíram em 2009, as despesas haviam crescido 16,7% de jan-set/09 em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2010, esse ritmo de crescimento foi ainda maior, passando para 27,2%. Somente as despesas do Tesouro expandiram-se 36,5% passando a responder por 12,81% do PIB contra 10,65% no mesmo período de 2009. O gasto com pessoal aumentou em cerca de R\$ 10,2 bilhões (9,3%), ainda que tenha apresentado uma redução de cerca de 0,18 p.p. em termos de percentual do PIB, passando a responder por 4,6% do PIB em 2010. O poder Executivo registrou aumento de 12%, enquanto no âmbito dos poderes Legislativo, Judiciário e MPU houve um acréscimo de 11%.

Nas contas da previdência não houve muitas novidades. O resultado continua bastante deficitário apesar do aumento significativo das receitas. A elevação do salário mínimo, o aumento dos benefícios com valores acima do piso, bem como a expansão da quantidade média de benefícios pagos contribuiu fortemente para explicar o comportamento das despesas previdenciárias. Até set/10, a previdência registrou déficit de R\$ 39,77 bilhões, resultado esse 2,7% superior ao verificado no mesmo período do

ano anterior, sinalizando que em 2010 o resultado anual deverá ser ainda mais negativo do que o verificado em 2009.

Destaca-se que o problema da previdência no País é estrutural e parece se agravar a cada ano. A população brasileira está ficando cada vez mais idosa, ao mesmo tempo que a taxa de natalidade vem caindo. Num sistema como o nosso, em que ativos sustentam inativos, isso é uma combinação insustentável no longo prazo, a não ser que se tenha uma reforma que vise o equilíbrio atuarial.

A possível volta da CPMF

Apesar de muito discutida ao longo da campanha eleitoral de 2010, tudo acena para que mais uma vez a Reforma Tributária seja adiada. A razão que justifica tal afirmativa é o resgate da discussão sobre a volta da CPMF, excluída do sistema tributário brasileiro em 2007. O interesse em novamente implementar um tributo como a CPMF provém da sua grande capacidade arrecadatória, derivada de suas características específicas como abrangência e simplicidade, bem como a quase impossibilidade de evasão. Se operacionalmente a CPMF funcionou bem, do ponto de vista da sua qualificação como tributo é muito ruim. Sua natureza de incidência é cumulativa, não é seletiva e tampouco é progressiva.

Estudos recentes mostram que tributos da natureza da CPMF reduzem o estoque de capital da economia, a produção e os salários. Além disso, há evidências de que quanto maior a utilização de bens intermediários pelas empresas, maiores são os danos causados por essa contribuição à economia. É quase uma unanimidade o fato de que a CPMF impõe uma verticalização desnecessária, desestimulando a divisão do trabalho e incentivando o aumento (desnecessário) da liquidez e à redução da intermediação nos mercados financeiros. Além disso, a CPMF ainda aumenta o custo financeiro para o tomador, contribuindo para encarecer o crédito e o investimento.

A literatura nos mostra também que as três transações com maior incidência de um tributo com a forma da CPMF seriam o consumo, o investimento e o pagamento de impostos. Em seguida viriam os pagamentos de dividendos, a rotatividade do capital e os salários. Enfim, penalizando a atividade econômica em todas as suas frentes.

No último ano de sua existência, a CPMF arrecadou R\$ 36,48 bilhões. Calculando isso em percentual do PIB (1,37%) e repetindo essa carga para 2010, teríamos o montante (um tanto expressivo) de R\$ 48,7 bilhões a mais nos cofres do governo, preservando a alíquota vigente na época de sua extinção – um acréscimo subestimado, caso levássemos em conta a expansão do crédito no período. Além disso, o tributo ajudaria na formação de superávit primário. A destinação da CPMF, enquanto da sua vigência, ao contrário do que muitos pensam, não era apenas para a saúde. Enquanto vigorou a alíquota de 0,38%, desses, 0,20% se destinava ao financiamento da saúde, enquanto os outros 0,18% se dividiam em 0,10% para financiamento da Previdência Social e 0,08% para o Fundo Nacional de Combate à Pobreza. No entanto, em virtude da DRU (Desvinculação de Receita da União) parte desses recursos era liberado para uso em outros fins, entre eles a formação de superávit primário – um motivo também nobre.

Quando se discute a volta desse tipo de tributo, muitos sustentam que o Sistema de Saúde precisa de mais recurso. Realmente, a demanda por serviços de saúde é praticamente insaciável. Com os avanços na medicina, cada vez mais dispomos de vacinas, medicações, tratamentos das mais diferentes naturezas. Com mais pessoas idosas, temos a necessidade de ampliar serviços. Com uma sociedade mais educada, temos pessoas mais conscientes de suas necessidades e direitos, e novamente aumenta a demanda por serviços públicos. A questão é que a saúde sempre precisará de mais

recursos, como a educação, a segurança, a infraestrutura... E lembremos, estamos no Brasil, onde ainda falta muito de muita coisa. O problema é que o País não apresenta mais espaço para novos aumentos de tributos, pois isso é simplesmente incompatível com seu estágio de desenvolvimento. A sociedade esgotou sua capacidade de pagamento, o que reforça a ideia de que o setor público efetivamente terá que fazer escolhas, definindo melhor suas prioridades e tornando a gestão de seus gastos mais eficiente.

O governo precisa repensar a sua estrutura burocrática, focar mais em áreas “fim” e menos em áreas “meio”, fazer controles mais rígidos e evitar desperdícios. Em 2009, apenas o governo federal arrecadou R\$ 470,9 bilhões em tributos (não contando a receita previdenciária), enquanto o gasto discricionário na função saúde foi de R\$ 48 bilhões – apenas R\$ 5 bilhões a mais do que foi gasto para capitalizar a Petrobrás recentemente. Desde que a CPMF caiu em 2007, a saúde não perdeu recursos, como também se a CPMF voltasse é muito pouco provável que o incremento fosse do tamanho da arrecadação do tributo. De fato é provável que aumentasse um pouco, mas a questão é que com tantas necessidades, o governo certamente realocaria despesas, e mais uma vez se criaria ainda mais espaços para a má gestão e irracionalidades como se tem visto ultimamente.

Os resultados do Setor Público

Um dos mais importantes indicadores de saúde fiscal de um governo é o superávit primário. De uma forma simples e didática, ele representa o esforço que o setor público realiza para fazer frente ao pagamento de juros da dívida pública. Em 1999, diante da necessidade da formação de resultados fiscais cada vez mais robustos, instaurou-se no País um sistema de metas de superávit primário. Essas serviriam não apenas como promotoras da transparência do governo, mas também como um importante elemento de constituição de credibilidade e compromisso da política fiscal brasileira em reduzir significativamente a relação dívida/PIB. Até 2004, as metas de superávit primário de fato refletiam o real esforço do governo na geração de poupança. Entretanto, em 2005, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que publica as metas fiscais, trouxe uma novidade: a chamada meta ajustada, isto é, a permissão de que fosse descontado da meta, os recursos aplicados no Plano Piloto de Investimentos (PPI). Em simples palavras, “aliviava” o real esforço que o governo precisaria realizar.

Com o passar dos anos, observou-se dois movimentos interessantes. De um lado, a redução paulatina da meta de superávit primário e de outro, o aumento dos descontos passíveis de serem efetuados a fim de calcular a meta ajustada. Ainda assim, dado o desempenho espetacular da arrecadação até 2008 foi possível cumprir as metas “cheias” previstas na LDO sem fazer uso de expedientes um tanto criativos. Todavia, o ano de 2009 chegou e, com ele, a crise trouxe uma queda significativa nas receitas públicas. Pela primeira vez houve a utilização da meta ajustada para ser dado como cumprido o compromisso firmado pelo governo. A meta cheia do Governo Federal, Bacen e Estatais Federais era de R\$ 48,76 bi, ou 1,6% do PIB, já a meta ajustada era de R\$ 30,82 bilhões (1,01% do PIB). O governo conseguiu poupar apenas R\$40,58 bi, mas anunciou a meta como cumprida. Entretanto, isso é o resultado que a transparência turva das finanças públicas de hoje nos deixa observar mais facilmente.

Tabela 7.3. Resultado do governo
(R\$ bilhões)

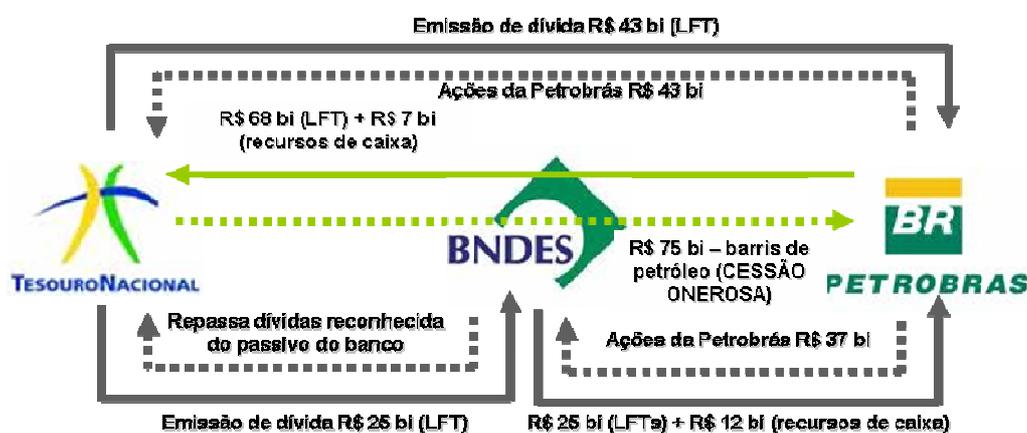
	2009 jan- set	% PIB	2010 jan- set	% PIB	Varição (R\$ bilhões)
Governo Central	9,49	0,41%	54,43	2,09%	44,94
Estados	14,08	0,61%	17,23	0,66%	3,16
Municípios	2,20	0,10%	2,43	0,09%	0,23
Estatais	0,27	0,01%	1,44	0,06%	1,17
Resultado Primário	26,04	1,14%	75,54	2,90%	49,50
Governo Central	(111,38)	4,86%	(93,31)	3,58%	18,08
Estados	(11,54)	0,50%	(38,39)	1,47%	(26,85)
Municípios	(3,30)	0,14%	(7,53)	0,29%	(4,23)
Estatais	(0,08)	0,00%	(0,55)	0,02%	(0,46)
Juros Nominais	(126,30)	5,51%	(139,77)	5,37%	(13,47)
Governo Central	(101,89)	4,44%	(38,87)	1,49%	63,01
Estados	2,54	0,11%	(21,15)	0,81%	(23,70)
Municípios	(1,10)	0,05%	(5,10)	0,20%	(4,00)
Estatais	0,19	0,01%	0,89	0,03%	0,71
Resultado Nominal	(100,26)	4,37%	(64,23)	2,47%	36,03

Fonte: BCB.

Desde 2009, certos registros inovadores têm assumido um papel cada vez mais recorrente na contabilidade pública, o que para olhares desatentos que só observam os grandes números, facilmente passaria despercebido. Uma das primeiras inovações foi o empréstimo do Tesouro Nacional ao BNDES para que o mesmo comprasse do próprio Tesouro créditos a receber da Eletrobrás. Com isso, o Tesouro foi capaz de aumentar suas receitas primárias em R\$ 3,4 bilhões – operação que veio a se repetir em 2010. Somou-se a isto uma série de receitas extraordinárias de caráter primário que ajudaram a inchar a contabilidade em tempos de “vacas magras” da arrecadação como a apropriação de depósitos judiciais (R\$ 9,4 bilhões) guardados em bancos federais, programas de anistia fiscal (R\$ 4,7 bilhões), lucros sacados no Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 4,2 bilhões), sem contar com a pressão para a distribuição de dividendos por parte especialmente do setor público financeiro que não participa da “conta do superávit primário”.

Entretanto, nenhuma engenharia se compara com o que se observou recentemente com a transação com a Petrobrás, apresentada na Figura 7.1. O arranjo fiscal é complexo e envolveu a emissão de dívida pública, negócios com o BNDES e, principalmente, uma decisão (questionável) de registro contábil com o simples objetivo de maquiar o resultado primário.

Figura 7.1. Capitalização da Petrobrás e cessão onerosa de petróleo



Fonte: Elaboração FIERGS/UEE

A engenharia começou com o governo emitindo R\$ 43 bilhões em LFTs em troca de ações da Petrobrás. Aqui uma primeira grande questão: por que a Petrobrás uma das maiores empresas do mundo, amplamente negociada na bolsa, precisa de uma capitalização desse montante pelo seu principal acionista? Sem resposta, registra-se um gasto primário de R\$ 43 bilhões. Quase que simultaneamente, o Tesouro negocia com o BNDES aproximadamente R\$ 25 bilhões em LFTs em troca de uma dívida reconhecida no passivo do banco. O BNDES utilizou esses recursos e mais R\$ 12 bilhões em caixa e compra R\$ 37 bilhões em ações da Petrobrás. A Petrobrás, por sua vez, compra R\$ 75 bilhões referentes a 5 bilhões de barris de petróleo da União e paga com as LFTs arrecadadas nos negócios com o Tesouro e o BNDES mais R\$ 7 bilhões de recursos de caixa.

A operação líquida gera um resultado primário de cerca de R\$ 32 bilhões (R\$ 75-R\$43 bilhões) para o Tesouro. Se o absurdo por si só não bastasse, some-se a isso que se a entrada de recursos da cessão onerosa de petróleo fosse registrada como alienação de recursos, em nada afetaria o superávit primário. Mas aí nos perguntariam: por que fazer então toda essa engenharia? E a resposta seria: não se faria engenharia alguma, pois a “coisa” perderia a razão de ser assim, isto é, não seriam geradas receitas primárias.

Enfim, o superávit primário de hoje não é o mesmo do passado. A leitura dos números deve ser feita com muita cautela para que não haja uma interpretação incorreta do que a contabilidade pública insiste em falsamente revelar. A criatividade maquia os números e traz à tona a idéia de um esforço irrealista. A questão é que até mesmo as invenções têm seu limite. Refazendo os cálculos do superávit primário acumulado até set/10 é possível verificar que enquanto os números oficiais revelam um superávit primário de R\$ 53,37 bilhões do governo federal, BACEN e estatais federais, o expurgo das “receitas extraordinárias” mais evidentes levam esse número para R\$ 20,07 bilhões – cerca de 67% menor que a medida oficial.

Gráfico 7.2. Superávit primário do governo federal, BACEN e estatais federais oficial e recalculado – Acumulado até set/10 (R\$ Bilhões)



Fonte: Bacen, Ministério da Fazenda

A questão dos Restos a Pagar

Por mais que o assunto seja árduo, um dos itens mais comentados atualmente é a polêmica dos restos a pagar (RP). Em contabilidade pública, são assim denominados o conjunto das despesas orçamentárias que foram empenhadas (isto é, que foi gerada a obrigação) em um ano, mas não foram pagas. Essas despesas constituirão a dívida flutuante do governo. Aqueles RP que já passaram pelas etapas de empenho e liquidação (isto é, que já houve entrega do bem ou serviço), e que, portanto, só falta o pagamento são denominados *RP processados*. A Administração Pública não poderá deixar de pagar essa despesa sob pena de estar descumprindo o princípio da moralidade que a rege. Os *RP não-processados* apenas são incluídos no caso de disponibilidade de caixa. A inscrição é feita da seguinte forma: primeiramente verificam-se os processados, na seqüência anulam-se despesas empenhadas e, por fim, são inscritos os RP não-processados do exercício.

Essa questão é tão séria que é matéria central da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que a não observância de seus limites e condições de inscrição podem levar a grandes desequilíbrios das contas públicas. Foi justamente para coibir as chamadas “heranças fiscais” que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determinou que toda despesa empenhada nos últimos oito meses do mandato deve ser totalmente paga no exercício, impedindo, assim, sua inscrição ou parte dela em RP para os exercícios subsequentes, a menos que haja suficiente disponibilidade de caixa para viabilizar seu pagamento. Todavia a LRF não fala do estoque de RP, isto é, não é possível fazer “dívidas” à véspera do pleito, mas nada impede que “dívidas” mais antigas sejam carregadas. Dessa forma, o problema da herança fiscal, apesar de diminuído, ainda permanece.

Analisando-se a execução orçamentária de investimentos do governo federal de 2010, disponibilizada pelo Tesouro Nacional, verifica-se que dos R\$ 72,44 bilhões disponíveis pela dotação orçamentária, cerca de R\$ 35,37 bilhões foram empenhados, mas apenas R\$ 12,92 bilhões foram de fato executados. No entanto, quando se observa as despesas pagas, percebe-se um montante de R\$ 32,21 bilhões. Desse total, 62,57% correspondem a pagamento de “restos a pagar”, sendo apenas R\$ 12,07 bilhões referentes ao pagamento de gastos correntes. Calculando-se a diferença entre a despesa empenhada e a despesa paga do exercício corrente chega-se a cifra de R\$ 22,45 bilhões (apenas entre jan-ago de 2010), o que caracteriza “restos a pagar potenciais”. Em 2009, essa conta foi 130% maior do que o valor gasto para honrar o investimento do ano corrente. De maneira mais direta, o orçamento de hoje serve basicamente para pagar contas de ontem.

O problema da formação desse tipo de rubrica é que o orçamento perde a força do princípio da anualidade que deveria regê-lo. De acordo com esse, o montante de receitas deveria financiar as despesas daquele ano, possibilitando assim não apenas o controle contábil da gestão dos recursos e dos gastos, mas principalmente, da mensuração do impacto da política fiscal (no caso dos gastos) sobre a economia. Com o montante crescente de RP, o orçamento passa a ser interanual, deixando, assim, de ser um sistema de informação completo - com todas as repercussões que isso pode gerar.

E o que provoca esse fenômeno? Como na maior parte dos casos os RP provém das despesas relacionadas com investimento, as respostas, apesar de diversas, sempre esbarram na questão ligada à gestão do gasto. São problemas ligados a licenciamentos ambientais, dificuldades nos projetos a serem desenvolvidos, ou ainda na parte financeira ou nas licitações. Para evitar a formação de restos a pagar, alguns sugerem, entre outras medidas, uma fiscalização mais branda do Tribunal de Contas da União (TCU) – o que é

totalmente descabido pois juntamente com a não formação dessa rubrica, seria aberta a possibilidade para inúmeras irregularidades, muitas delas com impactos significativos sobre os cofres públicos. Para resolver esse tipo de problemática, a solução passaria pela criação de regras claras quanto as competências ligadas à área ambiental, pela capacitação de técnicos para formularem projetos adequados, (principalmente no âmbito dos Estados e Municípios), sem esquecer da redução da burocracia e complexidade da legislação que envolve essa natureza de gasto. Enfim, os restos a pagar são um “novo velho problema” da prática orçamentária brasileira. Corrigi-lo é ajudar a aumentar a eficiência fiscal do País e dinamizar investimentos em infraestrutura – ambos pontos importantes para o Brasil continuar a crescer 5% a.a.

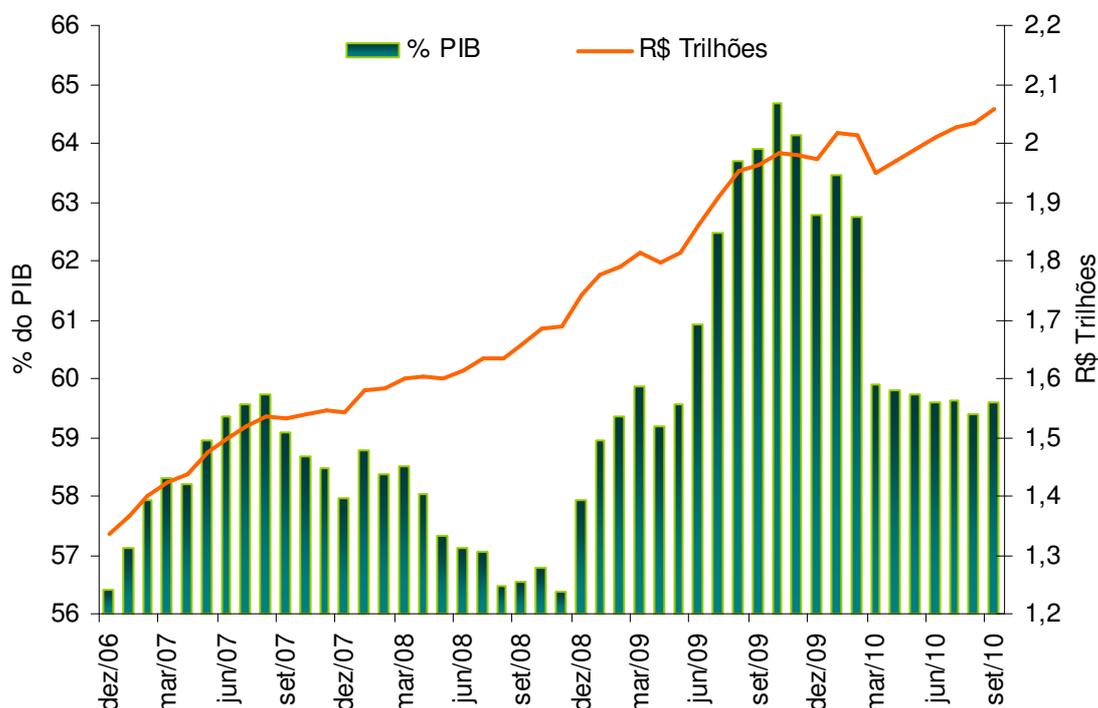
A evolução da dívida pública

A dívida pública brasileira, em percentual do PIB, voltou a cair em 2010, ainda que muito menos do que poderia caso o governo implementasse uma política mais rígida de controle de gastos. O País, que acabou 2009 com uma dívida líquida de 42,8% do PIB, passou a apresentar uma relação dívida PIB de 41% em outubro de 2010. A dívida bruta do governo geral também apresentou redução passando de 62,8% do PIB em fins de 2009 para 59,6% em set/2010, porém isso se deu pelo fato de que o crescimento do PIB foi muito maior do que o verificado pelo endividamento do País. Todavia, avaliando em valores, a dívida bruta aumentou, passando de R\$ 1,97 trilhões para R\$ 2,05 trilhões – um incremento de 4,28% - e tem sido uma variável que tem atraído a atenção do mercado.

O comportamento da dívida bruta está sendo marcado nos últimos anos por uma forte ascendência, na indicação de que o nível de endividamento do setor público é crescente e fortemente vinculado à trajetória da dívida mobiliária. Comparando o estoque de dívida de 2006 (período mais antigo referente à nova metodologia de avaliação da dívida) com setembro/2010 é possível verificar um incremento de 53,96% na dívida bruta do País que passou de R\$ 1,33 trilhão para R\$ 2,05 trilhões. Entre as motivações para o aumento da dívida bruta destacam-se, especialmente, as capitalizações do BNDES, mas também à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil. Esse tipo de mecanismo não afeta a dívida líquida, mas traz no longo prazo pressões significativas para a dinâmica da solvência da dívida. Isso ocorre porque o Tesouro paga juros mais elevados pela dívida pública do que os juros (subsidiados) que essas instituições pagarão por seus empréstimos. Assim, no curto prazo não se percebe o dano, mas para o longo prazo se gesta um problema de proporções consideráveis.

Outro elemento que tem contribuído para o aumento da dívida bruta é a formação de reservas internacionais, que na sua maior parte, remetem a aplicações em títulos estrangeiros, compondo assim, um crédito do governo. No entanto, na estratégia de contenção da valorização do real é necessário além de comprar dólares, esterilizar esse excesso de moeda nacional na economia através da emissão de títulos públicos, o que gera uma expansão da dívida em igual medida. Como a rentabilidade das reservas tem sido inferior ao custo de captação, tem-se aí uma nova pressão de elevação da dívida líquida no futuro.

Gráfico 7.1. Evolução da dívida pública bruta
(% do PIB e R\$ Trilhões)



Fonte: BCB

Uma velha agenda para o novo governo

O novo governo brasileiro encontrará um País que necessita urgentemente de reformas, ainda que se teime em deixá-las sempre para depois. Mudanças profundas precisam estar balizadas pelo apoio popular das urnas e, principalmente, precisam de tempo para ser esquecidas por aqueles que se considerarem prejudicados pelas mesmas. Sendo assim, ou elas se iniciam em 2011, ou simplesmente serão novamente esquecidas. Na agenda, quatro reformas têm cunho fundamental: a tributária, a trabalhista, a previdenciária e a política.

A Reforma Tributária representa um passo fundamental no processo de ganho de competitividade dos produtos brasileiros. Criado no período entre 1964-1967, o sistema tributário brasileiro passou por uma série de micro-mudanças desde então, que o descaracterizou de seus princípios básicos da época de sua implementação. A Constituição de 1988, na ânsia de acabar com o poder centralizador da União, criou a possibilidade de, na prática, a economia brasileira conviver com 27 legislações de ICMS diferenciadas, que além de gerarem custos excessivos em termos burocráticos e operacionais, também permite a guerra fiscal. Essa, por sua vez, gera dois outros problemas: um status de competitividade artificial àqueles setores e empresas que gozam do benefício, prejudicando os demais que não apresentam as mesmas condições tributárias; e, por outro lado, a própria degradação dos caixas dos governos estaduais. No entanto, além de unificar a legislação do ICMS, a reforma precisa reduzir o número de tributos, desonerar o investimento, corrigir cumulatividades e, principalmente, reduzir a carga tributária, atualmente em patamar incompatível com o estágio de desenvolvimento da economia nacional.

No caso da Reforma Trabalhista, o governo terá que optar entre a atitude responsável e a demagógica. O clamor dos sindicatos por uma mudança na legislação trabalhista refere-se à redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais (nas propostas mais razoáveis), sem redução dos salários. A justificativa para tanto é que essa seria a melhor forma de garantir a criação de milhares empregos no país. Se o governo optar por essa linha, certamente estará trilhando o caminho demagógico. Atualmente, o país compete com outros produtores que contam com maiores jornadas e menores salários. Reduzir a jornada representaria diminuir a competitividade, ao aumentar os custos ligados à mão-de-obra, e, empiricamente comprovado, não contribuiria para a geração de empregos. Antes de discutir a jornada, a reforma precisaria contemplar questões relacionadas à coesão social, como a criação de mecanismos que ampliassem o escopo das negociações coletivas, garantindo, assim, segurança às novas relações de trabalho e que reflitam as vontades e necessidades das partes. Além disso, é preciso regulamentar o instituto da terceirização e aperfeiçoar a legislação trabalhista para permitir novas formas de contratação (mais flexíveis). Ainda, é necessário modernizar e simplificar a legislação trabalhista, promovendo tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas, bem como reduzir as despesas de contratação que incidem sobre a folha de pagamento. A Reforma Trabalhista que a indústria reivindica não deseja tirar direitos do trabalhador, mas sim rever a legislação de forma que as atuais relações de trabalho possam de fato ser representadas pelo arcabouço legal vigente.

Da mesma forma que aconteceu com o sistema tributário, a legislação previdenciária sofreu tantas modificações desde que foi criada, que em muito pouco se assemelha com o modelo originalmente criado para garantir a seguridade do trabalhador brasileiro quando ele deixasse de ser um ativo. A previdência com tempo assumiu um caráter “solidário” e passou a responder por uma série de cidadãos que nunca contribuíram. Ao se pensar no bem-estar particular dos indivíduos, criou-se as fendas que acabaram por rachar o sistema. Além disso, o sistema previdenciário brasileiro é utópico ao designar direitos aos seus cidadãos, sem se preocupar com a viabilidade financeira de seu pagamento. A lição é simples: não podemos garantir direitos europeus, se não temos receitas européias. É preciso repensar na idade de aposentadoria, no tempo de contribuição, nas condições de aposentadorias diferenciadas por gêneros e categorias de trabalho. Atualmente a previdência conta com um déficit estrutural da ordem de R\$ 44 bilhões/anuais, sem perspectivas de reversão. Se a reforma não acontecer, o teto tenderá a se fundir com o piso salarial, e enfim seremos uma nação mais igualitária, afinal seremos todos pobres.

Por fim, mas não menos importante há a Reforma Política. Suas proposições têm caráter de moralização e de controle da corrupção. A Reforma Política funcionaria como uma tentativa de reverter o arcabouço institucional que permite a captura do ente público pelo ente privado, o que gera uma série de perdas para o erário estatal e, conseqüentemente, para a sociedade. A questão do financiamento público das campanhas, sem dúvida, é um dos elementos mais importantes dessa reforma.

Perspectivas para 2011

Uma maneira de entender a dinâmica das finanças públicas em 2011 é estudar a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Em termos gerais, no orçamento fiscal e da seguridade a PLOA prevê receitas e despesas da ordem de R\$ 1,94 trilhão. As receitas primárias totalizam R\$ 967,6 bi, com destaque para R\$ 632,2 bilhões na forma de tributos e R\$ 233,9 bilhões em contribuições à previdência. Também são previstas transferências

da ordem de R\$ 164,9 bilhões para estados e municípios, deixando na forma de receita líquida R\$ 802,8 bi. Com base nesses números o governo espera uma redução da carga tributária federal. No entanto é pouco provável que isso de fato ocorra pois a mensuração da carga foi feita sob parâmetros que dificilmente se mostrarão verdadeiros como o crescimento do PIB de 6,5% em 2010 e 5,5% em 2011. O que se espera é que com uma expansão do PIB maior em 2010, a carga fique um pouco menor que a prevista (mas ainda maior do que em 2009), porém é muito provável que haja aumento em 2011 visto que a atividade deve apresentar arrefecimento diante das taxas ora observadas.

No âmbito das despesas, R\$ 913,9 bilhões são primárias, enquanto R\$ 1.026,7 são financeiras. Nas primárias, 89,57% são obrigatórias, revelando quão grande é o engessamento do orçamento federal. A maior rubrica, a dos gastos com benefícios da previdência, prevê desembolsos de R\$ 275 bilhões - valor cerca de R\$ 50 bilhões maior do que o verificado em 2009. Já os gastos com pessoal e encargos estão previstos em R\$ 184,5 bilhões – aproximadamente R\$ 30 bilhões a mais que o ocorrido em 2009. É interessante observar que o avanço de R\$ 80 bilhões nessas duas “contas” num intervalo de dois anos revela a incapacidade do governo em reverter gastos no médio prazo. Essas duas rubricas têm a característica básica de serem altamente rígidas. Dessa forma, políticas de contratação de pessoal e o adiamento da reforma da previdência cada vez mais evidenciam a necessidade do governo em aumentar tributos para realizar ajustes de caixa. No âmbito das despesas discricionárias, a saúde responde pela maior fatia (30,1%), seguida do PAC com 22,4%.

Quanto ao investimento, para 2011, a PLOA prevê gastos de R\$ 159,6 bilhões, sendo desses R\$ 52 realizados pelo orçamento fiscal e da seguridade, enquanto os outros R\$ 107,5 bilhões provêm do orçamento das estatais.

Em termos gerais, pressupõe-se que pouca coisa vai mudar no comportamento do governo perante às finanças públicas. Se o cenário que se efetivar for o pessimista, a diminuição da atividade econômica vai replicar em uma menor arrecadação (motivada pelo pior desempenho da economia e, muito provavelmente, de ações anticíclicas no ramo tributário), e na intensificação de gastos. Com isso, materializa-se uma redução do superávit primário, que combinado com juros nominais mais altos (decorrente de uma *Selic* média mais elevada em 2011 em relação a 2010), acaba por gerar um aumento no déficit nominal.

No caso do cenário moderado, a expansão da atividade garante a expansão da arrecadação na média histórica recente, e os gastos continuam a avançar em ritmo forte. A meta de superávit primário é atingida, ainda que se utilize de mecanismos como o registro de restos a pagar. O montante de juros a pagar se elevam em virtude da maior taxa de juros, mas o déficit nominal é menor do que no caso pessimista. No caso do cenário otimista, o governo não “suplementa” a meta de superávit primário, o que combinado com um maior pagamento de juros termina por piorar o resultado nominal em relação ao cenário nominal.

Tabela 7.4. Perspectivas para indicadores fiscais
(% do PIB)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Resultado Primário	2,05	3,10	2,20	2,70	3,30
Resultado Nominal	-3,33	-2,70	-3,50	-3,80	-4,00
Pagamento de Juros Nominais	-5,38	-5,80	-5,70	-6,50	-7,30
Dívida Líquida do Setor Público	42,80	39,80	40,00	38,40	39,00

Fonte: STN *Estimativas. Previsões: UEE / FIERGS

FIERGS
CIERGS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

PARTE III

RIO GRANDE DO SUL

SESI

NUNCA NA HISTÓRIA DO RIO GRANDE

O modelo de crescimento adotado pelo Brasil nos últimos anos, centrado no gasto, irá produzir efeitos positivos sobre a economia do Rio Grande do Sul em 2010. Mas, o efeito estatístico sobre os dados também deve ser lembrado como um importante fator nesse cenário. As perspectivas para 2011 deixam antever o fim desse ciclo, em que tanto a indústria quanto o setor de serviços podem ter taxas mais amenas.

O ano de 2010 encerrará um ciclo extremamente positivo para a economia do Rio Grande do Sul. A taxa de crescimento média anual do PIB para os últimos quatro anos deve ser a maior desde o Plano Real. Além disso, esse cenário é disseminado em todos os setores. A ausência de intempéries contribuiu para manter a atividade agrícola em alta, com recorde de produção no encerramento da safra 2009/10. Na indústria, a despeito dos problemas cambiais e dos impactos da crise internacional, os resultados deverão ser bem maiores que o verificado em outros períodos. Nesse caso, destaca-se a pujança da demanda interna. O reflexo direto desse movimento será a substituição de mercados, com a redução do grau de penetração das exportações para a formação de riqueza em solo gaúcho.

Porém, o cenário econômico internacional e a sinalização de arrefecimento da atividade interna, colocam em foco a dificuldade de promover a continuidade desse crescimento para 2011. Há muitos desafios de curto e médio prazo que podem reduzir de forma substancial os próximos resultados estatísticos. Em destaque o comportamento da indústria que, não cresce desde fevereiro de 2010. De qualquer forma, a baixa base de comparação será suficiente para ainda gerar um efeito carregamento sobre os números de 2011. Mas, fica a sensação de fim de festa.

Bem acima da média histórica

O encerramento dessa primeira década do século representará para o Rio Grande do Sul, do ponto de vista da atividade econômica, sem sombra de dúvida, um dos melhores períodos dos últimos anos, com destaque especial para 2010. Como pano de fundo, destaca-se o cenário nacional, uma vez que a atividade exportadora continua a sentir os efeitos da retração da demanda internacional e a perda de competitividade do setor industrial com a taxa de câmbio valorizada.

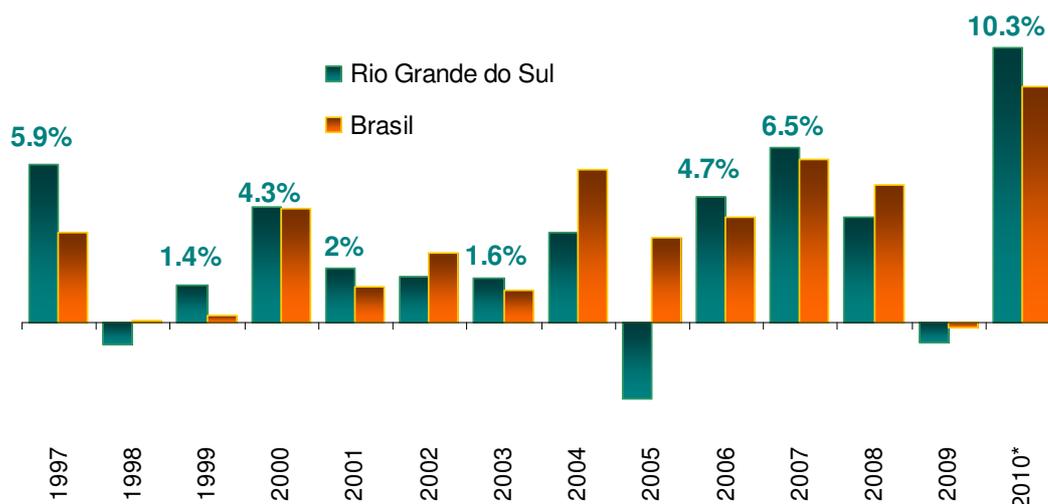
De fato, enquanto que no Brasil, no primeiro semestre, o PIB apresentou um crescimento de 8,8%, no Rio Grande do Sul, de acordo com o ITAP⁸, o quadro é bem mais promissor, indicando uma expansão de 10,3% para o mesmo período. Por outro lado, avaliando o indicador do Banco Central que também calcula o PIB do Rio Grande do Sul, porém em periodicidade mensal, o IBCR-RS⁹, é possível identificar que, para o primeiro semestre, a economia do estado avançou um pouco menos, cerca de 8%.

⁸ O ITAP é o Índice Trimestral de Atividade Produtiva, calculado pela FEE, e que procura aproximar o desempenho do PIB para o período.

⁹ O IBCR-RS é um Índice de Atividade Agregado que procura aproximar o PIB mensal. É calculado pelo Banco Central do Brasil, para o Estado do Rio Grande do Sul e para a economia brasileira.

De qualquer forma, independente de qual das duas estimativas realmente represente a realidade da economia do estado, um fato é claro, os primeiros seis meses do ano sinalizam uma economia muito aquecida. A se concretizar essa trajetória, esse ano pode representar a 8ª vez, desde 1997, que o PIB do Rio Grande do Sul cresce acima da média nacional, como ilustra o Gráfico 8.1. Porém, como será apresentado mais adiante, o processo de desaceleração da economia gaúcha se mostra mais intenso do que no Brasil no segundo semestre, o que deve dificultar, sobremaneira, a materialização desse quadro.

Gráfico 8.1. Evolução do PIB
(Var.% anual)



Fonte: IBGE e FEE. * Acumulado no primeiro semestre.

Outro aspecto a destacar é que, considerando os números do ITAP, os últimos quatro anos, entre 2007 e 2010, podem representar a maior média de crescimento da economia do Estado desde 1997. Como pode ser visto no Gráfico 8.2, o melhor resultado havia ocorrido entre 1999 e 2002, com média de 2,3% ao ano, superando, inclusive, o desempenho do Brasil, mostrada no Gráfico 8.3. Destaca-se que esse foi um momento em que a atividade exportadora do Estado se beneficiou de taxas de câmbio mais depreciadas, em especial entre os anos de 1999 e 2001.

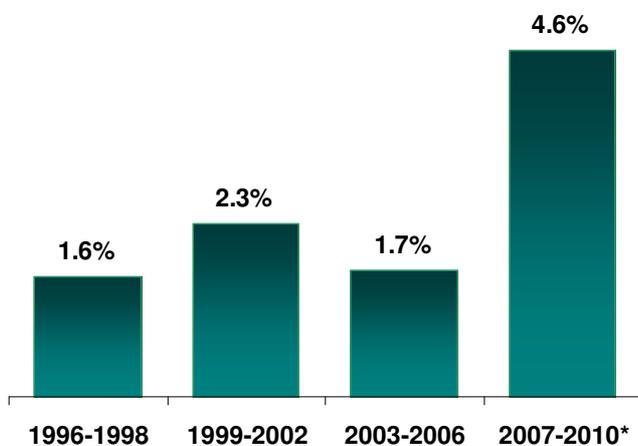
A seguir, os anos de 2003 e 2006 não foram bons para o Rio Grande do Sul. Diversos fatores contribuíram para dirimir a atividade no Estado, onde se destacam: (i) o câmbio valorizado; (ii) as incertezas no ambiente exportador relativo aos créditos tributários; (iii) as maiores alíquotas de impostos locais; e, (iv) os impactos da seca no ano de 2005.

Nesse conjunto de fatores, dois são preponderantes. O primeiro diz respeito à atividade exportadora. É sabido que, até aquele momento, a economia gaúcha tinha uma forte relação com o setor externo, ou seja, sempre que as exportações se destacavam positivamente, essas produziam efeitos multiplicadores para todas as demais atividades, inclusive com a arrecadação de impostos. Nesse caso, a análise não é feita apenas sob o prisma dos efeitos diretos mas, também, considerando os impactos indiretos e aqueles derivados dos efeitos renda.

Sendo assim, na medida em que o câmbio valorizado foi, aos poucos, minando a rentabilidade dessa atividade, era natural esperar que o mesmo deveria ocorrer com os impactos indiretos e de efeito renda na economia. Além disso, soma-se a esse fator a insegurança tributária com o ressarcimento dos créditos de exportação, que contribuíram

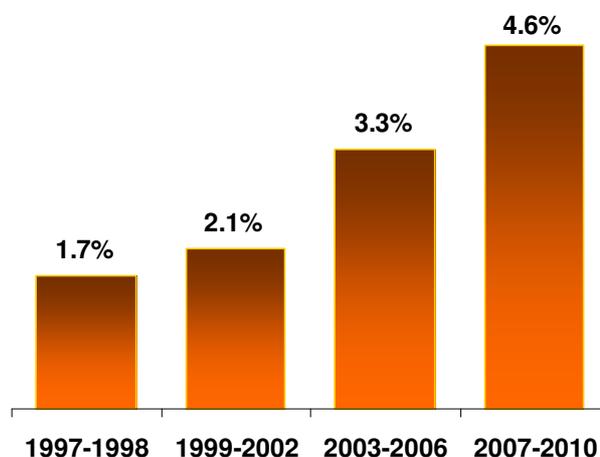
para aumentar, ainda mais, os custos de produção, reduzindo, inclusive, a competitividade interna.

Gráfico 8.2. Média de Crescimento do PIB do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE e FEE. * com a estimativa do ano.

Gráfico 8.3. Média de Crescimento do PIB do Brasil



Fonte: IBGE e FEE

O segundo fator é a forte ligação da economia do Estado com o setor agropecuário - relação essa que supera a média nacional. Destaca-se que a seca de 2005 foi uma das mais intensas na história recente, devastando a renda em muitos municípios do interior e produzindo um efeito em cascata sobre muitas outras atividades, como a indústria e os serviços. Apesar de concentrar os impactos no ano corrente, os números mostram que seus efeitos ainda se fizeram sentir para além de 2005.

De outro lado, o período de 2003 a 2006 teve como principal vetor de crescimento do cenário nacional o consumo das famílias. Porém, esse esteve concentrado em determinados produtos no qual o Rio Grande do Sul não tem participação na produção, como, por exemplo, a linha branca e marrom, bem como aparelhos celulares. Na verdade, o perfil produtivo da indústria local é voltado para produtos intermediários e bens de capital. Sendo assim, o Estado gaúcho não conseguiu acompanhar o bom desempenho verificado no cenário nacional, e isso foi determinante para explicar a diferença de crescimento no período considerado.

Do ponto de vista macroeconômico, o ciclo de crescimento de 2007 a 2010 em pouco se modificou relativamente ao período 2003 e 2006. Dentre os principais aspectos, podemos citar: (i) a taxa de juros continuou em sua trajetória de queda, incentivando o consumo das famílias; (ii) os gastos públicos continuaram a impulsionar a atividade econômica; (iii) a taxa de câmbio continuou em sua trajetória de valorização e; (iv) o mercado de crédito manteve seu ritmo de expansão. Na verdade, o que se pôde verificar foi uma maior intensidade em sua dinâmica, somente interrompida ao final de 2008 e início de 2009 com os efeitos da crise internacional.

Porém, um aspecto interessante desse ciclo é que, a despeito de manter a mesma configuração do ciclo anterior, seu resultado para o estado gaúcho foi muito superior. É claro que, nesse momento, não se tinha os efeitos negativos da seca mas, por outro lado, a taxa de câmbio média que perdurou nesses quatro anos foi muito mais valorizada que o período de 2003 a 2006.

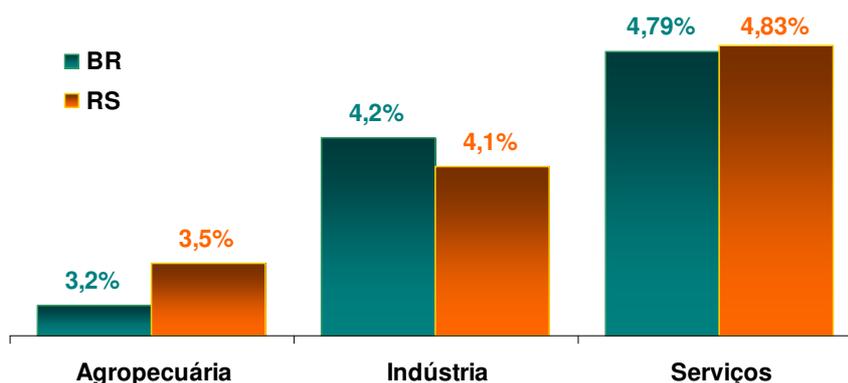
Então, o que pode explicar um resultado tão mais significativo no ciclo de 2007-2010 relativamente a 2003-2006, ainda mais com uma forte retração da demanda externa e que se estendeu para além de 2008? Três fatores são fortes candidatos. O primeiro diz

respeito à redução da importância das exportações para a economia do Estado. Em um ambiente onde se contrasta uma constante redução da competitividade externa e uma crescente demanda interna, é natural esperar que exista um redirecionamento da produção entre os mercados. E isso realmente pode ter ocorrido, em especial na indústria, que foi aos poucos reduzindo a importância das receitas de exportações no faturamento total. Ou seja, as indústrias foram se tornando menos intensivas em exportações. Nesse sentido, o impacto negativo da valorização do câmbio sobre a atividade interna foi, aos poucos, perdendo importância. É claro que ainda é significativo mas, seu impacto marginal deve ser menor hoje.

O segundo fator é a estabilidade climática que perdurou nesses quatro anos. Nesse período, o PIB do setor primário cresceu a uma taxa média de 3,5% ao ano. Vale destacar que, mesmo que esse resultado tenha ficado abaixo do observado no ciclo 2003-2006, que foi da ordem de 6,6%, o mesmo ocorreu com menor volatilidade, contribuindo para gerar maior previsibilidade a produtores e toda a cadeia. Por fim, o terceiro fator é que o modelo brasileiro de crescimento do período esteve centrado no consumo, e isso gera impactos positivos nas vendas do comércio, na arrecadação de impostos, na movimentação de mercadorias e também, na atividade financeira. Assim, em conjunto, o setor de serviços, que tem maior peso na composição do PIB local, passou a crescer de forma significativa nesse período, contribuindo para manter o resultado global. Na verdade, entre 2007-2010, o PIB do setor de serviços irá crescer a uma taxa média de 4,83% ao ano, bem acima da média de 1,81% de 2003-2006.

O Gráfico 8.4 mostra a evolução do PIB setorial em termos de taxa média para os últimos quatro anos. Note que, além da agropecuária, o setor de serviços também teve um resultado um pouco acima da média nacional, enquanto a indústria teve um desempenho um pouco abaixo. Um dos motivos que pode ajudar a explicar esse resultado é exatamente o perfil produtor desse setor no Estado *vis-à-vis* às demais regiões do Brasil, como comentado anteriormente. Outro fator é o impacto do câmbio valorizado na atividade exportadora do Estado.

Gráfico 8.4. Evolução do PIB setorial
(Var.% anual média – 2007-2010*)



Fonte: IBGE e FEE. * Acumulado no ano.

Os impactos da crise internacional

Assim como para o Brasil, a crise financeira internacional gerou um resultado negativo para a economia gaúcha no último trimestre de 2008 e primeiro de 2009. Naturalmente, após o término de um ciclo recessivo há o ciclo de recuperação e, a diferença entre várias crises reside na duração e intensidade desse novo ciclo. Porém, o

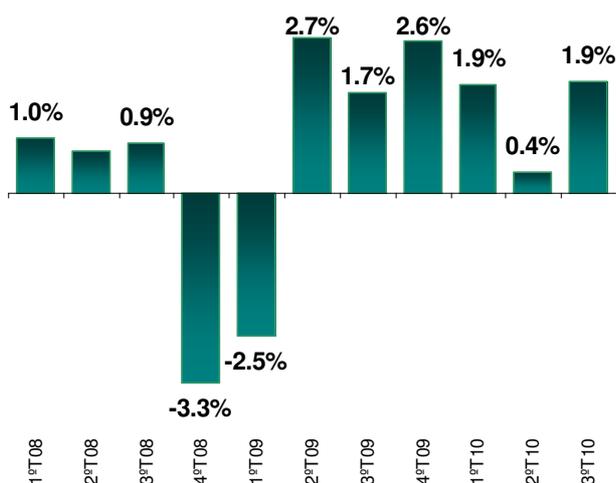
ponto importante nesse cenário é que a queda da atividade econômica do Rio Grande do Sul sob a influência da crise, foi bem mais acentuada (8,3%), do que a verificada no Brasil (4,7%). E isso contribuiu para gerar um “piso” de produção mais baixo no Estado, ou seja, do ponto de vista estatístico, a base de comparação ficou menor. Com certeza isso influenciou, sobremaneira, os resultados das taxas de crescimento dos meses seguintes, estendendo-se também para o ano de 2010. É o que se denomina de efeito estatístico, e que se mostra muito maior no Estado gaúcho do que no Brasil.

O Gráfico 8.5 mostra esse cenário pós-crise. Como pode ser visto, a cada trimestre os resultados passaram a ser significativamente maiores, superando a média de crescimento histórica do PIB do Rio Grande do Sul. Destaca-se que essa forte expansão foi suficiente para que o nível de produção no Estado voltasse ao patamar pré-crise já ainda no final de 2009, como pode ser visto no Gráfico 8.6. Porém, a acomodação da atividade produtiva parece nítida nos meses seguintes ao atingir o nível do pré-crise.

Mesmo o bom desempenho do 3º trimestre de 2010, considerando nesse caso os dados do IBCR-RS e, que sinaliza um crescimento de 1,9% sobre o 2º trimestre¹⁰, não será suficiente para reverter esse quadro de arrefecimento que se desenha para a economia do Estado. Diga-se de passagem, o cenário regional está em linha com o comportamento da economia brasileira para o mesmo período. De qualquer forma, considerando os dados até setembro de 2010, podemos dizer que o PIB do Estado encontra-se apenas 3,6% acima do nível pré-crise, contrastando com um patamar de 5,4% para o Brasil.

Nessa avaliação histórica, entre o pior momento da crise para a economia do Rio Grande do Sul, que foi o mês de dezembro de 2008, e o mês de setembro de 2010, o PIB cresceu exatos 13%. No Brasil, para o mesmo período, essa taxa foi muito próxima, em torno de 14,3%. Portanto, a diferença de nível de produção atual entre o Brasil e o Rio Grande do Sul é uma questão de base de comparação, sendo essa mais baixa para o Estado gaúcho, ou seja, saímos de um “fundo de poço” mais profundo.

Gráfico 8.5. Evolução do PIB
(Var.% sobre o trimestre anterior)



Fonte: BCB

Gráfico 8.6. Evolução do PIB
(Nº índice 2008-III=100)



Fonte: BCB

Um aspecto importante é determinar se esse ritmo pode ser mantido para os próximos meses. Na discussão sobre o efeito carregamento do PIB no Brasil, pôde ser constatado que, se no último trimestre do ano o crescimento a cada mês for nulo,

¹⁰ Dados dessazonalizados pelo método X-12.

relativamente ao mês anterior, ou seja, mantendo o nível de produção de outubro, novembro e dezembro igual ao nível de setembro, mesmo assim iremos presenciar um crescimento de 7,6% em 2010. Dito de outra forma, se desligarmos os motores da economia e seguirmos apenas sob os efeitos do vento, mesmo assim, a economia brasileira apresentará o melhor resultado do Plano Real.

No caso do Rio Grande do Sul, esse mesmo exercício gera um resultado um pouco menor que o esperado para o País, em torno de 6,6%. O motivo para essa diferença é que, entre julho e setembro, os dados¹¹ mostram que o PIB do Brasil continuou a aumentar, mesmo que na margem, elevando a base de comparação do efeito carregamento. Ao passo que, para o Rio Grande do Sul, desde julho que o PIB iniciou um processo de queda, reduzindo o nível do efeito carregamento. Assim, ao considerar como base de comparação o dado do mês de setembro, esse nível é maior para o Brasil, enquanto que no Estado, ele se reduziu.

Portanto, considerando o quadro conjuntural que se desenhou no terceiro trimestre de 2010, podemos inferir que, a se manter tudo o mais constante, após superar os efeitos da crise internacional, a dinâmica de crescimento da economia gaúcha parece dar sinais de arrefecimento, em movimento contrário ao verificado para o Brasil, que ainda dá mostras de continuar uma expansão na margem. E isso torna mais difícil acreditar que o ritmo de desempenho passado possa se reproduzir para o futuro no Estado, ainda mais diante da expectativa de comportamento de algumas variáveis ao longo de 2010, como por exemplo, a manutenção de um cenário internacional difuso e com baixo crescimento nos países desenvolvidos e uma taxa de câmbio valorizada.

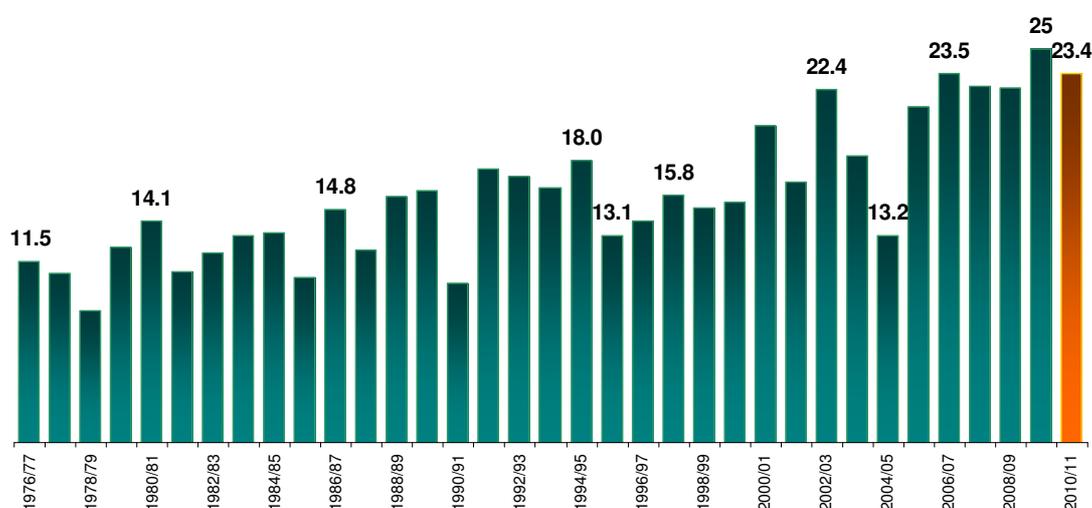
A natureza ajudou

Uma das mais positivas contribuições para os bons resultados dos últimos anos na economia do Rio Grande do Sul foi, sem dúvida alguma, a ausência de quebra na safra agrícola. Como pode ser visto no Gráfico 8.7, a safra de grãos nos últimos quatro anos teve duas reduções consecutivas, passando de 23,4 milhões de toneladas em 2006/07 para 22,6 milhões de toneladas em 2007/08 e depois uma pequena redução para a safra de 2008/09 da ordem de 63 mil toneladas de grãos. Porém, na última safra a ser considerada nesse período de quatro anos, o salto foi grande, e o Estado bateu recorde de produção de grãos ao atingir 25 milhões de toneladas.

Na média de 2007-2010, a produção de grãos será de 23,4 milhões de toneladas, o que se caracteriza como o melhor período do setor agrícola na história do estado gaúcho. Isso representa um nível médio de produção 40% superior à média verificada no ciclo 1999-2002, que foi de 16,7 milhões de toneladas, e 24% maior que o ciclo 2003-2006, que foi de 23,4 milhões de toneladas de grãos em média.

¹¹ Para essa análise foram considerados os dados do PIB mensal calculado pelo Banco Central.

Gráfico 8.7. Safra de Grãos – Rio Grande do Sul
(em milhões de toneladas)



Fonte: Conab/levantamento de novembro de 2010

A questão importante a considerar nessa análise é confirmar se esse desempenho representa uma mudança de patamar médio de produção, ou então, apenas um “bônus” da natureza. O segundo levantamento feito pela Conab para a safra 2010/11 dá indícios de que o Rio Grande do Sul irá produzir, na próxima safra, cerca de 23,3 milhões de toneladas de grãos. Esse valor pode ser comparado com as safras passadas no Gráfico 8.7. A tabela 8.1 traz detalhes das culturas envolvidas nessa previsão. Considerando o limite superior, a maior queda em termos percentuais deve ocorrer no milho e na soja, e que também representam as maiores retrações em termos de quantidade. Os resultados agregados só não devem ser maiores devido à perspectiva de um aumento da produção de arroz.

Tabela 8.1. Previsão da Safra – Rio Grande do Sul
(em mil toneladas)

	2009/2010	Produção 2010/2011		Variação			
		Limite inferior	Limite superior	Percentual		Absoluta	
				Limite inferior	Limite superior	Limite inferior	Limite superior
Arroz	6.920	7.804	7.843	12,8%	13,3%	883	923
Feijão	115	108	110,4	-6,4%	-4,2%	(7)	(5)
Milho	5.594	4.539	4.655	-18,9%	-16,8%	(1.055)	(939)
Soja	10.219	8.434	8.601	-17,5%	-15,8%	(1.785)	(1.618)
Aveia	155	217	217	40,3%	40,3%	62	62
Trigo	1.806	1.802	1.802	-0,2%	-0,2%	(4)	(4)
Demais produtos	190	204	205	7,5%	8,1%	14	15
Total	24.998	23.106	23.432	-7,6%	-6,3%	(1.892)	(1.566)

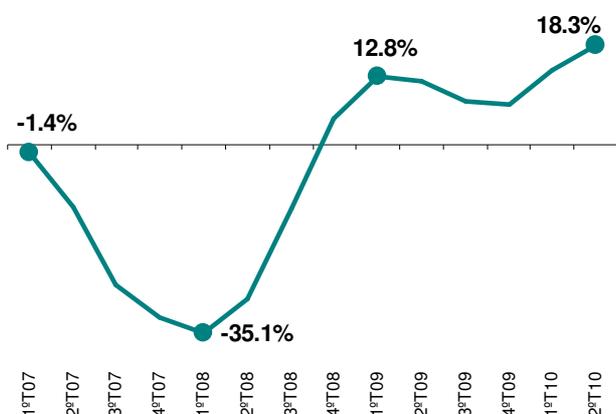
Fonte: Conab/levantamento de novembro de 2010

De qualquer forma, mesmo diante da expectativa de queda na produção de grãos, essa deve ser pequena, ficando entre 6,5% e 7%. É claro que há muita incerteza sobre esses resultados, ainda mais diante de indícios de materialização de mudanças climáticas no estado para os próximos meses. Além disso, é importante lembrar que esse é apenas o primeiro levantamento feito para o setor. De qualquer forma, o resultado preliminar

sinaliza que o Estado está produzindo de acordo com a média de produção dos últimos quatro anos, o que pode limitar os impactos negativos sobre essa atividade, a cadeia produtiva e também para a renda dos municípios mais voltados para a atividade agrícola.

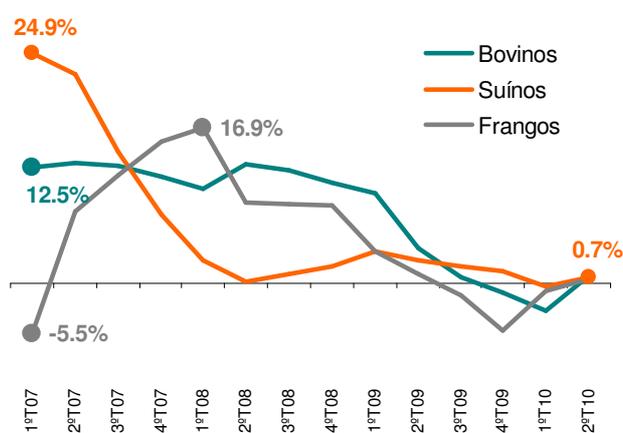
A segunda atividade avaliada é a pecuária, que tem um peso um pouco menor do que a produção agrícola no PIB total do setor. De qualquer forma, as perspectivas para o setor no ano de 2011 não são promissoras. A exceção deve ser a previsão de leite industrializado. Os dados relativos ao segundo trimestre do ano de 2010 apontam para um crescimento da ordem de 18% no acumulado em 12 meses, e com tendência de alta, como pode ser visto no Gráfico 8.8. Assim, vale destacar que, mesmo que se tenha um arrefecimento da produção, é natural esperar que o ano de 2011 tenha desempenho positivo. Nesse caso, o efeito carregamento deverá atuar de forma positiva.

Gráfico 8.8. Leite Industrializado
(Var.% acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE

Gráfico 8.9. Abate de Animais
(Var.% acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE

Por outro lado, os resultados para a atividade de abate de animais sinalizam para um cenário com números mais tímidos. Os abates de frangos no Estado ainda não se recuperaram dos impactos da crise internacional, como pode ser visto no Gráfico 8.9. Em 12 meses, esse está crescendo apenas 0,7%. Destaca-se que esse é um setor muito voltado para a atividade exportadora, o que acaba por criar um cenário distinto do verificado no Brasil, que cresce 2,6% para o mesmo período. No caso do abate de bovinos e suínos, a diferença entre o resultado no Estado e no Brasil, é ainda mais acentuada. Mais uma vez, a diferença pode estar na destinação da produção. Enquanto um se destina ao mercado interno que se expande período após período, outro tem foco no mercado externo, que ainda ressenete os efeitos da crise e a valorização da taxa de câmbio.

De maneira agregada, como foi possível constatar, a agropecuária deu contribuições positivas para a economia do Estado nos últimos quatro anos, garantindo a estabilidade da produção. Porém, as perspectivas para o próximo ano, pelo menos com a fotografia da situação atual, não permitem afirmar que esse cenário irá se manter.

Os gaúchos foram às compras

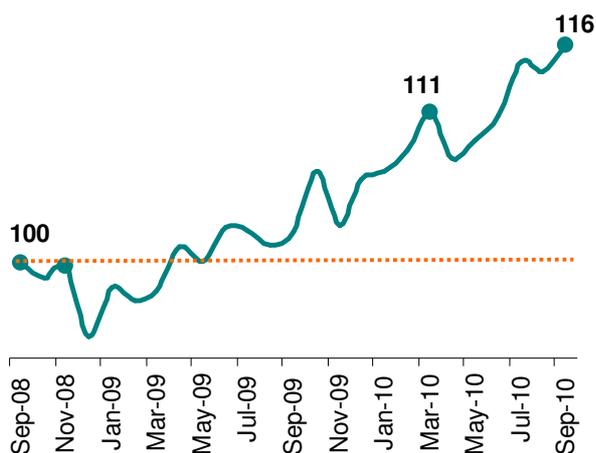
Tal como no cenário traçado para o Brasil, durante o ano de 2010 os gaúchos foram às compras. Os mesmos vetores que impulsionaram o consumo no ambiente nacional também tiveram repercussões positivas na economia do Rio Grande do Sul, a

saber: (i) menor nível de taxa de juros real; (ii) mais gasto público; (iii) mais crédito; (iv) aumento do emprego com repercussões sobre a massa de salários.

E o impacto imediato de incentivos ao consumo pode ser visto no comportamento do comércio, ilustrado no Gráfico 8.10. Note que após o “susto” dos dois últimos meses de 2008, quando as vendas caíram apenas 5,5% - variação bem menor do que a presenciada pela indústria – a recuperação foi muito rápida. Já em abril de 2009, o nível de vendas do setor se encontrava no mesmo patamar do pré-crise. A partir de então, seguiram-se cinco meses de estabilidade e, em setembro de 2009 essas vendas voltaram a se acelerar. Os últimos dados do IBGE sinalizam que o comércio já se encontra 16% acima do nível pré-crise.

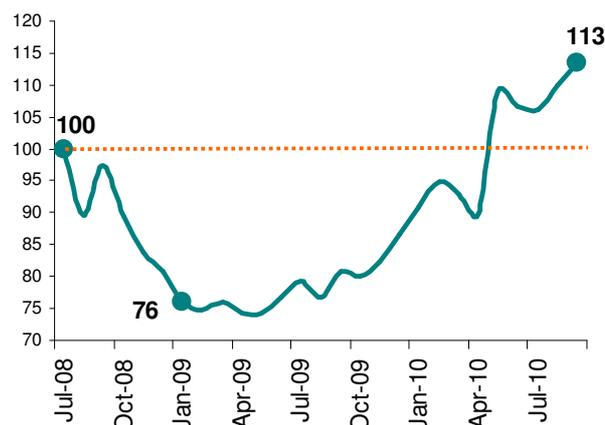
Fazendo o mesmo exercício de efeito carregamento, a expectativa é que o ano de 2010 se encerre com uma expansão das vendas do comércio em pelo menos 10,5%. Ou seja, se nos três meses que faltam para encerrar o ano de 2010, as vendas permanecerem no mesmo nível do verificado em setembro, mesmo assim o estado pode ter o melhor resultado da década. Outro ponto de destaque é que o ciclo de vendas do comércio nos últimos quatro anos deve atingir os 6,6% de crescimento médio ao ano, muito acima do verificado no ciclo 2003-2006, que foi de apenas 0,7%.

Gráfico 8.10. Vendas do Comércio Varejista
(Nº índice set/08=100)



Fonte: IBGE

Gráfico 8.11. Vendas de Mat. De Const.
(Nº índice jul/08=100)



Fonte: IBGE

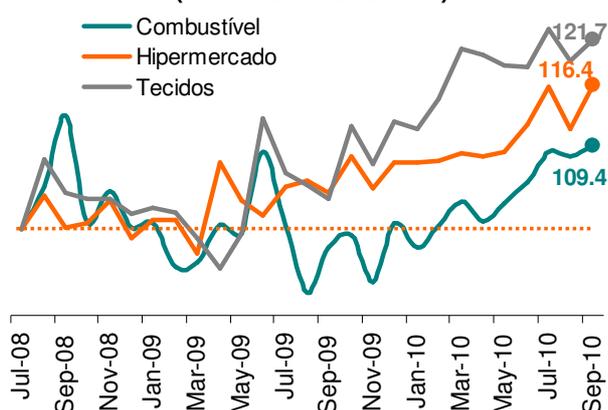
Ao fazer a abertura dos dados por segmento de atividade, os resultados são um pouco distintos. Por exemplo, no caso das vendas de materiais de construção civil, o nível atual está 13% acima do pré-crise do setor, que foi julho de 2008, como mostra o Gráfico 8.11. Somente no ano de 2010 a taxa de crescimento é da ordem de 32%. Destaca-se que esse ritmo de expansão não foi suficiente para elevar mais ainda o nível de vendas do setor, relativamente ao pré-crise, porque a queda das vendas entre julho de 2008 e fevereiro de 2009 foi muito intensa, tendo atingido os 26%. Ainda mais, essa atividade ficou com vendas estáveis entre fevereiro e maio de 2009 e só a partir de então iniciou um processo de recuperação, atingindo o nível pré-crise ao final de abril de 2010. Sem dúvida alguma, a atividade de construção civil foi uma das que mais refletiu de forma positiva o cenário macroeconômico. Os vetores de crédito, emprego e renda, foram fundamentais para fomentar as vendas do comércio. E as perspectivas são que esses resultados permaneçam para o ano de 2011 mas, em menor intensidade.

No caso do efeito carregamento, mesmo que não se tenha adicional de vendas nos últimos três meses de 2010, o ano se encerra com crescimento da ordem de 33%. Além disso, ao extrapolar esse cálculo para o ano de 2011, os efeitos são ainda mais significativos, com as vendas de materiais de construção podendo atingir os 8,5%.

Os Gráficos 8.12 e 8.13 mostram o desempenho das vendas do comércio do Rio Grande do Sul para outros seis segmentos. Nesse caso, destaque para o nível em que se encontram as vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, cerca de 47% acima do patamar pré-crise e, também, as vendas de tecidos, vestuário e calçados, estando 16% acima do nível pré-crise.

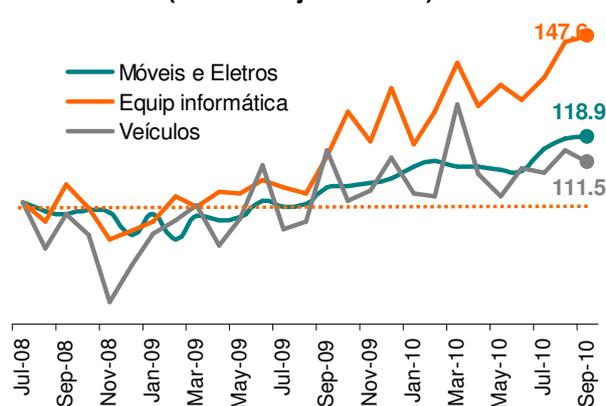
No geral, apenas duas atividades encontram-se abaixo da média do comércio agregado, são elas: (i) as vendas de combustíveis, apenas 9,4% acima do pré-crise e; (ii) veículos, motos, partes e peças, 11,5%. Essa, em especial, reflete a forte queda ocorrida nos últimos meses de 2008, que foi da ordem de 29%. Sendo assim, mesmo toda a recuperação ocorrida desde o pior momento da crise (novembro de 2008), na esteira dos incentivos tributários, e que já acumula 56%, não foi suficiente para gerar um nível de vendas tão acima do pré-crise como em outras atividades do setor, que sentiram menos os efeitos dessa.

Gráfico 8.12. Vendas do Comércio
(Nº índice set/08=100)



Fonte: IBGE. Dados dessazonalizados.

Gráfico 8.13. Vendas do Comércio
(Nº índice jul/08=100)



Fonte: IBGE. Dados dessazonalizados.

Outro segmento com resultados satisfatórios são as vendas de móveis e eletrodomésticos. De fato, a política de juros reais mais baixos, combinada com aumento de prazos de financiamentos, foram dois elementos importantes no fomento do crédito para a venda de bens de consumo duráveis. No Rio Grande do Sul, essas vendas se encontram em 19% acima do pré-crise.

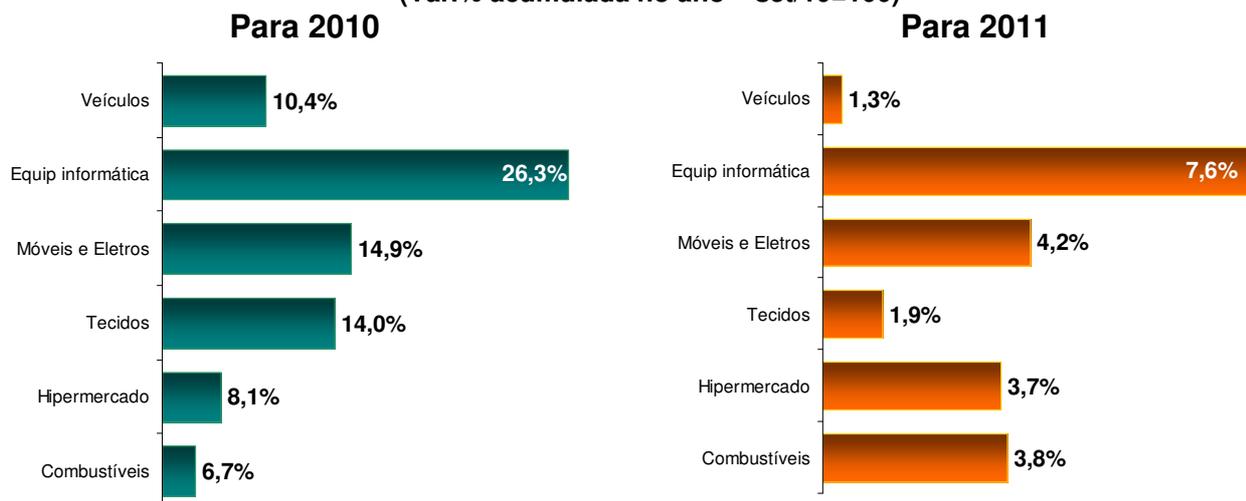
Como o efeito carregamento é um ponto determinante do resultado de 2010 e, da mesma forma, na composição das previsões para 2011, é necessário explorar um pouco mais seu impacto sobre essas atividades. No Gráfico 8.14 são colocadas as projeções de 2010 e 2011 considerando como base de comparação o nível de vendas de setembro de 2010. Da mesma forma que antes, aqui o exercício é no sentido de imaginar qual seria o efeito estatístico sobre as atividades de vendas do comércio se essas não apresentarem variação positiva nos próximos 18 meses.

Tanto na comparação em relação ao ano de 2010 quanto para 2011 o destaque fica por conta do segmento de vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. Seguramente, esse ano se encerra com taxa de crescimento acima de 26% sobre 2009 e, para 2011, na pior das hipóteses, essa pode ficar em 7,6%. No segmento de veículos, motos, partes e peças, os efeitos maiores estarão

concentrados no ano de 2010. A manutenção do nível de vendas de setembro em pouco gera efeitos positivos para 2011. Isso ocorre pois esse manteve-se elevado durante boa parte de 2010, com pouca variação desde então.

Porém, o segmento que mais chama a atenção é o de vendas de tecidos, vestuário e calçados. O ano de 2010 pode se encerrar com variação da ordem de 14%, revertendo a queda de 1,3% de 2009. Mas, seu efeito carregamento será pequeno, uma vez que a base de comparação, o ano de 2010, será maior.

Gráfico 8.14. Efeito Carregamento das Vendas do Comércio
(Var.% acumulada no ano – set/10=100)



Fonte: IBGE. Dados dessazonalizados.

Fonte: IBGE. Dados dessazonalizados.

Produzindo acima do potencial?

Uma forma bastante útil de investigar se a atividade econômica está produzindo acima do potencial é aplicar o filtro HP¹². Aqui, o objetivo é identificar os desvios da variável em questão relativamente à sua tendência de longo prazo. Sendo assim, valores positivos representam que estamos acima do potencial e, valores negativos, que a atividade está abaixo do potencial.

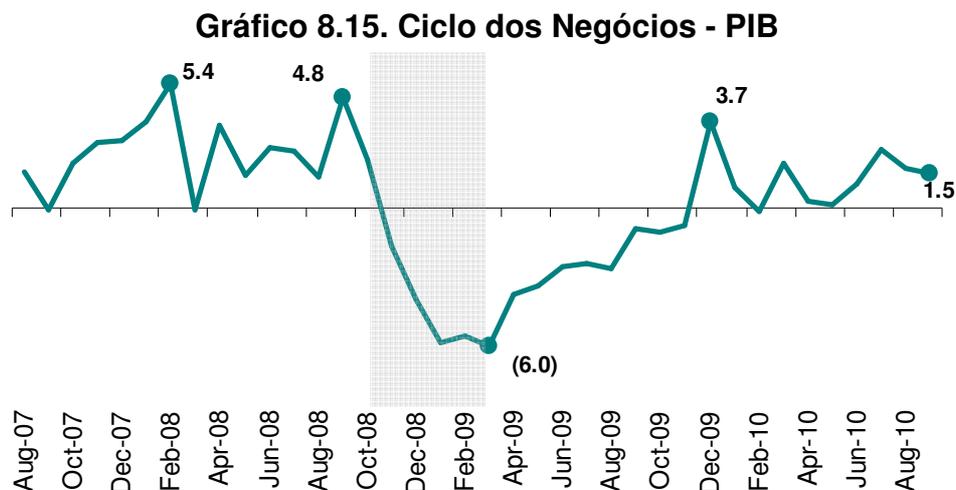
O uso do filtro para os dados mensais do PIB do Rio Grande do Sul, ajustados sazonalmente, produz os resultados mostrados no Gráfico 8.15. Como pode ser visto, nos meses que antecederam a crise internacional, a atividade agregada no Estado por vezes estava bastante aquecida, como ao final de 2007 e no terceiro trimestre de 2008 e, de outras, mostrando maior arrefecimento. Porém, mesmo oscilando, a mesma não se tornava negativa há muitos meses.

Com a crise veio uma brusca redução na produção que levou o chamado “*gap do produto*”, para patamares historicamente negativos. Esse choque foi de tamanha intensidade que demorou quase um ano para que o PIB voltasse a mostrar uma atividade econômica que atuava acima do seu potencial de longo prazo. Rapidamente a mesma atinge o pico ao final de 2009 mas, logo a seguir, volta a arrefecer.

Os resultados mais recentes corroboram com a avaliação anterior, que deixava clara a desaceleração em diversos indicadores no Estado gaúcho. Há dois aspectos interessantes sobre esse cenário: (i) o patamar atual de produção sinaliza uma economia que está atuando com pouco nível de aquecimento, ou seja, provavelmente há setores

¹² Esse foi feito a partir do software *eviews*.

que já atuam com ociosidade; (ii) nos últimos três meses é possível identificar uma tendência de queda.



Fonte: BCB. Elaboração FIERGS/UEE. Pelo filtro HP.

Diante do exposto, é natural indagar se essa menor dinâmica da economia gaúcha é estrutural. Em primeiro lugar, é importante ter em mente que o modelo de crescimento dos últimos quatro anos, centrado nos gastos, parece estar mostrando esgotamento na sua capacidade de atuar sobre a atividade econômica no Rio Grande do Sul. Mesmo com o elevado peso do setor de serviços, o mesmo não será capaz de manter a dinâmica dos últimos meses, ainda mais diante de uma base estatística de comparação que já se encontra em patamares elevados.

Por exemplo, somente o comércio pode representar um impacto no PIB em 2010 da ordem de 1,4 ponto percentual, de um total estimado de crescimento da economia de 8,9. Ou seja, o comércio deve contribuir com 16% do crescimento de 2010. No agregado, o setor de serviços será responsável por 52% do resultado de 2010. É uma contribuição menor que seu peso no PIB – cerca de 61% - e ocorre porque a indústria deve ter uma excepcional taxa nesse ano.

Um ponto importante a considerar é que a perspectiva para o ano de 2011 contempla uma acomodação dos principais vetores que atuaram nos últimos meses, como por exemplo: (i) um menor nível de criação de vagas no mercado de trabalho; (ii) a inflação um pouco mais alta pode corroer o poder de compra do trabalhador, em especial nos primeiros seis meses de 2011, e isso pode ter impactos sobre a renda real e o poder de consumo; (iii) o crédito deve se expandir a taxas menores; (iv) o governo federal já anunciou controle dos gastos públicos, o que deve atuar como inibidor da atividade econômica; (v) a perspectiva de um câmbio valorizado e de um mercado externo com atividade deprimida, devem prejudicar qualquer recuperação do segmento exportador.

Por outro lado, a investigação sobre os resultados da indústria deixa claro que esse setor passa por importantes transformações estruturais. Do ponto de vista conjuntural o ano de 2010 será ímpar e, a projeção de expansão da ordem de 12% pode resultar em uma contribuição de cerca de 40% para o resultado do PIB global. Duas atividades são determinantes para concretizar essa perspectiva: a indústria de transformação e a construção civil.

Porém, os sinais de desaceleração na atividade industrial são inequívocos – ver seção específica sobre a indústria do Rio Grande do Sul. E, os sucessivos choques que temos presenciado sobre a atividade industrial no Estado nos últimos anos – valorização

do câmbio; não comprometimento do setor público com a atividade exportadora, inclusive com o não cumprimento da legislação em relação aos créditos tributários; elevada carga tributária local e baixos investimentos em infraestrutura, deixam antever que, nesse caso, os impactos para esse setor são estruturais.

***P* principais ameaças no cenário de curto prazo**

O Rio Grande do Sul adentra em 2011 com desafios importantes a enfrentar. Os bons ventos que sopraram na economia do Estado nos últimos quatro anos dão sinais de que atuarão de forma mais tímida. O aspecto positivo, nesse caso, fica a cargo do equilíbrio orçamentário conseguido, seja via aumento de arrecadação ou então, com controle de gastos. Certamente uma herança muito boa e que deve ser bem aproveitada pelo próximo governo para que o estado continue no processo de recuperação da capacidade de investimento.

1. O ajuste fiscal.

A troca de governo no Estado do Rio Grande do Sul incute uma dúvida nos analistas sobre a questão fiscal: será que o ajuste das contas públicas continuará sendo uma prioridade?

Depois de três décadas de déficits orçamentários persistentes, o ciclo de ajuste fiscal de 2007-2010 trouxe importantes inovações, como por exemplo: (i) a utilização do "regime de caixa", em que só se gastava recursos que efetivamente existiam e; (ii) controle matricial da despesa e fortes contingenciamentos. Esses, conseguiram fazer superávits primários relevantes que contribuíram para levar ao déficit orçamentário zero.

As contas públicas em dia também possibilitaram a redução dos preços pagos pelo setor público aos fornecedores em licitações ou contratações diretas. Além disso, a renegociação da dívida do Estado também reduziu os pagamentos de juros no presente, contribuindo para aliviar o fluxo de caixa.

Todavia, o ajuste fiscal dá mostras de que foi muito mais conjuntural do que estrutural. As medidas gerenciais, combinadas com um aumento relevante das receitas no período, propiciaram que as contas fechassem. Porém, esse equilíbrio é tênue, e não estão vinculado a uma legislação e, sim, à capacidade arrecadatória do Estado e, principalmente, à austeridade na condução da despesa pública.

Vale destacar que a relevância do ajuste fiscal, tanto no curto quanto no longo prazo, deriva do fato de que, dadas as condições vigentes, para que o Estado invista é necessário que ele possua recursos próprios. A recuperação da capacidade do Estado de investir na economia é fundamental para que os gargalos já presentes na nossa estrutura de transporte, educação e saúde não se estreitem ainda mais, o que certamente repercutiria em queda de competitividade para a produção local.

2. Investimentos em infraestrutura

As deficiências de infraestrutura não são privilégios de uma região, estado ou município. Essa se tornou uma questão central no país. E, seu enfrentamento deve ser prioridade na agenda dos novos governantes, sob pena de se perdemos a oportunidade de continuar na trajetória de crescimento. Nesse aspecto, a agenda 2020 assinala as importantes demandas da sociedade e os principais gargalos que se desenham para a economia do Rio Grande do Sul.

Perspectivas para 2011

As perspectivas para 2011 sinalizam que os mesmos fatores que contribuíram de forma positiva para o bom desempenho de 2010 ou não irão mais atuar ou, se estiverem presentes, deverão incidir de forma mais amena.

No cenário internacional perduram as dificuldades econômicas nos países desenvolvidos, e que deve ser contrastada com a continuidade da dinâmica dos emergentes. Em um cenário pessimista, não é descartada a incidência de uma nova crise, motivada, em especial, pelo dueto fiscal/dívida. Nesse caso, tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul devem ser impactados de forma negativa, com o PIB crescendo menos que a média histórica.

Em um cenário otimista projeta-se que o mercado de trabalho nos países desenvolvidos volte a dar sinais de contratação, reduzindo a taxa de desemprego e contribuindo para melhorar a confiança, tanto de consumidores quanto de empresários. Os bons ventos podem voltar a soprar no cenário internacional, melhorando a demanda por exportações do Rio Grande do Sul. Nesse caso, uma perspectiva de leve desvalorização da taxa de câmbio real/dólar será importante para recuperar margem para exportadores. Nessa perspectiva, tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul podem crescer acima da média histórica.

Por fim, tem-se o cenário moderado, no qual estão centradas as maiores probabilidades de ocorrência. Nesse, a projeção que se faz para as principais variáveis internacionais está em linha com os acontecimentos recentes, ou seja, os países desenvolvidos apresentam taxas de crescimento mais baixas que a média histórica e os emergentes continuam a ditar o ritmo de demanda externa. O ponto importante a considerar aqui seria a ausência de uma nova crise, a partir da eliminação dos riscos de novos problemas de dívida em países europeus.

Nesse quadro, o Brasil deve continuar a se expandir mas, em um ritmo mais lento que o verificado em 2010 e isso deve continuar a produzir impactos positivos sobre a atividade econômica local. A tabela 8.2 mostra as perspectivas para 2011 tendo como base esse pano de fundo.

Tabela 8.2. Perspectivas para 2011
(Var. % do PIB)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	1,2	6,8	(6,3)	(4,0)	2,8
Indústria Total	(5,3)	12,5	1,9	2,8	3,5
Serviços	0,9	7,6	2,2	3,0	3,7
PIB total	(0,8)	8,9	1,2	2,2	3,6

Fonte: IBGE/. Estimativa FIERGS/UEE, Previsão FIERGS/UEE.

SEM FÔLEGO PARA CONTINUAR

A atividade industrial gaúcha evoluiu em 2010 dentro do que se esperava no final do ano passado. O forte ritmo da retomada da crise mundial, que se estendeu da segunda metade de 2009 ao início de 2010, deu um impulso estatístico - efeito carregamento - significativo para o desempenho desse ano. Esse comportamento permitiu, a despeito da estagnação que se sucedeu nos últimos seis meses, a ocorrência de altas taxas de crescimento nas comparações anuais, porém, insuficientes para recompor as perdas provocadas pela crise. As perspectivas positivas em relação a 2011 seguem ancoradas na mesma conjuntura econômica, tendo como limitadores o contexto internacional e a taxa de câmbio, e, como propulsor, a demanda doméstica. Nesse contexto, a recuperação total da crise mundial e a entrada efetiva da indústria em uma trajetória de expansão ficam adiadas para o 2011.

O cenário previsto para evolução da atividade industrial gaúcha em 2010 foi confirmado. Da mesma forma, foi ratificada a relevância da demanda interna como elemento fundamental para sua sustentação assim como as restrições impostas pelo cenário externo e a valorização cambial. O setor iniciou o ano com a expectativa de redução do vigoroso ritmo de recuperação observado no segundo semestre do ano passado. Porém, esse movimento que ainda manteve-se robusto nos primeiros meses de 2010, arrefeceu e estabilizou, entrando num ciclo que alternou expansões e quedas marginais (em relação ao mês imediatamente anterior). Apesar disso, os indicadores de conjuntura¹³, que avaliam a atividade industrial gaúcha, apresentaram taxas notadamente positivas nas comparações com o ano passado, em grande medida, devido ao efeito carregamento, confirmando todas as projeções realizadas no final de 2009.

De acordo com a expectativa para 2011, a atividade industrial gaúcha deverá continuar a tendência de crescimento, consistente com a continuidade do cenário econômico atual e com a evolução observada nos indicadores relacionados à expectativa empresarial, geração de emprego e das compras industriais. Todavia, as taxas deverão ser menores que as apresentadas neste ano e, possivelmente, a indústria deverá recompor o nível que operava antes da crise.

O processo de recuperação da crise

Os choques adversos da crise financeira, que começaram a ser percebidos na indústria gaúcha com mais intensidade no final de 2008, estenderam-se por todo o ano de 2009 e, apesar da perda de intensidade, continuaram restringindo o desempenho do setor ao longo de 2010. Apesar disso, as quedas históricas registradas durante os meses de 2009 contribuíram para criar um cenário com bases de comparações bastante deprimidas, o que, juntamente com a retomada na margem da atividade na segunda metade do

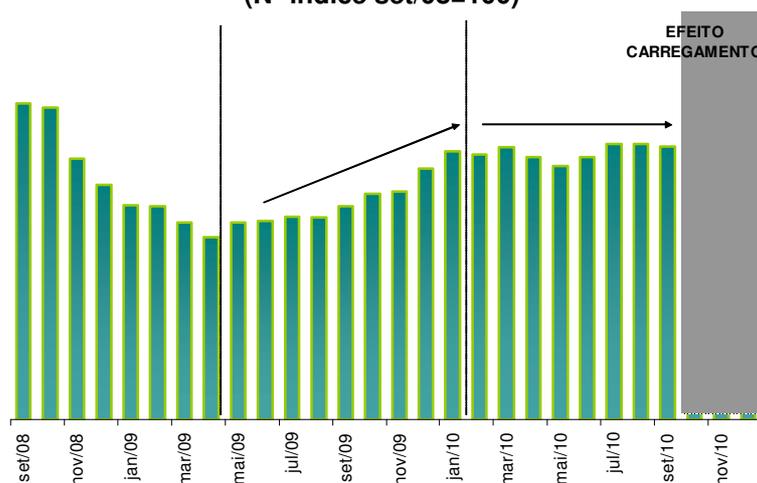
¹³ O comportamento da indústria de transformação gaúcha será examinado observando os resultados das principais pesquisas conjunturais divulgadas pela FIERGS (Indicadores e Sondagem Industriais) e pelo IBGE (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – regional).

mesmo ano, possibilitou – pelo efeito carregamento de 2009 - que o setor apresentasse taxas de crescimentos anuais expressivas em 2010.

A evolução da atividade industrial gaúcha durante a crise internacional e o período que a sucedeu pode ser melhor compreendida através do exame de todo processo de retomada até o momento. Assim, após um forte ajuste ocorrido entre setembro de 2008 e abril de 2009, quando a mesma caiu quase 17% medida pelos dados dessazonalizados do Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS), entrou num processo de recuperação intenso que compreendeu o período de maio a janeiro de 2010. Nesse, a atividade saía do “fundo do poço” e crescia a taxas médias de 1,4% ao mês, impulsionada pela base de comparação deprimida e pelo aquecimento da demanda interna.

Esse ritmo, se mantido, permitiria a recuperação da crise ainda no primeiro semestre de 2010. Porém, a partir de fevereiro, a trajetória de recuperação perdeu fôlego e acomodou, alternando movimentos mensais de expansões e quedas. De fato, no período de fevereiro a setembro, a atividade industrial gaúcha acumulou um crescimento de apenas 0,7%. Apesar disso, vale destacar que o resultado de janeiro deste ano trouxe um efeito carregamento de 8,5% para 2010. E esse resultado pode ser confirmado para todos os indicadores industriais. Por exemplo, a produção industrial, que atingiu o pico em janeiro, registrou uma retração acumulada de 5,4% entre fevereiro e setembro, mas, seu efeito carregamento para 2010 é da ordem de 9,2%.

Gráfico 9.1 – Índice de Desempenho Industrial RS – Set/08 a set/10
(Nº índice set/08=100)



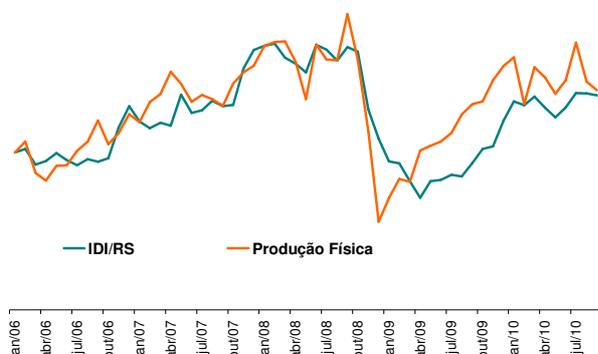
Fonte: UEE/FIERGS – Dessazonalizado

Vale destacar que a crise mundial só será superada quando a atividade industrial atingir um nível superior ao máximo observado no período anterior (setembro/outubro de 2008). No ritmo esperado de crescimento e a distância a percorrer pela maioria dos indicadores, apenas a massa salarial, entre todos os pesquisados, alcançou o patamar pré-crise-, a recuperação total da crise deverá ocorrer, na melhor das hipóteses, apenas no final do primeiro trimestre de 2011.

A trajetória de recuperação registrada pela atividade industrial gaúcha foi e segue sendo sustentada pelo dinamismo do consumo interno, leia-se tanto no ambiente regional quanto nacional, beneficiado pelas melhores condições dos mercados de crédito e de trabalho. Não obstante a profusão de elementos internos que impulsionam a produção, há potenciais limitadores que ameaçam a continuidade desse processo. O principal deles é a valorização da taxa de câmbio, que reduz a competitividade externa e também interna de

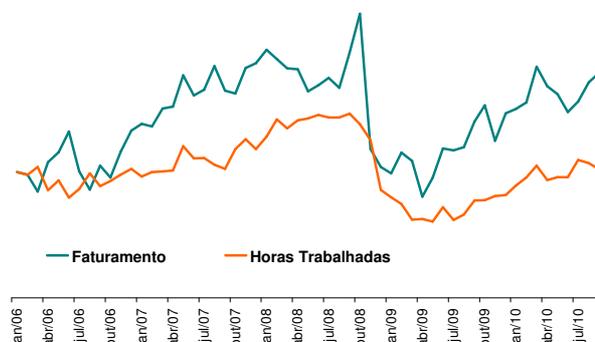
importantes setores industriais. E num contexto internacional de crise e baixo crescimento, restringe ainda mais o desempenho das exportações de manufaturados.

Gráfico 9.2 – IDI /RS e produção industrial
(Nº índice jan/06=100)



Fonte: UEE/FIERGS – IBGE - Dessazonalizado

Gráfico 9.3 – Faturamento e horas trabalhadas
(Nº índice jan/06=100)

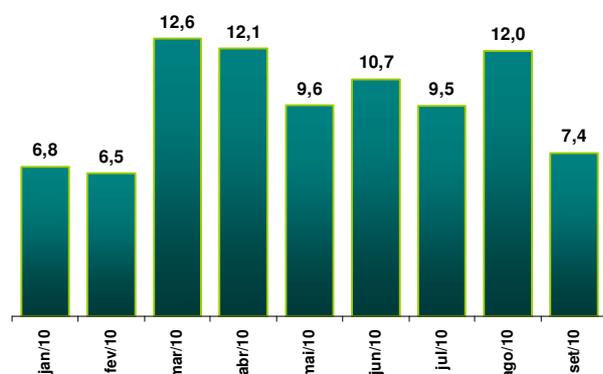


Fonte: UEE/FIERGS – Dessazonalizado

Enquanto a análise na margem demonstra um crescimento quase nulo nos primeiros nove meses de 2010, nas comparações com o ano passado, tanto no acumulado quanto no mês ante o mesmo mês, os principais indicadores destinados a avaliar a situação da indústria gaúcha apresentaram variações notadamente positivas. Vale lembrar, que esse dinamismo é explicado em grande parte pelo efeito carregamento do início de 2010. Logo, os percentuais expressivos apresentados, representam muito mais um comportamento passado do que presente.

No acumulado de janeiro a setembro frente a igual período do ano passado, o IDI/RS aumentou 9,7%, o segundo maior percentual já registrado na história. A análise desagregada de seus componentes demonstrou crescimentos generalizados, com destaque para o faturamento real (+10,6%) e as compras industriais (22,1%). Em menor medida, a utilização da capacidade instalada (+6,0%) e as horas trabalhadas na produção (+6,8%) também observaram taxas anuais elevadas para o padrão histórico.

Gráfico 9.4. Índice de Desempenho Industrial
(Var. % mês/10 sobre o mesmo mês/09)



Fonte: UEE/FIERGS

Tabela 9.1. Indicadores industriais
(Var. % jan-set10/09)

	Varição
Faturamento	10,6%
Compras	22,1%
UCI	6,0%
UCI (Grau médio)	83,6%
Emprego	3,9%
Massa salarial	8,3%
Horas Trabalhadas na Produção	6,8%
Índice de Desempenho Industrial	9,7%

Fonte: UEE/FIERGS

A evolução da atividade industrial no ano provocou uma forte expansão das variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, emprego e massa salarial, que

registraram, na mesma base de comparação, incrementos respectivos de 3,9% e 8,3%. Vale destacar aqui, o grande crescimento dos salários médios pagos (+4,4%), confirmando o aquecimento do mercado de trabalho industrial em 2010.

Uma avaliação dos segmentos industriais

A trajetória de recuperação da indústria gaúcha após a crise internacional é bastante semelhante à observada no Brasil e, como já referido, pode ser dividida em dois momentos distintos no que se refere a sua intensidade. Vale lembrar que a primeira fase compreende o intervalo de março de 2009 a janeiro de 2010 e a segunda, de fevereiro a setembro de 2010, de acordo com a série dessazonalizada do índice de Desempenho Industrial.

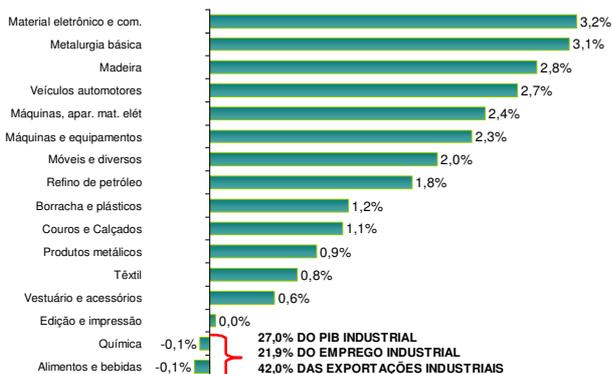
Em termos setoriais, a recuperação intensa ocorrida de março 2009 e janeiro de 2010 foi acompanhada por 15 das 17 atividades pesquisadas, onde apenas alimentos e bebidas e químicos recuaram. Os setores que impulsionaram a atividade industrial nesse momento se caracterizam como produtores de bens de bens de capital. O forte crescimento desses difundiu-se pela cadeia produtiva, em especial, no segmento de bens intermediários. De fato, os setores que se sobressaem nesse período foram veículos automotores, máquinas e equipamentos, metalurgia básica, material eletrônico e material elétrico. Vale ressaltar novamente os fatores do cenário econômico que possibilitam esse comportamento: recuperação dos investimentos, do emprego e renda e do crédito, juntamente com os incentivos tributários fornecidos para estimular o consumo.

Na segunda fase, de fevereiro a setembro de 2010, a perda de fôlego foi generalizada entre os setores, estendendo-se por todas as categorias de uso. Vale lembrar que esse período seguiu-se à retirada dos incentivos tributários ao consumo, o que levou, juntamente à valorização do real, há uma acomodação da atividade industrial gaúcha expressa na queda de sete segmentos industriais e na desaceleração de nove.

De fato, as evidências setoriais que dão suporte para mudança de comportamento a partir de fevereiro foram a inversão na tendência de expansão apresentada, principalmente, pelos setores de refino de petróleo e metalurgia básica. Além disso, observou-se a diminuição na velocidade do crescimento nos setores de borracha e plásticos, que estagnou, montagem de veículos e máquinas e equipamentos que reduziram suas taxas em quase um terço. Destaque para a manutenção do ritmo intenso de expansão em material eletrônico, apesar de menor. Os setores de Alimentos e bebidas e químicos apresentaram queda nos dois períodos.

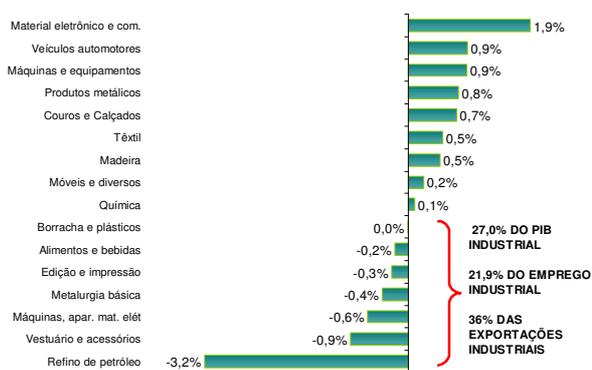
Índice de Desempenho Industrial - Setorial (Var. % média mensal)

Gráfico 9.5. Mar/09-Jan/10



Fonte: FIERGS/Dessazonalizado

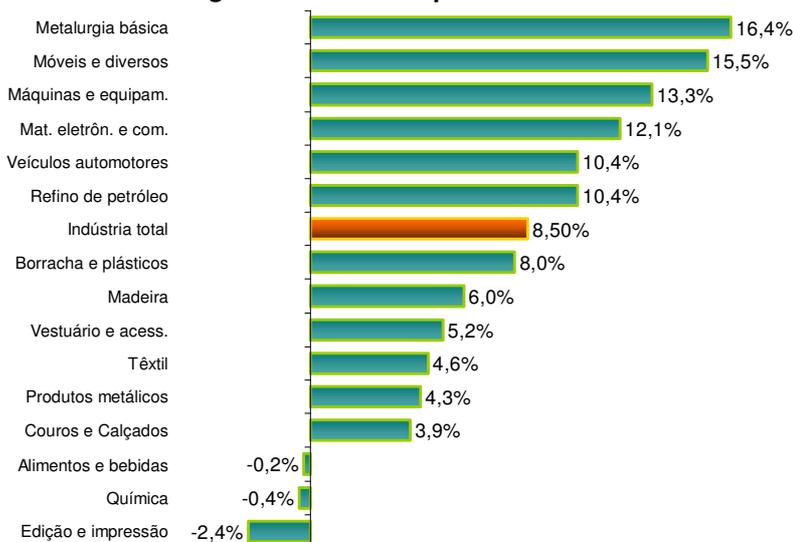
Gráfico 9.6. Fev-Set/10



Fonte: FIERGS/Dessazonalizado

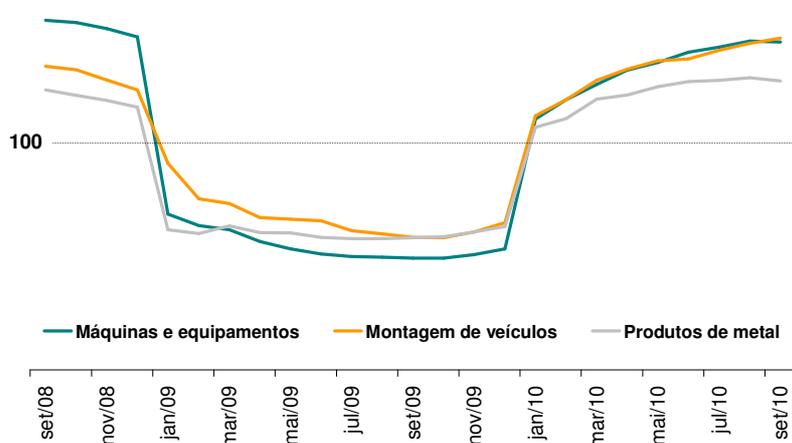
Mudando a análise para base anual, em termos setoriais, da mesma forma que no agregado, o efeito carregamento é um elemento importante para explicar as altas taxas e o elevado grau de disseminação quando comparado o período de janeiro a setembro de 2010 sobre o período análogo de 2009. O papel do mercado doméstico - recuperação dos investimentos e os aumentos do emprego, renda e crédito – foi fundamental para o crescimento setorial em 2010, visto que, as exportações, tradicionalmente nosso principal motor, tiveram uma participação apenas marginal, limitada pela continuidade do processo de valorização cambial.

Gráfico 9.7. Índice de Desempenho Industrial
Efeito carregamento de 2009 para 2010 - Setores



A despeito das restrições, essa conjuntura possibilitou a recomposição parcial das quedas acumuladas e determinou o forte crescimento, especialmente, do complexo metal-mecânico – especialmente, máquinas, metalurgia e montagem de veículos - e coureiro-calçadista que, de uma forma, geral deram as maiores contribuições para o desempenho positivo da indústria gaúcha em 2010. Em linhas gerais, os setores que mais cresceram no ano foram exatamente aqueles que mais sofreram os impactos da crise internacional.

Gráfico 9.8. Índice de Desempenho Industrial – Setores selecionados
(Índice acumulado base igual período ano anterior=100)



Fonte: UEE/FIERGS

De fato, a atividade industrial setorial demonstrou aumentos em 14 dos 17 setores pesquisados, medidos pelos respectivos IDIs, principalmente, para máquinas e equipamentos (+22,3%), montagem de veículos (+23,2%) e couros e calçados (+14,0%). Destaca-se, além da grande disseminação setorial, a grande intensidade das taxas observadas: nove setores registraram crescimento acima de dois dígitos. Grande parte desse fato é decorrente da base de comparação extremamente baixa do ano passado quando todos os setores registravam taxas negativas expressivas. Por outro lado, as retrações ocorreram nos setores de alimentos e bebidas (-2,8%), fumo (-11,6%) e edição e impressão (-2,4%).

Da mesma forma, o comportamento do faturamento real decorreu de expansões em 14 dos 17 setores pesquisados, destacando-se, pela contribuição dada ao desempenho geral, químicos (+26,7%), couros e calçados (+21,8%), máquinas e equipamentos (+22,5%) e veículos automotores (+20,0%). Esses quatro setores explicaram em conjunto praticamente toda expansão do faturamento real no ano. Apenas Alimentos e bebidas (-6,2%), Fumo (-16,5%) e Refino de Petróleo (-3,4%) registraram quedas.

Outro indicador da atividade industrial, as horas trabalhadas na produção recuperaram-se em parte da queda recorde registrada em 2009 e apresentaram uma elevação 6,8% nos meses de janeiro a setembro de 2010, relativamente ao período análogo do ano passado. O resultado refletiu o crescimento de 13 dos 17 setores pesquisados, e foi impulsionado, preponderantemente, pelos setores de máquinas e equipamentos (+15,3%), montagem de veículos automotores (+22,2%) e couros e calçados (+8,4%).

A elevação da atividade provocou o aumento no uso da utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria gaúcha em 2010. As empresas operaram, na média dos nove primeiros meses do ano, com 83,6%, o que representa 6,1% acima do verificado no mesmo período ano passado. Os setores com níveis de UCI mais altos em 2010 foram couros e calçados (grau médio de 90,5%), veículos automotores (87,5%), material elétrico (86,2%) e máquinas e equipamentos (86,1%). Por outro lado, a metalurgia básica (grau médio de 59,4%), material eletrônico e de comunicação (66,8%) e químicos (69,2%) apresentam os maiores índices de ociosidade.

As compras de insumos e matérias-primas apresentaram a mesma tendência positiva dos demais indicadores, mas se destacaram pelas altíssimas taxas anuais apresentadas. Esse comportamento refletiu, em grande medida, o fato de que as compras foram o indicador que registrou a maior queda durante a crise mundial, o que tornou as bases de comparações de 2009 ainda mais deprimidas. Novamente, foram os setores de máquinas e equipamentos (+57,2%), montagem de veículos (+48,7%), produtos químicos (+32,2%) e couros e calçados (+29,4%) que forneceram as maiores contribuições para o resultado global.

O setor industrial em crescimento abriu espaço para a ampliação da oferta de vagas. O nível de emprego cresceu, no ano encerrado em setembro, 3,9% na comparação com o mesmo período de 2009, enquanto que a massa de salários expandiu-se 8,3%. A decomposição setorial demonstra que a geração de novas oportunidades de trabalho foi verificada em 13 dos 17 setores pesquisados, com destaque para máquinas e equipamentos, montagem de veículos, couros e calçados e borracha e plásticos. Um aspecto importante desse cenário é que o desempenho do emprego indica a sustentação do crescimento da atividade industrial gaúcha nos próximos meses. Reduziram o número de postos de trabalho as indústrias de alimentos e bebidas, fumo, madeira e químicos. Vale lembrar que o mercado de trabalho industrial gaúcho será analisado com mais profundidade no capítulo específico.

**Tabela 9.2. Indicadores industriais selecionados - setores
(Var % jan-set10/09)**

	Faturamento	Compras	UCI (Grau médio)	Horas trabalhadas	IDI
Alimentos e bebidas	-6,2%	-2,6%	84,2%	-5,4%	-2,8%
Alimentos	-9,5%	-4,0%	86,3%	-5,7%	-3,9%
Bebidas	8,1%	7,1%	53,7%	1,6%	5,1%
Fumo	-16,5%	-21,5%		-7,9%	-11,6%
Têxtil	2,1%	8,0%	80,7%	11,4%	7,3%
Vestuário e acessórios	10,2%	-0,6%	73,8%	4,2%	3,8%
Couros e Calçados	21,8%	29,4%	90,5%	8,4%	14,0%
Couros	40,4%	61,5%	87,2%	20,5%	23,6%
Calçados	18,6%	25,5%	90,9%	6,9%	12,6%
Madeira	21,8%	36,8%	82,2%	-3,2%	7,9%
Edição e impressão	3,4%	-11,1%	78,2%	2,2%	-2,4%
Refino de petróleo	-3,4%	8,8%	74,8%	5,0%	1,4%
Química	26,7%	32,2%	69,2%	-11,0%	4,7%
Borracha e plásticos	21,0%	24,5%	73,8%	10,1%	14,0%
Metalurgia básica	11,4%	72,2%	59,4%	16,8%	28,5%
Produtos metálicos	9,6%	31,1%	83,7%	12,9%	13,7%
Máquinas e equipamentos	22,5%	57,2%	86,1%	15,3%	22,3%
Máquinas agrícolas	25,0%	69,0%	81,7%	14,7%	26,0%
Máquinas, apar. mat. elét	0,4%	19,4%	86,2%	17,5%	14,4%
Material eletrônico e com.	34,5%	64,8%	66,8%	23,9%	28,0%
Veículos automotores	20,0%	48,7%	87,5%	22,2%	23,2%
Móveis e diversos	21,5%	39,1%	79,4%	10,9%	18,9%
Móveis	16,8%	22,0%	83,5%	5,8%	13,7%
Indústria Total	10,6%	22,1%	83,6%	6,8%	9,7%

Fonte: UEE/FIERGS

Já pagamos a crise?

A crise internacional, deflagrada em setembro de 2008, completou dois anos. A despeito de todo esse tempo e da trajetória de crescimento recente, percebe-se que a indústria gaúcha ainda encontra-se em 2010, na maioria de seus indicadores, abaixo do patamar que operava antes da turbulência internacional. Ou seja, o setor ainda não recuperou-se da crise.

Nesse sentido, apesar das altas taxa positivas anuais apresentadas pelos mesmos indicadores quando comparadas ao ano passado, o mesmo não pode ser dito quando essa comparação é feita com 2008, o desempenho ainda é negativo. Com exceção da massa salarial, nenhum outro indicador utilizado para avaliar a indústria estadual registrou recuperação total da crise mundial de 2008.

No que se refere ao comportamento setorial, em resumo, o melhor desempenho é exibido pelo setor de móveis e diversos, que registra crescimentos em todos os seis indicadores para os quais é pesquisado. Material eletrônico e de comunicação também se destaca com cinco indicadores em expansão. Destaque também para os subgêneros de bebida e móveis que apresentaram crescimento, respectivamente, em sete e cinco indicadores analisados.

Na seqüência, com quatro indicadores apresentando crescimento estão veículos automotores, edição e impressão e têxteis. O caso mais extremo foi o de vestuário e acessórios que apresentou queda em todos indicadores.

Os indicadores analisados são obtidos a partir das pesquisas Indicadores Industriais e Pesquisa Industrial mensal (PIM-PF). Essas sondagens são realizadas, respectivamente, pela FIERGS e pelo IBGE mensalmente para o estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.3. Comportamento setorial – Indicadores que se recuperam da crise (Set10/08)

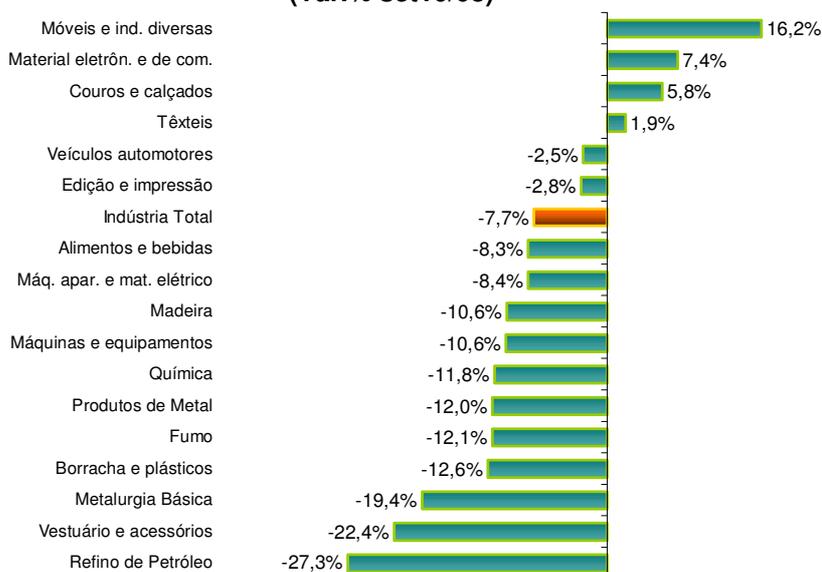
	IDI	Faturamento real	Compras totais	Massa salarial	Horas trabalhadas	Emprego	UCI	Produção Física
Alimentos e bebidas				X				-
Alimentos				X				
Bebidas	X	X	X	X	X	X		X
Fumo				X	X		-	
Têxteis	X			X	X	X		-
Vestuário e acessórios								-
Couros e calçados	X	X	X					
Madeira		X		X				-
Edição e impressão		X		X		X	X	
Refino de Petróleo				X	X	X		
Química		X						
Borracha e plásticos				X		X		
Metalurgia Básica				X				
Produtos de Metal				X			X	
Máquinas e equipamentos				X				
Máq. Apar. e material elétrico				X		X		-
Material eletrônico e de com.	X	X	X			X	X	-
Veículos automotores		X		X		X	X	
Móveis e indústrias diversas	X	X	X	X	X	X	X	-
Móveis	X	X	X	X		X		
Indústria Total				X				

Fonte: UEE/FIERGS/IBGE

Na pesquisa indicadores industriais são gerados resultados para sete variáveis (IDI, faturamento, compras, massa salarial, horas trabalhadas na produção, emprego e utilização da capacidade instalada). A PIM-PF pesquisa a variável produção física para 13 setores.

No caso do Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS), na comparação de setembro de 2010 frente a setembro de 2008, a defasagem é de 7,7%. A análise da evolução setorial do IDI, da mesma forma, mostra que, apesar do crescimento disseminado em 2010, a maioria das atividades permanece aquém do nível pré-crise. De fato, a maioria dos setores, 13 de 17 pesquisados, não se recuperou dos efeitos da crise.

Gráfico 9.9. Índice de Desempenho Industrial - setores (Var.% set10/08)

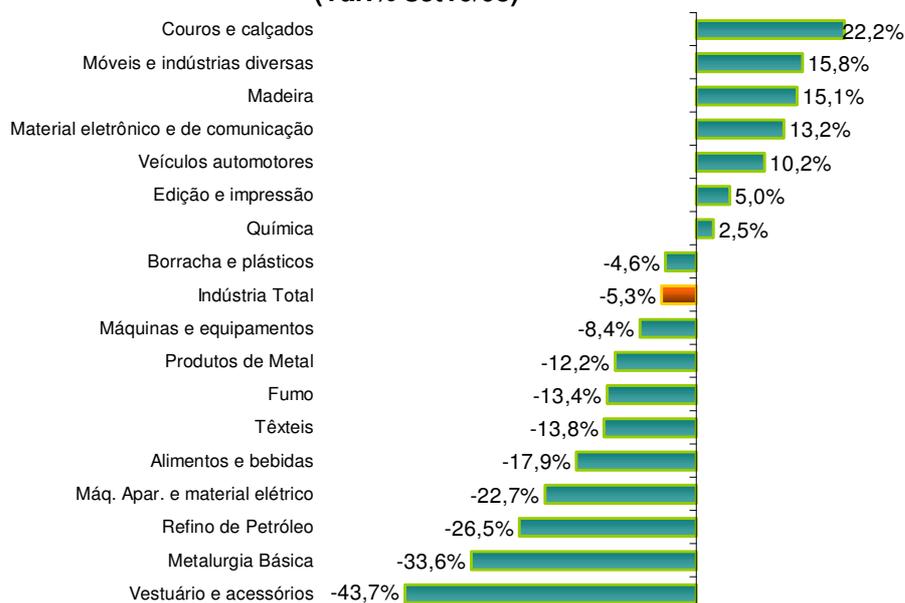


Fonte: UEE/FIERGS

Os setores que, em setembro de 2010, operavam acima do nível de atividade de 2008 eram móveis e diversos, material eletrônico e de comunicação, couros e calçados e têxteis. As indústrias mais próximas desse objetivo são veículos automotores e edição e impressão e as mais distantes são refino de petróleo, vestuário e acessórios e metalurgia básica.

No caso do faturamento, a situação setorial é um pouco melhor que o anterior. O indicador da indústria total encontrava-se, em setembro de 2010, 5,3% abaixo do mesmo mês de 2008. Dos 17 setores pesquisados 7 já se recuperaram da crise. Destaque para o desempenho de couros e calçados, móveis e indústria diversas e madeira. Os setores apresentam a situação mais difícil são vestuário e acessórios, metalurgia básica e refino de petróleo.

Gráfico 9.10. Faturamento real - setores
(Var.% set10/08)

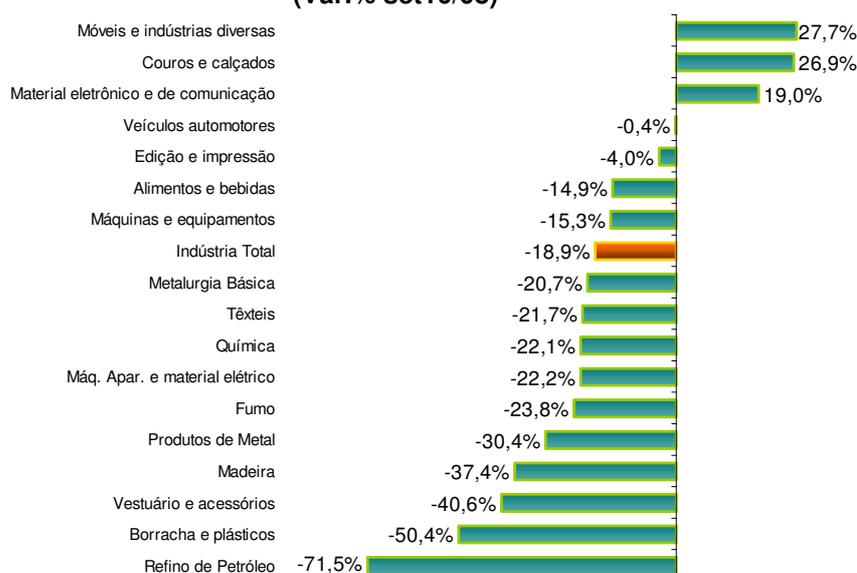


Fonte: UEE/FIERGS

Conforme já referido, o indicador de compras industriais foi um dos que mais sofreu os impactos da crise e encontrava-se em setembro com uma queda de 18,9% comparativamente ao mesmo mês de 2008.

Apenas as compras de setores, móveis e indústrias diversas, couros e calçados e material eletrônico e de comunicação apresentaram crescimento nessa base de comparação. Vale destacar, que o setor de veículos automotores está muito próximo de se recuperar. Dos 14 segmentos que ainda não se recuperaram da crise, os mais distantes são refino de petróleo, borracha e plásticos e vestuário e acessórios.

Gráfico 9.11. Compras Industriais - setores
(Var.% set10/08)

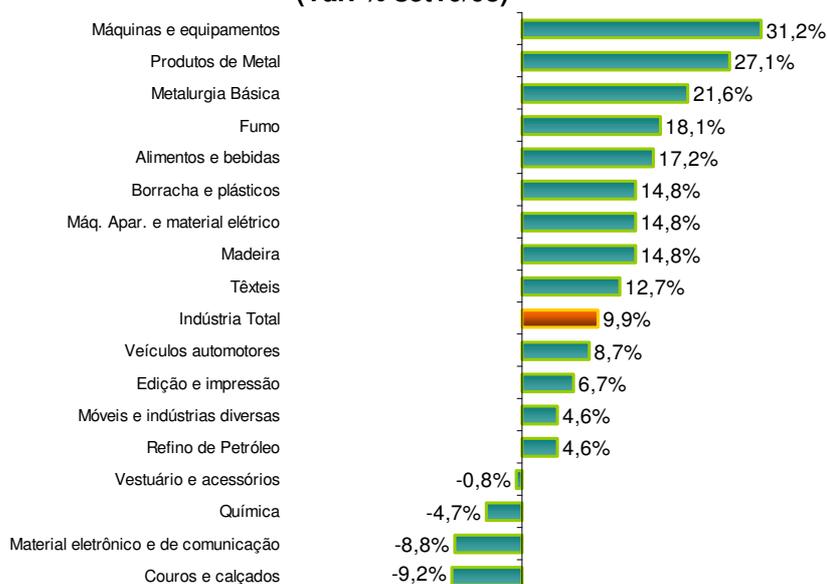


Fonte: UEE/FIERGS

O cenário é um pouco distinto quando se avaliam os indicadores relativos ao mercado de trabalho. Repercutindo o forte aquecimento da economia e a dificuldade da indústria para contratar mão-de-obra qualificada, a massa salarial cresceu 9,9% na comparação com o mesmo mês de setembro de 2008. Das 17 atividades industriais pesquisadas, 13 apresentaram o mesmo comportamento, com destaque para máquinas e equipamentos, produtos de metal e metalurgia básica.

Somente os setores de couros e calçados, material eletrônico e de comunicação e químicos ainda encontram-se com o indicador abaixo do nível de setembro de 2008. Como consequência, o indicador para a indústria como um todo está 9,9% acima do mesmo período e sinaliza que a indústria está dando uma contribuição positiva para geração de demanda nos municípios e regiões onde se a mesma se faz presente..

Gráfico 9.12. Massa salarial - setores
(Var. % set10/08)

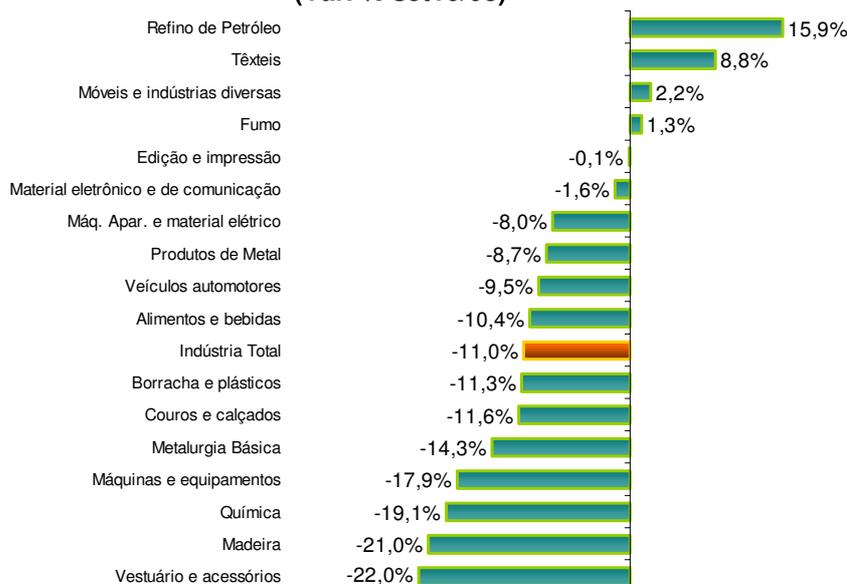


Fonte: UEE/FIERGS

Consistente com os indicadores associados à produção, as horas trabalhadas da indústria gaúcha registraram, em setembro de 2010, queda de 11% relativamente ao mesmo mês de 2008. Vale destacar que esse indicador é mais pré-cíclico, ou seja, tem um comportamento que em muito se assemelha aos ciclos de alta e baixa da produção.

Nesse caso, apenas quatro superaram o período pré-crise: refino de petróleo, têxteis, móveis e indústrias diversas e fumo. Entre aqueles que ainda não se recuperaram, os destaques ficaram por conta de vestuário e acessórios, madeira, e químicos.

Gráfico 9.13. Horas trabalhadas na produção - setores
(Var. % set10/08)



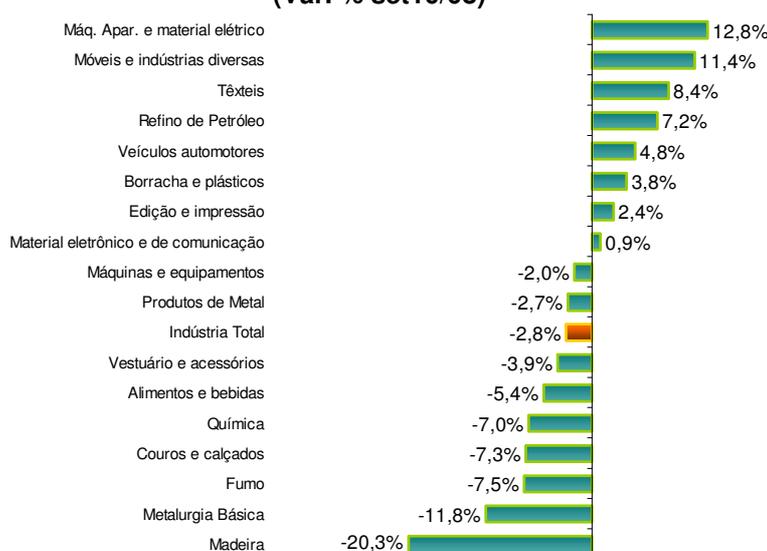
Fonte: UEE/FIERGS

Por fim, tem-se o indicador de emprego. Esse está entre os indicadores com melhor desempenho na comparação com o período pré-crise, apesar de ainda não ter-se recuperado quando a avaliação é feita de maneira agregada. De fato, a indústria gaúcha apresentou em setembro queda de 2,8% comparativamente a setembro de 2008.

Entre os 17 setores, 8 exibiram crescimento. Os melhores desempenhos são apresentados pelas empresas produtoras de material elétrico, móveis e diversos e têxteis. Os setores que estão mais distantes da recuperação são madeira, metalurgia básica e fumo.

Em síntese, o comportamento dos indicadores relativos ao mercado de trabalho deixa antever que, para o agregado da indústria, há um processo de recuperação significativa dos salários. E isso pode ser visualizado quando se compara a dinâmica do emprego que é negativa para o período em questão, com a dinâmica da massa salarial que é positiva.

Gráfico 9.14. Emprego - setores
(Var. % set10/08)

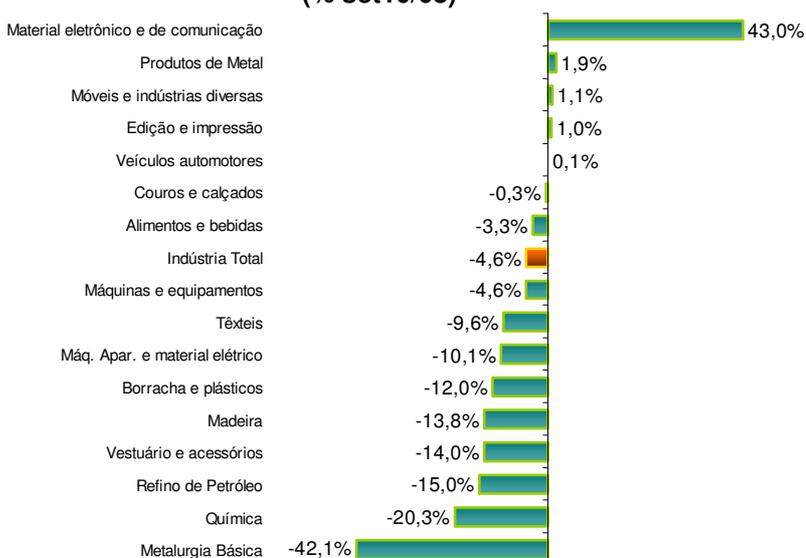


Fonte: UEE/FIERGS

Assim, como os demais indicadores associados à produção, a indústria gaúcha ainda não recuperou, em setembro de 2010, o nível de utilização da capacidade instalada (UCI) que operava em setembro de 2008. Relativamente àquela data, essa variável está 4,6% menor.

O mesmo ocorre com 12 dos 17 setores industriais em análise. Desses, os que estão mais longe de recuperar a UCI observada antes de crise são metalurgia básica, química e refino de petróleo. Por outro lado, os setores de material eletrônico, produtos de metal, móveis e indústrias diversas, edição e impressão, veículos automotores já recuperaram o grau de UCI anterior à crise financeira internacional.

Gráfico 9.15. Utilização da Capacidade Instalada - setores
(% set10/08)

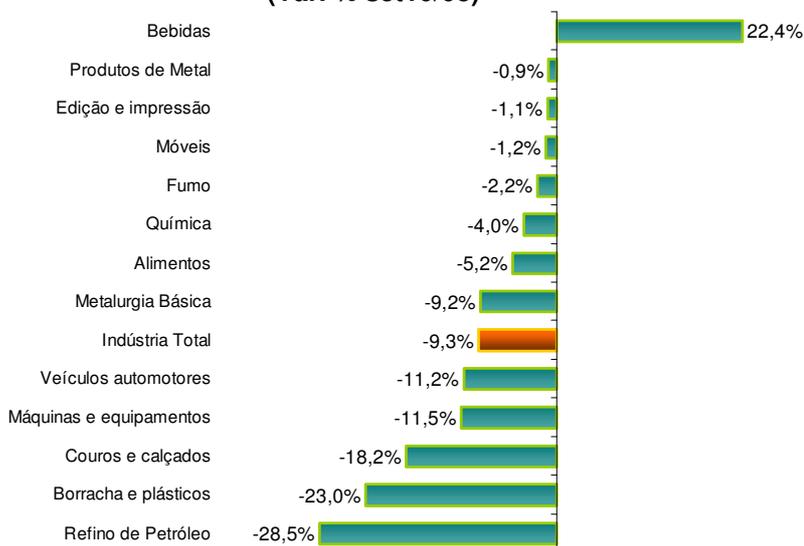


Fonte: UEE/FIERGS

Por fim, a Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), realizada pelo IBGE, mostra que a produção do setor ainda está 9,3% abaixo de setembro de 2008. Apenas o setor de

bebidas, entre 13 setores no Estado, está com uma produção maior do que a observada em setembro de 2008. Os setores que estão mais próximos de recuperar-se da crise são produtos de metal, edição e impressão e móveis. Os mais distantes dessa meta são refino de petróleo, borracha e plásticos e couros calçados.

Gráfico 9.16. Produção Física - setores
(Var. % set10/08)



Fonte: UEE/FIERGS

Essa avaliação desagregada por indicador permite fazer importantes conclusões a respeito do impacto da crise internacional sobre a indústria do Rio Grande do Sul. No agregado pode-se dizer que ainda estamos produzindo menos que setembro de 2008, resultado que pode ser comprovado pelo nível de UCI que ainda é baixo, e também estamos faturando menos. Provavelmente, esse resultado está sendo impactado pela valorização cambial, que em muito afeta o faturamento em reais das indústrias gaúchas.

Como a produção também é menor, é de se esperar que as horas trabalhadas também o sejam, e é isso que se observa. O número de horas trabalhadas na produção é menor, da mesma forma que o nível de emprego. Porém, como a massa de salários é maior, podemos inferir que os salários médios pagos pelo setor estão maiores. Esse último resultado pode estar refletindo a dificuldade conjuntural em conseguir mão-de-obra qualificada, com impactos diretos sobre os salários.

Em suma, o cenário pós-crise não inspira comemoração por parte da indústria.

Mais empresas estão contratando

A conjuntura econômica relativamente favorável também foi disseminada entre as empresas em 2010. O índice de difusão¹⁴ do faturamento, que encerrou o ano de 2009 com 34,7 pontos, um dos menores valores da série, iniciou 2010 já repercutindo a retomada e alcançando valor superior a 60 pontos. Em março, o índice já chegava a 70 pontos, valor que se manteria praticamente constante até atingir em setembro a marca de 70,4 pontos, o que significa que 7 em cada 10 empresas expandiram o seu faturamento

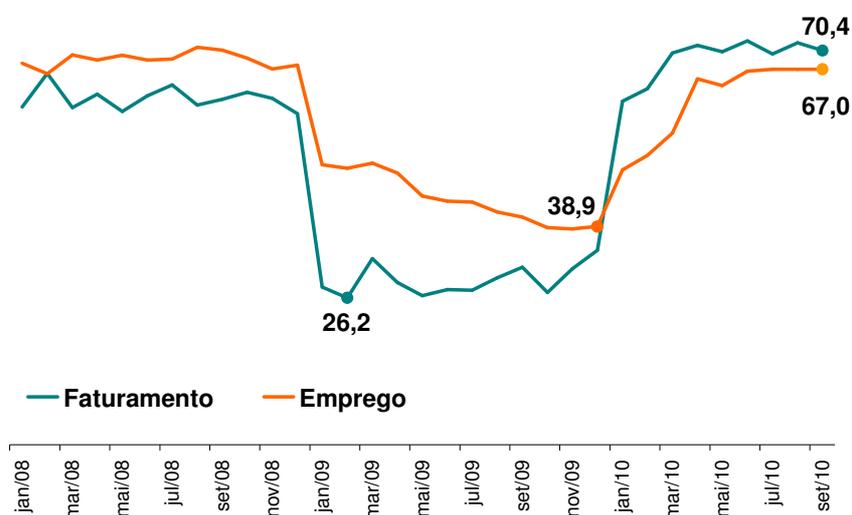
¹⁴ O índice de difusão é definido como a proporção do número de empresas com variação positiva sobre o total de empresas participantes. Esse indicador é elaborado pela Unidade de Estudos Econômicos da FIERGS, com base na amostra dos Indicadores Industriais e calculados para variáveis faturamento e emprego.

em 2010. No mesmo mês no ano passado, ainda sob as restrições impostas pela crise, o índice alcançava 27,2 pontos.

No mesmo sentido, o indicador de difusão do emprego terminou 2009 com o pior resultado da série (38,9 pontos) e iniciou 2010 nos 49 pontos, elevando-se nos meses seguintes até obter 67 pontos em setembro último, montante superado apenas pelos meses que antecederam a eclosão da crise mundial em setembro de 2008. Ou seja, o cenário atual apenas corrobora com a percepção de que voltamos ao ponto de efervescência produtiva verificado em setembro de 2008. Em resumo, toda recuperação desde então, é efeito estatístico. O valor alcançado pelo índice demonstra que 67% das indústrias aumentaram a oferta de postos de trabalho em relação ao ano passado.

Um aspecto interessante do índice de difusão é que o mesmo pode ser usado como um indicador cíclico da variável que representa. Sendo assim, é natural esperar que, do ponto de vista do faturamento real e do emprego, o ciclo atual é de recuperação. Nesse caso, é classificar se o mesmo estaria compondo um pico ou não.

Gráfico 9.17. Índice de difusão – faturamento e emprego no ano (Pontos)



Fonte: UEE/FIERGS

As empresas exportadoras ainda sentem o cenário de crise

As empresas exportadoras cresceram fortemente em 2010, em que pese a situação desfavorável da demanda externa. De fato, a atividade desse grupo¹⁵, medido pelo indicador de atividade (IDI) específico, não apenas aumentou (+11,2%) como registrou taxas maiores do que o total da indústria gaúcha. A aparente contradição nesse resultado no ano – num contexto econômico sustentado pela demanda doméstica e de crise externa - na realidade embute um efeito estatístico e de baixa base de comparação. Esse é o resultado de sua trajetória descolada da indústria geral ao longo dos últimos anos, visto que esse grupo de empresas sofre os efeitos da valorização cambial já há algum tempo.

¹⁵ Os resultados para o segmento industrial intensivo exportador são estimados com base em uma amostra de empresas da pesquisa Indicadores Industriais que se caracterizam por possuírem uma relação exportações/faturamento acima de 22%, média da relação da amostra total para dados de 2003.

Assim, numa perspectiva de tempo mais longa, vale lembrar que, no acumulado do ano encerrado em setembro de período de 2009, o mesmo segmento registrava uma contração da ordem de 21,0%, um recorde histórico para esse segmento. Esse desempenho é bem inferior – nove pontos percentuais abaixo – do total da indústria que, afetada por esse mesmo segmento, caía 12%. Adicionalmente, essa queda recorde dos exportadores se dava sobre um desempenho medíocre de 2,4% em setembro de 2008 antes mesmo da eclosão da crise, quando a indústria total do Estado crescia 7,6% no ano. Portanto, o segmento das indústrias intensivas em exportação encontrava-se no ano passado num patamar ainda mais deprimido que a indústria total e, conseqüentemente, com maior espaço para crescer em 2010. Vale ressaltar, por fim, que esse comportamento não deve continuar nos meses finais de 2010.

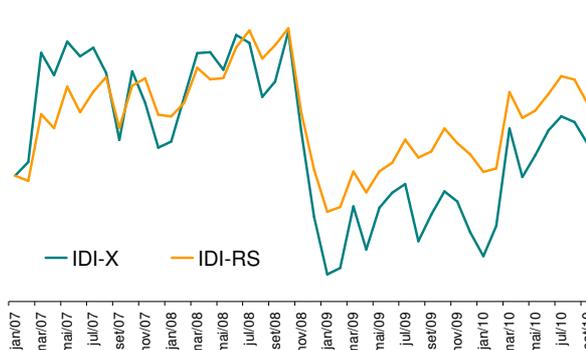
Dessa forma, fica evidente que a despeito da melhor taxa em 2010, o setor exportador industrial gaúcho continua inserido num contexto bastante desfavorável. Além da fraca demanda mundial, a continuidade da trajetória de valorização do real é mais um fator de preocupação para esse segmento, devido à perda de competitividade no mercado externo.

Tabela 9.4. Indicadores industriais – segmento intensivo exportador (Var. % jan-set10/09)

	Intensivas em exportação	Indústria Total
Faturamento	11,2%	10,6%
Compras Totais	28,4%	22,1%
Emprego	0,1%	3,9%
Massa salarial	6,8%	8,9%
Horas Trab. na Produção	3,8%	6,8%
UCI (Variação %)	3,0%	5,9%
U.C.I (Grau médio)	84,1%	83,6%
Índice de Desempenho Industrial	11,2%	9,7%

Fonte: UEE/FIERGS

Gráfico 9.18. Índice de Desempenho Industrial – Exportadoras e Geral (Nº índice Jan/07=100)



Fonte: UEE/FIERGS

Não fosse o metal-mecânico...

O diagnóstico da indústria gaúcha decomposta por categorias de uso evidencia a ocorrência de crescimentos generalizados no acumulado do ano. O destaque foram os aumentos registrados no segmento produtor de bens de capital, fortemente vinculado ao complexo metal-mecânico. Esse, por sua vez, foi impulsionado pelas empresas de máquinas e equipamentos e montagem de veículos. Destaca-se que a produção de Bens de capital impulsionou a indústria gaúcha em 2010. De fato, no acumulado do ano ante o período análogo de 2009, o faturamento do segmento cresceu (+25,3%) uma vez e meia o percentual apresentado pela indústria total. O emprego, no mesmo sentido, expandiu 10,4%, contribuindo decisivamente para uma taxa de 3,9% observada pela indústria como um todo.

Seguiram-se a expansão de bens de intermediários, capitaneada pela indústria químicas, borracha, plásticos e metalurgia. Os resultados desse segmento, também, se posicionaram bem acima da média da indústria, principalmente, no que se refere ao faturamento (+20,3%) e o emprego (+7,5%).

Vale ressaltar que esses dois segmentos foram os que mais sofreram os impactos da crise, registrando as maiores quedas no ano passado. Portanto, como nos demais casos, a base de comparação deprimida tem um papel importante na magnitude dos resultados apresentados. Além disso, a conjuntura econômica nacional, especialmente a retomada dos investimentos e a expansão do crédito, forneceu os elementos para a recuperação de ambos.

Por outro lado, o segmento de bens de consumo durável refletiu, especialmente, o desempenho positivo das empresas automobilísticas e de móveis. Destaca-se que esse é o que registrou o comportamento dos indicadores mais próximos da indústria total. Destaque para as compras industriais (+34,7%) e para massa salarial (+18,0%).

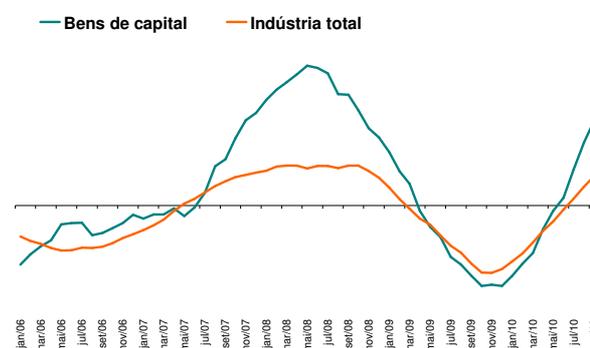
Por fim, o segmento de bens de consumo semi e não duráveis, que contempla a maior quantidade de empresas e empregados no Estado, foi afetado negativamente pela indústria alimentícia e fumageira, impactadas pelo fraco desempenho de suas exportações. Esse fato determinou um desempenho abaixo da média da indústria para todas variáveis pesquisadas. O aparente paradoxo – visto que num ambiente de forte aquecimento do mercado de trabalho, espera-se uma expansão robusta desse segmento – reflete também um efeito estatístico: a base de comparação de 2009 é menos deprimida, pois foi o segmento que, por suas características, menos sofreu com a crise. Assim, apesar da repercussão positiva das empresas calçadistas, ressalta-se a queda do emprego desse segmento (-1,2%) e o fraco crescimento do faturamento (+2,6%).

Tabela 9.5. Indicadores Industriais por categorias de uso
(Var. % jan-set10/09)

	Bens de capital	Bens intermediários	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo não-duráveis
Faturamento real	25,3%	20,3%	8,4%	2,6%
Compras totais	51,7%	31,5%	34,7%	11,1%
Emprego	10,4%	7,5%	8,1%	-1,2%
Massa salarial	12,3%	14,2%	18,0%	3,3%
Horas trabalhadas	16,7%	10,2%	10,4%	0,9%
UCI (Variação %)	6,4%	10,0%	2,8%	4,2%
U.C.I (Grau médio)	86,7%	75,1%	86,5%	85,8%

Fonte: UEE/FIERGS

Gráfico 9.19- Faturamento real Bens de capital e total RS
(Var. % acumulada em 12 meses)

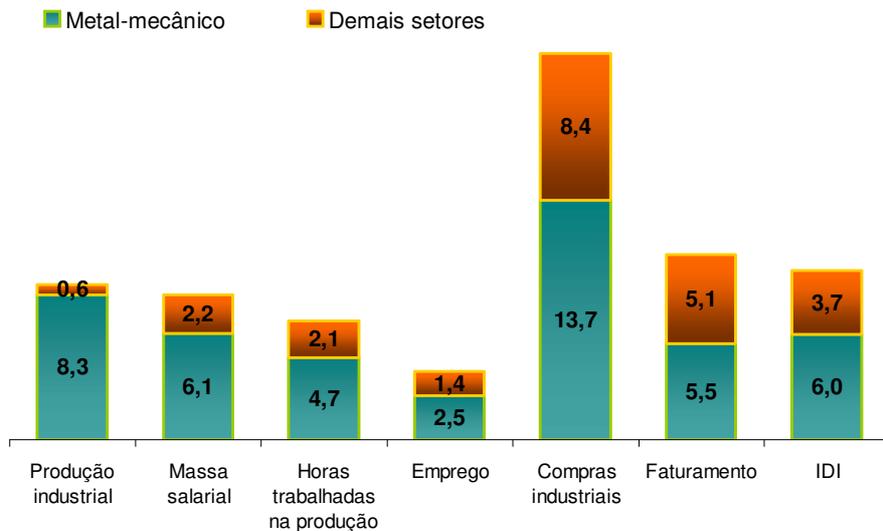


Fonte: UEE/FIERGS

O setor metal-mecânico¹⁶, responsável por 35% do valor da transformação industrial (PIA/IBGE 2008) e por 31% do emprego (RAIS 2008), assumiu o posto de líder do processo de retomada da atividade industrial. Como muitas vezes em anos anteriores, o crescimento da indústria gaúcha em 2010 foi explicado, em grande parte, pelo desempenho desse segmento, que, na margem, contribuiu com: 52% do crescimento do faturamento da indústria total, 73% da massa de salários, 62% das compras, 65% do emprego, 69% do das horas trabalhadas e mais de 90% da expansão da produção física.

¹⁶ Os resultados para o complexo metal-mecânico foram produzidos a partir da média ponderada dos setores de atividade metalurgia básica, produtos de metal, máquinas e equipamentos, material elétrico, material eletrônico e montagem de veículos, tendo como referência sua em cada indicador, conforme Pesquisa Industrial Anual (PIA/2008/IBGE).

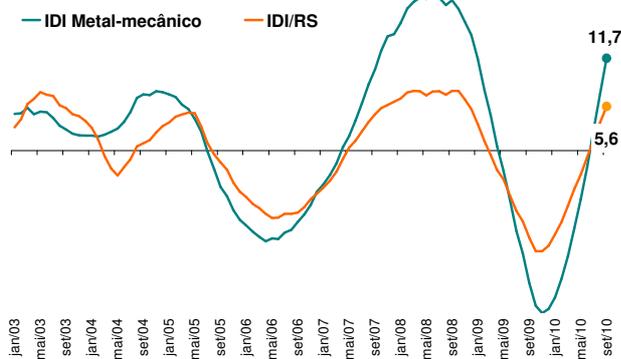
Gráfico 9.20. Contribuição do metal-mecânico para indústria do RS (jan-set10/09 – pontos percentuais)



Fonte: UEE/FIERGS/IBGE

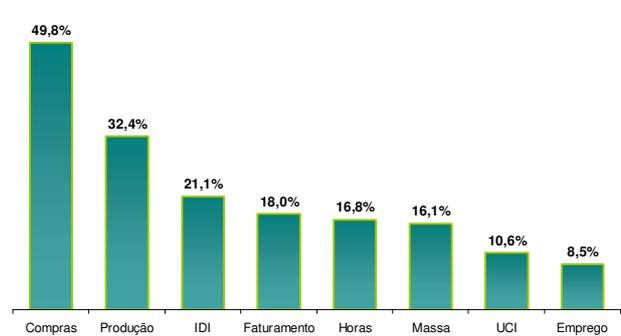
É importante ressaltar que o setor metal-mecânico sentiu de forma intensa os efeitos da crise mundial de 2008 que se estendeu por todo o ano passado. Foram onze quedas sucessivas nos meses subsequentes à eclosão da crise, que culminou com uma retração de 20,1% no índice de desempenho em 2009. A partir de dezembro do ano passado, o setor entrou em rota de recuperação e deverá encerrar 2010 com um desempenho bem acima da média da indústria. No ano acumulado até setembro, o IDI desse segmento cresceu 21%, o dobro da média indústria do Estado em 2010, em resposta à vigorosa expansão de todos seus subsetores, em especial, máquinas e equipamentos e montagem de veículos. Todas variáveis pesquisadas, principalmente, as compras (+50%), o faturamento (+18%) e a massa salarial (18%) apresentaram o mesmo comportamento. Com menor intensidade, mas não menos importante, o emprego do setor expandiu-se 8% quase três vezes o ritmo da indústria total.

Gráfico 9.21. Evolução do Índice de desempenho industrial (Var.% acumulada em 12 meses)



Fonte: UEE/FIERGS

Gráfico 9.22. Indicadores industriais Metal-mecânico - RS (Var. % jan-set10/09)



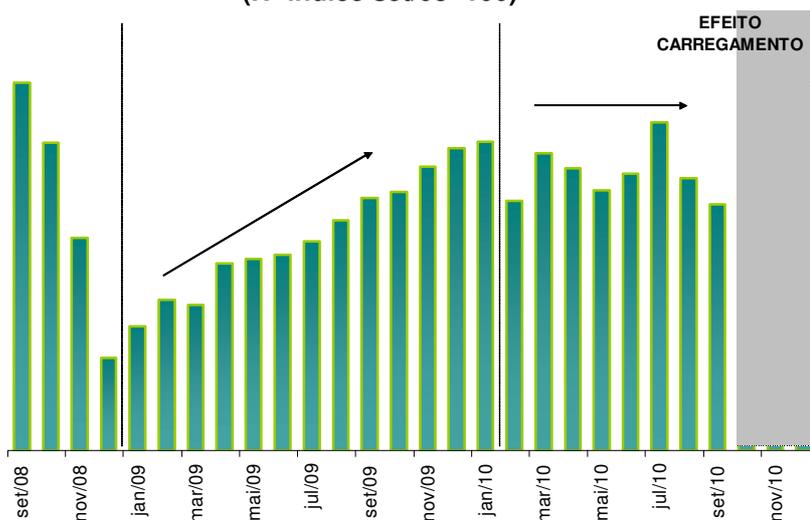
Fonte: UEE/FIERGS

Produção Industrial

Outro indicador útil para avaliar a conjuntura industrial do Rs é a produção física do IBGE. Essa demonstra que a produção apresentou, em linhas gerais, a mesma dinâmica observada pelos demais indicadores calculados pela FIERGS até aqui apresentados. Na realidade pode-se dizer que o desempenho foi até um pouco pior. O forte ritmo de recuperação observado desde o ano passado até janeiro, conforme os dados dessazonalizados pelo IBGE, não se sustentou e a produção entrou num processo de oscilações mensais que culminou com uma queda na margem de 5,4% entre os meses fevereiro a setembro.

Em relação ao mês de setembro de 2008, pico da série anterior à crise internacional, a produção ainda está, no mesmo mês de 2010, 10% abaixo. Portanto, não será nesse ano que o indicador voltará ao nível pré-crise e deverá retomar com força o crescimento para atingir esse objetivo no ano que vêm. Porém, apesar da base de comparação atual ser baixa, o nível de produção do mês de setembro não permite afirmar que esse cenário seja atingido com facilidade em 2011. O efeito carregamento – se a indústria não crescer na margem - é negativo em 2,3%. Em outras palavras, só temos uma alternativa: crescer.

Gráfico 9.23. Produção industrial – set/08 a set/10
(Nº índice set/08=100)



Fonte: IBGE – Dessazonalizado

Da mesma forma que a evolução dos demais indicadores, na comparação anual a produção apresenta taxa expressiva durante o ano de 2009. Vale ressaltar que esse número reflete o efeito carregamento do primeiro mês de 2010 e portanto, representa um comportamento passado. Na média de janeiro a setembro ante o mesmo período do ano passado, a produção física cresceu 8,9% com 11 dos 14 das atividades pesquisadas apresentando crescimento. A decomposição setorial, novamente, evidencia a relevância do setor metal-mecânico no desempenho global do Estado. As maiores contribuições para esse resultado foram fornecidas pelas indústrias de montagem de veículos, máquinas e equipamentos, metalurgia e produtos de metal. Essas foram impulsionadas pela maior produção de reboques e semi-reboques e eixos de transmissão, máquinas para colheitas e ferramentas hidráulicas, barras de aço, colheres, garfos e facas.

Apenas os setores de alimentos, fumo e refino de petróleo e álcool apresentaram quedas na produção no mesmo período influenciadas pela redução na produção de

naftas para petroquímica e óleo diesel, fumo processado, arroz semibranqueado e leite em pó.

Tabela 9.6. Produção industrial – Setorial
(Var. % jan-set10/09 e influência em pontos percentuais)

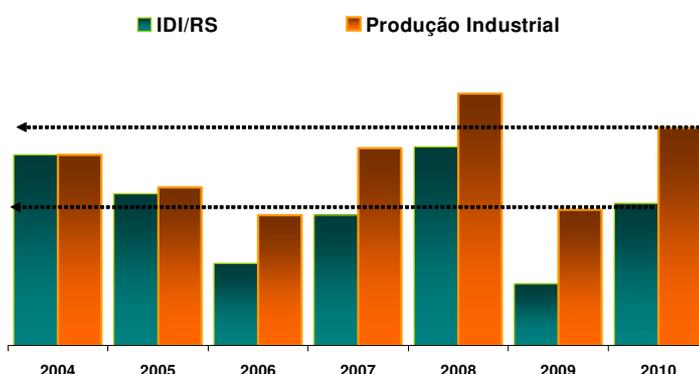
	No ano	Influência (ponto percentual)
Alimentos	-1,1%	-0,4
Bebidas	5,1%	0,2
Fumo	-13,4%	-1,0
Calçados e artigos de couro	9,2%	0,7
Celulose, papel e produtos de	8,1%	0,4
Edição, impr. e repr. de gravações	5,8%	0,1
Refino de petróleo e álcool	-7,8%	-1,1
Outros produtos químicos	7,6%	0,8
Borracha e Plástico	7,7%	0,3
Metalurgia Básica	46,1%	1,3
Produtos de metal - excl. máq. e	25,0%	1,2
Máquinas e equipamentos	32,8%	2,9
Veículos automotores	32,1%	3,0
Mobiliário	16,4%	0,5
Indústria de Transformação	8,9%	8,9

Fonte: IBGE

Por fim, o gráfico 9.24 mostra comportamento da indústria gaúcha em 2010 numa perspectiva de tempo maior com base em dois indicadores de entidades de pesquisa diferentes. Essa análise tem importância, na medida, que é possível posicionar historicamente o nível anual de cada indicador para o mesmo intervalo (janeiro a setembro de cada ano).

Assim, a despeito das altas taxas anuais apresentadas em 2010, a indústria do estado ainda está aquém do ano de 2008. A atividade (IDI/RS), que resume o comportamento de seis variáveis (faturamento, compras, emprego, horas, uci e salários), encontra-se nos mesmos níveis de 2005, que já eram historicamente baixos, devido aos impactos da seca. Ou seja, a média anual de crescimento em cinco anos é zero. Além da crise internacional, a seca de 2005/2006 e a continuidade do processo de valorização cambial são elementos essenciais para explicar o atual momento da indústria gaúcha.

Gráfico 9.24. Produção industrial e Índice de desempenho industrial
(Média anual – jan-set – N° índice jan-set/04=100)



Fonte: UEE/FIERGS e IBGE/índice

O futuro parece mais promissor

O Índice de Confiança do Empresário Industrial do Rio Grande do Sul (ICEI-RS), único indicador disponível para avaliar a percepção atual e a expectativa futura dos industriais gaúchos, após os recordes históricos alcançados no primeiro trimestre de 2010, desacelerou nos últimos meses. Esse resultado consistente com a trajetória apresentada pela indústria gaúcha no ano. Mesmo assim, a confiança segue num patamar elevado, refletindo a atual conjuntura econômica e, como um indicador antecedente, sinaliza que as empresas gaúchas seguirão contratando mão-de-obra, investindo em suas unidades e adquirindo insumos e matéria-prima, com reflexos positivos sobre a atividade industrial do Estado.

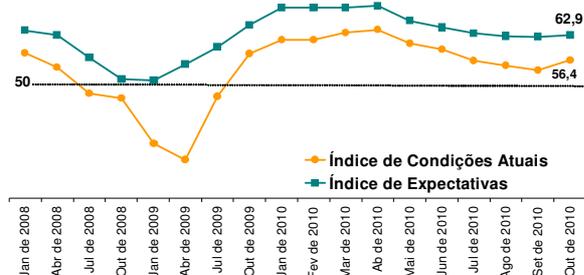
De fato, o ICEI/RS após atingir o nível recorde em abril de 2010 (68,5 pontos), entrou em rota de queda mensal, na margem, alcançando em outubro 60,7 pontos, 3,2 pontos acima da média histórica. Desagregando o ICEI/RS, percebe-se que a evolução da confiança em 2010 repercutiu a comportamento de seus dois componentes – indicadores de condições atuais e de expectativas.

O Índice de Condições Atuais, que atingiu o nível histórico pós-crise em abril de 2010, entrou numa trajetória de redução e alcançou o mês de outubro com 56,4 pontos, valor ainda acima da média histórica. Portanto, na avaliação da maioria dos empresários, a conjuntura econômica segue favorável para os negócios.

A mesma trajetória apresentou o Índice de expectativas cujo valor alcançado em outubro, 62,9 pontos, repercutiu o otimismo dos empresários, sinalizando a manutenção da tendência de recuperação do setor industrial no futuro. De fato, na última edição do ICEI/RS, em outubro de 2010, 37,2% dos empresários disseram-se confiantes com a economia brasileira, enquanto apenas 2,5% manifestaram opinião contrária.

Por fim, vale destacar que, embora a confiança em outubro de 2010 (assim como de seus componentes) estejam abaixo do mesmo período de 2009, isso não representa uma conjuntura econômica atual pior do que a do mesmo período do ano passado. Esse efeito ocorre porque o otimismo naquele momento se dava sobre uma atividade industrial muito fraca e disseminada entre as empresas, o empresário “olhava para trás” e via a crise, o fundo do poço. Portanto, uma situação bastante diferente da atual onde o otimismo, embora menor, se dá sobre um cenário imediatamente anterior favorável, com menos espaço para avançar.

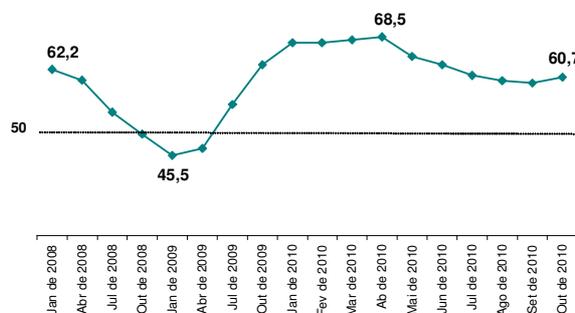
Gráfico 9.25. Índice de condições atuais e expectativas (Pontos)



Os indicadores variam no intervalo 0 a 100. Acima de 50 condições melhores e expectativas positivas. A partir de janeiro de 2010, o índice passa a ser mensal.

Fonte: UEE/FIERGS

Gráfico 9.26. Índice de confiança do empresário industrial – ICEI/RS (Pontos)



O ICEI varia no intervalo 0 a 100. Valores acima de 50 indicam empresários confiantes. A partir de janeiro de 2010, o índice passa a ser mensal.

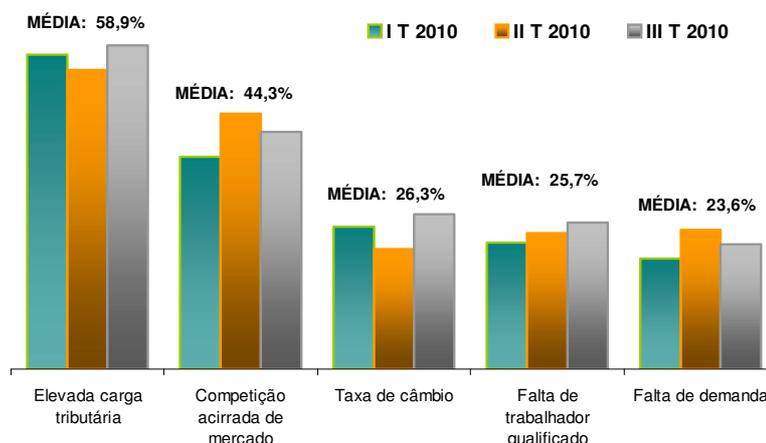
Fonte: UEE/FIERGS

A despeito do bom momento que atravessa, na opinião dos empresários, o setor industrial gaúcho não deixou de conviver com grandes obstáculos aos negócios em 2010. Alguns desses são de fato estruturais e, portanto, não apenas figuram há muito tempo no topo desse ranking indesejado mas, devem manter-se como fatores inibidores do cenário econômico local. É o caso da elevada carga tributária, que liderou todas as pesquisas realizadas em 2010 e segue como o grande entrave da indústria gaúcha e nacional, na opinião dos industriais. Essa só perdeu a primeira posição em poucos momentos da história, como no período mais agudo da crise mundial de 2008, quando foi superada pela falta de demanda como principal problema.

O segundo maior obstáculo do ano, posto que manteve em todas sondagens realizadas em 2010, é a competição acirrada de mercado. Essa pode ser explicada pela entrada de produtos importados num ambiente de taxa de câmbio valorizado e que prejudica sobremaneira o desempenho industrial de bens intermediários e de capital.

Depois de uma perda relativa de importância durante a fase mais aguda da crise mundial, a taxa de câmbio emerge como uma das principais restrições aos negócios, como consequência da persistente valorização do real. O mesmo ocorre com a falta de trabalhador qualificado, outro gargalo estrutural, que se consolida novamente como barreira importante. A falta de demanda, por fim, completa, o cenário de obstáculos descrito pelos empresários gaúchos, que apesar da demanda interna crescente, a persistente valorização do real frente o dólar desvia parte dela para o exterior, fato que se materializa no maior aumento das importações e da concorrência.

Gráfico 9.27. Principais problemas enfrentados pelas indústrias - 2010



Fonte: UEE/FIERGS

Produzindo e faturamento menos que o Brasil mas, pagando mais salários

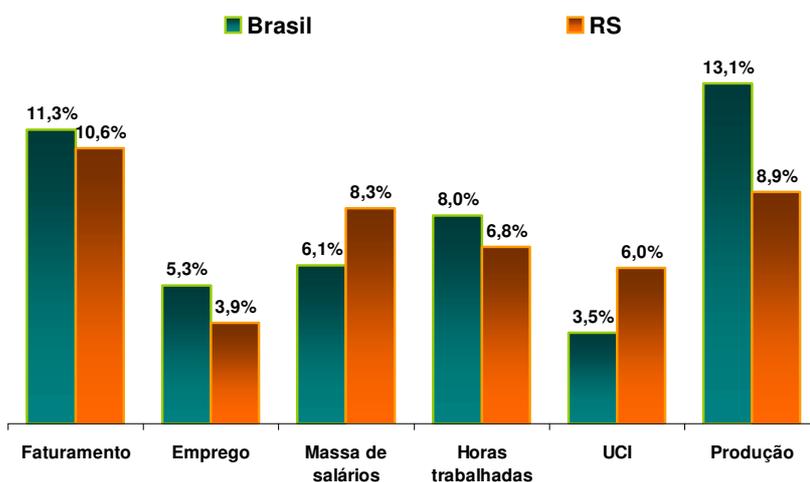
Não foi dessa vez que o desempenho industrial do estado suplantou o nacional. Repetindo o padrão dos últimos anos, os indicadores associados à indústria, na sua maioria, apresentaram mais uma vez desempenhos inferiores à média brasileira.

Em 2010, no acumulado do ano até setembro, chama atenção os diferenciais da produção física e do emprego. No primeiro caso, o Brasil cresceu 13,1% ante 8,9% no Estado, no segundo, as taxas foram 5,3% e 3,9%, respectivamente.

Apenas nos indicadores de utilização da capacidade instalada (UCI) e na massa salarial, o setor fabril gaúcho suplantou o Brasileiro. Vale ressaltar, todavia, que num cenário onde a produção e o faturamento regionais crescem menos, o diferencial de UCI

pode ser explicado pela ampliação da capacidade instalada brasileira num ritmo superior ao do Estado. No mesmo sentido, a massa salarial, num cenário estadual de menor geração de emprego, evidencia um aumento mais intenso do salário médio regional (custos), em grande parte, devido à escassez de mão-de-obra qualificada em setores que sustentam a atividade gaúcha em 2010, especialmente, metal-mecânica, que remuneram acima da média da indústria.

Gráfico 9.28. Indicadores selecionados – Brasil e Rio Grande do Sul
(Var. % jan-set10/09)

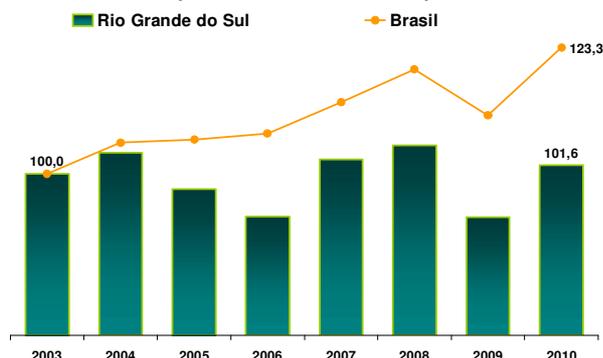


Fonte: UEE/FIERGS, PAD/CNI E PIMPF/IBGE

O desempenho inferior da indústria gaúcha em relação à Brasileira não é novidade e já é observado há algum tempo, principalmente nos últimos dez anos. De fato, entre 2003 e 2009, o setor industrial gaúcho, medido pela produção física, cresceu em média 0,3% ao ano. Esse percentual representa um desempenho seis vezes e meia menor que a observada no País, que, no mesmo intervalo, expandiu 2,1%. Nesse período, a indústria gaúcha apresentou um desempenho anual superior à nacional apenas em duas ocasiões: 2007 (devido a uma base extremamente baixa em 2006, após dois anos seguidos de queda por causa da seca de 2005) e 2009. Nesse caso, o desempenho foi levemente melhor que o do Brasil (-7,2% ante -7,4%) que, por sua vez, não obteve um resultado positivo. Outros indicadores confirmam esse diagnóstico. Entre 2004 e 2009, o faturamento real da indústria de transformação brasileira cresceu a uma taxa média anual de 2,2% ante uma queda média de 0,9% no mesmo intervalo no Estado.

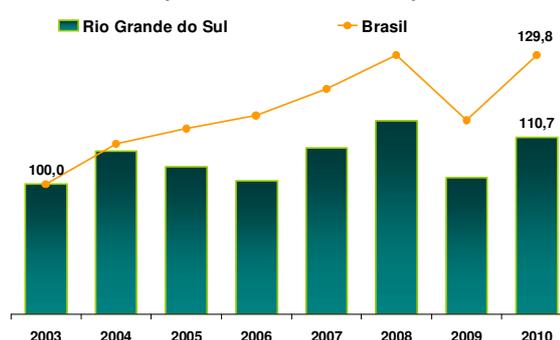
Outro elemento que chama atenção na trajetória da indústria gaúcha em relação à nacional, ao longo dos anos, é que os diferenciais de crescimento entre ambas estão se alterando, com visíveis perdas para o Estado. De fato, numa perspectiva histórica mais longa, entre os anos de 1992 e 2009, a produção da indústria gaúcha cresceu mais que a nacional: 2,3% ante 1,9% do Brasil, 0,4 pontos percentuais de diferença. Mas esse diferencial, aparentemente favorável à indústria gaúcha, resulta, em grande medida, de um desempenho distante no tempo. Realmente, entre os anos 1992 e 2000, a indústria regional crescia 2,2 pontos percentuais acima da nacional (4,3% e 2,1%). Em termos anuais, esse foi o diferencial máximo registrado. Porém, a partir de 2001, já na segunda fase do Plano Real (após a crise cambial de 1999), a disparidade começa a diminuir gradativamente e a se intensificar a partir de 2004, já no governo Lula.

**Gráfico 9.29. Faturamento industrial
Brasil e Rio Grande do Sul
(Nº índice 2003=100)**



Fonte: UEE/FIERGS e CNI

**Gráfico 9.30. Produção industrial
Brasil e Rio Grande do Sul
(Nº índice 2003=100)**



Fonte: PIMPF/IBGE

Assim, se em 2010, novamente, a indústria gaúcha cresceu pouco relativamente ao País, não obstante a expressiva elevação da demanda doméstica - da renda, do emprego, do crédito e dos gastos público - , é sinal de que existem outras barreiras a um desempenho regional melhor. Estruturalmente destaca-se o modelo de crescimento econômico escolhido pelo país nos últimos anos, numa conjuntura em que predominou a valorização do real e que privilegia, especialmente, o mercado interno, onde o RS tem menos participação relativamente ao Brasil.

Vale lembrar a vocação exportadora da indústria local. Portanto, além da continuidade do padrão de crescimento descrito, desde 2008 há um novo empecilho: a crise internacional que afeta as exportações. Outros fatores locais, como o aumento de custos de produção ao longo dos anos, questões tributárias (ICMS) e custos logísticos também vêm contribuindo para esse cenário. Da mesma forma, a seca no Estado em 2005, que devastou a economia do Estado e, em especial, a indústria, e estendeu seus efeitos pelo ano seguinte. Assim, inexoravelmente, deverá haver novamente em 2010 um novo declínio da participação da indústria do Rio Grande do Sul na produção nacional.

Comparativamente aos demais Estados, da mesma forma, a indústria do Rio Grande do Sul vem apresentando, em 2010, um desempenho inferior à maioria dos irmãos. No caso da produção, o estado deverá registrar a terceira pior taxa de crescimento, à frente apenas de Santa Catarina e o Pará, a mesma posição se considerado os sete anos imediatamente anteriores.

Produção industrial - estados

Gráfico 9.31

(Var. % média anual – 2003/2009)

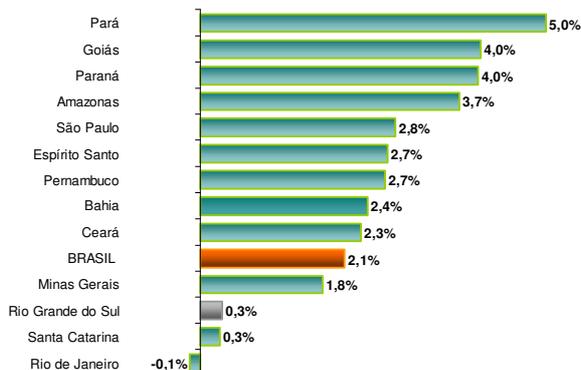
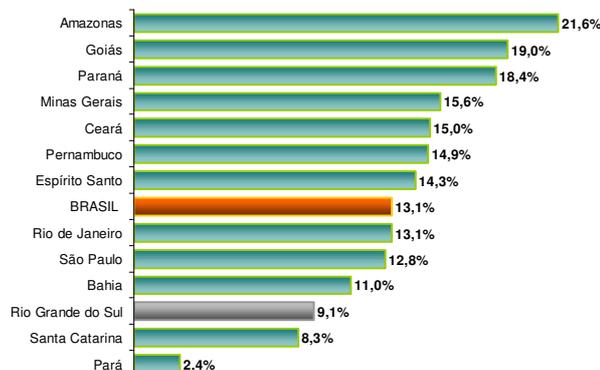


Gráfico 9.32

(Var. % acumulada no ano – 2010)



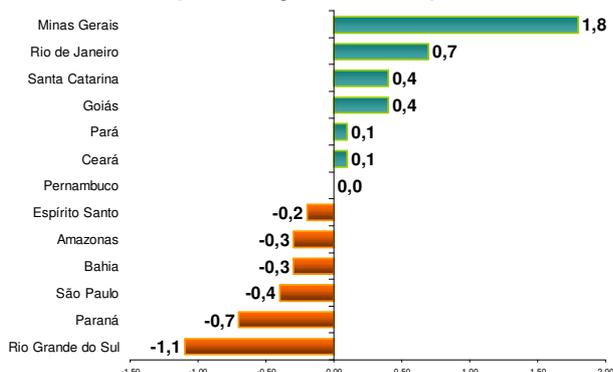
Fonte: IBGE

Em 2010, os estados que estão observando os melhores desempenhos em termos de produção industrial são Amazonas, Goiás e o Paraná. No período de 2003 a 2009, a liderança do crescimento industrial pertence ao estado do Pará, seguindo-se Goiás e o Paraná. Os estados menos dinâmicos nesse período foram, além do Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Esse desempenho relativo inferior aos demais estados e, por conseqüência, ao Brasil determinou que a indústria gaúcha registrasse perda contínua de participação no PIB nacional nos últimos anos. Conforme os resultados das Contas Regionais do IBGE 2003 e 2008 (divulgado em novembro último), a participação do PIB industrial do Estado caiu de 8,0 para 6,9%, uma redução de 1,1 pontos percentuais, a maior entre os Estados.

Conseqüentemente, no mesmo período, a indústria de transformação gaúcha que ocupava o segundo lugar no ranking, o primeiro logicamente é São Paulo, foi ultrapassada pela indústria mineira.

Gráfico 9.33. Variação na participação relativa no PIB da indústria de transformação Estados entre 2003 e 2008 (Pontos percentuais)



Fonte: Contas Regionais - IBGE

Tabela 9.7. Ranking do PIB da indústria de transformação (2003 e 2008)

Estados	Ranking 2003	Ranking 2008	Comportament no ranking
São Paulo	1°	1°	=
Rio Grande do Sul	2°	3°	↓
Minas Gerais	3°	2°	↑
Paraná	4°	5°	↓
Rio de Janeiro	5°	4°	↑
Santa Catarina	6°	6°	=
Bahia	7°	7°	=
Amazonas	8°	8°	=
Espírito Santo	9°	10°	↓
Goiás	10°	9°	↑
Pernambuco	11°	11°	=
Ceará	12°	12°	=
Pará	13°	13°	=

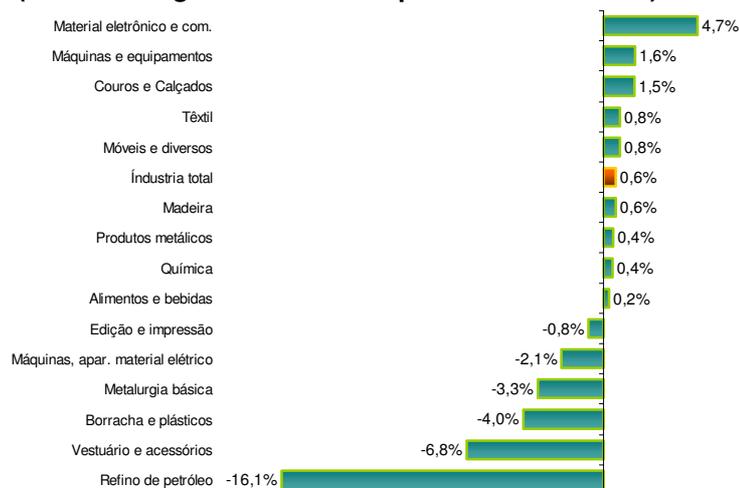
Fonte: Contas Regionais - IBGE

Perspectivas para 2011

O desempenho da indústria em 2010 confirmou as projeções do final do ano passado. Naquele momento, imaginava-se uma desaceleração no intenso ritmo de recuperação apresentado no segundo semestre de 2009, fato que também se comprovou. Porém, não se efetivou a hipótese de que o setor, em algum momento na segunda metade de 2010, retornasse ao nível pré-crise. Nesse sentido, a estimativa de crescimento anual é de 8,4% para a atividade industrial e de 7,1% para a produção industrial do Estado. Vale destacar que apenas pelo efeito carregamento, ou seja, supondo que a atividade industrial gaúcha pare de crescer até o final desse ano, o IDI/RS e a produção física já garantiram um crescimento da ordem de 8,5% e 5,7%.

A acomodação da atividade industrial gaúcha observada em 2010, praticamente anulou o efeito carregamento para 2011 (projeção de apenas 0,6% para o IDI/RS e 0% para a produção). Ou seja, no ano que vem o setor não terá qualquer impulso estatístico da expansão de 2010. Mesmo assim, os crescimentos recorrentes do emprego industrial e a elevada confiança dos empresários fornecem consistência para uma expectativa de um novo fôlego para o processo de recuperação no curto e médio prazos.

Gráfico 9.34. Índice de Desempenho Industrial (Efeito carregamento de 2010 para 2011 – Setores)



Fonte: FIERGS

Com uma base de comparação mais elevada e uma conjuntura econômica muito semelhante nas virtudes e nas dificuldades com a de 2010, o setor industrial não deverá repetir o desempenho na mesma magnitude. A demanda doméstica, determinada pela melhora das condições de crédito, emprego, renda e gastos governamentais, seguirá funcionando como elemento impulsionador mas, em menor ritmo. Esse cenário, juntamente com a redução da ociosidade da indústria, incentivará a expansão dos investimentos. Por outro lado, a indústria continuará convivendo em 2011 com um cenário externo desfavorável e uma taxa de câmbio valorizada, que deverão impactar as exportações de manufaturados e as concorrência com importados.

Nesse contexto, foram traçados três cenários alternativos para o ano que vem, onde não há expectativa de queda em qualquer indicador industrial pesquisado. Entretanto, inclusive no cenário mais otimista, a taxa positiva deverá ser inferior à observada em 2010.

No cenário moderado, com maior probabilidade de ocorrência, a perspectiva é que ocorra um crescimento de 3,5% para o Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS). Esse resultado é aparentemente pequeno comparativamente a 2010, mas, está acima da média histórica (2,8%). O mesmo acontece com a produção industrial gaúcha, que deverá crescer 2,9%.

Nas projeções pessimistas, as perspectivas são de um crescimento menor na atividade industrial do Estado, consistente com um cenário alternativo mais deteriorado, levando a indústria gaúcha a um crescimento menor do IDI/RS (+2,4%) e da produção industrial (+1,9%).

Por fim, em uma perspectiva mais otimista, a recuperação do setor ganha um fôlego adicional, em resposta, às melhores condições econômicas. Nesse caso, o IDI/RS poderá alcançar a marca de 4,7% e a produção da indústria gaúcha, 3,7%. Essa, em todo caso, ficaria abaixo da expectativa, para o mesmo cenário, de crescimento da indústria brasileira novamente.

Tabela 9.8. Perspectivas para a indústria
(Indicadores e produção industriais)

	2009	2010	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Índice de Desempenho Industrial	-12,1%	8,4%	2,4%	3,5%	4,7%
Faturamento real	-10,2%	9,5%	2,5%	4,7%	5,5%
Compras	-23,8%	19,1%	3,9%	5,3%	7,2%
Utilização da capacidade instalada	-7,8%	5,5%	0,8%	1,7%	2,8%
Massa salarial	-7,7%	8,7%	2,0%	3,2%	4,7%
Emprego	-6,9%	4,4%	1,0%	2,1%	3,1%
Horas trabalhadas na produção	-12,7%	6,3%	2,1%	3,0%	4,2%
Produção industrial	-7,2%	7,1%	1,9%	2,9%	3,7%

Fonte: UEE/FIERGS/IBGE. * Previsão. Estimativa: UEE/FIERGS

2010: O ANO DAS “VACAS GORDAS”?

O Estado do RS encerra 2010 com geração de emprego recorde. Ainda, a taxa de desemprego da região metropolitana de Porto Alegre é a mais baixa, não somente em termos históricos como também em comparação com as demais regiões. Entretanto, diversos fatores sugerem que estes resultados não devem se repetir em 2011.

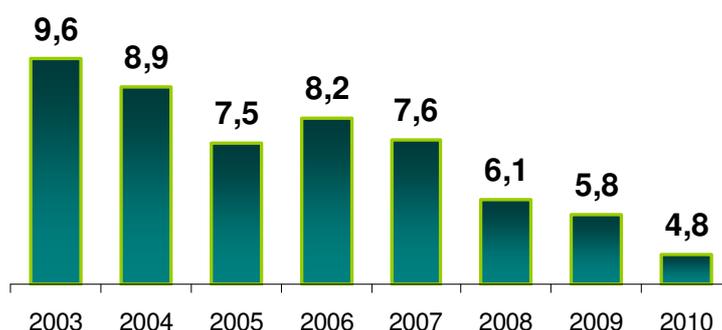
Essa seção traz a análise da evolução do mercado de trabalho gaúcho no ano de 2010 e perspectivas para 2011, o que é feito através dos seguintes componentes: desemprego, nível de emprego e rendimento dos trabalhadores. A análise abrange o Estado do Rio Grande do Sul (com exceção da taxa de desemprego, que engloba somente a região metropolitana de Porto Alegre), com destaque para a indústria de transformação. As fontes de dados foram a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), e a pesquisa dos Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul, realizada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS).

Em resumo, pode-se afirmar que o Estado do Rio Grande do Sul foi bastante afetado pela crise ocorrida ao final de 2008, tendo iniciado sua recuperação em meados de 2009. Em 2010, o mercado de trabalho gaúcho apresenta geração recorde de empregos, com fortes destaques para a indústria de transformação e a construção civil. Ainda, neste ano, a taxa de desemprego da região metropolitana de Porto Alegre é a mais baixa já registrada.

Está todo mundo empregado

Na RM de Porto Alegre, a taxa média de desemprego entre os meses de janeiro e outubro foi de 4,8%, a mais baixa tanto em comparação com aquelas registradas nos anos anteriores na própria região metropolitana, quanto em comparação com as demais regiões metropolitanas pesquisadas no país. Destaca-se que este resultado é inferior àquele observado no ano de 2009 em 1 p.p. e metade do registrado para 2003 – ano em que esta região apresentou a maior taxa de desemprego da série histórica. Com pode ser observado no Gráfico 10.1, este indicador apresenta queda desde 2006, não tendo se desviado desta tendência nem mesmo no período mais crítico da crise.

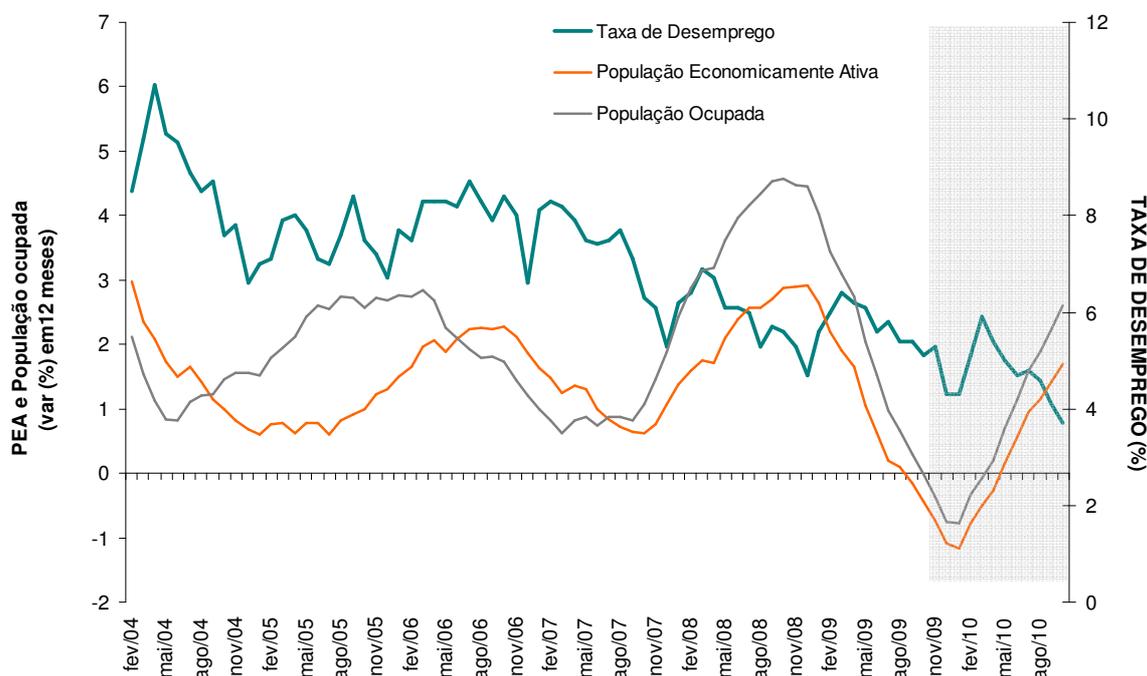
Gráfico 10.1. Taxa de desemprego na RM de Porto Alegre
(% – média de jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

O comportamento atípico da taxa de desemprego durante a crise – tendo caído – é em parte explicado pelo comportamento da população economicamente ativa (PEA), que é formada por aquelas pessoas que estão ocupadas ou que desejariam estar. Como pode ser observado no Gráfico 10.2, o cálculo da variação percentual acumulada em 12 meses mostrou que, entre novembro de 2008 e fevereiro de 2010, tanto a população ocupada quanto a PEA caíram. Entretanto, esta apresentou maior decréscimo.

Gráfico 10.2. Evolução da taxa de desemprego e seus componentes na RM de Porto Alegre



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Desta forma, embora tivessem pessoas perdendo suas ocupações no período da crise, existiam ainda mais pessoas saindo da PEA, o que suavizou os impactos sobre a taxa de desemprego. Ou seja, a crise gerou a situação “estou sem emprego, mas não estou procurando” e, com isso, essa pessoa não entra na estatística de desempregados. Desde então, é possível notar um movimento oposto no mercado de trabalho. Com a

retomada da economia, tanto a população ocupada quanto a PEA cresceram. Contudo, houve uma expansão mais acentuada da população ocupada e isso, produziu reflexos significativos sobre a taxa de desemprego.

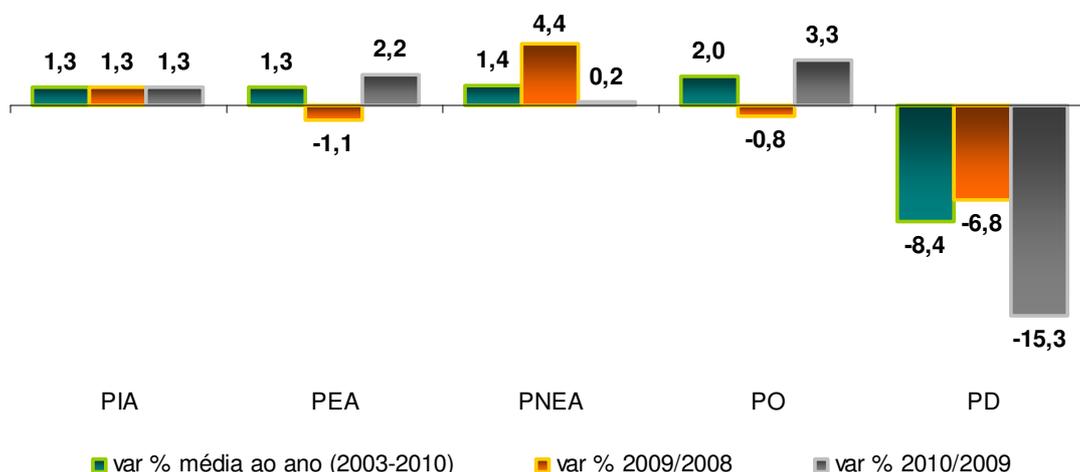
Estes resultados ficam mais evidentes quando é feita a análise comparativa da variação entre os anos de 2009/2008 e 2010/2009 com a média para o período de 2003 a 2010. A população em idade ativa (PIA) – que considera aquelas pessoas com 10 ou mais anos de idade – apresentou, em ambos os casos, variações idênticas à média histórica. Este já era um resultado esperado, uma vez que o comportamento desta variável está relacionado à dinâmica demográfica da região metropolitana.

Entretanto, quando se analisa a PEA, observa-se que as variações entre os anos de 2009/2008 e 2010/2009 foram consideravelmente atípicas. No primeiro caso, o comportamento teve forte desvio negativo, tendo decaído 1,1%, resultado abaixo da média em 2,4 p.p. – suscitando a questão a respeito dos motivos que levaram as pessoas a tomar esta decisão, se estão, por exemplo, substituindo emprego por outras atividades, como lazer ou estudos. No segundo caso, observa-se um crescimento de 2,2%, acima da média em quase 1 p.p.. Obviamente, o oposto ocorreu com a população não economicamente ativa (PNEA).

O Gráfico 10.3 também mostra que embora a população ocupada (PO) tenha caído na comparação de 2009/2008 (-0,8%), a queda foi menor do que aquela registrada para a PEA. Ainda, observa-se um expressivo crescimento no número de pessoas ocupadas na comparação entre 2010/2009, de 3,3% – acima tanto da média desta variável (em 1,3 p.p.) quanto do crescimento da PEA na mesma base de comparação (de 2,2%).

O resultado direto da diferença entre a PEA e a população ocupada é a população desocupada. Na relação 2010/2009, essa caiu 15,3%, ou seja, o estoque de pessoas desocupadas retraiu-se. O que é mais importante nesse resultado é que esta taxa de decréscimo é quase o dobro daquela observada para a média histórica da variável.

Gráfico 10.3. Indicadores do mercado de trabalho na RM de Porto Alegre (Média de jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Alguns aspectos merecem ser considerados na análise sobre taxa de desemprego. Em primeiro lugar, uma forte queda da população desocupada como proporção da PEA pode não significar, necessariamente, que menos pessoas, em termos absolutos, estão desempregadas. Em segundo lugar, a definição de desemprego utilizada nas principais pesquisas realizadas no País, embora seja aceita internacionalmente, cria possibilidade para a geração de resultados estranhos, pelo menos do ponto de vista econômico.

Quando se analisa os indicadores do mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre por faixa etária, também é possível observar diferenças no padrão de comportamento. Entre as pessoas que possuem de 15 a 17 anos, a taxa média de crescimento da população economicamente ativa entre os anos de 2003 e 2010 foi de -3,6%. Ou seja, a tendência é que as pessoas desta faixa etária entrem em proporção cada vez menor na força de trabalho, o que pode ser reflexo de uma mudança no padrão cultural da sociedade, que pode estar primando cada vez mais por um aprimoramento de suas habilidades e desenvolvimento de seu conhecimento antes de ingressar no mercado de trabalho. Como será visto mais adiante, é extremamente importante que isso seja feito, que seja formada uma mão-de-obra qualificada. Entretanto, mesmo que isso seja exatamente o que está ocorrendo, os efeitos serão notados apenas no médio e longo-prazos.

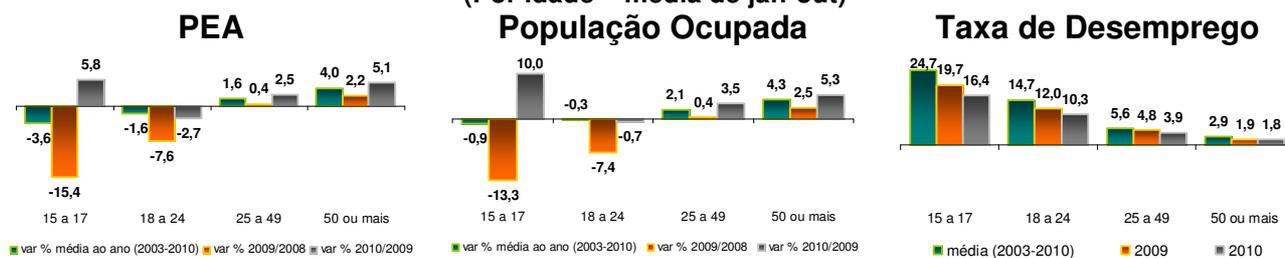
Para esta mesma faixa etária, a comparação da variação da PEA entre os anos de 2008 e 2009 mostra uma queda muito mais acentuada desta, de -15,4%. Isso sugere que no período da crise, as pessoas desta faixa etária foram aquelas que mais afetadas, ou por terem perdidos seus empregos, ou por terem se sentidos desestimuladas a procurar por um. Por outro lado, a comparação da variação entre os anos de 2009 e 2010 apresenta um resultado atípico: a população economicamente ativa entre 15 e 17 anos cresceu 5,8%, estando em sentido oposto à tendência histórica para esta variável.

Para a mesma faixa etária, nota-se que a população ocupada tem decréscimo anual médio (entre 2003 e 2010) de 0,9%, mostrando que historicamente, há menos pessoas jovens no mercado de trabalho, formal ou informal. A comparação entre os anos de 2008 e 2009 mostra que esta tendência se acentuou no período da crise, para o qual esta variável apresentou variação de -13,3%. Entretanto, em 2010, esta variável apresentou forte recuperação, tendo variado 10% na comparação com o ano anterior.

O decréscimo mais acentuado da PEA em comparação com a população ocupada entre os anos de 2008 e 2009, resultou em uma queda de 5 p.p. da taxa de desemprego média observada para 2009 (19,7%) em comparação com a média registrada entre os anos de 2003 a 2010 (24,7%). Em outras palavras, a taxa de desemprego para esta faixa etária caiu em 2009 não devido ao fato de o mercado de trabalho ter conseguido absorver uma quantidade maior de pessoas, e sim pelo fato de que a quantidade de pessoas que saíram da força de trabalho foi maior do que a quantidade que perdeu o emprego. Ainda, o crescimento mais expressivo da população ocupada entre 2009 e 2010, conduziu a uma taxa de desemprego média de 16,4%, mais de 8 p.p. abaixo da observada para a média entre os anos de 2003 e 2010.

Comportamento similar, mas menos acentuado, é observado para a população que possui entre 18 e 24 anos. Para esta faixa etária, a taxa de desemprego média entre os anos de 2003 e 2010 foi registrada em 14,7%, tendo caído para 12% em 2009 e para 10,3% em 2010.

Gráfico 10.4. Indicadores do mercado de trabalho na RM de Porto Alegre (Por idade – média de jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Para as pessoas que têm entre 25 e 49 ou mais de 50, o comportamento dos indicadores seguem a mesma tendência, embora em magnitudes diferentes. Nestes casos, a PEA não apresentou decréscimo entre os anos de 2008 e 2009, embora tenha crescido a uma taxa consideravelmente mais baixa em comparação àquela observada para a média anual entre 2003 e 2010. Este fator levou a uma queda na taxa de desemprego em 2009, em ambos os casos. Ainda, destaca-se que o crescimento mais acentuado da população ocupada em relação à PEA na comparação entre 2009 e 2010 colaborou para a continuidade da queda na taxa de desemprego.

A análise setorial da taxa de desemprego na região metropolitana de Porto Alegre mostra que os setores que apresentaram queda deste indicador na comparação entre os anos de 2009 e 2010 foram a indústria e a construção civil, de -1,7 p.p. e -1,2 p.p., respectivamente. Destaca-se ainda que a administração pública foi o único setor que apresentou aumento da taxa de desemprego nesta mesma base de comparação, sendo que este foi marginal (+0,1 p.p.).

Tabela 10.1. Taxa de desemprego na RM de POA por grupamento de atividade
(% – média de jan-out)

	2009	2010	Varição (em p.p.)
Indústria	4,5	2,9	-1,7
Construção Civil	3,2	2,1	-1,2
Comércio	3,4	2,9	-0,4
Serviços	3,5	2,8	-0,7
Adm Pública	1,3	1,4	0,1
Total	5,8	4,8	-1,0

Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Como mencionado anteriormente, se por um lado uma baixa taxa de desemprego pode ser considerada um bom indicador, por outro, ela pode tanto pressionar a inflação quanto advertir sobre um possível estrangulamento da capacidade de expansão de uma determinada região. A escassez de oferta de mão-de-obra pode se colocar como um importante fator impeditivo para o crescimento, uma vez que é um dos principais insumos utilizados no processo de produção. No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, este fato tem se despontado como problema em alguns segmentos de atividade econômica, conforme indicado por pesquisas realizadas junto a empresários da indústria de transformação e da construção civil.

Conforme pode ser observado no Gráfico 10.5, o percentual de empresários da indústria de transformação que apontam falta de mão-de-obra qualificada como um dos principais problemas do setor apresenta crescimento desde o primeiro trimestre de 2009. Destaca-se ainda que a falta de trabalhadores qualificados vinha se apresentando como um importante problema no terceiro trimestre de 2008, mas esta tendência foi arrefecida devido à crise, que desacelerou o processo de produção, diminuindo, conseqüentemente, a procura por trabalhadores.

Tão logo o setor industrial começou a se recuperar, o problema de falta de mão-de-obra qualificada voltou a se destacar. No terceiro trimestre de 2010, 27,6% dos empresários da indústria de transformação – cerca de 1 em cada 4 – indicavam ser este um dos principais problemas do setor. Na construção civil, esta questão assume proporções ainda maiores. Como pode ser observado no Gráfico 10.6, no terceiro trimestre de 2010 mais de 70% dos empresários do setor apontaram a falta de trabalhadores qualificados um dos principais problemas.

Percentual de empresários que apontam falta de mão-de-obra qualificada como um dos principais problemas do setor

Gráfico 10.5. Indústria de transformação

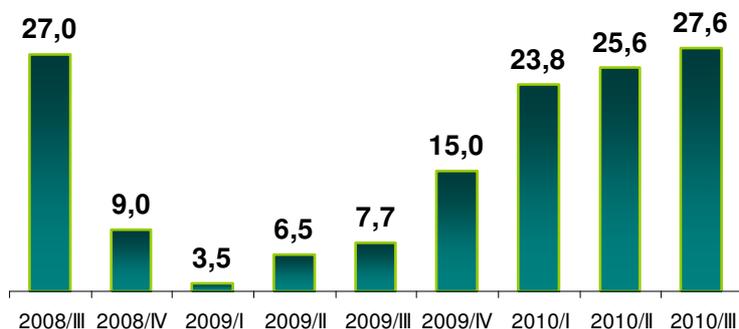
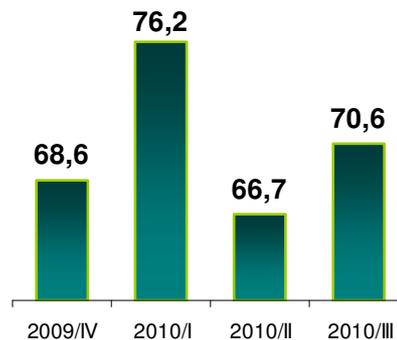


Gráfico 10.6. Construção civil



Fonte: FIERGS/UEE. Elaboração: FIERGS/UEE

Os empregos estão por toda parte

O Rio Grande do Sul concentra aproximadamente 6,3% da mão-de-obra formal do Brasil e, em 2010, foi responsável por cerca de 6,6% do total de empregos gerados no País, resultado que está em linha com a performance dos diferentes setores da economia ao longo do ano. Segundo os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, a geração de empregos formais em 2010 foi recorde no Estado, tendo aberto, no acumulado do ano até outubro, quase 160 mil postos de trabalho. Este saldo é mais de três vezes superior àquele observado em 2009 no mesmo período, e supera em quase 50 mil o resultado observado em 2008.

Quando se analisa o estoque de trabalhadores, ou seja, a quantidade de pessoas empregadas no mercado de trabalho formal, nota-se que este passou de 2,57 milhões em outubro de 2009 para 2,76 milhões em outubro de 2010, uma variação de 7,4%. Cabe ressaltar ainda que em outubro de 2008, período inicial da crise, o Estado contava com 2,54 milhões de trabalhadores formais. Desta forma, na comparação de outubro 2010/2008 nota-se um crescimento de 8,9%.

Gráfico 10.7. Geração de empregos formais (em mil – jan-out)

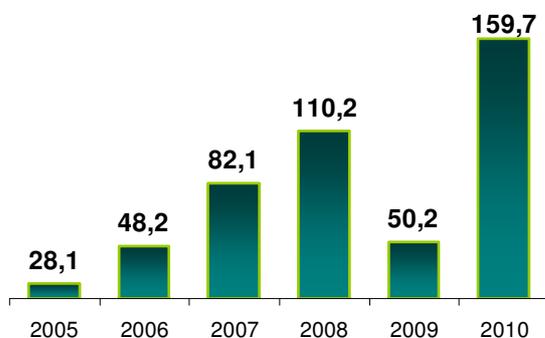
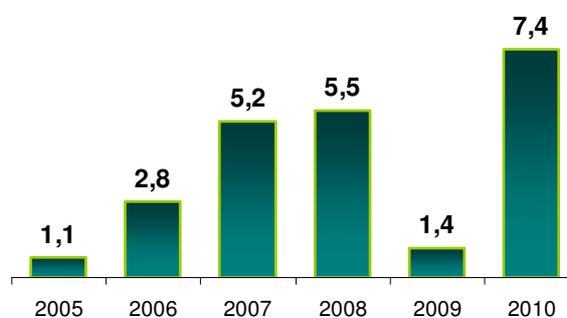


Gráfico 10.8. Estoque de empregados (Outubro – var. % em relação ao ano anterior)



Fonte: MTE/RAIS e CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

A análise por mesorregiões mostra que, embora todas elas tenham apresentados saldos positivos, a geração de empregos não se deu de forma homogênea ao longo do

Estado. As regiões Metropolitana de Porto Alegre, Noroeste e Nordeste, que concentram, respectivamente, 53,9%, 13,8% e 12,8% do total de mão-de-obra formal do RS, apresentaram, conseqüentemente, as maiores contribuições, sendo responsáveis por 52,1%, 14,8% e 17,5% do total de empregos formais gerados em 2010 entre os meses de janeiro a outubro, respectivamente. A expressiva geração de empregos na região Nordeste se deveu, principalmente, à forte presença de segmentos do complexo metal-mecânico, que, embora tenha sido o mais atingido pela crise, apresentou intensa recuperação em 2010. Cabe destacar, ainda, que o nível de emprego em outubro de 2010 é superior àquele observado antes da crise, em outubro de 2008, em todas as regiões.

Tabela 10.2. Nível de emprego formal – regiões
(em mil – outubro)

	2008	2009	2010	Var (%) 2009/2008	Var (%) 2010/2009	Var (%) 2010/2008
Noroeste	347	352	383	1,4	8,8	10,3
Nordeste	330	328	355	-0,7	8,4	7,7
Centro Ocidental	84	86	93	2,5	7,3	9,9
Centro Oriental	165	166	180	0,8	8,6	9,4
Metropolitana de Porto Alegre	1.369	1.394	1.488	1,8	6,8	8,7
Sudoeste	100	103	109	2,7	5,3	8,1
Sudeste	141	143	155	1,1	8,3	9,5
Total	2.536	2.572	2.762	1,4	7,4	8,9

Fonte: MTE/RAIS e CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

A região metropolitana de Porto Alegre, que possui cerca de 1,5 milhões de trabalhadores no mercado formal, teve, no acumulado do ano até outubro, geração de 81,5 mil novos postos de trabalho, dos quais 36% destinaram-se à indústria de transformação. Destaca-se que a recuperação do emprego formal neste setor em relação a 2009 é expressiva, visto que, na mesma base de comparação, o saldo da indústria de transformação era de apenas 841 trabalhadores. Os principais segmentos que impulsionaram a retomada em 2010 foram couro e calçados, produtos de metal, borracha e plástico e máquinas e equipamentos, com geração de 11,2 mil, 2,6 mil, 2,3 mil e 1,9 mil empregos formais, respectivamente. Quanto ao estoque de trabalhadores nesta mesorregião, observa-se um aumento de 6,8% na comparação entre os meses de outubro de 2010 e 2009 – abaixo da média registrada para o Estado.

Geração de empregos formais por região
(em mil – jan-out)

Gráfico 10.9. Metropolitana de POA

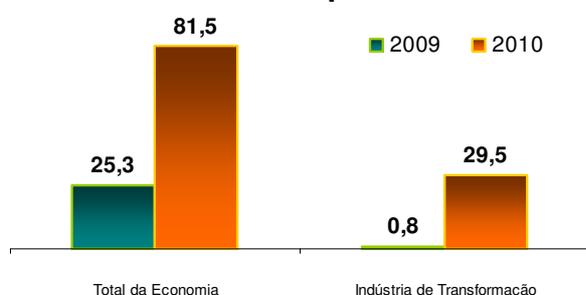
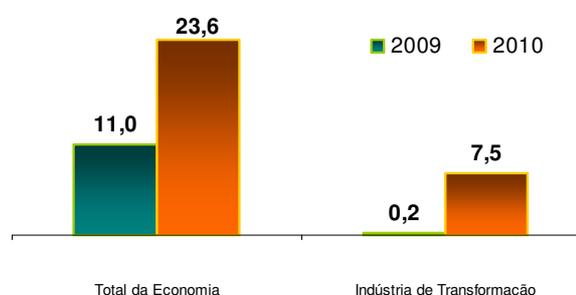


Gráfico 10.10. Noroeste



Fonte: MTE/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

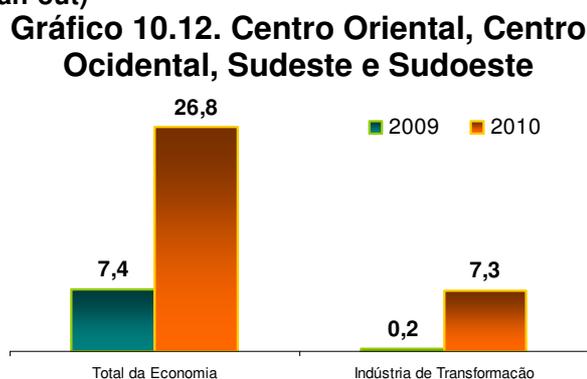
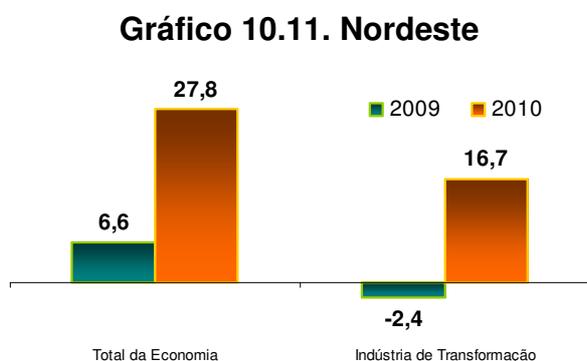
Na região Noroeste, que possui um total de 383 mil trabalhadores formais, a geração líquida de empregos entre os meses de janeiro e outubro de 2010 foi de 23,6 mil,

dos quais 32% foram oferecidos pela indústria de transformação. Os segmentos desta que mais contribuíram para este resultado foram os de máquinas e equipamentos (2 mil), produtos de metal (1 mil) e produtos alimentícios (859). Destaca-se ainda que esta mesorregião apresentou a maior variação do estoque de mão-de-obra formal na comparação de outubro 2010/2009, de 8,8%.

Como mencionado anteriormente, a região Nordeste foi responsável por 17,5% do saldo líquido de contratações de todo Estado em 2010 (até outubro), o que se deveu, principalmente, à forte presença de indústrias do complexo metal-mecânico nesta região. Dos 27,8 mil empregos gerados no ano, a indústria de transformação foi responsável por 16,7 mil, sendo os setores de mais destaque os de veículos automotores (5 mil), produtos de metal (2,75 mil), borracha e plásticos (1,7 mil), máquinas e equipamentos (1,4 mil) e móveis (1,3 mil). Em outubro de 2010 a região registrou 355 mil empregados formais, um crescimento de 8,4% frente ao mesmo mês do ano anterior.

As regiões Centro Oriental, Centro Ocidental, Sudeste e Sudoeste somaram geração líquida de empregos de 26,8 mil (16,3% do total do Estado), sendo que a indústria de transformação foi responsável por 27% destes. É importante ressaltar que estas quatro regiões apresentaram saldos positivos no acumulado do ano (até outubro) para o total da economia. Quanto ao saldo da indústria de transformação, apenas a região Sudeste apresentou saldo negativo nesta mesma base de comparação, o que se deveu ao fraco desempenho do setor de produtos alimentícios (-2 mil). Por fim, destaca-se que o estoque de trabalhadores destas mesorregiões aumentou em 7,6% entre os meses de outubro de 2009 e outubro de 2010.

Geração de empregos formais por região (em mil – jan-out)



Fonte: MTE/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

A análise do mercado de trabalho formal por setores mostra que o forte desempenho do Estado está consideravelmente atrelado aos bons resultados da indústria de transformação, que foi responsável por 38% dos 160 mil empregos gerados até outubro de 2010, ou seja, de cada 10 empregos gerados em 2010 no RS, cerca de 4 foram na indústria. Outros setores que contribuíram largamente foram serviços e administração pública (28,6%), comércio (19,5%) e construção civil (12,2%).

O forte aquecimento da atividade em 2010 observado para este último teve impactos diretos sobre o mercado de trabalho do setor. Em outubro deste ano, o estoque de trabalhadores formais da construção civil era de 128,2 mil, 18,3% superior àquele observado no mesmo mês do ano anterior. A indústria de transformação, que foi o setor mais atingido durante o período da crise, teve seu estoque de trabalhadores aumentado em 8,9% entre os meses de outubro de 2009 e 2010.

A comparação dos estoques de trabalhadores entre os meses de outubro 2010/2008, mostra que no Estado do Rio Grande do Sul apenas a indústria extrativa não recuperou o nível de emprego pré-crise, estando 4,6% abaixo deste. Por outro lado, nesta mesma base de comparação, a construção civil foi o setor que apresentou aumento mais expressivo, de 33,6%.

Tabela 10.3. Nível de emprego formal – setores
(em mil - outubro)

	2008	2009	2010	Var (%) 2009/2008	Var (%) 2010/2009	Var (%) 2010/2008
Agropecuária	81,5	80,7	81,7	-0,9	1,2	0,3
Indústria Extrativa	6,7	6,2	6,4	-7,6	3,2	-4,6
Indústria de Transformação	663,8	637,0	693,9	-4,0	8,9	4,5
SIUP	25,8	27,1	30,4	5,1	12,3	18,0
Construção Civil	95,9	108,3	128,2	12,9	18,3	33,6
Comércio	484,7	509,4	547,6	5,1	7,5	13,0
Serviços e Adm Pública	1.177,6	1.202,9	1.273,8	2,1	5,9	8,2
Total	2.536,0	2.571,5	2.762,0	1,4	7,4	8,9

Fonte: MTE/RAIS e CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

O comportamento do mercado de trabalho da indústria de transformação não se distribuiu homogeneamente entre todos os segmentos do setor. Aqueles que apresentaram maior variação na comparação entre os meses de outubro de 2009 e 2010 foram, principalmente, os componentes do complexo metal-mecânico. Nesta base de comparação, observa-se um crescimento expressivo no estoque de trabalhadores nos segmentos de outros equipamentos de transporte (56,7%), veículos automotores (18,3%), equipamentos de informática e eletrônicos (16,5%), manutenção e reparação de máquinas e equipamentos (13,9%) e máquinas e equipamentos (14,9%).

Tabela 10.4. Nível de emprego formal – indústria de transformação
(em mil - outubro)

	2008	2009	2010	Var (%) 2009/2008	Var (%) 2010/2009	Var (%) 2010/2008
Alimentos	103,3	103,8	106,4	0,5	2,5	3,0
Bebidas	8,6	8,7	9,7	1,0	12,3	13,5
Fumo	6,7	7,2	7,3	7,7	1,6	9,5
Têxteis	9,8	9,4	10,2	-3,4	7,8	4,1
Vestuário e Acessórios	23,0	23,7	24,5	3,0	3,5	6,6
Couro e Calçados	143,0	133,2	144,9	-6,8	8,7	1,3
Produtos de Madeira	17,0	16,8	17,2	-0,9	2,2	1,3
Celulose e Papel	10,2	9,9	10,6	-2,9	7,2	4,0
Impressão e Reprodução	8,6	8,6	8,2	0,2	-4,8	-4,6
Refino de Petróleo	1,7	1,8	2,0	7,7	8,3	16,6
Químicos	15,0	14,5	15,5	-3,6	6,8	3,0
Farmacêuticos	2,7	2,4	2,4	-9,8	1,8	-8,2
Borracha e Plástico	41,1	38,4	41,6	-6,8	8,4	1,1
Minerais não Metálicos	16,8	17,8	19,9	5,8	12,2	18,7
Metalurgia	16,5	13,8	15,2	-16,1	10,1	-7,6
Produtos de Metal	58,4	55,4	63,1	-5,1	13,8	8,0
Equipos de Informática e Eletrônicos	11,9	11,5	13,4	-3,3	16,5	12,6
Material Elétrico	13,1	12,0	13,1	-8,2	9,2	0,3
Máquinas e Equipamentos	53,9	48,9	56,2	-9,2	14,9	4,3
Veículos Automotores	46,3	41,6	49,2	-10,3	18,3	6,2
Outros Equipos de Transporte	1,1	1,2	1,9	4,0	56,7	63,0
Móveis	34,7	34,8	36,9	0,4	6,0	6,4
Produtos Diversos	11,0	11,5	13,1	5,1	13,9	19,7
Manutenção e Reparação de Máq e Equipos	9,6	10,0	11,4	4,4	13,9	19,0
Total da Indústria de Transformação	663,8	637,0	693,9	-4,0	8,9	4,5

Fonte: MTE/RAIS e CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE

A comparação do número de trabalhadores formais entre os meses de outubro 2010/2008 mostrou que o mercado de trabalho de alguns segmentos da indústria de transformação ainda não se recuperaram da crise, como são os casos de produtos farmacêuticos (-8,2%), metalurgia (-7,6%) e impressão e reprodução (-4,6%).

Embora os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego para o mercado de trabalho formal industrial demonstrem uma forte retomada do setor em 2010, os dados dos Indicadores Industriais, disponibilizados pela FIERGS, mostram que o emprego industrial ainda não atingiu o nível pré-crise. Na comparação da média para os meses de janeiro a setembro 2010/2009, observa-se que este cresceu 3,9%. Entretanto, quando é feita a comparação 2010/2008, nota-se que o mesmo está 3,5% abaixo do nível pré-crise, resultado da forte queda ocorrida entre 2008 e 2009, de 7,1%.

Gráfico 10.13. Emprego industrial
(Número índice – média de jan-set)

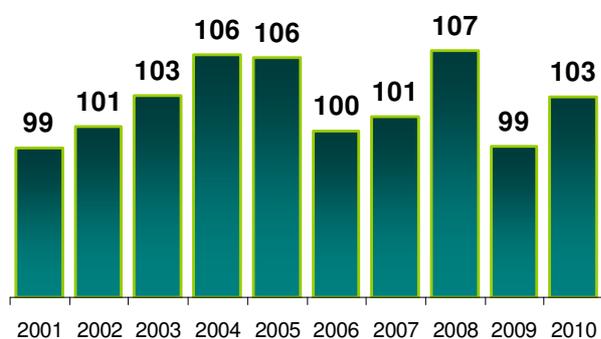
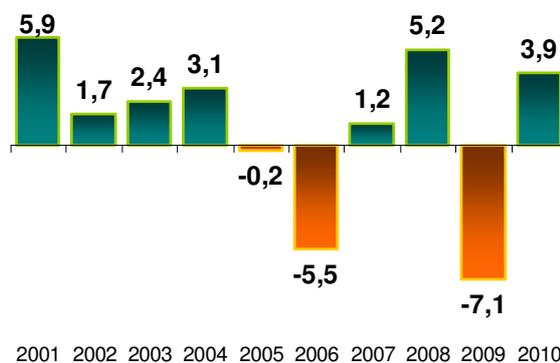


Gráfico 10.14. Emprego industrial
(Var. % anual – média de jan-set)



Fonte: FIERGS/UEE. Elaboração: FIERGS/UEE

A pesquisa dos indicadores industriais traz ainda os dados referentes às horas trabalhadas na produção. No acumulado do ano, até setembro, esta variável apresentou elevação de 6,8% e na variação acumulada em 12 meses a expansão foi de 2,7% para o total da indústria de transformação. Destaca-se que a variação mais expressiva observada no acumulado do ano se deve à base de comparação deprimida. Novamente, estes dados diferem-se substancialmente entre os diversos segmentos.

No acumulado do ano, observa-se queda na quantidade de horas trabalhadas nos segmentos de química (-11%), fumo (-7,9%), alimentos (-5,7%) e madeira (-3,2%). Por outro lado, os segmentos que mais contribuíram positivamente foram aqueles do complexo metal-mecânico: material eletrônico e de comunicação (23,9%), veículos automotores (22,2%), máquinas, aparelhos e material elétrico (17,5%), metalurgia básica (16,8%) e máquinas e equipamentos (15,3%). Por fim, destaca-se que, a despeito do aumento observado, a indústria de transformação gaúcha ainda não atingiu o nível pré-crise no que tange à quantidade de horas trabalhadas, tendo caído 8,1% na comparação da média dos meses de janeiro a setembro 2010/2008.

Tabela 10.5. Horas médias trabalhadas na indústria de transformação

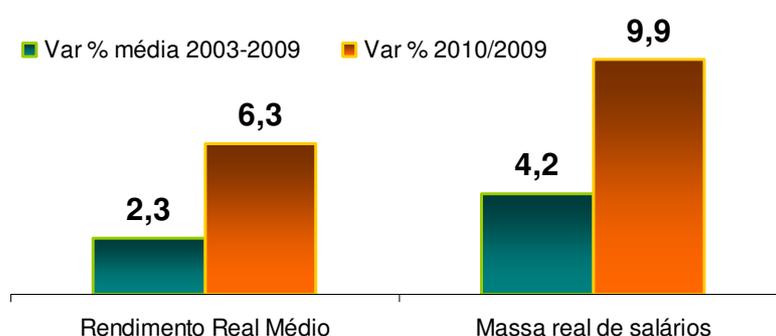
	Var. % acumulada no ano	Var. % acumulada em 12 meses
Alimentos	-5,7	-6,9
Bebidas	1,6	3,6
Fumo	-7,9	-6,2
Têxteis	11,4	9,3
Vestuário e acessórios	4,2	-2,0
Couros e calçados	8,4	4,3
Madeira	-3,2	-5,3
Edição e impressão	2,2	2,8
Refino de Petróleo	5,0	1,4
Química	-11,0	-8,7
Borracha e plásticos	10,1	8,8
Metalurgia Básica	16,8	10,7
Produtos de Metal	12,9	5,6
Máquinas e equipamentos	15,3	6,2
Máq. Apar. e material elétrico	17,5	9,4
Material eletrônico e de comunicação	23,9	12,4
Veículos automotores	22,2	10,4
Móveis e indústrias diversas	10,9	10,0
Total da indústria de transformação	6,8	2,7

Fonte: FIERGS/UEE. Elaboração: FIERGS/UEE

Estamos ganhando mais

Segundo os dados divulgados pelo IBGE, o rendimento real mensal de um trabalhador da região metropolitana de Porto Alegre apresentou elevação de 6,3% na comparação da média dos meses de janeiro a outubro 2010/2009. O crescimento anual médio entre os anos de 2003 e 2009 foi de 2,3%, o que sugere que o aquecimento do mercado de trabalho – o mesmo responsável pelas baixas taxas de desemprego – tem causado fortes pressões salariais. Destaca-se que, neste sentido, o resultado desta região metropolitana é mais acentuado em relação ao observado para o País. Como visto no capítulo que avaliou o mercado de trabalho do Brasil, para o total das regiões metropolitanas pesquisadas, a diferença entre o crescimento anual médio dos rendimentos (2003 a 2009) e o crescimento registrado entre 2009 e 2010 é de 1,1 p.p.. Na RM de Porto Alegre, esta diferença é de 4 p.p..

Gráfico 10.15. Rendimento real médio e massa real de salário na RM de POA (Média jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

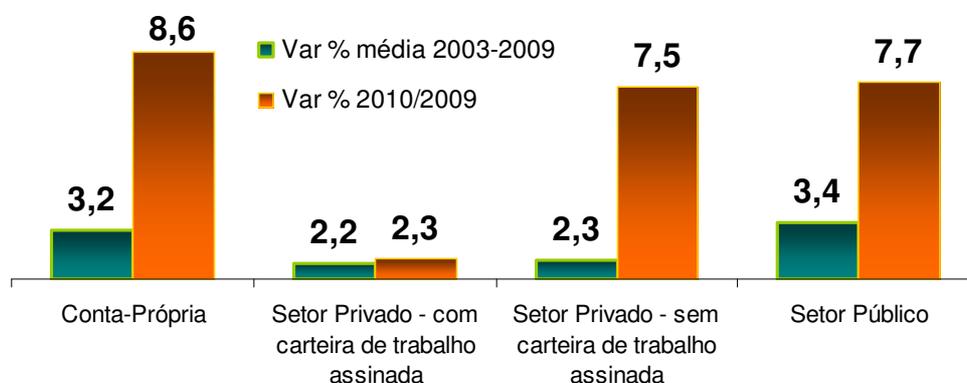
Por sua vez, a massa de salários apresentou aumento de 9,9% na comparação da média de janeiro a outubro 2010/2009, o que é conseqüência muito mais da elevação dos rendimentos médios do que do número de pessoas ocupadas. Vale a pena ressaltar que a variação anual média para este indicador, entre os anos de 2003 e 2009 foi de 4,2%, ou seja, o aquecimento do mercado de trabalho mais que dobrou a taxa de crescimento da massa de salários.

Os dados dos rendimentos da RM de Porto Alegre desagregados por posição na ocupação mostram que as maiores altas nos rendimentos reais entre 2009 e 2010 (média de janeiro a outubro) ocorreram entre os trabalhadores do setor público (7,7%) e os trabalhadores por conta-própria (8,6%).

As categorias de trabalhadores que apresentaram maior diferença entre o crescimento anual médio dos rendimentos (2003-2009) e o crescimento registrado entre os anos de 2009 e 2010 foram as que englobam os trabalhadores por conta-própria – grupo para o qual a taxa de expansão foi de 3,2% na média para 8,6% no último ano (+ 5,4 p.p.) – e os trabalhadores do setor privado sem carteira de trabalho assinada – para o qual o crescimento passou de 2,3% na média para 7,5% na comparação 2010/2009 (+5,2 p.p.).

Cabe ressaltar também que, diferentemente do observado para o total das regiões metropolitanas, houve considerável pressão salarial entre os trabalhadores do setor público na RM de Porto Alegre. Por outro lado, a diferença na taxa de crescimento dos rendimentos reais recebidos pelos trabalhadores do setor privado com carteira assinada foi marginal, passando de 2,2% na média para os anos de 2003 a 2009 para 2,3% na comparação entre 2009 e 2010.

Gráfico 10.16. Rendimentos reais por posição na ocupação – RM de POA (Média jan-out)



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: FIERGS/UEE

Na indústria de transformação gaúcha, segundo os dados disponibilizados pela FIERGS/UEE, o aumento dos rendimentos médios no acumulado do ano, até setembro, foi de 4,2%. Por sua vez, a massa salarial apresentou variação consideravelmente superior na mesma base de comparação, de 8,3%. Em ambos os casos, há diferenças setoriais, ou seja, a variação nos rendimentos e na massa de salários não ocorreu de forma homogênea entre os diversos segmentos da indústria de transformação.

Os setores que apresentaram queda mais acentuada nos rendimentos médios, no acumulado do ano até setembro, foram os de madeira (-17,9%) e edição e impressão (-18,7%). No segundo caso, a variação na massa de salários, na mesma base de comparação, foi menor (-15,1%), o que se deve a um aumento de 3,4% do emprego. O oposto ocorreu no setor de madeira, no qual a queda da massa de salários foi maior,

conseqüência da diminuição do emprego neste setor (-2,6% na mesma base de comparação).

Assim como no caso do Brasil, alguns segmentos do complexo metal-mecânico apresentaram variação acumulada no ano negativa para os rendimentos reais e positiva para a massa real de salários, como, por exemplo, máquinas, aparelhos e material elétrico e material eletrônico e de comunicação. Estes setores tiveram forte queda do emprego durante o período da crise e estão se recuperando. Uma explicação para a oposição da variação observada para as duas variáveis é o fato de trabalhadores entrantes muitas vezes receberem menores salários, impactando negativamente sobre o rendimento médio.

Tabela 10.6. Salários reais médios e massa real de salário na indústria de transformação

(Var. % acumulada no ano – até setembro)

	Salários médios	Massa salarial
Alimentos	4,3	-1,3
Bebidas	1,4	8,4
Fumo	3,1	-5,1
Têxteis	0,3	6,9
Vestuário e acessórios	5,7	6,2
Couros e calçados	6,0	9,9
Madeira	-17,9	-19,4
Edição e impressão	-18,7	-15,1
Refino de Petróleo	6,7	8,4
Química	-3,9	-5,8
Borracha e plásticos	-0,3	12,2
Produtos de Metal	6,5	10,0
Máquinas e equipamentos	2,3	11,8
Máq. Apar. e material elétrico	-2,3	13,8
Material eletrônico e de comunicação	-0,3	8,3
Veículos automotores	0,4	11,8
Móveis e indústrias diversas	7,6	17,9
Total da indústria de transformação	4,2	8,3

Fonte: FIERGS/UEE. Elaboração: FIERGS/UEE

Perspectivas para 2011

De acordo com as estimativas da Unidade de Estudos Econômicos, o Rio Grande do Sul deve encerrar o ano de 2010 tendo gerado 172,6 mil novos postos de trabalho formais. Em termos absolutos, os setores que mais contribuem para este resultado são os serviços e a indústria de transformação, com saldos de 89,2 mil e 62,7 mil, respectivamente. Entretanto, quando é analisada a variação percentual do estoque de trabalhadores entre os anos de 2009 e 2010, nota-se o expressivo crescimento do número de trabalhadores formais empregados na construção civil, de 17,6%. Assim como no Brasil, embora em termos relativos a contribuição deste segmento tenha sido significativa, em termos absolutos sua importância é reduzida, o que se deve à sua pequena participação no total da economia. Para esta, o emprego formal no Estado deve crescer 6,6% na mesma base de comparação.

Para o próximo ano, em todos os cenários, o resultado esperado é inferior ao de 2010. Há dois importantes motivos guiando estas estimativas: crescimento do PIB mais moderado em 2011 e escassez de oferta de mão-de-obra. Como apontado nesta seção, a

baixa taxa de desemprego da RM de Porto Alegre e o resultado de pesquisas realizadas junto a empresários evidenciam a relevância deste segundo problema. Desta forma, as estimativas para o cenário moderado, trazem resultados muito próximos à média de crescimento observada entre os anos de 2000 e 2010. Neste cenário, espera-se que o emprego formal cresça 3,1% para o total da economia, sendo destaque, novamente, a construção civil (7,1%). Em termos absolutos, os setores que mais devem empregar em 2011 são os serviços (55,7 mil) e a indústria de transformação (21 mil).

No cenário pessimista, no qual se espera um crescimento ainda mais tênue do PIB, o emprego deve crescer 2,5% em 2011. Neste caso, a indústria de transformação deve apresentar geração de 16,7 mil empregos, aumentando em 2,3% seu estoque de trabalhadores formais. No cenário otimista, espera-se que o total da economia gere 103,8 mil empregos formais, tendo um crescimento de 3,7% no número de trabalhadores. Neste caso, espera-se que a indústria de transformação e a construção gerem 23 mil e 12 mil empregos formais, aumentando seus estoques de trabalhadores em 3,3% e 9,9%, respectivamente.

Tabela 10.7. Geração de postos de trabalho formal

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa e SIUP	-2	2.000	528	737	784
Indústria de Transformação	-1.776	62.673	16.706	21.058	23.960
Construção Civil	8.610	18.131	7.109	8.564	11.957
Serviços	58.012	89.193	45.096	55.683	66.213
Agropecuária	-618	643	385	628	912
Total	64.226	172.641	69.824	86.669	103.826

Fonte: MTE/CAGED. Projeções: FIERGS/UEE. *estimativa

**Tabela 10.8. Estoque de trabalhadores formais
(Var. % em relação ao ano anterior)**

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa e SIUP	3,6	6,1	1,5	2,1	2,3
Indústria de Transformação	-0,6	9,5	2,3	2,9	3,3
Construção Civil	8,8	17,6	5,9	7,1	9,9
Serviços	4,4	5,2	2,5	3,1	3,7
Agropecuária	3,0	0,8	0,5	0,8	1,1
Total	3,2	6,6	2,5	3,1	3,7

Fonte: MTE/CAGED. Projeções: FIERGS/UEE. *estimativa

A PERSPECTIVA PARA 2011 É DE MANUTENÇÃO DA FRACA DEMANDA EXTERNA E OS RISCOS DE UMA ESTIAGEM

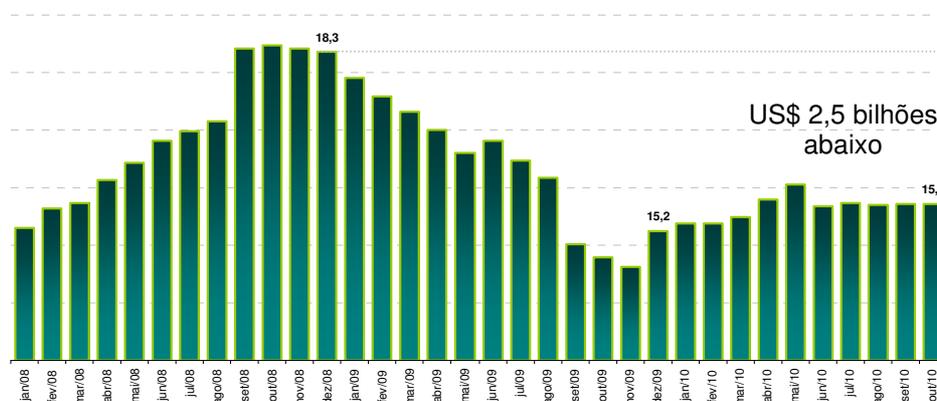
A crise de 2008 ainda não foi superada pelos exportadores do RS, que sentem a diminuição da demanda externa, a valorização da taxa de câmbio e o aumento nos custos logísticos e de mão-de-obra. A consequência foi a perda da terceira posição dentre os principais Estados exportadores. Em 2011, o cenário também não é muito animador, visto que o estado corre o risco de uma nova estiagem.

O ano de 2010 terminará com um desempenho abaixo do esperado para o setor externo do Rio Grande do Sul. O volume de exportações deve ser inferior a US\$ 16 bilhões, uma expansão próxima a 5% em relação a 2009. Esse resultado, quando colocado em perspectiva com os anos anteriores, mostra-se insuficiente para atingir os níveis pré-crise. Em 2009 registrou-se uma retração de 17% ante 2008, o pior resultado da década. A expectativa de uma recuperação mais robusta em 2010, devia-se à melhor condição de demanda externa e também de intensificação do comércio e dos preços internacionais. Porém, o que se verificou foi um cenário mundial de muita incerteza e baixo crescimento econômico nos principais países desenvolvidos, inclusive com a eclosão de novas crises em países europeus.

No cenário interno, a moeda brasileira foi uma das que mais se valorizou ante o dólar nesse período e atividade econômica aquecida fez crescer as pressões sobre os custos de produção e sobre a demanda. E isso contribuiu para incentivar a troca de mercados pelas empresas, ou seja, vários setores se voltaram para o mercado doméstico.

Para 2011, o cenário esperado é repleto de incertezas. No *front* externo a recuperação da economia norte-americana e europeia está abaixo do esperado e a China continuará sendo o motor do crescimento mundial. Internamente, a atividade econômica tende a estar mais arrefecida e a mudança da equipe econômica do novo Governo Federal pode acarretar em modificações na orientação da política cambial, o que se constitui em outro vetor de incerteza.

Gráfico 11.1. Evolução das exportações do RS
(Acumulado em 12 meses – US\$ bilhões)



Fonte: SECEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Exportações do RS em 2010: a perda de participação no comércio exterior do País

As exportações do Rio Grande do Sul somaram US\$ 12,9 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2010, um crescimento de 3,9% ante o mesmo período de 2009. O setor industrial respondeu por 84% do total embarcado pelo estado, com crescimento de 6,6% no período. O resultado do RS ficou bastante abaixo da média nacional. Nesse mesmo período, as exportações totais do Brasil avançaram 29,7% e as da indústria 32,9%. O resultado desse movimento foi a perda de participação das exportações do Estado, que passou de 9,3% para 7,9% do total do Brasil, saindo da terceira posição de maior estado exportador.

Tabela 11.1. Exportações por UF
(US\$ milhões)

	jan-out/09	Part(%)	jan-out/10	Part(%)	Var (%)	US\$
SAO PAULO	34.376	27,3%	42.479	26,0%	23,6%	8.103
MINAS GERAIS	15.984	12,7%	24.968	15,3%	56,2%	8.984
RIO DE JANEIRO	10.790	8,6%	14.877	9,1%	37,9%	4.087
RIO GRANDE DO SUL	12.472	9,9%	12.954	7,9%	3,9%	482
PARANA	9.661	7,7%	11.877	7,3%	22,9%	2.216
PARA	6.905	5,5%	9.953	6,1%	44,1%	3.048
ESPIRITO SANTO	5.296	4,2%	9.465	5,8%	78,7%	4.169
BAHIA	5.770	4,6%	7.398	4,5%	28,2%	1.628
MATO GROSSO	7.461	5,9%	7.242	4,4%	-2,9%	(219)
SANTA CATARINA	5.302	4,2%	6.290	3,9%	18,6%	988
Total do Grupo	114.017	90,6%	147.503	90,3%	29,4%	33.486
Total Geral	125.879	100,0%	163.310	100,0%	29,7%	37.431

Fonte: SECEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Esse descolamento do resultado do RS em relação ao total do Brasil, deve-se, em grande medida ao forte crescimento do segmento de extrativa mineral brasileiro, com acréscimo de 87% no acumulado do ano em relação a 2009, participando com 22% do total embarcado pelo País. Para se ter uma idéia do impacto desse resultado, se todos os outros segmentos tivessem mantido os mesmos patamares de exportações do ano passado, não apresentando crescimento neste ano, apenas o aumento das vendas do segmento de extrativa mineral seria responsável pela expansão de 16% das exportações brasileiras.

Por outro lado, as exportações de grãos e óleo de soja, *commodities* que o RS possuiu vantagens competitivas, não apresentaram resultados favoráveis nesse ano. As exportações de grãos de soja registraram queda de 11%, determinado pela retração de 6,2% na quantidade embarcada e queda de 5,2% no preço médio de comercialização da tonelada do grão. Outro produto importante para a pauta de exportações, o fumo, também mostrou diminuição nos embarques. Apesar do segmento apresentar uma queda nacional, essa retração de 13% nas exportações gaúchas do produto pode ter caráter permanente, uma vez que diversas fumageiras migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina nos últimos anos.

O resultado dos estados exportadores refletiu de maneira intensa o cenário de baixa demanda por produtos industrializados e forte demanda por *commodities*. Em São Paulo, as vendas de Açúcar bruto e refinado representou mais de 20% dos embarques totais. No caso dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, as exportações de óleos brutos de petróleo foram determinantes para o crescimento das vendas externas. No total, as exportações brasileiras de óleos brutos de petróleo atingiram US\$ 12,1 bilhões, um crescimento 64% no ano. Desse desempenho total, 8% deveu-se ao avanço nas quantidades e 53% aos preços mais favoráveis.

Exportações de commodities (US\$ milhões)

Tabela 11.2. Brasil

	jan-out/09	jan-out/10	Var. (%)
Minério de ferro	11.170	22.669	103,0%
Petróleo em bruto	7.363	12.145	64,9%
Soja em grão	11.241	10.758	-4,3%
Açúcar de cana, em bruto	4.509	7.278	61,4%
Carne de frango in natura	3.983	4.742	19,1%
Café em grão	3.039	3.962	30,4%
Farelo de soja	4.013	3.943	-1,7%
Celulose	2.634	3.879	47,3%
Carne bovina in natura	2.456	3.307	34,6%
Açúcar refinado	1.919	2.960	54,2%
Fumo em folhas	2.691	2.472	-8,1%
Óleos combustíveis	1.508	2.209	46,5%
Semimanufaturados de ferro ou aços	1.433	1.988	38,7%
Total do Grupo	57.959	82.312	42,0%
Total das Commodities	67.706	92.633	36,8%
Total Geral	125.879	163.310	29,7%

Tabela 11.3. Rio Grande do Sul

	jan-out/09	jan-out/10	Var. (%)
Soja em grão	1.935	1.719	-11,2%
Fumo em folhas	1.869	1.622	-13,2%
Carne de frango in natura	831	974	17,2%
Farelo de soja	608	708	16,4%
Carne de suíno in natura	377	444	17,8%
Couro	245	376	53,5%
Óleos combustíveis	377	302	-19,9%
Óleo de soja em bruto	271	289	6,6%
Celulose	110	153	39,1%
Carne bovina in natura	62	79	27,4%
Milho	28	34	21,4%
Gasolina	115	29	-74,8%
Laminados planos de ferro ou aços	3	6	100,0%
Total do Grupo	6.831	6.735	-1,4%
Total das Commodities	6.832	6.736	-1,4%
Total Geral	12.472	12.954	3,9%

Fonte: SECEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Situação semelhante ocorre com os estados de Minas Gerais e Pará, onde o minério de ferro foi o principal item a impactar positivamente no resultado do comércio externo. Por outro lado, os estados mais dependentes do complexo da soja, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná, cresceram menos que a média nacional, devido ao menor volume embarcado e também com preços menores.

A perspectiva de manutenção dessa conjuntura para o próximo ano é muito grande. Porém, não é descartada a possibilidade de seca no Rio Grande do Sul durante o verão de 2011. De maneira que, mesmo essa boa perspectiva para o setor se confirme, a conjuntura para minérios de ferro e óleos de petróleo é ainda mais favorável, de modo que torna mais difícil para o RS acompanhar o desempenho do resto do país.

Exportações da indústria

As exportações da indústria do RS atingiram US\$ 10,9 bilhões no acumulado do ano até outubro, um crescimento de 6,6%. Conforme já destacado, esse resultado foi significativamente abaixo do verificado para o total do Brasil, com expansão de 32% no mesmo período.

A recuperação das exportações da indústria para esse ano ficou aquém do esperado, visto que, no acumulado dos dez primeiros meses as vendas ficaram 19% abaixo do verificado no mesmo período de 2008, um claro sinal de que o patamar pré-crise ainda não foi atingido. Os fatores que mais contribuem para essa recuperação mais lenta são conhecidos: (i) fraco desempenho dos mercados internacionais para produtos industrializados, (ii) aumento do protecionismo e das barreiras não-tarifárias, (iii) taxa de câmbio valorizada, e (iv) baixo transbordamento do desempenho dos setores de minérios de ferro, petróleo e gás para a economia do RS.

Neste ano, os exportadores enfrentaram um novo entrave logístico. O elevado nível utilização da capacidade do porto de Santos, onde ingressa a maior parte das importações brasileiras, provocou atrasos nas operações dos navios com implicações sobre as escalas dos portos seguintes, gerando um efeito cascata. Além disso, os exportadores que utilizam *containers* e embarcam via porto de Rio Grande tiveram que enfrentar a reforma para ampliação no terminal, que gerou mais atrasos nos embarques e omissões de armadores para a escala no porto gaúcho, visto que o terminal trabalhou sem um terço de sua capacidade por três trimestres do ano. Desse modo, o nível de

omissões de escala no terminal de *containeres* no porto de Rio Grande ficou cerca de 20% maior que nos anos anteriores.

Dentre os segmentos industriais com desempenho positivo, destacaram-se a Metalurgia, com expansão de 103% no período, impulsionado pelas vendas de barras e tubos de ferro e aço para a Argentina e Chile; Produtos químicos, que apresentou acréscimo de 26% nas vendas totais, principalmente de polietileno e benzeno para a Argentina e Estados Unidos. Por fim, ressaltam-se as vendas de Veículos automotores, reboques e carrocerias que mostraram expansão de 44% e foram impulsionadas pelos embarques de ônibus para a Argentina e África do Sul.

**Tabela 11.4. Exportações da indústria
(US\$ milhões)**

	jan-out/09	Part. (%)	jan-out/10	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos	2.902	23,3%	3.173	24,5%	9,3%	271
Fumo	1.886	15,1%	1.647	12,7%	-12,7%	-239
Químicos	1.144	9,2%	1.447	11,2%	26,5%	303
Couro e calçados	965	7,7%	1.100	8,5%	14,0%	135
Máquinas e equipamentos	693	5,6%	868	6,7%	25,3%	175
Veículos automotores, reboques e carrocerias	426	3,4%	615	4,7%	44,4%	189
Produtos de metal	327	2,6%	373	2,9%	14,1%	46
Coque e derivados do petróleo e de biocombustíveis	495	4,0%	332	2,6%	-32,9%	-163
Borracha e plástico	176	1,4%	224	1,7%	27,3%	48
Celulose e Papel	121	1,0%	173	1,3%	43,0%	52
Móveis	164	1,3%	168	1,3%	2,4%	4
Materiais elétricos	134	1,1%	120	0,9%	-10,4%	-14
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	89	0,7%	114	0,9%	28,1%	25
Madeira	85	0,7%	96	0,7%	12,9%	11
Produtos diversos	77	0,6%	89	0,7%	15,6%	12
Minerais não-metálicos	66	0,5%	87	0,7%	31,8%	21
Têxteis	87	0,7%	83	0,6%	-4,6%	-4
Metalurgia	32	0,3%	65	0,5%	103,1%	33
Indústrias diversas	298	2,4%	58	0,4%	-80,5%	-240
Vestuário e acessórios	26	0,2%	30	0,2%	15,4%	4
Material de transporte	15	0,1%	21	0,2%	40,0%	6
Extrativa mineral	10	0,1%	12	0,1%	20,0%	2
Farmoquímicos e farmacêuticos	4	0,0%	6	0,0%	50,0%	2
Bebidas	13	0,1%	5	0,0%	-61,5%	-8
Impressão e reprodução de gravações	1	0,0%	1	0,0%	0,0%	0
Total da Indústria	10.236	82,1%	10.907	84,20%	6,6%	671
Total Geral	12.472	100,0%	12.954	100,0%	3,9%	482

Fonte: SECEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

A recuperação nesses três segmentos mostra que os principais parceiros comerciais do Estado começam a se recuperar da crise, o que se reflete na aquisição de insumos e na retomada dos investimentos. Além disso, a melhora significativa desses segmentos em relação ao ano passado deve-se, em grande parte, à base de comparação muito baixa, mas também uma leve recuperação de parceiros comerciais importantes, como a Argentina, EUA, Rússia e Alemanha.

No setor de Couro e calçados, o crescimento de 14% foi puxado pelas vendas de calçados de couro para o Chile (acrécimo de 65%), Alemanha (mais 38%), Argentina (mais 18%) e Itália (mais 7,1%). Sendo que, esses países representam 30% dos destinos do setor. Os principais destinos continuam sendo EUA, com 23% de participação e diminuição nas compras na ordem de 15% neste ano, e Reino Unido, 11,7% de participação e diminuição de 14% em suas aquisições. Mesmo com o resultado positivo, o segmento ainda encontra-se com volume de vendas 25% abaixo do registrado em 2008.

A retomada dos investimentos e a superação do quadro de seca na Argentina, Uruguai e Paraguai favoreceram a retomada das exportações de máquinas e equipamentos neste ano. O crescimento de 94% nas exportações de Colheitadeiras também ajudaram a retomada do segmento, com ênfase nos embarques para a Argentina (mais 584%), Paraguai (mais 493%) e Uruguai (mais 252%). Ainda no grupo das máquinas e implementos agrícolas, as exportações de Semeadores/adubadores cresceram 44%, com destaque para os embarques para o Paraguai (mais 307%),

Venezuela (mais 93%) e África do Sul (mais 50%). Por fim, as exportações de tratores cresceram 6% no acumulado do ano, em que se destaca o aumento de 238% nas venda para a Argentina. Nesse caso, o país vizinho passou a responder por 27% das exportações desse item, no ano passado essa participação foi de apenas 8%.

No setor de Alimentos, o crescimento foi puxado pelos embarques de carne de frango *in natura*, principal item da pauta para o grupo (31% de participação), com aumento de 17%, totalizando US\$ 974 milhões; farelo de soja foi o segundo principal item com crescimento de 16%, totalizando US\$ 708 milhões e participação de 22% no setor. Por sua vez, as exportações de carne de frango industrializadas apresentaram retração de 15,2% no ano, somando US\$ 70 milhões.

Percebe-se que segmentos responsáveis por elevados volumes de exportações não mostraram bom desempenho no período, entre eles Alimentos, com crescimento de 9,3%, e fumageiro, queda de 12,7%, que juntos representam mais de 35% das exportações do RS. Nesse último, verificou-se retração de 10% nas exportações de fumo tipo Virginia e menos 30% nas exportações do fumo tipo Burley.

No total, dentre os 24 segmentos indústrias, 6 apresentaram retração no ano. As principais quedas foram observadas nos segmentos de Bebidas, -61%, impactado pela retração de 66% nas exportações de vinhos; e Derivados de petróleo, -33%, com destaque para a queda nos embarques de gasolina e óleo diesel para a Argentina, Uruguai e Nigéria.

Consolidação da China como principal destino

A China se manteve como principal destino das exportações do Rio Grande do Sul em 2010. Mesmo com uma queda de 2% (menos US\$ 38 milhões) no acumulado de janeiro a outubro, o País asiático continua sendo o principal parceiro comercial do Estado. Os principais itens embarcados foram óleo de soja, celulose, carne de frango, produtos químicos e couro.

Destaca-se que o País Asiático suspendeu as compras de óleo de soja da Argentina em abril, maior exportador mundial, como forma de retaliar medidas *anti-dumping* sobre diversos produtos chineses adotada pela Argentina. Porém, essa demanda excedente chinesa foi suprida pelos EUA, que em junho embarcou 115 mil toneladas do produto, este foi o primeiro embarque do produto dos EUA para a China desde abril de 2009.

**Tabela 11.5. Destino das exportações do RS
(US\$ bilhões)**

	jan-out/09	Part(%)	jan-out/10	Part(%)	Var (%)	US\$ milhões
CHINA	2.288	18,3%	2.250	17,4%	-2%	-38
ARGENTINA	1.104	8,9%	1.325	10,2%	20%	221
ESTADOS UNIDOS	1.009	8,1%	1.058	8,2%	5%	49
PARAGUAI	317	2,5%	516	4,0%	63%	199
BELGICA	549	4,4%	498	3,8%	-9%	-51
HOLANDA	359	2,9%	490	3,8%	36%	131
RUSSIA	380	3,0%	477	3,7%	26%	97
ALEMANHA	490	3,9%	390	3,0%	-20%	-100
CHILE	180	1,4%	290	2,2%	61%	110
URUGUAI	334	2,7%	266	2,1%	-20%	-68
Total do Grupo	7.010	56,2%	7.560	58,4%	8%	550
Total Geral	12.472	100,0%	12.954	100,0%	4%	482

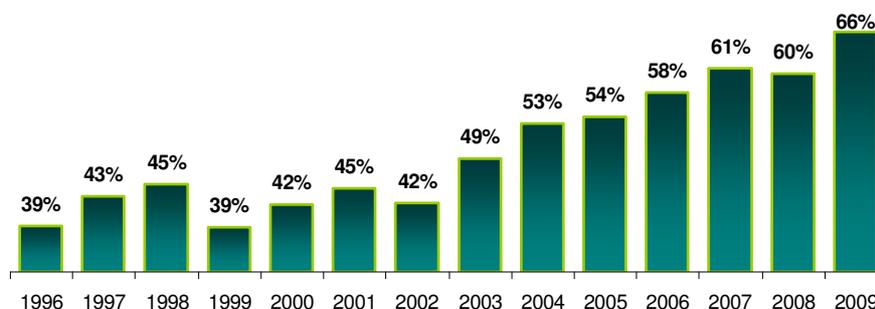
Fonte: SECEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

O segundo principal destino dos produtos do Estado foi a Argentina. As vendas para o país vizinho expandiram-se 20% (mais US\$ 221 milhões) no primeiro semestre. Os

principais itens embarcados foram: óleo diesel, máquinas e equipamentos, e produtos químicos. Este ano a Argentina apresentou sinais mais fortes de recuperação, na comparação com o ano passado, de modo que já se pode observar uma retomada nas exportações de bens de capital, como foi o caso dos tratores e colheitadeiras que cresceram 170% e 46% no período. No caso das vendas para os Estados Unidos, o 3º maior importador do RS, a expansão foi de 8,2% (mais US\$ 49 milhões) sendo puxada pelos embarques de fumo em folha, calçados e armas de fogo.

Faz-se necessário olhar as exportações para os países emergentes de uma perspectiva de prazo mais alongada. A última década foi marcada pelo crescimento das vendas para os países emergentes, com avanço médio de 14% ao ano, sendo que sua participação em 2009 atingiu 65% no total exportado pelo Estado. Os principais produtos embarcados para esses países foram carnes, suína e de frango, *in natura*, resinas termoplásticas e óleo de soja. No mesmo período as vendas para países desenvolvidos expandiram em média apenas 4% ao ano. Atualmente, de cada US\$ 3 dólares de receita de exportações US\$ 2 dólares vêm de países emergentes

Gráfico 11.2. Exportações do RS para países emergentes
(% no total exportado)



Fonte: SECEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Esse bom momento para os emergentes tem alterado o panorama dos parceiros comerciais do Estado. No início da década, as vendas do RS para os países emergentes representavam 43% do total, sendo que a China participava com apenas 4%. Ao longo da década a importância desses países cresceu, sendo que, somente no ano de 2009 os emergentes ganharam 6 pontos percentuais de participação.

A expectativa é que essa tendência se intensifique para os próximos anos, de modo que cada vez mais os emergentes serão determinantes para a economia mundial. Conforme estimativa do FMI, a participação do grupo no PIB mundial, que era de 20% em 2000, chegue a 52% em 2015, indicando que o crescimento econômico continuará mais intenso nesses países.

Contudo, essa mudança na configuração do comércio internacional traz alguns desafios para os exportadores gaúchos. Nos últimos anos é possível notar que aconteceram ganhos de competitividade, maior eficiência e aumento da escala de produção, em países como a China, Índia e Rússia. Se por um lado esses fatores elevaram a demanda por produtos importados, beneficiando o Brasil, por outro lado, há novos *players* buscam espaço no mercado internacional, com impacto direto na concorrência com os produtos do RS.

Contudo, mesmo com uma menor participação dos países desenvolvidos no total exportado, são eles que proporcionalmente importam mais produtos industriais do RS. No total, cerca de 93% das vendas são de produtos manufaturados, frente a uma participação de 81% das exportações desses produtos para os emergentes. Devido a

isso, muitos exportadores tiveram que se adaptar a uma nova realidade, em que os mercados consumidores estão mais escassos, o que acaba por acirrar a competição e proporcionar condições de preços menos favoráveis.

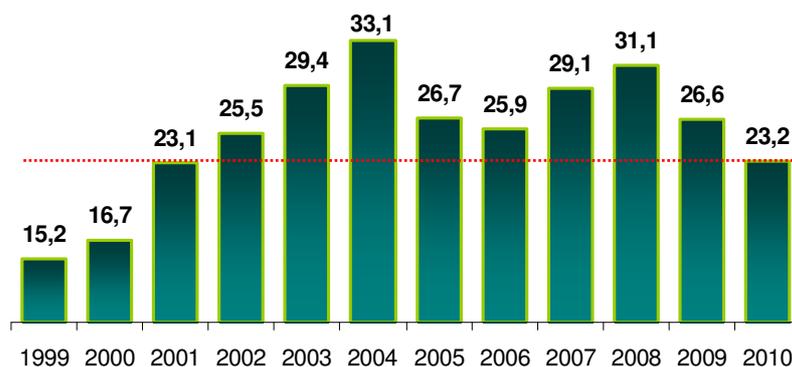
Sendo assim, o desempenho mais modesto das economias desenvolvidas, em especial da Europa e Estados Unidos, afeta diretamente o comércio internacional, principalmente de produtos manufaturados. No caso do Rio Grande do Sul, esse efeito é claro. Mesmo com uma menor participação dos países desenvolvidos no total exportado, são eles que proporcionalmente importam mais produtos industriais do RS.

O desempenho mais modesto para os países desenvolvidos, em especial os da Europa e Estados Unidos, deve-se ao menor nível de consumo e investimentos, conseqüências da crise. Essa conjuntura afeta o resultado da indústria gaúcha. Devido a isso, os exportadores tiveram de se adaptar a uma nova realidade, em que os mercados consumidores estão mais escassos, o que acaba por acirrar a competição e proporcionar condições de preços menos favoráveis.

Menos Reais para cada Dólar exportado

A valorização da taxa de câmbio nos últimos meses, principalmente, decorre do forte ingresso de capitais na economia brasileira, juntamente com o crescimento dos salários em reais e o aumento dos preços dos serviços no mercado interno, foram fatores determinantes para a diminuição na rentabilidade dos exportadores. De fato, se verificou um forte crescimento na demanda por bens e serviços importados. Essa conjuntura tem se refletido numa trajetória de recorrentes déficits em transações correntes no país. Sendo que no caso do RS, o superávit da balança comercial do RS também recuou fortemente em 2010. Mesmo com o crescimento das exportações, o descompasso entre o baixo dinamismo da economia internacional e o crescimento da economia brasileira cria o ambiente propício para a diminuição das receitas em reais dos exportadores.

Gráfico 11.3. Exportações do RS em Reais
(jan-out – em R\$ bilhões)



Fonte: SECEX. Elaboração: UEE/FIERGS.

Nesse cenário, o segmento exportador, salvo exceções, tem sido bastante prejudicado. Estimar qual o volume de perdas para os exportadores, decorrente da taxa de câmbio valorizada não é uma tarefa fácil. Uma estimativa do custo total é pensar qual foi a perda de receita em relação ao ano anterior decorrente apenas da valorização do câmbio e da inflação. Percebe-se que esse valor será subestimado, pois não é computada a diminuição das exportações devido à perda de competitividade ocasionada pela moeda valorizada, nem o volume de vendas direcionado do mercado externo para o

mercado interno. Então essa estimativa indica que deixou de ingressar na economia gaúcha, somente em 2010, cerca de R\$ 3 bilhões provenientes de receita de exportações. Para exemplificar o tamanho do impacto, esse valor representa cerca de duas vezes as exportações do segmento de máquinas e equipamentos neste ano.

Quando colocamos vários anos em perspectiva, percebe-se que as receitas de exportações em reais em 2010 estão no mesmo patamar de 2001, retirados os efeitos da inflação. Esse valor pode ser visto como uma medida de rentabilidade das vendas externas. Observa-se que os exportadores têm recebido, em termos reais, um valor que oscila entre R\$ 23 e R\$ 33 bilhões durante toda a década. A despeito de todas as imperfeições que essa comparação possa ter, observa-se que, para um grande número de segmentos a rentabilidade das exportações tem caído ao longo dos anos, de tal modo, que muitos exportadores tentaram aumentar sua exposição ao mercado interno em detrimento da atividade exportadora.

A valorização da taxa de câmbio e somada à conjuntura externa de renda e preços ainda deprimidos para muitos segmentos, em especial, calçados, couros, veículos automotores, reboques e carrocerias, torna a atividade exportadora no Brasil cada vez menos rentável. E essa tendência parece ser revertida numa velocidade lenta, na medida em que depende de uma maior recuperação do consumo e da renda nos mercados internacionais.

Por fim, cabe destacar que os reflexos da perda de dinamismo da indústria do Estado sobre a renda e emprego serão mais graves no longo prazo. Na medida em que os produtos industriais tornam-se menos competitivos, os custos de uma retomada ficam ainda maiores, visto que, retomar mercados requer um alto custo de negociações e prospecção de oportunidades. O ponto crítico é que as medidas para a reversão desse cenário são de elevado custo e, mesmo que fossem iniciadas, não teriam impactos no curto prazo.

Estamos comprando mais do exterior

As importações do Rio Grande do Sul totalizaram US\$ 10,9 bilhões, no acumulado do ano até outubro, um crescimento de 43,7% em relação ao mesmo período de 2009. Esse valor é o segundo maior da história do RS, atrás apenas dos R\$ 12,9 bilhões verificados em 2008. De tal modo, que mesmo com esse forte crescimento, as importações ainda permanecem abaixo do patamar pré-crise.

**Tabela 11.6. Importações do RS por categorias de uso
(US\$ milhões)**

	jan-out/09	Part. (%)	jan-out/10	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens intermediários	3.352	44,1%	5.736	52,6%	71,1%	2.384
Combustíveis e lubrificantes	2.096	27,6%	2.484	22,8%	18,5%	388
Bens de capital	1.286	16,9%	1.418	13,0%	10,3%	132
Bens de consumo duráveis	618	8,1%	1.002	9,2%	62,1%	384
Bens de consumo não-duráveis	184	2,4%	205	1,9%	11,4%	21
Bens de consumo semiduráveis	59	0,8%	70	0,6%	18,6%	11
Total Geral	7.595	100,0%	10.915	100,0%	43,7%	3.320

Fonte: UEE/FIERGS.

A atividade aquecida na indústria refletiu numa maior demanda por insumos e matérias-primas. Nesse sentido, as compras de bens intermediários foram as que mais cresceram (mais 71%) e participaram com metade da pauta de importações, atingindo US\$ 4,3 bilhões. Os principais itens dessa categoria foram os adubos e fertilizantes e

produtos utilizados como insumos para a lavoura, como cloreto de potássio e uréia, que juntos representaram cerca de US\$ 1,5 bilhão. Além disso, a valorização do real fez com que alguns insumos fornecidos no mercado interno fossem substituídos por outros importados, tal qual se observou em algumas matérias-primas para a indústria química.

O aumento do emprego, da renda das famílias e o câmbio valorizado estimularam as importações dos bens de consumo como um todo. Porém, as compras de bens duráveis foram as que mais cresceram, com expansão de 62% no ano, atingindo US\$ 1 bilhão e participando com 9,2% na pauta. Os Automóveis de passeio foram os principais itens importados pelo Rio Grande do Sul, com expansão de 169% frente ao ano anterior, totalizando US\$ 778 milhões. Entre os bens de consumo não duráveis os principais itens comprados foram produtos alimentícios e fumo em folhas.

Além disso, destacaram-se as importações de combustíveis e lubrificantes, com expansão de 44%, atingindo US\$ 2,1 bilhões. Nesse caso, as compras foram prioritariamente de óleos brutos de petróleo e naftas para a petroquímica. No caso das importações de Bens de Capital, os veículos com motor a diesel para carga representaram 49% das compras, seguido pelas de máquinas, implementos e tratores agrícolas, que participaram com 18% do total do grupo.

Perspectivas

O cenário prospectivo para o segmento exportador para o próximo ano deverá levar em conta diversos fatores, entre eles o crescimento mundial e dos principais parceiros comerciais do Estado, o crescimento da economia brasileira, a cotação do preço das principais *commodities* exportadas pelo Estado e taxa de câmbio Real/Dólar.

Num cenário moderado, ou mais provável, é que os países emergentes continuem sustentando o crescimento mundial, ou seja, eles crescerão bem acima dos desenvolvidos, que crescerão menos. Além disso, o cenário internacional de baixas pressões inflacionárias deve ser mantido. Mesmo que o preço de algumas *commodities* alimentícias apresente uma aceleração, no agregado os índices de preços permanecerão em níveis baixos.

Ainda no cenário moderado, a expectativa é que o crescimento brasileiro crescerá dentro de uma média dos últimos quatro anos, ou seja, não haverá um crescimento tão robusto quanto o desse ano, nem aquele de 2009, negativo. Esse desempenho tende a frear um pouco a taxa de crescimento das importações, de forma que o crescimento verificado neste ano, não se repetirá em 2011.

Quanto à taxa de câmbio, a tendência é que o dólar mantenha a trajetória de perda de valor ante as demais moedas mundiais. O principal fato a ser destacado são as medidas de afrouxamento quantitativo, anunciadas pelo banco central dos EUA ainda em 2010, que terão a maior parte de sua repercussão sobre a economia mundial no primeiro semestre de 2011. Como consequência dessa política de expansão da base monetária dos EUA, as demais economias podem iniciar um processo de aumento do protecionismo, o que resultará em algumas fricções no comércio internacional.

As variantes, tanto otimista, quanto pessimista, desse cenário dependem essencialmente de como os países desenvolvidos – em especial EUA, Japão e União Européia – crescerão no próximo ano. Um cenário mais otimista, é aquele em que os EUA conseguem crescer acima do previsto, diminuindo a taxa de desemprego, reduzindo a ociosidade da indústria e, inclusive, retomando uma nova fase de investimentos. Logo, com a economia norte-americana mais robusta, o Dólar tenderá a interromper a sua trajetória de desvalorização.

Por outro lado, no cenário pessimista, acredita-se que pode ocorrer mais crises soberanas como a da Grécia e Irlanda, além de as medidas de estímulo para a economia norte-americana ficarem ainda aquém do planejado. Nesse caso, podemos ter uma maior desvalorização do dólar no mercado mundial, podendo até gerar uma onda de protecionismo e deflação, principalmente dos produtos industrializados.

Diante do acima exposto, num cenário as exportações do Estado devem crescer cerca de 9%. Sendo que esse desempenho ainda não significará o retorno ao patamar do volume exportado em dólares no pré-crise. Para a previsão dos cenários otimista e pessimista se levou em conta também a possível ocorrência de uma seca no Estado no próximo ano. Não está descartado que o clima sofra, de forma severa, influência do La Nina. Desse modo, a probabilidade das chuvas ocorrerem significativamente abaixo da média histórica é ainda maior, aumentando o risco de estiagens prejudicando as culturas de feijão, milho e soja e a irrigação do arroz.

Tabela 11.7. Perspectivas para o setor externo do Rio Grande do Sul
(US\$ milhões)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	15.236	15.800	16.385	17.222	18.328
Industriais	12.969	13.500	13.973	14.850	15.525
Importações	9.471	13.539	14.893	15.570	16.247
Saldo	5.765	2.261	1.492	1.652	2.081

Fonte: UEE/FIERGS. *Estimativas

Tabela 11.8. Perspectivas para o setor externo do Rio Grande do Sul
(Var. % anual)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	-17,0%	3,7%	3,7%	9,0%	16,0%
Indústria	-19,5%	4,1%	3,5%	10,0%	15,0%
Importações	-34,8%	43,0%	10,0%	15,0%	20,0%
Saldo	50,6%	-60,8%	-34,0%	-26,9%	-8,0%

Fonte: UEE/FIERGS. *Estimativas

UM ANO DE 14 MESES

Em 2010, a arrecadação de ICMS deu um novo salto, e provavelmente encerrará o ano em cerca de R\$ 18 bilhões – o que equivale a 2 meses a mais de arrecadação do que se verificou em 2009. Com isso, o atual governo se despede deixando o Estado com déficit zero, a dívida reestruturada e a arrecadação em nível histórico.

A recuperação econômica do Rio Grande do Sul, aliada à prática da substituição tributária e a um programa de recuperação de débitos de ICMS, fizeram a arrecadação do Estado dar um salto significativo em 2010 comparado a 2009. É importante lembrar, que ainda que a crise econômica tenha atingido o Estado fortemente no ano passado, seu reflexo sobre a receita de ICMS foi tênue, uma vez que a mesma não apresentou redução real em relação à 2008. Assim, o adicional de arrecadação de 2010 ganha ainda mais importância em termos financeiros.

No intervalo dos dois últimos governos, a arrecadação de ICMS mais que duplicou em termos nominais e propiciou um alívio ao caixa do Estado estruturalmente pressionado por despesas obrigatórias e vinculações orçamentárias que estrangulam a capacidade de investimento do Setor Público do Rio Grande do Sul. A grande diferença nesses dois períodos é que o primeiro contou com uma base deprimida, fruto da atividade econômica em baixa no ano de 2002, e um ano-fim inchado pelo aumento das alíquotas de energia elétrica, combustíveis e comunicações. Isto é, tivemos um crescimento de arrecadação por motivação conjuntural naquele período. O que se vê agora é diferente, a arrecadação está estruturalmente elevada, o que dá sustentação a uma maior capacidade de gasto para o próximo governo.

O desafio na área fiscal será manter o ajuste das contas públicas, expandindo o investimento em infraestrutura e qualificando áreas de importância fundamental para a sociedade gaúcha como saúde, segurança e educação.

Arrecadação

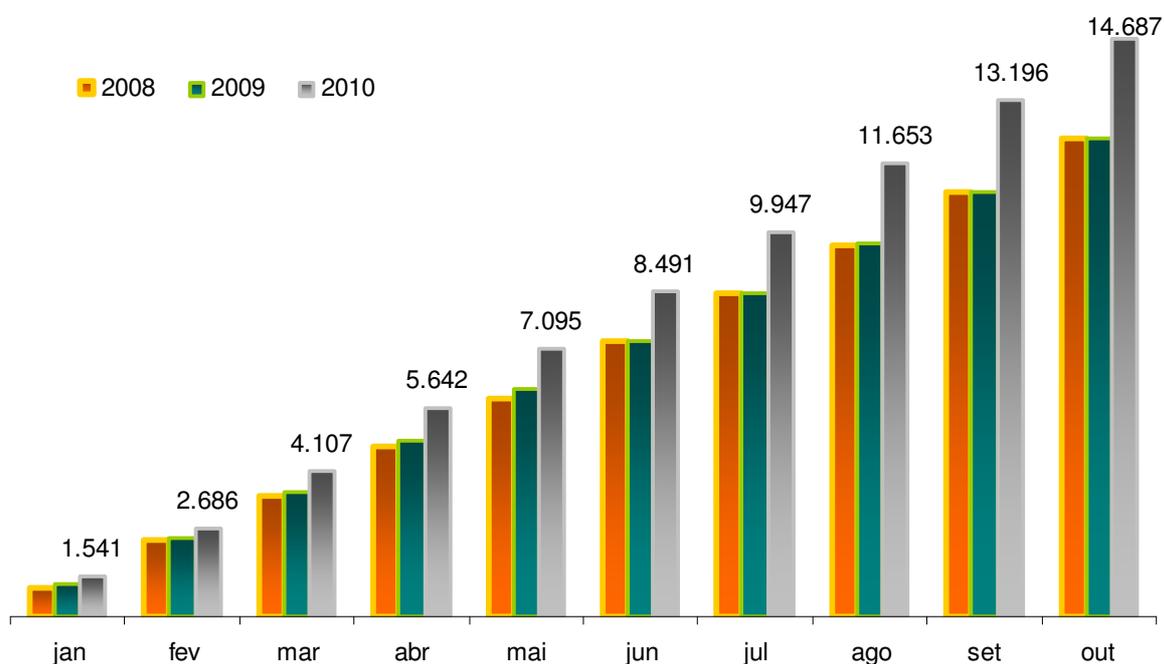
A arrecadação de ICMS em 2010 foi bastante positiva, apresentando crescimento de 19,98% no acumulado do ano de jan-out/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos reais, a receita do imposto aumentou 14,78% (IGP-DI). No fechamento do ano, espera-se que a arrecadação fique em cerca de R\$ 18 bilhões, valor que supera, com folga, as previsões mais otimistas realizadas em 2009. No ano passado, a arrecadação foi de R\$ 15,1 bilhões, o que representa um salto de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões (19,1%), isto é, um incremento de mais de dois meses de arrecadação em relação de 2009 (considerando o comportamento médio mensal da arrecadação naquele ano)¹⁷.

Vários fatores contribuíram para o aumento da arrecadação do tributo no ano corrente. Em primeiro lugar, sem dúvidas, destaca-se a recuperação econômica. O

¹⁷ É importante, todavia destacar que, diferentemente de outros anos, a análise setorial de 2010 foi impossibilitada mediante a falta de divulgação de dados pelo COTEPE/CONFAZ, o que provoca a análise apenas dos “números cheios”.

crescimento da atividade eleva o número de transações e os valores das vendas, o que provoca diretamente o aumento do imposto arrecadado. Além disso, a expansão econômica estimula a formalização dos negócios, o que também contribui com o desempenho da receita. Outra questão especialmente importante para a receita de ICMS é que o crescimento econômico presenciado no Estado (e no País também) tem se dado via mercado interno. Como se sabe, as exportações são desoneradas pela Constituição brasileira de forma a igualar as condições de competitividade com os produtos estrangeiros. Nesse caso, se o estímulo do crescimento econômico viesse pelo comércio exterior, haveria criação de empregos e de renda, e portanto de PIB, mas não haveria incrementos significativos de arrecadação, ao contrário do que acontece quando o mercado interno é o agente estimulante - dado que as vendas internas são pesadamente tributadas.

Gráfico 12.1. Arrecadação de ICMS
(R\$ milhões – nominal – acumulado no ano)



Fonte: Sefaz/RS

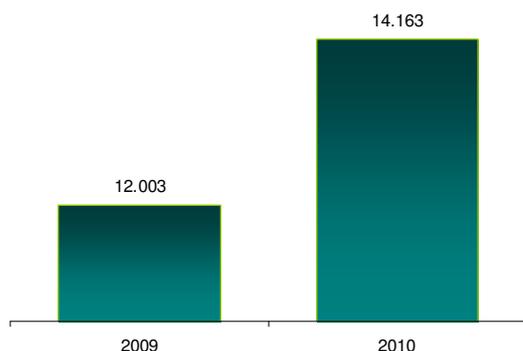
Um segundo ponto fundamental para explicar a dinâmica da arrecadação foi a expansão do processo de substituição tributária. Esse artifício foi encontrado pelo governo como forma de tornar mais fácil e eficiente o processo de fiscalização do recolhimento do tributo. Ao invés de fiscalizar um número sem fim de pequenas unidades vendedoras, o governo concentra sua ação fiscalizatória sobre um pequeno número de produtoras, isto é, a indústria passa ser a grande recolhedora de ICMS. Com isso, o governo antecipa toda a arrecadação que se dará na cadeia produtiva. Se a antecipação do tributo já é por natureza um problema de caixa para as empresas recolhedoras, os chamados "substitutos tributários", por outro lado também é um problema para a sociedade inteira quando eleva os montantes de impostos arrecadados, tornando as alíquotas efetivas muito maiores do que de fato seriam caso o preço que efetivamente são cobrados pelos produtos servissem de base para o cálculo do imposto a ser recolhido. Um estudo recente da FGV, patrocinado pelo SEBRAE, mostra que as empresas (indústrias) adeptas do Simples Nacional sofrem bitributação quando submetidas à substituição tributária uma vez

que na alíquota única do Supersimples já está embutida o ICMS. O estudo revela que no caso do Rio Grande do Sul, para dados de 2008, a arrecadação de ICMS devida ao Simples equivaleu à 46,71% do arrecadado via substituição tributária, no caso de pequenas e microempresas.

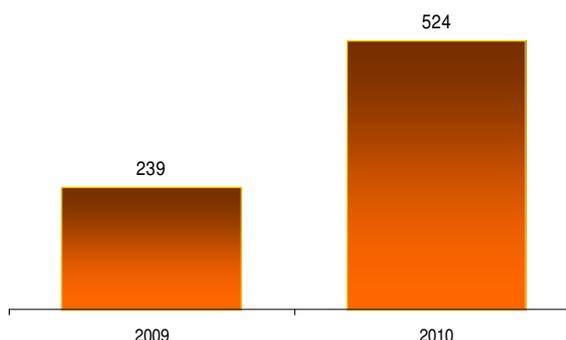
Um terceiro fator foi o lançamento do programa Ajustar RS que visa o refinanciamento de débitos com o ICMS a partir de 1º de Julho, e que teve seu prazo de adesão prorrogado até o dia 31 de dezembro. De acordo com o programa, as dívidas de ICMS vencidas até dezembro de 2009 podem ser pagas com 60% de desconto nos valores relativos a juros e correção monetária, em até 120 parcelas mensais. No caso de pagamentos à vista, há um desconto de até 50% sobre o valor da multa, valor que decresce conforme o número de parcelas que o contribuinte utiliza para regularizar o débito. Graças a essa iniciativa do Governo do Estado, o montante arrecadado em multas, juros e a própria dívida ativa do Estado (ICMS) mais que dobrou nos dez primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando cerca de R\$ 524 milhões.

Componentes da arrecadação de ICMS (jan-out)

**Gráfico 12.2. ICMS e ICMS Auto-lançamento
(R\$ milhões)**



**Gráfico 12.3. Juros, Multas e Dívida Ativa
(R\$ milhões)**



Fonte: Sefaz/RS

O aumento da arrecadação do ICMS no Estado favorece que mais uma vez as contas fechem no “azul”, isto é, para que se promova o déficit zero. Além disso, o excesso de arrecadação também propiciou o aumento dos gastos com investimentos, como revelam os gastos acumulados até setembro. Os investimentos cresceram 251,3%, passando de R\$ 480 milhões, de janeiro a setembro de 2009, para R\$ 1,688 bilhão em 2010, graças ao incremento significativo do ICMS. A reestruturação da dívida do Estado com o Banco Mundial também possibilitou uma economia de R\$ 94 milhões no pagamento da dívida pública ao Tesouro do Estado.

Apesar de um arrefecimento ser esperado para o fim do ano, principalmente motivado pelas bases de comparação já expandidas do final do ano passado, o Estado deve encerrar 2010 com arrecadação recorde. Para 2011, é esperado uma nova expansão dos valores arrecadados, motivada tanto pela atividade econômica, que apesar de mais acomodada se preservará em nível elevado, quanto pela continuidade, ou até mesmo aprofundamento, do processo de substituição tributária, como se tem visto nos últimos anos, e que parece se firmar como uma nova realidade tributária no País – algo lamentável nos moldes atuais.

Resultado do setor público

A avaliação do resultado do setor público gaúcho se deu a partir da análise da Execução Orçamentária do Estado, que apresenta dados até o 4º bimestre/10. Os números mostram que as receitas primárias alcançaram R\$ 17,6 bilhões entre jan-ago/10, enquanto as despesas ficaram em R\$ 16,2 bilhões, o que resultou num superávit primário de R\$ 1,37 bilhão – valor cerca de R\$ 762 milhões a mais do que a meta prevista. A discrepância proveio do incremento significativo de receita, apesar de uma leve superação das despesas (R\$ 39 milhões) em relação ao previsto nas metas bimestrais da LDO 2010.

Quanto ao comportamento das receitas primárias, destaque para as receitas tributárias que superaram em R\$ 738 milhões a meta prevista, o que minorou os impactos derivados das transferências correntes (TC) inferiores ao previsto na LDO 2010. A expectativa era de que as TC contabilizassem R\$ 4,06 bilhões, no entanto foram realizadas apenas R\$ 3,84 bilhões – resultado 5,4% menor.

No âmbito da despesa, considerando o critério de liquidação, verifica-se que as relacionadas a pessoal e encargos (salvo intraorçamentárias) excederam em cerca de R\$ 124,6 milhões a previsão até o 4º bimestre, dando fortes indícios da impossibilidade de cumprir a meta anual fiada pela LDO 2010. No entanto, outros componentes da despesa apresentaram redução. A amortização da dívida, por exemplo, apresentou redução de R\$ 251,3 milhões frente ao previsto, bem como houve o consumo total da reserva de contingência de R\$132 milhões, dirimindo, assim, o desvio gerado pelo gasto com pessoal e encargos, e com demais as despesas correntes.

No caso dos investimentos (sentido amplo), foram empenhados até agosto/10 R\$ 1,53 bilhão, ainda que apenas cerca de R\$ 950 milhões tenham sido liquidados. A discrepância entre valores empenhados e liquidados provém basicamente da diferença de ritmo entre empenho e liquidação desse tipo de despesa.

Para o cumprimento das metas até o final do ano, o Relatório sugere um contingenciamento de R\$ 1,17 bilhão – valor bastante inferior ao sugerido no mesmo período do ano passado. Com isso, o resultado primário encerraria o ano em R\$ 1,96 bilhão, o suficiente para garantir déficit zero para o Estado no ano de 2010.

Perspectivas para 2011

O governo do Estado do Rio Grande do Sul encaminhou à Assembléia Legislativa o orçamento que deverá vigorar em 2011. Apesar de não ter sido reeleito, a legislação garante que o primeiro ano de mandato seja exercido a partir de um orçamento constituído na administração anterior de modo a garantir uma transição mais suave entre formas diferenciadas de governar.

O orçamento de 2011 totaliza R\$ 35,2 bilhões, o que, livre de duplicidades, resulta em cerca de R\$ 29,4 bilhões. Com esse volume de recursos, o governo estadual deverá garantir as funções saúde, educação, segurança, entre outras, além de realizar investimentos e pagar a dívida pública. À primeira vista, o valor pode parecer grande, mas uma análise um pouco mais aprofundada mostra que não. Só para se ter uma idéia, o orçamento do Estado em 2011 será menor do que a arrecadação nacional (nominal) de IPI de 2009, ano em que as medidas anticrise foram responsáveis por uma sensível redução desse imposto.

Na parte das receitas, mais uma vez o atual governo preferiu assumir uma posição conservadora e orçar receitas desconsiderando eventuais crescimentos derivados da

expansão econômica esperada para 2011. A estratégia é bastante diferente da assumida em períodos anteriores, em que se verificava a combinação de receitas superestimadas e despesas subestimadas, o que resultava em déficits cada vez maiores.

Nos últimos anos, conforme comentado anteriormente, o ICMS, principal receita estadual, teve uma significativa expansão mesmo não se utilizando de artifícios como o aumento de alíquotas. No orçamento de 2011, está prevista uma receita de R\$ 18,9 bilhões em ICMS, um valor 11% maior do que o orçado em 2010, e apenas 5% maior em termos nominais do que há de vir a se confirmar como arrecadação de 2010. As transferências, outra importante receita do governo estadual, também foram orçadas de maneira conservadora, totalizando apenas 8,2% das receitas correntes.

As despesas também foram estimadas em R\$ 29,4 bilhões, sendo 85,8% para gastos correntes, 13,5% para despesas de capital, e os outros 0,7% para a reserva de contingência. As despesas com pessoal respondem por 47,6% das despesas totais orçadas, ou equivalente a R\$ 14 bilhões. Esse valor considera os reajustes concedidos anteriormente, todavia não prevê eventuais aumentos que possam vir a ocorrer em 2011. Isso significa que, dada a rigidez orçamentária, aumento de gastos nessa rubrica certamente deverão ser financiados com a redução de investimentos.

Ainda na despesa de pessoal, outro fator preocupante tem sido a evolução da despesa com inativos. Em 2009, por exemplo, o pagamento de aposentados e pensionistas respondeu por mais de 53,6% dos gastos com pessoal. Isso, em parte, explica o porquê dos grandes gastos com a folha de pagamentos não serem revertidos diretamente nem na qualidade nem na quantidade de serviços.

Para 2011, estão previstos R\$ 1,8 bilhão em investimentos financiados pelo Tesouro do Estado. Quando se somam as empresas públicas, esse valor aumenta para R\$ 2,9 bilhões. Apesar de baixo, o investimento no Estado mostra sinais de recuperação e, principalmente, de melhor qualidade de financiamento, uma vez que não vêm sendo financiados com déficits orçamentários e com a utilização do caixa único como em anos passados.

Quanto às vinculações orçamentárias relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino e serviços de saúde pública mais uma vez não se cumpriu integralmente. Para o primeiro item foram destinados R\$ 4,7 bilhões (26% da receita líquida de impostos e transferências - RLIT), o que até mesmo supera a designação constitucional federal de 25% , mas é inferior aos 35% previstos na constituição estadual. No caso da saúde, estão previstos R\$ 2,4 bilhões, ou o equivalente a 13,1% da RLIT – superior aos 12% exigidos pela constituição federal. O problema é que nesse montante estão contabilizados valores relativos a despesas de saneamento, o que não configura gastos típicos de saúde. Com isso, retirando-se os gastos com essa rubrica, os valores aplicados em saúde respondem por apenas 8,73% da RLIT.

Enfim, esse é o último orçamento da atual gestão que primou pelo realismo orçamentário, pela constituição de resultados primários significativos e o chamado déficit zero – uma legado importante a ser considerado na próxima gestão. Com isso, o coeficiente de liquidez do Estado passou de 0,13 em 2006 para 0,46 em 2009. Ainda que muito reduzido, é inegável o avanço. Espera-se que o próximo governo mantenha o compromisso de gastar apenas aquilo que o caixa permite, realize as reformas que são necessárias e, principalmente, seja um agente promotor do crescimento e desenvolvimento do nosso Estado, o que começa por finanças públicas saudáveis.

Para o ano de 2011 traçou-se três cenários a despeito do comportamento da arrecadação de ICMS. Em nenhum deles a receita do tributo apresenta queda, dado que a arrecadação desse tributo tem revelado profunda resistência de queda mesmo em situações de redução do PIB. Nesse sentido, como nos três cenários há expansão, o que

se discute é a intensidade dessa variação. Por fim, é importante ressaltar que como os números são estimados em termos nominais, as variações refletem, em parte, a dinâmica inflacionária.

Tabela 12.2. Perspectivas para a arrecadação de ICMS/RS
(R\$ bilhões - nominal)

	2009	2010*	Cenários 2011		
			Pessimista	Moderado	Otimista
ICMS	15,1	18,0	18,9	19,7	20,3
Var (%)	1,76	19,31	5,06	9,31	12,67

Fonte: SEFAZ/RS. * Estimativas. Previsão: UEE / FIERGS